

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

GABRIELA RECH SALIB

**TRABALHO, MIGRAÇÃO E VULNERABILIDADE: EXPERIÊNCIAS DE
MIGRANTES NOS FRIGORÍFICOS DE FORQUILHINHA E NOVA VENEZA**

CRICIÚMA
2023

GABRIELA RECH SALIB

**TRABALHO, MIGRAÇÃO E VULNERABILIDADE: EXPERIÊNCIAS DE
MIGRANTES NOS FRIGORÍFICOS DE FORQUILHINHA E NOVA VENEZA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. João Henrique Zanelatto.

Coorientador: Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam

CRICIÚMA
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

S165t Salib, Gabriela Rech.

Trabalho, migração e vulnerabilidade :
experiências de migrantes nos frigoríficos de
Forquilha e Nova Veneza / Gabriela Rech Salib. -
2023.

197 p. : il.

Tese (Doutorado) - Universidade do Extremo Sul
Catarinense, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2023.

Orientação: João Henrique Zanelatto.

Coorientação: Dimas de Oliveira Estevam.

1. Trabalhadores migrantes - Vulnerabilidade. 2.
Vulnerabilidade social. 3. Trabalhadores de indústria
de alimentos - Aspectos sociais. 4. Frigoríficos -
Forquilha (SC). 5. Frigoríficos - Nova Veneza
(SC). I. Título.

CDD 23. ed. 331.04166402852

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

GABRIELA RECH SALIB

**TRABALHO, MIGRAÇÃO E VULNERABILIDADE: EXPERIÊNCIAS DEMIGRANTES NOS
FRIGORÍFICOS DE FORQUILHINHA E NOVA VENEZA**

Esta tese foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Doutor(a) em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 27 de fevereiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA



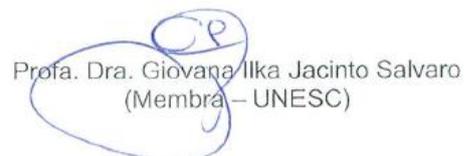
Prof. Dr. João Henrique Zanelatto
(Presidente e Orientador – UNESC)



Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam
(Coorientador - UNESC)

Glauca de Oliveira Assis

Profa. Dra. Glauca de Oliveira
(Membra – UDESC)



Profa. Dra. Giovana Ilka Jacinto Salvaro
(Membra – UNESC)



Prof. Dr. Paulo Sérgio Osório
(Membro -UNESC)



Profa. Dra. Michele Gonçalves Cardoso
(Membra – UNESC)

Documento assinado digitalmente
gov.br GABRIELA RECH SALIB
Data: 11/04/2023 08:17:22-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Gabriela Rech Salib
(Discente)



Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam
Coordenador Adjunto do PPGDS – UNESC

Aos anjos Gabriel e Luiz Clóvis. Por tudo.

AGRADECIMENTOS

A meus pais. Não há um só dia em que não me espelhe em suas atitudes e valores. Meu amor por vocês transborda, são as pessoas mais importantes da minha vida. Me sinto muito privilegiada em ser sua filha. Obrigada por me transmitir sua sabedoria, seu caráter, sua gentileza, por me tratar sempre com amor. E, principalmente, por serem boas pessoas, que tratam a seu semelhante com respeito e empatia. O mundo precisa de mais pessoas como vocês, muito mais!

Ao meu esposo Luiz Clóvis. Não somente seu apoio incondicional me fez chegar a este momento, mas também seu amor e companheirismo são os esteios que apoiam a construção de nossa vida. Com você, aprendo a ser uma pessoa melhor, mais dedicada na realização dos nossos sonhos. Você é meu maior apoiador, sempre parceiro nos caminhos que escolho seguir. Obrigada por estar sempre ao meu lado, juntos somos mais fortes, te amo!

À minha “bebeinha”, minha irmã mais nova, Rafaela. É minha revisora informal, a primeira pessoa para quem envio meus estudos antes de submeter às defesas. Ter uma irmã que você ama, confia, admira, com quem você tem uma real sintonia, é algo incrível, e agradeço por Deus ter nos unido na mesma família. Serei sempre seu escudo, sua protetora, mas, principalmente, sua melhor amiga. Conte sempre comigo.

Ao meu orientador Dr. João Henrique Zanelatto. Desde que me orientou no mestrado, soube que seria a pessoa ideal para me acompanhar nesta jornada, pois sempre me orientou no uso estrito da palavra: nunca impôs seu ponto de vista, sendo sempre aberto às minhas sugestões e assertivo em suas orientações. Muito obrigada por sempre respeitar meu tempo de escrita e por contribuir de forma tão esclarecedora com seu conhecimento. Espero que possamos continuar trabalhando juntos por muito tempo!

Agradeço à minha querida Nena, que cuida de mim há um longo tempo, e que com tanto amor que muitas vezes me emociona. Sem você jamais teria conseguido. Agradeço aos funcionários da minha empresa, pois em muitos momentos fui ausente e mesmo assim, pude estar tranquila sabendo que estávamos em boas mãos.

Agradeço aos demais familiares, em especial meu tio Breno, meus cunhados Mano e Henrique, minha amada afilhada Laura, meu primo Matheus, minha

enteada Manu e também ao Maurício. Agradeço também às minhas colegas do nosso grupo de vôlei de praia: o esporte é algo essencial em minha vida, traz não somente relaxamento mas também contribui para a saúde física e mental, e as amizades que fiz neste caminho contribuíram para me tornar uma pessoa mais feliz, e assim, mais apta a escrever esta tese.

Gostaria de agradecer à minha banca de qualificação, que me preparou para o atual momento: suas críticas tão assertivas facilitaram meu trabalho, seja expandindo os horizontes ou mesmo apontando para pontos que não contribuiriam. Obrigada às professoras Dra. Glaucia de Oliveira Assis, Dra. Michele Gonçalves Cardoso e Dra. Giovanna Ilka Jacinto Salvaro (esta última também minha professora durante o Mestrado e Doutorado, umas das mais inspiradoras referências nesta minha formação educacional), e também a meu coorientador Dr. Dimas de Oliveira Estevam. Estendo este agradecimento a todos os professores tanto do mestrado quanto do doutorado, mas em especial ao Dr. Alcides Goularti Filho e ao Dr. Ismael Francisco de Souza, pelas reflexões que sempre resultaram em contribuições para esta tese. Por fim, agradeço à polivalente secretária do PPGDS, Luciana, sempre ágil e atenciosa em tudo que precisamos. Lu, você é demais!

Agradeço a todo o corpo técnico da UNESC, na pessoa de professores, bibliotecárias, coordenadores, funcionários da manutenção, pela estrutura intelectual e também física sempre impecável. Agradeço à CAPES pela bolsa que permitiu realizar o programa de doutorado. Agradeço aos amigos que fiz durante o mestrado e o doutorado do programa, em especial a Karol, com quem ainda hoje tenho uma super parceria de trabalho (e que me deu a maior força, dando aquela última revisão na tese. Obrigada, amiga!). Agradeço à cada pessoa que, diretamente ou indiretamente, contribuiu com a realização deste doutorado. Agradeço a Deus por colocar estas pessoas em meu caminho.

Obrigada ao Sr. Célio Elias, dirigente sindical do SINTIACR, uma pessoa atenciosa, prestativa e que ama muito a luta em que acredita. É realmente inspirador ouvi-lo. Agradeço à equipe da Secretaria de Assistência Social de Nova Veneza, e às assistentes sociais entrevistadas, seus nomes serão resguardados, mas tanto suas entrevistas quanto suas indicações de entrevistados fizeram esta tese acontecer! Ao ouvi-las, entendo que fazem seu trabalho com amor, dedicação e real vontade de contribuir na melhoria de vida da comunidade.

E por fim, meu agradecimento aos migrantes. Suas histórias me emocionaram, mas também, me mostraram o quanto fortes e determinadas podem ser as pessoas quando querem o melhor para si e seus familiares. Não somente aos meus corajosos, batalhadores, incansáveis entrevistados, mas a cada migrante, à cada pessoa que já teve a coragem de deixar a segurança de seu lar e partir em busca de uma vida melhor. Sua força também me fortaleceu: que esta tese traga a quem lê-la a reflexão de que nem todas as armadilhas do capital serão suficientes para demover a força e a luta destes que são, acima de tudo, cidadãos brasileiros.

“Afinal, um imigrante só tem razão de ser no modo provisório e com a condição de que se conforme ao que se espera dele: ele só está aqui e só tem sua razão de ser pelo trabalho e no trabalho; porque se precisa dele, enquanto se precisa dele, para aquilo que se precisa dele e lá onde se precisa dele.”

Abdelmalek Sayad

RESUMO

Nesta tese, realizada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, na linha de pesquisa “Trabalho e Organizações”, buscamos retratar as experiências de trabalhadores que se deslocam por meio de migração para atuar nos frigoríficos de processamento de aves das cidades de Forquilha e Nova Veneza-SC. Nas duas cidades pesquisadas, encontram-se unidades frigoríficas da multinacional JBS. Os migrantes desta tese são oriundos da região Nordeste, e em geral deixaram o local de origem em busca de modificar uma situação de vulnerabilidade econômica e social. Objetivamos assim compreender a situação de vulnerabilidade outrora experimentada e verificar se houve permanência desta condição após a migração. Para a realização desta pesquisa, de cunho qualitativo, utilizamos como principal recurso a história oral, através de entrevistas com treze pessoas, entre estas trabalhadores e ex-trabalhadores migrantes dos frigoríficos, além de outros entrevistados diretamente relacionados com a temática. O desenvolvimento de grande parte da tese no período pandêmico impôs uma série de dificuldades, entre elas a redução da quantidade de entrevistados. Buscamos compensar estas limitações nos aprofundando ainda mais em diversas fontes bibliográficas, como teses, dissertações, artigos e pesquisas em órgãos oficiais do governo federal, estadual e municipal. Utilizamos como norteadores alguns conceitos como: experiência, trabalho, a Teoria dos Desenvolvimentos Desiguais, vulnerabilidade, redes sociais, assim como diversas contribuições sobre a temática migração. Através desta investigação buscamos compreender as experiências vivenciadas não somente em seu ambiente laboral, mas também em sua vida social e familiar. As informações coletadas serviram para demonstrar que os migrantes conseguiram parcialmente se dissociar do *status* de vulnerabilidade a que estavam suscetíveis no momento da migração, seja através de emprego e renda, seja por maior acesso aos serviços públicos; por outro lado, incorrem na vulnerabilidade gerada pela distância dos familiares, pelas situações de não aceitação de sua condição migrante por parte da população local, e, principalmente, pela precarização do trabalho vivenciada dentro dos frigoríficos da JBS.

Palavras-chave: Migração interna. Migrantes nordestinos. Frigoríficos. Precarização. Vulnerabilidade. Redes sociais.

ABSTRACT

In this thesis, carried out in the PosGraduate Program in Socioeconomic Development in the line of research “Labor and Organizations”, we seek to portray the experiences of Workers who move through migration to work in poultry processing plants in the towns of Forquilha and Nova Veneza - SC. In the two towns surveyed, there are multinational JBS’s poultry processing units. The migrants in this thesis come from the Northeast region, and in general they left their place of origin in search of modifying a condition of economic and social vulnerability. Thus, we aimed to understand the situation of vulnerability previously experienced and to verify whether this condition persisted after migration. To carry out this research, of a qualitative nature, we used oral history as the main resource, through interviews with thirteen people, among them workers and former migrant workers of the poultry processing plants, in addition to other interviewees directly related to the theme. The development of a large part of the thesis during the pandemic period imposed a series of difficulties, including the reduction in the number of people interviewed. We seek to compensate these limitations by delving even further into various bibliographic sources, such as theses, dissertations, articles and research in official data of the federal, state and municipal government. We used as guiding concepts such as: *experience, labor, the Theory of Uneven Developments, vulnerability, social media*, as well as contributions on the theme of *migration*. Through this investigation, we seek to understand the experiences lived not only in their work environment, but also in their social and family lives. The information collected served to demonstrate that the migrants partially managed to dissociate themselves from the *status* of vulnerability to which they were susceptible at the time of migration, either through employment and income, or through greater access to public services; on the other hand, they incur the vulnerability generated by the distance from family members, by situations of non-acceptance of their migrant condition by the local population, and, mainly, by the precariousness of work experienced within the JBS plants.

Keywords: Internal migration. Northeastern migrants. Poultry processing plants. Precariousness. Vulnerability. Social Media.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa de Santa Catarina	65
----------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Comparativo de Índices de Vulnerabilidade Social.	41
Tabela 02 - Fontes de Abastecimento de Água	44
Tabela 03 – Pessoas de dez ou mais anos de idade, por naturalidade em relação ao município e à Unidade da Federação.....	58
Tabela 04 - População residente por local de nascimento- Santa Catarina.....	60
Tabela 05 - Pessoas de dez ou mais anos de idade, por naturalidade em relação ao Município e à Unidade da Federação.....	63
Tabela 06 - Comparativo entre população, quantidade de indústrias, pessoal ocupado e receita líquida de vendas dos estados do sul do Brasil.	64
Tabela 07 - Comparativo entre população, quantidade de indústrias, pessoal ocupado e receita líquida de vendas em estados brasileiros com população equivalente	65
Tabela 08 - Frigoríficos em atividade em Santa Catarina, enumerados por Município, Região e quantidade de Aves abatidas/hora.....	85
Tabela 09 - Linha do tempo da expansão do setor de Processamento de Frangos no Sul de Santa Catarina.	88
Tabela 10 - Quantidade de acidentes de trabalho, na região Sul do Brasil, por situação de registro e motivo – Doenças Mentais	100
Tabela 11 - Média salarial brasileira, média salarial da Indústria da Transformação e média salarial dos Trabalhadores de Frigoríficos.....	101
Tabela 12 - Demissões na Indústria da Transformação: Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e Álcool Etílico. Janeiro de 2014 a Janeiro de 2019. Nova Veneza.....	105
Tabela 13 - Demissões na Indústria da Transformação: Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e Álcool Etílico. Janeiro de 2014 a Janeiro de 2019. Forquilha	106
Tabela 14 – Breves informações sobre os migrantes nordestinos entrevistados para a tese.	112
Tabela 15 - Comparativo entre admissões e desligamentos da Subcategoria Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e Álcool Etílico versus admissões e desligamentos em geral – Nova Veneza.....	144

Tabela 16 - Comparativo entre admissões e desligamentos da Subcategoria Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e Álcool Etílico versus admissões e desligamentos em geral – Nova Veneza	145
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Pessoas não residentes no município de residência atual em 01/09/1991.	56
Gráfico 02 - Pessoas não residentes no município de residência atual em 31/07/1995.	57
Gráfico 03 – Naturalidade por região brasileira	71
Gráfico 04 - Frigoríficos no Brasil de acordo com o número de abates de aves/hora	83
Gráfico 05 - Frigoríficos no Brasil de acordo com o número de abates de aves/hora- por Região.....	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMREC	Associação dos Municípios da Região de Criciúma
AVISUL	Associação dos Avicultores do Sul Catarinense
BESC	Banco do Estado de Santa Catarina
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COOPAVEL	Cooperativa Agropecuária Cascavel Limitada
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COB	Código Brasileiro de Ocupações
DORT	Distúrbio Ortomolecular Relacionado ao Trabalho
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FRISULCA	Frigorífico Sul Catarinense
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
JBS	João Batista Sobrinho
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto Nacional de Pesquisa Aplicada
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
LER	Lesões por Esforço Repetitivo

MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OBMIGRA	Observatório das Migrações Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Programa Nacional de Assistência Social
RAIS	Relatório Anual de Informações Sociais
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SINTIACR	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de Criciúma e Região
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 VULNERABILIDADE E MIGRAÇÃO: CARACTERÍSTICAS DA FORÇA DE TRABALHO CATARINENSE	40
2.1: VULNERABILIDADE SOCIAL: A ENGENHARIA QUE CONTRIBUI NO DIRECIONAMENTO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS AO SUL DE SANTA CATARINA.....	40
2.2 MOTIVAÇÃO PARA MIGRAR: REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DO FENÔMENO MIGRATÓRIO.....	47
2.3 RETROSPECTO DA CONTEMPORÂNEA REDISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA.....	53
2.4 SANTA CATARINA:CONSOLIDAÇÃO COMO POLO DE ATRAÇÃO MIGRANTE	59
2.4.1 Forquilha: das margens do rio para a força da agroindústria	66
2.4.1.1 O Contexto Migratório Contemporâneo em Forquilha	70
2.4.2 Nova Veneza: passado agrícola, presente na agroindústria	72
2.4.2.1 Nova Veneza e as Migrações Contemporâneas	75
3 O SETOR FRIGORÍFICO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: AMBIENTE LABORAL DO QUAL EMERGE A VULNERABILIDADE SOCIAL	77
3.1 O SEGMENTO DOS FRIGORÍFICOS: A EXPONENCIAÇÃO DOS LUCROS OBTIDOS PELAS EMPRESAS VERSUS A PRECARIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	80
3.1.1 O Segmento Frigorífico em Santa Catarina: O Fortalecimento das Agroindústrias em busca de Liderança Mundial no Setor.	84
3.1.2 Os Frigoríficos no Sul de Santa Catarina e o Atual Monopólio da JBS	88
3.2 A PRECARIIDADE DAS CONDIÇÕES DOS TRABALHADORES DOS FRIGORÍFICOS FRENTE À PRODUTIVIDADE EXIGIDA PELO SETOR	91
3.3 A VULNERABILIDADE SOCIAL ASSOCIADA À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	104
4 EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES MIGRANTES NO SUL DE SANTA CATARINA 110	
4.1 A DECISÃO DE MIGRAR: A PARTIDA FOMENTADA PELO INCENTIVO DAS REDES SOCIAIS.....	114
4.3 A BUSCA POR OPORTUNIDADES DE TRABALHO FRENTE AO AMBIENTE DISCRIMINATÓRIO.....	131
5 VULNERABILIDADE SOCIAL, A PANDEMIA DE COVID 19 E A MIGRAÇÃO DE RETORNO: ASPECTOS DIFICULTADORES DO COTIDIANO MIGRANTE	141
5.1 A VULNERABILIDADE EXACERBADA PELA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: A EXPONENCIAÇÃO DE LUCROS POR MEIO DA EXPLORAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA MIGRANTE.....	147
5.2 A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: FRENTE AO CAOS SANITÁRIO, O AGRAVO DA CONDIÇÃO DE MIGRANTE	155
5.2 A MIGRAÇÃO DE RETORNO: DESEMPREGO E PROBLEMAS DE SAÚDE IMPULSIONAM A VOLTA PRECOCE.....	162

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170
REFERÊNCIAS.....	176
ANEXOS.....	190
ANEXO A- DESCRIÇÃO DE ÍNDICES QUE COMPÕE O IVS.....	191
ANEXO B – CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL E COMPROMISSO ÉTICO DE NÃO IDENTIFICAÇÃO DO DEPOENTE.....	193
ANEXO C – CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL.....	194

1 INTRODUÇÃO

Esta tese busca retratar experiências de migrantes que se deslocam para as cidades de Nova Veneza e Forquilha, situadas no Sul de Santa Catarina, visando a obtenção de trabalho nos frigoríficos. O assunto me despertou interesse durante as pesquisas para minha dissertação no Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico que concluí na UNESC¹ em 2018. Com o título “Trabalho e Migração: Experiências de Trabalhadores das Olarias do Município de Sangão-SC”, busquei explorar não somente o perfil dos operários das indústrias cerâmicas locais, mas também ouvir as situações vivenciadas, especialmente no que se refere ao aspecto laboral. Durante o estudo, pude observar que uma grande parcela desta população era constituída por migrantes: quando aplicado um questionário sobre sua origem, 51% dos respondentes assinalaram não serem naturais de Sangão. Suas origens variavam, sendo possível encontrar desde originários de cidades próximas até migrantes nascidos nos estados do Nordeste brasileiro.

A rotina nas olarias é árdua: uma jornada exaustiva contraposta à uma míngua remuneração. Inúmeras doenças ocupacionais afligem os trabalhadores: lesões por esforço repetitivo, moléstias causadas pela inalação de fumaça ou pelo uso demasiado da força física, além do convívio com uma série de acidentes que poderiam ser evitados com a adequação a todas as normas de segurança, algo que a maioria das olarias não dispõe. Os salários, além de baixos, não costumam ser acrescidos de nenhum outro tipo de benefício, como auxílio alimentação ou plano de saúde. Após anos de trabalho braçal nas olarias, seria de se pensar que há alguma expectativa de obter uma remuneração melhor, ou de uma promoção para um cargo superior, que justificasse tanto tempo de submissão ao trabalho precarizado que a cerâmica impõe, entretanto são raros os casos em que isto acontece. Os anos vão passando e os trabalhadores das olarias seguem uma rotina padronizada, privados de sequer ter expectativas de que um dia terão uma melhoria significativa em sua qualidade de vida.

Desta forma, inevitavelmente surgiram inúmeros questionamentos sob o aspecto da migração direcionado não somente ao segmento cerâmico, mas a diversos outros que também submetem os trabalhadores a um trabalho considerado precário. Em nosso entendimento, quando realizam a migração estas pessoas buscam por uma

¹ Universidade do Extremo Sul Catarinense

vida melhor, e de certa forma entendem que a encontram quando exercem um trabalho formal: independente das condições que lhes são oferecidas, este trabalho lhes proporciona uma sensação de segurança, com uma remuneração fixa que permite ao menos sobreviver. Assim, pretendemos com esta tese compreender melhor este contexto e aprofundar meu estudo sobre a temática migração, entendendo a relação entre o capital e o trabalho. Neste caso, o segmento estudado será diverso, porém, mais do que apenas um relato do aspecto laboral, buscaremos compreender as variáveis que classificam os migrantes como uma população em constante situação de vulnerabilidade.

De certa forma, todos somos migrantes. Esta afirmação pode mostrar-se contraditória, caso o leitor desconheça a abrangência englobada pela palavra migração. É comum relacionar a palavra a grandes mudanças: se deslocar entre dois ou mais países, ou, no caso do Brasil, com suas grandes dimensões, de um estado a outro. Todavia, o significado de migrante pode também se aplicar a quem migra entre cidades próximas, por exemplo, deixando de residir no seu local de origem. Mudanças para locais próximos implicam em menores impactos para quem se muda, não sendo necessário, por exemplo, se adequar à uma nova cultura como é o caso de quem muda de estado ou de país; entretanto, não deixa de se constituir em migração, visto que há uma mudança de domicílio. Desta forma, raras são as pessoas que, principalmente em idade adulta, não migraram.

A migração não é um tema contemporâneo: desde sempre o ser humano se move pelo mundo. Pode ser uma necessidade econômica, uma fuga de desastres naturais ocorridos em seu local de origem, ou a busca por asilo após perseguições políticas ou religiosas. Alguns migram do campo para a cidade para estudar; outros migram da cidade para o campo para ter uma vida mais sossegada. Independente das motivações, este deslocamento possibilita ao migrante a esperança de um recomeço.

Entender o processo migratório é uma árdua missão: uma infinidade de fatores está presente nesta decisão, que pode se configurar como um deslocamento individual ou coletivo, com questões sociológicas, econômicas, culturais a serem compreendidas: o indivíduo pode migrar apenas uma vez na vida, ou mudar-se várias vezes dentro de um mesmo ano. Alguns migram para estudar, outros para trabalhar. Saem da roça para fugir da pobreza que lhes persegue no campo, fogem da metrópole em direção a cidades do interior para escapar da violência e da precarização do

emprego. Deslocam-se do nordeste brasileiro para o sul e sudeste, deixando para trás a seca e a pobreza extrema; migram para o litoral em busca de qualidade de vida. Jovens, velhos, casados, solteiros, homens e mulheres: cada qual terá uma história diferente para contar, com narrativas que de alguma forma conduzem ao motivo que leva ou impõe a migração.

Mesmo a definição de que terminologia devemos usar ao nos referirmos aos indivíduos de nosso estudo não pode ser definitiva. Nesta tese, teremos como público alvo pessoas que realizaram migração interna, ou seja, que se deslocaram dentro de Santa Catarina ou de outros estados brasileiros para as cidades que fazem parte de nossa pesquisa. Apenas brasileiros serão alvo de nosso estudo, em específico, brasileiros nordestinos que tenham migrado ao Sul do Brasil. Ainda, é importante estabelecer um marco temporal: nosso foco são as migrações contemporâneas, ocorridas entre meados de 2010 e os dias atuais.

Este movimento de mudança pode ter várias conceituações: podemos chamar de migração quando o status do deslocamento é definitivo; já a mobilidade espacial não tem esse caráter permanente, pode ser, por exemplo, o trabalhador que mora em uma cidade e trabalha em outra, mas que retorna para casa todos os dias (também chamada de mobilidade pendular). Temos a mobilidade sazonal, que se constitui por trabalhadores que se mudam para outras cidades na época das safras (Cardoso e Lobo, 2016). Assim, definimos que não há uma forma única para se referir ao fenômeno migratório e aos indivíduos que dele participam.

A migração é um fenômeno constante e repetitivo, os fluxos migratórios nunca cessam. Já em 1885, Ernest Ravenstein argumentava que “quem mora próximo a uma grande cidade que está em crescimento, muda-se para esta; o espaço deixado pelo migrante em sua cidade original é preenchido por outros migrantes que por sua vez moravam no interior. (RAVENSTEIN, 1885, p. 286)” Fato é que, onde para uns só há falta de esperança e pobreza, para outros transparece oportunidade. De forma que as cidades pequenas e médias de onde se mudam tantos trabalhadores para buscar emprego nas metrópoles parecem atrativas para quem, por sua vez, padece da miséria a que estão destinadas milhões de famílias que vivem da agricultura de subsistência, ou dos programas sociais governamentais que, apesar de proverem o mínimo para a sobrevivência, não permitem a estes migrantes o vislumbre de uma vida realmente digna.

É fato que o trabalho é um elemento constitutivo importante da configuração da sociedade moderna, e que possui grande influência sobre os fluxos migratórios. Quando Antunes (2009) refere-se à *classe-que-vive-do-trabalho*, podemos encontrar um forte indício desta busca dos migrantes pela mudança tendo como principal objetivo a procura de emprego: o autor agrega nesta categoria os assalariados, os trabalhadores da economia formal, todo tipo de trabalho produtivo (e também o considerado improdutivo, ou seja, que não é manual e a princípio não geraria *mais valia*, no qual podemos considerar principalmente o setor de serviços), os trabalhadores rurais, etc. Porém, como característica comum, pode-se vislumbrar a precarização tanto das atividades produtivas como de sua vida pessoal; também, a exclusão do verdadeiro acesso ao capital, estando indefinidamente numa condição de subordinação.

Neste caso, para os migrantes, há sempre a esperança de uma “mudança de lado”, seja na tentativa de empreender como um pequeno comerciante, ou de alcançar cargos importantes em empresas e organizações: sabendo-se da pequena parcela que ingressará nesta realidade, a opção é tentar o acesso ao máximo possível de benefícios e a um salário minimamente satisfatório, mesmo que para isto tenham que submeter-se a jornadas laborais exaustivas e condições de trabalho nem sempre ideais. Sabedores desta condição precária que acompanha o migrante em sua trajetória, os detentores do capital aproveitam-se para subordinar ainda mais estes sujeitos, de forma a multiplicar seus lucros através da exploração da força de trabalho.

Afinal, quem é o migrante? Na definição de Sayad (1979, p. 54), “um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, em trânsito.” Apesar de o autor referir-se ao migrante internacional, pode-se muito bem aplicar ao caso de quem migra dentro de um mesmo país: em outro estado, ou em outra cidade, dificilmente se sentirá em casa. Sua condição é eternamente de estrangeiro, mesmo em sua pátria original. Seu propósito é de ser utilizado por indústrias e outras organizações como um trabalhador descartável, provisório e temporário, pronto para ser substituído por outro migrante se assim for necessário. Como traz o autor, só aceita migrar, deixar seu lar e sua origem, e em muitos casos, a própria família, por acreditar que esta situação se trata de uma etapa difícil a que precisa passar e sobreviver e que um dia poderá retornar para seu refúgio original.

O migrante em geral já padece de uma exclusão social que o acompanha por sua trajetória. Além das exclusões que podem ser originadas pela cor, gênero ou

mesmo religião, também a falta de escolaridade e a ausência de um salário fixo contribuem para que esta situação se agrave. Em nosso estudo, é imprescindível compreender que o grande sonho deste migrante é o emprego formal: o registro em carteira, uma jornada diária com horário determinado, benefícios como férias, décimo terceiro, vale alimentação, pois sem estes direitos garantidos, dificilmente poderão ter condições de abandonar a pobreza.

Em relação à esta exclusão social, Singer (2019) explana sobre as duas correntes que buscam justificá-la: há o ponto de vista da concepção individualista, que identifica que cada indivíduo é livre e senhor de seu destino, que unicamente através de sua força de vontade irá obter ferramentas para “vencer na vida”. O autor deixa claro que esta corrente não considera que, sendo privada de direitos e submetida à exclusão social, a população não reúne forças para sozinha conseguir abandonar seu status de excluída e obter condições dignas de sobrevivência. Desprotegidos pela sociedade e pelo governo, os indivíduos buscam soluções para obter uma melhoria em seu status social através da venda de sua força de trabalho. Quando não obtém o resultado que desejam na localidade em que vivem, optam pela migração.

Já a concepção estruturalista é originada através dos estudos do *marxismo* e do *keynesianismo*. Ao contrário da anterior, esta concepção entende que nem sempre há equilíbrio entre oferta e demanda de empregos. Esta balança depende das estruturas presentes em uma economia de mercado, e a oferta de emprego vai depender das escolhas feitas por estas estruturas: seja em uma empresa decidir investir em uma nova fábrica, seja na população decidir consumir determinado produto, seja no governo fornecendo incentivos fiscais, o que ampliaria ou diminuiria a necessidade de postos de trabalho. Outro ponto importante a ser citado é que, quando há um grande número de pessoas em exclusão social, buscando por uma colocação no mercado de trabalho, aqueles que estão empregados são ainda mais pressionados: estão sujeitos a conviver em uma situação de permanente exploração, visto que há outros indivíduos que esperam por ocupar a sua vaga caso não se ajustem às imposições do empregador. Ou seja, para esta corrente não são as decisões individuais as responsáveis pela exclusão social do indivíduo, e sim um conjunto de estruturas econômicas (SINGER, 2019).

Porém, é impossível determinar que somente fatores estruturais ou individuais são responsáveis por tornar um indivíduo um excluído social. Uma imensidão de aspectos podem mudar uma história de vida, e como já ressaltado por

Singer (2019), em países mais desenvolvidos, por exemplo, se houver uma trajetória mais equilibrada de pleno emprego, cabe ao indivíduo tomar decisões sobre sua própria vida, como o investimento em sua educação, da mesma forma que profissionais altamente qualificados podem ficar desempregados por falta de vagas. É um conjunto de situações. Fato é que a falta de emprego é somente uma das inúmeras possibilidades de exclusão social que podemos considerar (como a exclusão por raça, sexo, religião, entre outras), mas é frequentemente a mais considerada para o processo de migração.

O Relatório de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas do ano de 2019 aponta o Brasil como o segundo país mais desigual do mundo, atrás apenas do Catar. Enquanto 1% da população detém 28,3% do total de renda do país, os 10% mais ricos chegam a sustentar 41,9% da renda brasileira. Por reflexo, em 2018, 13,5 milhões de brasileiros foram identificados como em situação abaixo da linha de pobreza, tendo acesso a até R\$ 145,00 ao mês; ainda, em torno de um quarto da população vivia com menos de R\$ 420,00 ao mês. Ocorre que esta situação não se reflete da mesma forma em todos os estados brasileiros: enquanto no Maranhão, líder do ranking, até 53% da população vive na linha da pobreza ou abaixo desta, em Santa Catarina é registrado o menor índice, em torno de 13%, sendo considerado o estado menos desigual do país (IBGE, 2019)².

É importante citar estes dados porque eles ilustram uma situação que irá agir diretamente sobre a decisão do migrante em se deslocar: a pobreza. É fato que, principalmente entre os migrantes adultos, a mais forte motivação para a mudança é relacionada à busca por um trabalho que lhe ofereça condições de sobrevivência mais propícias do que as que dispõe no momento da migração. Pois, como ressalta Singer (2019, p. 31),

Os pobres raramente podem se dar ao risco de ficar “desempregados”. Os pobres ficam “parados” quando a procura por seus serviços cessa, mas eles não podem permanecer nesta situação por muito tempo. Se não conseguem ganhar a vida na linha de atividade a que vinham se dedicando, tratam de

²De forma alguma queremos insinuar que 13% da população do estado catarinense vivendo abaixo da linha da pobreza é um índice satisfatório. Observemos o índice de Gini, que considera vários fatores para determinar quão concentrada é a renda da população de acordo com os domicílios, sendo que a melhor distribuição de renda consta como número 0 e a maior desigualdade como número 1. Se considerarmos o país menos desigual do mundo em 2017, a Eslovênia, seu índice é de 0,242 em 2017, enquanto o Brasil recebe o índice 0,539. O estado Santa Catarina em 2018 tem o índice de 0,422, um pouco melhor que o nacional, mas de forma alguma ideal. Porém esta ligeira superioridade em relação ao país e a outros estados, em especial no Nordeste, onde a média dos estados é de 0,526, faz com que os migrantes coloquem o estado catarinense como uma boa opção de destino de migração. Fonte: IBGE, 2020.

mudar de atividade ou de região, caso contrário correm o risco de morrer de fome.

Estando o pobre nesta condição de submeter-se incessantemente à atividade produtiva para não morrer de fome, surge para os grandes possuidores do capital a oportunidade de inflarem ainda mais seus ganhos financeiros através da exploração da mão-de-obra pouco qualificada e também muito disposta a ceder sua força de trabalho em troca de um salário fixo. E é nesse retrospecto de pobreza, precariedade e migração que podemos inserir esta pesquisa.

Esta tese foi concebida objetivando estudar as experiências dos trabalhadores que se deslocam por meio da migração para atuar nos frigoríficos de processamento de aves nas cidades de Nova Veneza e Forquilha. A nível nacional, este segmento é extremamente relevante, sendo em 2019 o Brasil o principal exportador de aves do mundo, com 4,2 milhões de toneladas exportadas, além de ter aumentado em 2,75% a produção em relação ao ano anterior. Santa Catarina foi o segundo maior produtor de aves de 2019, com 1.936 mil toneladas produzidas. Cerca de 30% da produção foi destinada à exportação, o que torna o estado também o segundo maior exportador de carne de frango processada do país (EMPRAPA, 2019).

Apesar de serem parte de um expressivo segmento da economia brasileira, as empresas responsáveis pelo processamento de aves também respondem por um sistemático processo de exploração de mão-de-obra, iniciado já na relação com pequenos produtores rurais que, seduzidos pela proposta de trabalharem como autônomos no fornecimento de aves ao frigoríficos, acabam por desenvolver com a indústria uma relação de subordinação, com exigências de produtividade cada vez maiores e ganhos cada vez mais escassos. Esta relação de subordinação imposta do integrador para o integrado é retratada em inúmeros estudos (BOSI, 2016; JUNG, 2018), e serve também como ponto de partida para evidenciar que, no ambiente fabril, a condição de precariedade vivenciada pode se reproduzir.

Temos então dois opostos interagindo neste ambiente capitalista: de um lado, as agroindústrias com todo seu potencial financeiro, dispostas a multiplicar seus lucros a qualquer custo, valendo-se de inúmeras estratégias para obter dos funcionários e de fornecedores o máximo de produtividade, dispendendo o mínimo de retribuição financeira pelos serviços prestados; de outro, trabalhadores, em grande parte migrantes, que não possuem alternativa a não ser vender sua força de trabalho para os frigoríficos, submetendo-se a diversos níveis de precarização, em troca de

uma remuneração mínima que lhes permita sobreviver. Tratando-se da população migrante, este cenário é potencializado, visto que a sua situação geralmente já denota uma vulnerabilidade social e econômica.

Em relação à escolha das cidades para realização da pesquisa, há dois principais motivos que nos influenciaram: um deles é atrelado à escolha pelo segmento das agroindústrias de processamento de frangos. Apesar desta tese tratar exclusivamente da migração interna, se faz importante identificar que a migração internacional também é altamente direcionada ao trabalho nos frigoríficos do estado catarinense. De acordo com o relatório Retratos da Década, desenvolvido pelo OBMIGRA³ e que abrange os anos entre 2010 e 2019, Santa Catarina foi o estado que mais criou postos de trabalho para os imigrantes nos anos de 2014, 2017, 2018, 2019 e 2020. Ainda, que o agronegócio seja um segmento decisivo para a inserção destes imigrantes, contribuindo para que quase 50% dos imigrantes que estabeleceram no Brasil nesta década viessem a morar no Sul brasileiro. (OBMIGRA, 2021).

Sendo assim, tanto Nova Veneza quanto Forquilha contam com plantas fabris de frigoríficos, sendo em Nova Veneza a unidade JBS Aves e em Forquilha a unidade Seara Alimentos Ltda, ambas pertencentes à JBS Foods e que se encontram classificadas na divisão de maior abatimento aves/hora (3.000 a/h). Aliado a isso, o outro motivo é que as duas cidades se encontram geograficamente próximas à cidade em que reside esta pesquisadora (Tubarão – SC), proporcionando maior facilidade para obtenção de informações, em especial pela utilização das entrevistas presenciais como metodologia de pesquisa.

Ao considerar o contexto da migração, entendemos que as reflexões teóricas são de suma importância para poder compreender os caminhos que estes traçam desde o momento de sua decisão de migrar até quando decidem se estabelecer definitivamente em um novo local, perpassando por uma vida em comunidade e também por experiências laborais. Porém, entendemos não ser possível generalizar uma categoria de pessoas onde há infinitas variáveis que pesam em cada uma de suas decisões, onde cada migrante tem uma história própria.

³ “O OBMIGRA é uma cooperação entre o Ministério da Justiça, Conselho Nacional da Imigração e a Universidade de Brasília, existente desde 2013. O observatório visa estudar as migrações internacionais no Brasil e assim colaborar para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao público migrante. São abordados pelo observatório os migrantes que se estabelecem no Brasil, os brasileiros que migram para outros países e também a migração de retorno de brasileiros outrora estabelecidos no exterior e que voltam ao Brasil. Fonte: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/observatorio>. Acesso em 20 de Outubro de 2022.

Concluimos que restringir a experiência à sua faceta de trabalhador se configura impossível, pois são muitas as particularidades que colaboram para a formação de sua personalidade migrante: o ambiente laboral é apenas um dos muitos aspectos que devem ser considerados. Além disso, muita da precarização a que são submetidos pode igualmente ser atribuída a trabalhadores locais, que nasceram nos municípios estudados, tornando mais difícil uma interpretação de sua vulnerável condição.

Assim, em nosso estudo, compreendemos que sua situação de trabalhador precarizado na agroindústria será por nós analisada, mas não será a única protagonista desta tese. Suas experiências principalmente sociais, culturais e familiares precisam ser igualmente conhecidas, pois é a complexidade da interseção de todas estas perspectivas que irá determinar sua condição ou não de indivíduo vulnerável. Mesmo porque, buscaremos retratar estas experiências dos migrantes de acordo com a teoria de Thompson (1978), que nos diz que não podemos restringi-las a uma única categoria:

E quanto à “experiência”, fomos levados a reexaminar todos esses sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão [...]: parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e resistência, fé religiosa e impulsos milenares, maneiras, leis, instituições e ideologias – tudo que em sua totalidade, compreende a “genética” de todo o processo histórico, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria (como experiências de *classe* peculiares) sua pressão sobre o conjunto (THOMPSON, 1978, p.188-189).

Assim, chegamos à problemática definitiva: como demonstraremos no decorrer da pesquisa, no momento da migração para as cidades de Forquilha e Nova Veneza, os indivíduos desta tese encontravam-se acometidos pelas situações classificadas nos índices de vulnerabilidade, alguns mais, outros menos, mas em geral migraram em busca de evadir-se desta condição. Perguntamos: como os trabalhadores migrantes experimentaram o processo de inserção nos frigoríficos das cidades de Nova Veneza e Forquilha, localizadas no Sul Catarinense, levando em consideração a experiência pretérita, as relações estabelecidas tanto no espaço fabril como fora dele, e se essa experiência possibilitou sair ou não da situação de vulnerabilidade?

Desta forma, o objetivo geral desta tese é retratar as experiências dos trabalhadores migrantes que atuam nos frigoríficos de Nova Veneza e Forquilha, de forma a compreender a vulnerabilidade outrora experimentada e verificar se há

persistência desta condição vulnerável no momento atual. Para isto, usaremos os seguintes objetivos específicos: realizar um breve retrospecto da migração interna contemporânea brasileira e catarinense, assim como apresentar as cidades de Nova Veneza e Forquilha, bem como seus contextos migratórios recentes; analisar o segmento de frigoríficos, compreendendo as situações de precarização do trabalho impostas pelo setor, bem como identificar a possibilidade de contribuição no surgimento ou permanência do *status* de vulnerabilidade do trabalhador; relatar experiências de trabalhadores migrantes, através dos recursos de história oral, evidenciando preconceitos vivenciados, diferenças culturais, assim como a importância da formação de redes sociais e a busca por melhores condições de sobrevivência como fatores determinantes à migração; analisar se há permanência das condições de vulnerabilidade social pós-migração, assim como influência de situações como precarização no trabalho e pandemia de COVID-19 sobre as condições de vida dos migrantes.

Para atingir os objetivos propostos nesta tese, iremos utilizar uma diversidade de fontes de pesquisa. Podemos dizer que muito do que se estuda sobre migração no Brasil é fruto de informações disponíveis sobre o fenômeno, em várias plataformas: bases de dados como a PNAD Contínua, o Censo do IBGE, o Atlas da Vulnerabilidade Social e o Observatório das Migrações Internacionais são alguns dos mais utilizados. Observamos também dados relacionados ao trabalho, como as plataformas RAIS e CAGED, assim como informações do Ministério do Trabalho e Emprego. Além disso, as referências bibliográficas de outros pesquisadores que também realizam seus próprios estudos, com levantamentos de dados através de associações de classe, secretarias de assistência social e mesmo questionários com a população.

Para esta tese, foram utilizados inúmeros outros estudos relacionados à migração, ao setor frigorífico e também à precarização dentro das indústrias vivenciada especialmente por migrantes. Apesar de nosso foco não ficar restrito unicamente a experiências laborais, é importante entender que por si só, o trabalho na indústria frigorífica implica em uma real precarização que só contribui para elevar os níveis de vulnerabilidade⁴. Podemos citar alguns exemplos: em relação às

⁴Como disponível nos conceitos de vulnerabilidade do trabalho do MTE (2009), muitas análises erroneamente levam em consideração que apenas o fato de haver acesso ao emprego já contribuiria para a diminuição desta vulnerabilidade. Mas em muitos casos o trabalho precário, com baixos salários,

migrações internas contemporâneas, podemos trazer os estudos de Brito (2009), que nos apontam para vertentes econômicas e sociológicas que podem influenciar as migrações mas também nos levam a refletir sobre o caso brasileiro e as particularidades do movimento migratório em cada período de tempo: o autor aponta que, enquanto pré anos 80 a migração era a solução mais fácil para uma possível ascensão na vida, após uma intensa urbanização ocorre a situação contrária: com um mercado de trabalho cada vez mais exigente, são poucas as possibilidades de um migrante pobre e pouco escolarizado ascender. Assim, se submetem à precarização em empresas que exigem pouca experiência ou, ainda, praticam a migração de retorno, buscando melhores oportunidades na terra natal.

Outro exemplo é a dissertação de Gilvani Mazzuco Jung (2018) tratando das experiências dos avicultores integrados no Sul de Santa Catarina, onde retrata uma relação de subordinação dos pequenos proprietários para com os frigoríficos: explicita os mecanismos de coerção utilizados pelas empresas, através de contratos unilaterais, obscuridade nas remunerações, e até mesmo “ameaças veladas”, exigindo dos integrados o atendimento total aos requisitos impostos pela empresa, sob pena de serem punidos financeiramente ou sumariamente excluídos do quadro de integrados. Através deste exemplo, podemos entender o tipo de precarização a que podem ser submetidos os trabalhadores em geral e também os migrantes, que, assim como os integrados, se encontram em situação de vulnerabilidade e dependência dos frigoríficos.

Outros estudos utilizados foram os de Soares (2004) sobre as doenças músculo-esqueléticas ocasionadas pelo esforço repetitivo no setor de produção das indústrias, Deschamps e Delgado (2014) com uma análise situacional sobre a migração relacionada ao estado de Santa Catarina, Dal Magro, Coutinho e Moré (2015) sobre as relações de poder dentro dos frigoríficos, inibindo os trabalhadores a requisitar assistência médica e assim resultando num agravamento dos problemas de saúde, Baeninger (2015) sobre as tendências para a migração interna brasileira para este século, de Machado (2016) e Guiland (2017), sobre o adoecimento mental dos trabalhadores dos frigoríficos, Graf (2019) sobre o trabalho feminino, entremeando seu

com relações laborais cotidianas instáveis devido ao ambiente de pressão propiciado pela necessidade de exponenciar os lucros dos empregadores, as incertezas quanto à permanência no emprego, a insalubridade do ambiente de trabalho, são fatores que contribuem para a permanência do quadro de vulnerabilidade social (MTE, 2009).

cotidiano doméstico e nos abatedouros, entre outros. Como veremos em nossas entrevistas, mais do que as imposições do cotidiano laboral ou a situação de renda que não condiz com o desejado na migração, são situações emocionais que mais afetam os migrantes: o ambiente difícil dos frigoríficos contribui para o desenvolvimento de uma maior fragilidade mental.

Para obter acesso ao que já foi produzido sobre os assuntos que abordamos, utilizamos diversas bases de dados. Uma destas foi a plataforma CAPES, mantida pelo Ministério da Educação, e na qual foi possível encontrar as respectivas quantidades de artigos, teses, livros, resumos, de acordo com a palavra chave escolhida: Migração (5.449 resultados); frigoríficos (1.050 resultados); migração e frigoríficos (22 resultados); migração e precarização (140 resultados); migração interna (968 resultados). Quando procuramos por vulnerabilidade, são 54.361 resultados; associados vulnerabilidade e migração, 1.325 respostas; juntando vulnerabilidade e frigoríficos, há queda para 147 resultados. Já na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, foram 5.820 resultados para migração, 477 resultados para migração interna, 8 resultados para migração e frigoríficos; 23 para migração e precarização. A temática vulnerabilidade traz 8444 resultados, caindo para 132 quando associada à migração e apenas 6 quando a busca é por vulnerabilidade e frigoríficos.

Também buscamos nos repositórios de duas das universidades geograficamente próximas aos municípios estudados. No caso da UNESC, entre teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso, 389 apontaram a palavra migração; 217 citam migração interna; apenas 16 mesclam migração e precarização; a mesma quantidade para migração e frigoríficos; 104 tratam apenas de frigoríficos. Ainda, para vulnerabilidade aparecem 535 estudos com esta palavra chave, enquanto são 77 quando associados à migração. No caso da Unisul, foram 47 resultados para migração, 14 para frigoríficos; 208 para migração interna, 61 para migração e frigoríficos e 55 para migração e precarização. São apenas 32 registros quando se associa vulnerabilidade e frigoríficos; 394 quando vulnerabilidade e migração são pesquisados. A expressão “migração interna” é a que menos aparece nos registros destas bases de dados.

Muitos dos artigos, dissertações e teses das bases acima citadas e de inúmeras outras foram lidos e esmiuçados. Foi certamente o conjunto de todo o conhecimento apreendido nestes estudos que formatou esta tese, porém o fato é que,

especificamente sobre o tema que trataremos, há poucos estudos relacionados. As inúmeras referências sobre migração tratam em sua maioria da migração internacional, muito pouco sobre a migração interna como os números demonstram. A vulnerabilidade e precarização que os migrantes vivenciam também é refletida especialmente no âmago do imigrante, que encontra entre outras barreiras o idioma e a falta de documentação para tornar sua situação legal, situação diversa da encontrada pelos brasileiros que migram dentro do país, mas que nem por isso torna os migrantes internos menos precarizados dentro de seu cotidiano.

Por fim, trouxemos também uma descrição do setor frigorífico, visto que o trabalho ofertado por estes foi considerado, pelas palavras de nossos entrevistados, como o principal chamariz para os migrantes que se deslocam ao sul catarinense. É importante esta análise por se tratar de um segmento que oferta um trabalho precarizado ao extremo, proporcionando prejuízos físicos e mentais a todos os trabalhadores do ramo. A situação é agravada justamente quando trata dos migrantes, que além do desgaste físico e mental relacionado ao trabalho, convivem com a pressão de estar fora de seu local de origem, evidenciando ainda mais sua vulnerabilidade. Acreditamos que esta análise contribuiu para a relevância da tese, visto a exposição de um segmento que historicamente vem contribuindo para a precarização de um grande número de trabalhadores, além de seus familiares, amigos e a comunidade em geral que indiretamente são afetados pelos transtornos vivenciados pelo trabalho nas agroindústrias.

Para melhor entender a problemática que buscaremos responder nesta tese, é necessário trazer luz ao conceito de *vulnerabilidade social*. Primeiro, é necessário diferenciá-la da exclusão social, um termo que seria mais definitivo, uma condição bastante difícil de ser modificada. Já quando tratamos de vulnerabilidade, entendemos como uma situação que pode ser temporária, passível de mudança, além do qual também é possível verificar níveis nas quais o cidadão nesta condição pode ser classificado. Sua adesão ao termo vulnerabilidade estaria condicionada à sua possibilidade ao ingresso justo às oportunidades de trabalho/emprego, à forma com que consegue se inserir em sociedade e ter acesso à dinâmica de vida social, seja em família ou pelos grupos sociais, e ainda, ao seu acesso aos serviços e políticas públicas (MTE, 2009). Fica evidente que esta situação de vulnerabilidade é muito mais visível quando tratamos de pessoas em condições de pobreza, muitas vezes banidas de seus direitos como pessoa e também como trabalhador. Ainda, que

a vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupos sociais refere-se à maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam o seu bem-estar, ou seja, a posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento de oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade. (MTE, 2009, p. 14).

Vamos tomar como exemplo as situações em que o indivíduo é público de proteção da Política Nacional de Assistência Social: quando se encontra em uma das condições de vulnerabilidade ou risco abaixo:

[...] famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (PNAS, 2004)⁵

Assim, entendemos que muitos indivíduos praticam a migração numa tentativa de modificar esta condição. Para fugirem do desemprego ou informalidade, visam mudar para locais onde há vagas disponíveis, e que, se possível, não exijam experiência ou formação acadêmica, pois estes requisitos geralmente são impeditivos para o acesso ao emprego; procuram locais onde haja um maior acesso a políticas e serviços públicos, seja acesso a creches, escolas, serviços de saúde gratuitos e acessíveis, segurança pública, atendimento capacitado da assistência social do município; buscam desfazer a vulnerabilidade no contato social através das redes sociais que os conduzem aos municípios de destino: se muitas pessoas de seu círculo ficam na origem, outros que já traçaram o mesmo caminho posteriormente vão lhes proporcionar o acolhimento no novo lar.

É por esta diversidade existente nas motivações que levam à migração que se faz necessário introduzir o conceito de experiência, abordado por Thompson (1981). Seja através de relatos, evidências, documentos, retratar as vivências dos indivíduos é uma prática que transcende a teoria. Cada ser humano desfruta de sua

⁵Para uma melhor compreensão de como os números podem mudar de uma região a outra no Brasil, podemos analisar o Atlas da Vulnerabilidade Social, um compilado do IPEA. Entre os vários índices divulgados, está o Índice de Vulnerabilidade Social, trazendo uma “média aritmética dos índices das dimensões: IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho” (IPEA). Ao analisar o ano de 2015, por exemplo, o Brasil como um todo conta com o IVS de 0,206. No mesmo ano, enquanto a região Nordeste dispõe de um índice de 0,278, o índice da região Sul é bastante inferior, de 0,174. Já no estado de Santa Catarina, ainda menor, apenas 0,118. Assim como o índice Gini, quanto menor o índice, menor a vulnerabilidade social do indivíduo/grupo familiar. (IPEA)

própria história, que sofre influências por sua cultura, sua religião, seu domicílio geográfico, sua classe social, entre tantos outros fatores que constroem o cidadão ali presente. Como poderia assim uma teoria atender a todos os seres humanos de uma mesma classe social, por exemplo, se entre eles são tão diferentes quanto os dedos das mãos? Thompson (1981) nos ensina que

[...] a teoria está sempre recaindo numa teoria ulterior. Ao recusar a investigação empírica, a mente está sempre confinada aos limites da mente. Não pode caminhar do lado de fora. É imobilizada pela câibra teórica e a dor só é suportável se não movimentar seus membros (THOMPSON, 1981, p.185).

Quando realizamos um estudo guiado unicamente pelos ensinamentos propostos pela teoria, corremos o risco de apresentar um trabalho com sérias limitações, restrito apenas, como nos citou Thompson acima, aos limites de nossa mente: abrimos mão das experiências vivenciadas pelos indivíduos que são objeto de nosso estudo. Podemos perceber que o conceito de experiência é fundamental para considerar o ser individual, enquanto um estudo puramente teórico tende a generalização.

É também a utilização de Thompson (1987) da expressão “fazer-se” que nos conduz à própria experiência. Quando se refere ao fazer-se da classe operária inglesa, objeto de seu estudo, o autor a cita como algo vivo, que se cria e se transforma de acordo com as ações dos trabalhadores, influenciadas pela sociedade em que estão inseridos. Ou, parafraseando, “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história, e, ao final, está é sua única definição (THOMPSON, 1987, p. 12)”. Somente quando observamos as movimentações dos trabalhadores, como trazem para o ambiente sua própria cultura e história de vida e com isso ocasionam transformações na sociedade em que vivem, é que podemos realmente entender o contexto em que estão inseridos. É preciso compreendê-los individualmente: teorias não dão conta da complexidade destas relações.

O autor deixa claro que as bagagens culturais são os principais influenciadores das experiências dos seres humanos. E que é necessário sempre visualizar a construção da história através do ponto de vista das pessoas comuns, considerando suas atitudes e explorando as motivações de suas tomadas de ação. Sempre que estuda a formação das classes sociais, Thompson (1997) observa que as mesmas não apresentam um padrão, pois são constituídas de indivíduos que trazem consigo distintas perspectivas de vida, já que “a construção das experiências

históricas e sociais perpassam todos os segmentos da existência humana e elas se organizam em função das formações religiosas, das atitudes e também das atividades profissionais exercidas” (MELO JUNIOR, 2014).

É por concordarmos com o entendimento de Thompson quanto à categoria experiência que ela foi o norte da pesquisa. Através da perspectiva de homens e mulheres que se utilizam da migração para tentar um recomeço em suas vidas, com uma expectativa de obter maior êxito do que quando viviam em sua cidade de origem, é que obtivemos respostas às perguntas desta tese. Porém, somente compreendemos as experiências vivenciadas quando também dispusermos de referências teóricas que nos subsidiaram quanto ao entendimento destas vivências.

Nesta pesquisa, buscamos entender o fenômeno das migrações internas, ou seja, que ocorrem dentro do Brasil: podem ser de um estado a outro⁶, dentro de um mesmo estado⁷ ou numa mesma região, de uma cidade para outra vizinha. Esta temática conta com um número bastante inferior de estudos se compararmos aos que se referem à migração internacional. Singer (2019) relaciona como um grande motivador para esta migração regional a urbanização, ocasionada principalmente pelo processo de industrialização das cidades. Esse deslocamento vem sempre impulsionado pela disponibilidade para juntar-se ao mercado de trabalho, seja porque as oportunidades se escassearam onde os migrantes viviam anteriormente, seja porque há ambição por melhorias nas condições de vida atuais. Essa migração geralmente se dá do interior para a cidade, o que pode ser uma cidade mediana ou uma metrópole, entretanto sempre maior do que a que se vivia originalmente.

O processo de urbanização, em especial no caso brasileiro, pode ser compreendido pela perspectiva do geógrafo Milton Santos (2002). A importante associação que o autor faz entre urbanização e pobreza merece aqui ser destacada:

Ao longo do século, mas, sobretudo, nos períodos mais recentes, o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com o da pobreza, cujo *locus* passa a ser, cada vez mais, a cidade, sobretudo a grande cidade. O campo brasileiro moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos. A indústria se desenvolve com a criação de pequeno número de empregos, e o terciário associa formas modernas a formas primitivas que remuneram mal e não garantem a ocupação. (SANTOS, 2002, p. 11).

⁶Migração inter-regional

⁷Migração intrarregional

Esta análise da urbanização revela um paradoxo: ao mesmo tempo que o campo não provém mais o sustento do trabalhador, também a cidade não se configura como uma salvação. A maioria dos migrantes que faz a mudança para a cidade grande necessita de uma fonte imediata de renda, visto que tem pouca ou nenhuma reserva financeira. Para alguns migrantes esse processo é mais fácil: muitos são motivados por familiares ou amigos que já vieram para a cidade, e que os auxiliam a encontrar um trabalho, as vezes na mesma empresa em que atuam: também fornecem uma moradia temporária, em suas próprias casas, e outros auxílios, enquanto o migrante se adequa à nova vida. Os orientam em como se integrar em sociedade, os apresentando a outras pessoas e fornecendo informações sobre o local em que se encontram.

Acontece que muitos não têm esse auxílio e precisam desde o início se integrar por conta própria. Sendo assim, acabam por aceitar qualquer emprego, por mais precarizada que seja a condição oferecida. Ou, na ausência de trabalho, submetem-se à informalidade do que aparecer, desde que resulte em algum ganho financeiro. Frequentemente viverão em condições muito piores dos que às que tinham na origem: ocupam seus lugares nas periferias, precisando do transporte público para percorrer grandes distâncias até o trabalho, vivendo de aluguel enquanto na cidade de origem dispunham de casa própria, com dificuldades de acessar o sistema de saúde pública, quando no local anterior o número reduzido de pessoas proporcionava um atendimento quase que imediato. Ao final do mês, nada sobra, sendo consumido pelas necessidades que surgem pelo fato de estarem na cidade grande. Bem colocado por Santos (2013, p.10): “a grande cidade, mais do que antes, é um polo de pobreza (a periferia no polo...), o lugar com mais força e capacidade de atrair e manter gente pobre, ainda que muitas vezes em condições sub-humanas.”

É como retratado por Durhan (1973), ao falar sobre este mesmo processo de urbanização, em especial direcionado à cidade de São Paulo. Ao retratar o abandono da economia de subsistência agrícola pela busca de vagas no segmento industrial, estão envolvidas questões que vão muito além de uma melhoria no quesito financeiro: os vínculos familiares e de amizade, por exemplo, são um fator de extrema importância nos movimentos migratórios. E são inúmeras situações de influência: jovens que buscam fugir do domínio paterno tentando sobreviver com sua própria fonte de renda, vendo na migração uma alternativa viável; famílias numerosas enviando membros para familiares já estabelecidos na cidade, diversificando assim

as fontes de renda; relações de amizade que culminam em convites para se estabelecer em novos ambientes anteriormente desbravados por um dos amigos, entre inúmeras outras situações (Durhan, 1973).

Fato é que, como posto por Durhan, apesar de os migrantes atribuírem sua mudança unicamente ao desejo de melhorar de vida, nem sempre sabem precisar porque realmente migraram. A autora, que trabalhou com entrevistas como forma de conduzir seu estudo, diz que “a própria parcimônia e generalidade das respostas é um elemento significativo, pois revela o quanto esta percepção é parcial e incompleta (DURHAN, 1973, p.112)”. Em suas entrevistas, a autora ouviu como motivações a migrar relatos de salários baixos, trabalho duro, condições climáticas desfavoráveis à agricultura, má administração dos recursos pela família. Para este trabalhador, em sua concepção, a vida precisa de uma mudança completa, abandonando tudo o que vivia em sua vida pregressa: como a maioria dos migrantes vem da vida rural, significa se estabelecer na cidade.

Podemos entender então que os migrantes em geral realizam uma troca: da economia de subsistência, do trabalho escasso e mal remunerado da origem, algumas vezes rural, pela industrialização da cidade. O migrante vai para o meio urbano fazer parte do exército industrial de reserva: quando as fábricas demandam a rápida substituição ou o incremento de mão de obra, este trabalhador estará disponível para ocupar um lugar na linha de produção. Seu pouco conhecimento técnico implicará que ocupe um trabalho de muita produtividade e pouca remuneração, levando-lhe a uma condição de precarização que em muitos momentos lhe proporcionará condições de vida até piores às de sua vida pregressa. Porém, a esperança deste trabalhador é que com seu esforço irá com o tempo progredir e alcançar a tão sonhada qualidade de vida que veio buscar. Alguns realmente atingirão esse objetivo: com o tempo ascenderão em sua carreira profissional, conseguirão melhores salários e terão uma vida digna e confortável. Mas uma imensa maioria estará condenada a eternamente vender sua força de trabalho pelo mínimo possível para sobreviver: se não se submeter a isto, outro o fará em seu lugar (SINGER, 2019).

E não somente sob a ameaça de ser substituído por outro trabalhador vive o migrante. A exigência por uma reprodução cada vez mais acentuada do capital faz com que insurjam continuamente novas configurações na esfera produtiva, a fim de exponenciar a produtividade através da diminuição de recursos: a mão-de-obra frequentemente é afetada por esta situação, seja através da terceirização, da

flexibilização dos horários, do afastamento dos mais velhos (teoricamente menos produtivos), da inserção da tecnologia que substitui homens por máquinas. A produtividade será sempre o principal objetivo, pois, como posto por Antunes (2009, p.202), “a jornada pode até reduzir-se, enquanto o ritmo se intensifica”. Para o migrante, esta pode ser uma circunstância que, em seu decisivo momento de mudança, não buscava encontrar: persiste a esperança de que há trabalho para todos.

Ao optar pela migração, é quase um consenso que os trabalhadores buscam por melhorar sua qualidade de vida. A possibilidade de obter um emprego formal parece ser um dos fatores determinantes para esta mudança. Acontece que nem sempre o desejado é alcançado, e o trabalhador pode ser exposto a uma série de novas configurações que hoje predominam no mundo do trabalho. A terceirização, a informalidade, a omissão dos direitos, o desemprego, fazem com o trabalhador possa encontrar um cenário ainda mais desolador do que vivenciava anteriormente. O artigo 23 da Declaração de Direitos Humanos estabelecida pela ONU fala sobre os direitos relacionados ao trabalho, seja a igual remuneração por igual trabalho, à remuneração adequada que permita ao trabalhador e seus familiares preservarem a dignidade humana, o direito à sindicalização e o próprio direito ao trabalho e à livre escolha de emprego. Infelizmente, como retratamos acima, a realidade é bem diferente, independente da condição de migrante ou não.

É necessário aqui inserir a concepção de redes sociais, um dos maiores aspectos influenciadores da migração. De acordo com Matos e Braga (2009), as redes são “fundamentalmente o meio pelo qual os sistemas migratórios se processam. As análises devem considerar o migrante não somente por seus atributos pessoais ou intenções individuais, mas sim como uma entidade dotada de relações que se conecta a outros conjuntos definidos por laços de parentesco, amizade, conhecimento” (MATOS E BRAGA, 2009, p. 29-30). Mais que uma decisão individual, é por meio de contatos com amigos, parentes, familiares no local de destino, que decidirão principalmente o local para onde o migrante irá mudar. Como também posto pelos autores,

[...] os motivos que originam um determinado movimento podem estar associados a transformações estruturais nas sociedades, no entanto, a continuidade da migração provavelmente está mais relacionada a laços estabelecidos entre locais de origem e destino, que vão conferir estabilidade aos fluxos contínuos entre duas ou mais localidades. (MATOS E BRAGA, 2009, p.30)

As redes sociais são, assim, um produto das relações sociais do indivíduo. As relações de parentesco ou amizade serão determinantes para o processo migratório. Como posto por Dornelas (2001), estas redes não somente intermediarão a vinda, como determinarão a atividade laboral a ser executada: por meio destas redes, o migrante se configura como trabalhador, pois é o trabalho (e a execução satisfatória deste) que justifica sua migração.

Neste estudo, fez-se necessária uma abordagem qualitativa. Além da pesquisa bibliográfica, através de fontes de dados oficiais, artigos, teses, dissertações e livros, utilizamos como fonte de pesquisa entrevistas semiestruturadas. Para melhor compreensão do público alvo que buscamos retratar, foram entrevistadas treze pessoas de diferentes públicos, sendo oito migrantes e cinco não migrantes (estes últimos membros do SINTIACR⁸ e da secretaria de assistência social das cidades). Entre os migrantes entrevistados, nem todos trabalhavam no momento da entrevista nas agroindústrias, mas compartilhavam com estas pessoas a condição de migrar para deixar de vivenciar uma situação de vulnerabilidade.

É importante ressaltar que os três últimos dos quatro anos deste doutorado se passaram durante o período pandêmico. Assim, algumas fontes de dados e estratégias de pesquisa que haviam sido pensadas na concepção se tornaram de difícil ou mesmo impossível acesso. É o caso do CENSO⁹, originalmente programado para realização no ano de 2020. Entre as perguntas importantes que trariam dados atualizados para esta tese estavam: local de nascimento, se o respondente já havia morado em outro município ou país, há quanto tempo morava no município presente e onde morava antes (inclusive o município), entre outros¹⁰. Na indisponibilidade destas informações, foram usados recenseamentos anteriores, assim como outras fontes, porém é importante o registro da ausência desta que seria uma fonte de dados imprescindível para um melhor do panorama das migrações contemporâneas, contempladas nesta tese.

⁸ Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de Criciúma e Região.

⁹ Não somente pela pandemia do COVID-19 ocorreu o adiamento do recenseamento. Também restrições orçamentárias de até 90% na verba destinada fizeram com que o CENSO fosse adiado, sendo realizado no segundo semestre de 2022 e início de 2023 (na data de entrega desta tese, os dados finais não haviam sido divulgados).

¹⁰ Fonte: <https://censo2022.ibge.gov.br/sobre/questionarios.html>. Acesso em 01 de Março de 2023.

Ainda, o objetivo era que houvesse um número maior de entrevistados¹¹, todavia tivemos que trabalhar com um número reduzido em função das restrições ocasionadas pela pandemia. Inclusive, durante o período em que as entrevistas foram realizadas (segundo semestre de 2021), a região Sul de Santa Catarina registrava ocorrências de aumento dos casos da doença, assim nos adequamos à realidade, tentando obter maiores informações com um número menor de pessoas. Também, optamos por em Nova Veneza ouvir o corpo técnico da Secretaria de Assistência Social e em Forquilha, o representante do SINTIACR (que atende os dois municípios, mas sua sede principal com os funcionários do sindicato fica nesta cidade), numa forma de saber um pouco da perspectiva das pessoas de cada município. Entre os migrantes, havia entrevistados que residiam em Forquilha e outros, em Nova Veneza.

O objetivo das entrevistas foi revelar as experiências vivenciadas pelos migrantes, seja em sua vida no local de origem até seu status atual. Objetivamos conhecer as motivações que inspiraram a migração, se houve influência de redes sociais que auxiliaram na escolha do destino, relatar possíveis dificuldades durante o processo de migração; após estabelecido no destino, qual a percepção o migrante tem de sua condição atual, como encara sua rotina laboral e social, como avalia sua situação presente perante o vivenciado anteriormente na origem, quais perspectivas para o futuro. Acrescentamos ainda um tópico atual, que seria a influência da pandemia da COVID-19 em seu cotidiano, levando sempre em conta o fato de ser um migrante distante de seu local de origem e conseqüentemente, de familiares e amigos. Por meio dos entrevistados não migrantes, buscamos compreender pontos que podem ser visualizados de maneira mais geral, como percepções de um dirigente sindical ou das assistentes sociais dos municípios citados, constantemente procurados por pessoas em situação de migração.

Este recurso de entrevistas faz parte da História Oral, uma metodologia que já foi utilizada por esta pesquisadora em seus estudos sobre os trabalhadores das olarias da cidade de Sangão. Mostra-se o modelo adequado, seja por haver uma escassez de registros no que tange ao objetivo geral desta pesquisa, seja pela

¹¹ Havia também o planejamento de realizarmos um questionário socioeconômico com um número significativo de migrantes que trabalhassem na JBS, para que pudéssemos fazer uma melhor identificação do perfil deste público-alvo. Porém, as medidas de distanciamento social e o alto número de contaminações no estado catarinense nos demoveram da ideia, optando por outros recursos de pesquisa.

capacidade de, através de relatos dos entrevistados, revelar detalhes que apenas a pesquisa bibliográfica não permitiria. Ao acessarmos dados oficiais, por exemplo, conseguiremos obter estatísticas de grande valor para esta pesquisa, porém os mesmos não revelam nem as motivações por trás do processo migratório, nem as experiências vivenciadas pelos migrantes, seja no seu percurso de deslocamento ou no seu cotidiano após seu estabelecimento na nova localidade.

A História Oral é fortemente utilizada em estudos sobre migração, justamente por possibilitar encontrar uma autoafirmação do migrante, pois poderá contar seu lado da história de acordo com seu ponto de vista pessoal e as experiências que vivenciou, não deixando assim que sua pessoa seja generalizada apenas de acordo com o contexto social ou econômico da migração. As migrações em geral não têm apenas uma única motivação, como por exemplo, a busca de uma estabilidade financeira, e sim um conjunto de situações que a ocasionam. Somente ouvindo as palavras dos interlocutores poderemos nos aproximar de uma percepção mais aprofundada a respeito da decisão migratória.

Alistair Thomson (2002) aponta uma série de situações que podem ser favorecidas nos estudos dentro da História Oral, quando se trata de um estudo sobre migração: é preciso primeiro compreender que os registros sobre o fenômeno nem sempre estão corretos, e, uma vez mais, podem ser extremamente generalistas, colocando todo um grupo que realiza a migração como uma unidade, enquanto esta análise deveria ser individual. As mais decisivas experiências podem estar simplesmente ocultas, ou registradas de forma incorreta, pois, como traz o autor,

[...] embora as pressões econômicas frequentemente influenciem as decisões de migração, o testemunho pessoal revela o completo entrelaçamento de fatores e influências que contribuem para as migrações e para os processos de troca de informações e negociações no interior das famílias e das redes sociais. (THOMSON, 2012, p.345)

A abordagem da História Oral tem características que permitem obter resultados que dificilmente virão por meio de outros métodos. Na palavra escrita, podemos repensar inúmeras vezes o discurso, revisá-los de forma a deixar a escrita mais agradável ou pouco comprometedor. Na História Oral aposta-se na perspicácia do entrevistador em buscar despertar tanto lembranças do passado quanto fatos do presente, que serão contados de forma espontânea e, provavelmente, com maior riqueza de detalhes. Há críticas de que este método não teria eficácia visto que a memória do entrevistado pode ser falha, principalmente quando se decorre um tempo

considerável da experiência vivenciada, ou que este poderia distorcer a informação. Porém, mesmo esta possível falha ou distorção poderia ser fruto do contexto social e histórico em que o entrevistado se insere, e por mais que nem sempre a narrativa seja absolutamente condizente com a realidade, para o respondente ela pode ser sua verdade absoluta. O método é fundamental para o desenvolvimento desta tese, pois, como já explica Porteli (1997)

[...]fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. Fontes orais podem não adicionar muito ao que sabemos, por exemplo, o custo material de uma greve para os trabalhadores envolvidos; mas contam-nos bastante sobre os custos psicológicos (PORTELI, 1997, p.31).

Esta tese está assim constituída: no primeiro capítulo, contextualizamos brevemente a migração interna do Brasil e de Santa Catarina, assim como a formação das populações de Nova Veneza e Forquilha; também, as migrações contemporâneas dirigidas a estes municípios. Ainda, realizamos um comparativo de vulnerabilidade social entre estas e duas cidades polos de expulsão para estes migrantes, localizadas na região Nordeste, de forma a buscar compreender as motivações envolvidas no processo decisório da migração.

No segundo capítulo, apresentamos o segmento frigorífico. Buscamos abordar a importância do setor para a economia brasileira, mas principalmente, demonstrar o sistemático modelo de precarização do trabalho executado por estas agroindústrias, assim como destacar as possíveis condições de vulnerabilidade nas quais se inserem os trabalhadores, migrantes ou não, a partir do momento em que vendem sua força de trabalho às indústrias deste segmento.

No terceiro capítulo, iniciamos o relato das experiências dos migrantes que vivem atualmente em Nova Veneza e Forquilha, impulsionadas pela formação das redes sociais e pela necessidade de melhoria nas condições de sobrevivência. Abordamos a percepção do migrante em relação à resistência dos moradores locais à sua presença, assim como as diferenças culturais entre as duas populações. Ainda, as dificuldades encontradas, seja pela distância dos familiares, pelos preconceitos vivenciados, pela precarização no trabalho e pela já debatida vulnerabilidade social.

Por fim, no quarto capítulo, abordamos situações de pobreza e vulnerabilidade que permanecem se perpetuando após a migração. Ainda, traremos relatos de migrantes sobre situações ocorrida durante a pandemia de COVID-19,

assim como os relatos de quem, sem alternativas, precisou optar pela migração de retorno.

2 VULNERABILIDADE E MIGRAÇÃO: CARACTERÍSTICAS DA FORÇA DE TRABALHO CATARINENSE.

2.1: VULNERABILIDADE SOCIAL: A ENGRENAGEM QUE CONTRIBUI NO DIRECIONAMENTO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS AO SUL DE SANTA CATARINA.

Na introdução desta tese, abordamos as motivações que levam os migrantes a se direcionarem para outras cidades e regiões, buscando sempre a melhoria de sua qualidade de vida. Isto ocorre através de vários contextos, seja uma melhor condição financeira, a oportunidade de se escolarizar, possibilidades diversas de convívio social, cultural, religioso, maior gama de atividades de lazer, etc. Entretanto, é na vulnerabilidade social que encontramos uma forte tendência a executar a migração. Mas como saber se determinado (a) cidadão (ã) encontra-se em tal condição? O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) reúne indicadores que, triangulados, indicam um coeficiente que determina se e o quanto a população de determinado município é vulnerável. São dezesseis indicadores, divididos nas categorias infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho, onde

[...] a definição de vulnerabilidade social em que esse IVS se ancora diz respeito, precisamente, ao acesso, à ausência ou à insuficiência de tais ativos, constituindo-se assim num instrumento de identificação de falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional. (ATLAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL, 2015, p. 13)

Assim, entendemos que, quando observamos municípios onde os índices demonstrados ficam mais próximos de 0 do que de 1, maior índice possível, compreendemos que sua população tende sempre que possível a emigrar para outras localidades onde os índices sejam superiores, principalmente se nestes já residem outros familiares ou conhecidos que possam dar boas referências e que tenham supostamente alcançado uma melhoria de vida após a migração. Assim, neste momento, realizaremos um comparativo entre os dados de vulnerabilidade social entre os dois municípios que estudamos, Nova Veneza e Forquilha, e dois municípios dos quais emigram muitos dos participantes de nosso estudo, Tutóia e Salgadinho¹². Os dados são de Agosto de 2010¹³:

¹² De acordo com as informações disponibilizadas no CADSUS, eram as cidades com o maior número de migrantes nordestinos em cada município. Em Nova Veneza, 12 dos migrantes cadastrados eram de Salgadinho (Pernambuco), assim como 8 de Tutóia (Piauí). Já em Forquilha, eram 38 os migrantes vindos de Tutóia.

¹³ Nem todos os dados do IVS estão disponíveis nesta análise, foram escolhidos os considerados pela autora como mais relevantes para demonstrar a vulnerabilidade social.

Tabela 01 - Comparativo de Índices de Vulnerabilidade Social.

	Tutóia (MA)	Salgado (PE)	Nova Veneza (SC)	Forquilha (SC)
População	52.788	9.312	13.309	22.548
Prosperidade Social	Muito Baixo	Muito Baixo	Muito Alto	Muito Alto
Taxa de Fecundidade Total	3,31	1,74	1,57	1,87
População Vulnerável de 15 a 24 anos	8.581	1.363	82	330
População ocupada vulnerável à pobreza que retorna diariamente do trabalho	7.734	505	160	441
% de empregados com carteira - 18 anos ou mais	11,74%	27,46%	60,31%	62,72%
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	18,73%	24,29%	40,90%	34,53%
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais	35,15%	36,37%	60,01%	56,44%
Rendimento médio dos ocupados - 18 anos ou mais	R\$412,15	R\$386,20	R\$1200,00	R\$1140,36
IVS Infraestrutura Urbana	0,687	0,324	0,08	0,06
IVS Capital Humano	0,621	0,665	0,255	0,246
IDHM	0,562	0,535	0,768	0,753
Esperança de vida ao nascer	68,33	68,77	77,14	76,64

Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social, 2019.

Em primeiro lugar, precisamos considerar que são cidades de diferentes portes, pelo tamanho de sua população. Enquanto a cidade de Tutóia pode ser considerada de médio porte, as demais são cidades de pequeno porte.¹⁴ Desta forma, usaremos sempre números percentuais para a análise, de forma a tornar a comparação mais realista. Também podemos perceber que há nos migrantes das duas cidades do Nordeste uma característica que os opõe: enquanto os migrantes de Tutóia se mudam para cidades menores que a original, no caso de Salgadinho a migração é para cidades mais populosas em relação à sua, ainda que se tratem de cidades de pequeno porte. Ou seja, não podemos tomar como ponto de partida o fato de que há um padrão de pessoas migrando para cidades maiores ou menores que a de origem, visto que isso difere no caso dos municípios tomados como exemplo.

Ao tentar compreender as motivações da migração que ocorre entre as cidades, podemos observar de acordo com os dados do Atlas, que os dois municípios do Nordeste concentram números que enfatizam condições de vulnerabilidade possivelmente vivenciadas pelas pessoas que se dirigem ao Sul. Podemos citar com exemplo alguns dos dados presentes na tabela. Um deles é o IVS Capital Humano, que considera os aspectos de saúde e educação, de forma a observar com os indivíduos participam da inclusão social. Neste caso são analisados índices como mortalidade infantil, frequência escolar de crianças e também a escolaridade dos adultos, precocidade das mães, mães responsáveis pela família, jovens desempregados, entre outros. (IPEA, 2015)

O Atlas da Vulnerabilidade Social desenvolvido pelo IPEA traz como conceito de prosperidade social “a ocorrência simultânea do alto desenvolvimento humano com a baixa vulnerabilidade social, sugerindo que nas porções do território onde ela se verifica, ocorre uma trajetória do desenvolvimento humano menos vulnerável e socialmente mais próspera” (IPEA, 2015). Quanto menor o índice, menor incidência de vulnerabilidade na população do município¹⁵. Quando observamos que

¹⁴São classificadas de pequeno porte cidades com menos de 50 mil habitantes, assim como de médio porte cidades entre 50 e 100 mil habitantes (IBGE, 2009). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2009/10/06/criados-criterios-de-classificacao-do-espaco-urbano-e-rural#:~:text=%2D%20De%20m%C3%A9dio%20porte%2C%20se%20tiver,superior%20a%20cem%20mil%20habitantes.>

¹⁵ No anexo 1, é possível encontrar a tabela com as legendas de cada IVS analisado.

nas cidades do Nordeste os índices são de 0,621 e 0,665, enquanto nas do Sul são de 0,255 e 0,246, encontramos uma disparidade marcante, apontando para uma melhor escolarização de crianças e adultos, índices diminutos de mortalidade infantil, redução na quantidade de mães solo e também de chefes de família, condizentes com uma maior inclusão social dos moradores de Forquilha e Nova Veneza. Podemos entender como uma melhor possibilidade de igualdade de oportunidades para quem reside nestas cidades, o que pode torná-las como um local de atração para moradores de Salgadinho e Tutóia, que não vivenciaram iguais condições em sua origem.

Outro IVS analisado é o de Infraestrutura Urbana que, de acordo com o IPEA (2015), “procura refletir as condições de acesso aos serviços de acesso aos serviços de saneamento básico e de mobilidade urbana.” Este índice reflete dados sobre coleta de lixo, abastecimento de água e adequação ao esgoto sanitário, assim como o deslocamento para o trabalho de pessoas em situação de vulnerabilidade.

De acordo com a amostragem do IBGE de 2010, o número de domicílios particulares de Tutóia era de 11.335, Salgadinho de 2.278, Nova Veneza de 4.043 e Forquilha de 6.934. Destes domicílios, a porcentagem que tinha coleta de lixo era de 26% em Tutóia, 33% em Salgadinho, 92% em Nova Veneza e 94,44% em Forquilha. Entre as outras opções questionadas (enterrado, jogado em rio/mar, jogado em terreno baldio/logradouro, queimado na propriedade e outro destino), se destacava o fato de que em Tutóia, quase 60% da população queimava o lixo na propriedade, situação que se repetia em Salgadinho, com quase 58% da população. Já em Nova Veneza, os números eram muito menores na mesma situação, em torno de 7%, e em Forquilha 5,06%

No caso da forma de abastecimento de água, havia também uma grande disparidade entre os municípios. Se torna importante ressaltar esta disparidade porque a portaria nº 888 do Ministério da Saúde¹⁶ estabeleceu padrões para controle e inspeção da qualidade da água para o consumo humano, assim como diretrizes que fixam normas para a classificação da água como potável. Sendo assim, entre diversas outras atribuições, compete às secretarias municipais não somente a autorização para as ligações de água em rede geral, mas também a fiscalização sobre a qualidade da água distribuída através de constantes inspeções, o que a princípio garante que o

¹⁶ Portaria GM/MS nº 888, de 04 de Maio de 2021. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt0888_07_05_2021.html

líquido seja potável e apropriado ao consumo humano. Porém, como garantir a mesma condição a quem recebe o abastecimento através de poços ou cisternas, sobre as quais o poder público geralmente não tem influência? Qual garantia que não haja contaminação na água? No caso de Salgadinho, em grande parte abastecida pelo armazenamento de água da chuva, os recipientes utilizados para a distribuição seguiriam o padrão exigido pelo Ministério? Havia garantia de chuva suficiente para que não houvesse interrupção do abastecimento? Estes questionamentos também influenciam ao indicar que esta população não recebia a adequada distribuição e qualidade de água considerada ideal pelo Ministério da Saúde.¹⁷

Tabela 02 - Fontes de Abastecimento de Água

	Tutóia	Salgadinho	Nova Veneza	Forquilha
Rede Geral	36,32%	42,62%	80,88%	81,25%
Poço/ Cisterna dentro da propriedade	40,02%	1,84%	15,55%	7,85%
Poço/Cisterna fora da propriedade	19,62%	2,37%	3,46%	0,50%
Rio/ Açude/ Lago/ Igarapé	2,36%	6,97%	--	--
Água da chuva armazenada na cisterna	--	44,75%	--	--

Fonte: Cidades: IBGE, 2010

Por fim, outro item analisado foi a questão de existência de banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário na residência. Mais uma vez, os números trouxeram uma grande diferenciação, o que auxiliou identificar a situação de vulnerabilidade vivenciada pelos moradores das cidades de Salgadinho e Tutóia. Quando falamos de Nova Veneza, apenas 10 dos 4043 domicílios não dispunham de banheiro de uso exclusivo do domicílio, mesmo caso de Forquilha com 99,27% dos domicílios com banheiro particular. Em Tutóia, a situação era bem diferente. São 11.335 domicílios, dos quais apenas 55,78% tinham um banheiro exclusivo da propriedade. 24,61% contavam apenas com vaso sanitário e 19,60% não dispunham nem de um, nem de

¹⁷ No Manual de Inspeção Sanitária em Abastecimento de Água, do Ministério da Saúde (2006), são elencados vários perigos que decorrem de fontes de abastecimento alternativas. No caso de captação de água da chuva, por exemplo, são citadas a falta de manutenção dos equipamentos de coleta, como os reservatórios, e o risco de proliferação do mosquito da dengue, visto os materiais de coleta serem propícios à existência do mosquito. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/inspecao_sanitaria_abastecimento_agua.pdf

outro. Em Salgadinho, dos 2278 domicílios, eram 62,29% as residências com banheiro próprio, ante 31,38% apenas com sanitário e 6,32% sem banheiro e nem mesmo sanitário.

Para além do IVS, podemos perceber que os municípios nordestinos eram muito mais desfavorecidos em todos os itens analisados. O próprio Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Nova Veneza (77,14) e Forquilha (0,753) era muito superior ao de Tutóia (0,562) e Salgadinho (0,535), numa métrica em que se considera os parâmetros de saúde, renda e educação. A expectativa de vida ao nascer era cerca de 8 anos superior quando se trata dos municípios catarinenses. Quando considerada a renda dos trabalhadores, ainda que os dados estejam desatualizados e constem de 2010, o salário de quem trabalhava em Santa Catarina era em torno de três vezes superior ao dos municípios do Nordeste, além de a ocupação de pessoas com ensino fundamental e médio possuir números muito mais expressivos nas cidades de Nova Veneza e Forquilha: a diferença chegou a ser de 60,01% para 35,15% em um dos exemplos.¹⁸

Ainda, quando consideramos a vulnerabilidade de pessoas entre 15 e 24 anos, percebemos que em Tutóia são 16,25% da população nestas condições, assim como 14,63% em Salgadinho. Já ao nos referirmos a Nova Veneza, os números mostravam 0,61% e em Forquilha apenas 1,46%. Por fim, quando cruzamos dados do IVS e do IDHM, chegamos a taxa de prosperidade social do município, obtida pelos dados cruzados de seus munícipes. No caso de Salgadinho e Tutóia, esses números apontam para a opção de prosperidade social muito baixa. Já nas cidades catarinenses, o mesmo índice era considerado muito alto.

Como posto por Katzman e Filgueira (1999), haveriam três categorias de pessoas vulneráveis: as que se encontram numa condição de marginalidade, onde já desistiram de empreender qualquer esforço para melhoria de vida, que não conseguem sequer satisfazer as necessidades básicas de alimentação e moradia, onde se poderiam categorizar as pessoas em situação de rua, vítimas de uso de drogas e prostituição, e também trabalhadores em situação de precarização extrema; os vulneráveis em situação de pobreza, que associam a melhoria de sua condição de vida a oportunidades de trabalho e a escolarização, em especial a de seus

¹⁸No caso dos trabalhadores com ensino fundamental completo e mais de dezoito anos, em Nova Veneza a ocupação era de 60,01%, em Forquilha de 56,44%, em Tutóia 35,15% e Salgadinho 36,37%.

descendentes. Apesar dos escassos recursos disponíveis, conseguem manter a sobrevivência através de trabalhos precarizados e auxiliados por políticas públicas governamentais. Ainda, os autores citam uma terceira categoria de pessoas vulneráveis, aquelas que não possuem ainda o acesso à tecnologia presente na vida moderna, em especial os mais jovens (KATZMAN E FILGUEIRA, 1999).

Entendemos que, no caso dos migrantes estudados nesta tese, sua situação de vulnerabilidade se encaixa na segunda categoria. São pessoas em situação de pobreza, mas determinadas a melhorar sua condição de vida. Em seu local de origem, há escassez de oportunidades que provenham esta melhoria. Aqui se faz interessante analisar o proposto por Katzman e Filgueira (1999). A migração em muitos casos se configura como uma busca por oportunidades, seja de acesso ao trabalho, saúde, educação. E os locais em que estas oportunidades parecem estar presentes são mensuráveis através de análises de índices como o IVS e o IDHM. Os municípios e regiões dispõem de determinadas estruturas de recursos que são geradas por meio do mercado, do Estado e da sociedade, e as oportunidades ofertadas são variáveis, dependem de como os recursos são gerenciados. Como posto pelos autores,

[...] as estruturas de oportunidades se definem como probabilidade de acesso a bens, serviços e ao desempenho de atividades. Estas oportunidades incidem sobre o bem estar de seus habitantes, sejam porque permitem ou facilitam que aos membros do lugar o uso de seus próprios recursos ou porque lhes proveem novos recursos.” (KATZMAN E FILGUEIRA, 1999, p.9)

Desta forma, torna-se mais fácil compreender a necessidade de migração vivenciada pelos moradores de Salgadinho, Tutóia e tantas outras cidades com índices semelhantes de vulnerabilidade social. Não que Nova Veneza e Forquilha apresentem números incontestáveis de alto desenvolvimento humano, pois analisando seus números verificamos que ainda há casos de pessoas em situação vulnerável. Também não podemos considerar que a migração irá solucionar automaticamente uma situação de vulnerabilidade, pois, como veremos na sequência de nosso estudo, enquanto algumas questões se resolvem, outras irão surgir: se por um lado surgem oportunidades de trabalho e renda, por outro a saudade da família e da origem se configura como um forte personagem na nova vida do migrante.

2.2 MOTIVAÇÃO PARA MIGRAR: REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DO FENÔMENO MIGRATÓRIO

É importante compreender que nenhuma alternativa é realmente conclusiva sobre as reais motivações que levam à migração, visto que cada indivíduo ou sociedade tem suas particularidades que influenciam diretamente nas escolhas. Gomes (2019) aponta que as migrações podem ser teorizadas através de dois modelos, sendo que através da perspectiva neoclássica o indivíduo toma a decisão motivado apenas por seu contexto individual, enquanto o modelo histórico-estrutural discorre sobre a migração como um fenômeno social. Abaixo, abordaremos autores que estudam cada uma destas correntes.

A primeira corrente é a do modelo neoclássico. Quem migra pode ter inúmeras razões para se deslocar: um novo emprego, estudar, refugiar-se de situações adversas ou de intolerâncias, acompanhar um familiar ou conhecido, assim como situações estritamente pessoais, como pessoas que vivem no interior e desejam residir na cidade grande, ou a vivência urbana que pode despertar vontade de procurar sossego em cidades menores. São infinitas as possibilidades que impulsionam os indivíduos, e o modelo neoclássico busca estudar justamente as decisões que são tomadas por um caráter particular, e, principalmente, econômico.

Para Pereira Neto (2019, p.483), “os neoclássicos tratam as pessoas como agentes econômicos racionais, com o objetivo de maximizar sua utilidade e motivadas friamente por cálculos matemáticos, ao tomarem suas decisões econômicas.” Podemos compreender que as decisões sobre o ato de migrar são baseadas em um movimento profundamente estudado, onde o indivíduo considera que a migração irá trazer, sem sombra de dúvidas, privilégios financeiros impossíveis de alcançar no local de origem. Porém, o fato é que pode não ser considerada a situação em que o mercado já esteja saturado de trabalhadores, e que, fazendo parte do exército industrial de reserva, o migrante possa enfrentar uma condição de desemprego por tempo indeterminado. O intenso deslocamento populacional para uma região industrial, por exemplo, pode causar não somente um acúmulo de trabalhadores sem emprego, não tendo as empresas capacidade para absorver a todos, como também gerar uma diminuição nos salários impulsionada pela alta demanda.

Salim (1992) realiza uma análise das diferentes correntes teóricas que buscam determinar do que se trata a migração. Ao abordar a perspectiva neoclássica,

descreve a migração como sendo um fenômeno de busca de diminuição de desigualdades, através da distribuição populacional de áreas menos desenvolvidas para outras em ascensão, proporcionando um equilíbrio entre a oferta e a demanda:

[...]na ótica neoclássica, os estudos da migração pressupõem o cálculo racional e a livre decisão dos indivíduos, ou seja, a mesma lógica locacional das firmas. Esta é a razão do livre trânsito de corpos no espaço: o movimento dirime a heterogeneidade espacial e propicia o equilíbrio, no sentido de igualdade possível (SALIM, 1992, p. 7).

Compreendemos que, através desta perspectiva, o indivíduo é o principal responsável por suas escolhas, e elas são, acima de tudo econômicas: o migrante não pensa somente a curto prazo, mas sim, no resultado que sua escolha trará com o passar do tempo. Mesmo que tenha que se submeter a condições de trabalho precárias e inapropriadas às suas expectativas em um primeiro momento, sua esperança será com o tempo prosperar, algo que não vislumbrava antes da migração.

Podemos também inserir na abordagem neoclássica um dos primeiros estudos sobre migração, desenvolvido por Ravenstein (1885). Após estudar a migração interna que ocorria na Inglaterra do século XIX, o autor elaborou as chamadas “Sete Leis da Migração”, entre as quais a predisposição feminina em migrar para lugares mais próximos geograficamente (e também que as mulheres migram mais que os homens), o fato de que a maioria dos migrantes percorre distâncias menores (a menos que se desloquem para grandes centros, onde neste caso podem atravessar um trajeto mais considerável). Ainda, que a tendência a migrar é maior para quem nasce no campo, e que para cada corrente migratória, surge uma contracorrente: ou seja, a cada migrante que sai, outro ocupa seu lugar, entre outros. Acreditamos que o ponto de vista deste autor possa também enquadrar-se no modelo neoclássico, visto que associa a ocorrência da migração a uma série de “leis” ou características individuais, que dependem menos do contexto social em que o migrante está inserido.

A segunda corrente traz o modelo histórico-estrutural. Nesta abordagem, podemos presumir que a decisão individual não é o maior determinante no processo migratório, e sim resultado de um contexto social fortemente influenciado pelos movimentos do capital. De acordo com Gomes (2019, p.29), “as causas da migração não devem ser compreendidas somente na origem e no destino, mas também os fluxos ao nível inter e intrarregional ao dar enfoque nas estruturas econômicas, políticas, sociais e demográficas e como estes fatores influenciam na estrutura de

classes.”. Assim, podemos compreender que a decisão de migrar é influenciada por uma série de fatores que independem do genuíno desejo do migrante em direcionar-se para outra localidade: a necessidade econômica, gerada pela expansão da atividade capitalista, pode mostrar-se uma condição que não permita ao migrante ter escolha quanto ao seu destino.

Dentro desta corrente, podemos discutir a perspectiva de Singer (2019), que elenca dois fatores como as principais influências para as migrações: os *fatores de atração* são os mais amplamente discutidos pelos pesquisadores atuais, que é exatamente a perspectiva de migrar para obter um trabalho na cidade grande, especialmente em indústrias. A remuneração no campo costuma ser baixa e irregular: em muitos casos depende da produção agrícola, e as safras geralmente não tem uma constância, pois dependem de uma série de fatores (como o clima, por exemplo) para alcançarem a produtividade. Além disso, a cidade disponibiliza uma série de “atrações” que ou não existem no campo ou são em menor número: mais acesso a opções de lazer, aos meios de consumo e também a estruturas educacionais, como escolas e universidades. Para o migrante, a conquista de um emprego na cidade representa uma mudança em seu *status* social, algo que vai muito além da remuneração.

Podemos exemplificar esta situação através das palavras de Thomson (2002, p. 345), onde “as narrativas dos migrantes evocam os ‘imaginários culturais’ sobre os futuros locais de destino e explicam como estes imaginários são produzidos, disseminados, recebidos e usados”. Podemos aqui entender que as suposições imaginadas pelos migrantes a respeito do local de destino são muitas vezes despertadas pelos contatos com outras pessoas que já realizaram este deslocamento, e que pressupõe formar uma rede de apoio que irá auxiliar o migrante nesta transição, seja fornecendo moradia provisória, indicação de locais onde buscar emprego ou mesmo o inserindo em sociedade.

Campos (2015) cita diversos atores que usualmente fazem parte desta rede social migratória, que pode consistir em outros personagens além de familiares e conhecidos, mas que também influenciam o processo migratório: agenciadores, agentes de turismo, policiais, assistentes sociais ou mesmo religiosos, como padres e pastores. A autora ressalta que não podemos supor que todos os migrantes tomam sua decisão influenciados por atores de sua rede social, mas que mesmo o indivíduo que toma sua decisão individualmente pode ser atingido por um “transbordamento” da

rede migratória. Um exemplo atual seria o amplo acesso à Internet e às redes sociais¹⁹, onde simples pesquisas podem proporcionar um enorme acesso à informação, fundamental para a tomada de decisão: uma agência de empregos que disponibiliza vagas nas redes sociais pode atrair migrantes de todos os lados, que não necessariamente tenham algum vínculo com a localidade para a qual irão migrar.

Everett Lee (1980) traz o assunto ao relacionar como determinantes para a migração alguns fatores principais: os primeiros são os que estão ligados ao local de origem ou destino da migração, e que irão influenciar tanto para atrair quanto para afugentar os migrantes. As motivações pessoais também são consideradas, assim, como por exemplo, os chamados obstáculos intervenientes (podemos citar o caso dos imigrantes e as exigências de documentação para se manter em situação legal dentro do país de destino). O autor fala sobre a forma como estes fatores podem ser interpretados de forma diferente por cada pessoa: uma mesma dificuldade se configura como simples ou insuperável para pessoas diversas, assim como um fator atrativo pode se mostrar insignificante ou decisivo para outras.

Uma outra concepção a ser abordada através do modelo histórico-estrutural é através da Teoria dos Desenvolvimentos Desiguais, de David Harvey (2015). Nesta teoria, o autor busca explicar de que maneira a busca pelo capital faz com que os territórios se desenvolvam economicamente de forma díspar. Para melhor entender esta teoria, precisamos interpretar a crítica provocada pelo autor sobre o contexto da globalização. Podemos aqui usar um dos conceitos de Singer (2019, p. 21): “globalização é um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionado em parte pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países.” Ou seja, a globalização tem muito a ver com o local em que o capital acha mais vantajoso se reproduzir. Multinacionais escolhem os países em que irão estabelecer suas filiais de acordo com as vantagens comparativas que lhe são oferecidas, como incentivos fiscais e mão de obra barata. Assim, Harvey (2015) questiona a globalização pela forma que, não importa que a mesma submeta uma grande parcela da população à falta de empregos, à pobreza, por investir todos os

¹⁹ Neste parágrafo, temos a expressão “rede social” sendo utilizada com dupla finalidade: as redes sociais como um conceito que trata dos vínculos pessoais no local de destino, estimulando o migrante a mudar-se por encontrar no local um grupo de apoio de pessoas de seu círculo social; e também, as redes sociais como ferramentas virtuais que permitem o contato entre pessoas através da Internet. Podemos citar como exemplo o Facebook, o Instagram e o Whatsapp.

recursos em um local, deixando os outros à deriva: o que importa é que o capital seja expandido.

Por isso o autor traz à luz dois fatores: a produção das escalas espaciais e a produção da diferença geográfica. Sobre o primeiro fator, reflete-se a formação das escalas espaciais: pode ser a escala mais diminuta, como um lar, ou uma escala de grande proporção, como um país. Cada um tem suas particularidades, e na maioria das vezes não se formam naturalmente, e sim através das inovações tecnológicas, das formas de organização dos seres humanos, de lutas políticas. O próprio território não se define por limites estabelecidos pela natureza, e sim por acordos políticos e econômicos, onde se estabelecem fronteiras de cidades, estados, países.

Assim, os cidadãos ficam sujeitos às formas de governo ditadas por seus governantes, que privilegiam certas escalas espaciais em detrimento de outras. Um exemplo seria quando um estado oferece incentivos fiscais para que determinada empresa se estabeleça em seu território: por um lado, certa quantidade de empregos será gerada, assim como a economia da região se desenvolverá em virtude da instalação da empresa e dos serviços por ela demandados. Por outro, os impostos que a mesma deixará de pagar, em virtude dos incentivos recebidos, deixam de ser revertidos em benefício da população, investidos em saúde, educação, saneamento básico, entre outros. Assim, o maior favorecido continuará sendo o capital, onde a empresa e seus proprietários serão os maiores beneficiados, gerando ainda mais desigualdade de renda.

Já quanto à produção da diferença geográfica, temos os “legados histórico-geográficos”, onde cada região tem suas concepções políticas e culturais, o modo de vida da população, sua composição geográfica, sua localização no mapa. Harvey (2015) fala sobre o mosaico geográfico, onde camadas e camadas de legados são adicionadas uns sobre os outros: cada geração vai deixando sua contribuição, seja na relação com o meio ambiente, nas relações de trabalho e nos padrões de vida. Mas, aponta o autor, “as diferenças geográficas são bem mais do que legados histórico-geográficos. Elas estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e sociológicos que ocorrem no momento presente.”. Assim, as diferenças geográficas aliam-se às escalas espaciais a partir do momento que se torna mais vantajoso investir o capital em uma região do que em outra. Certos locais tornam-se extremamente ricos, enquanto outros empobrecem cada vez mais.

Desta forma, os desenvolvimentos geográficos desiguais tornam-se um propulsor dos movimentos migratórios. Seja pela ausência do investimento em uma determinada localidade, ou mesmo quando indústrias outrora estabelecidas na região decidem mover seus recursos para outra localização onde tenham mais vantagens econômicas, o desemprego proporcionado pela diferença na distribuição do capital entre as regiões impulsiona a migração. Mesmo a precarização do emprego, fato comum quando se associa principalmente a grandes empresas, é relevante: salários baixíssimos, aliados a péssimas condições de trabalho, evocam a necessidade de migrar para buscar por uma vida melhor. Como um enorme exército industrial de reserva à disposição, grandes empresas em geral não almejam oferecer condições justas de remuneração e de ambiente de trabalho aos funcionários, visto que as “peças de reposição” são facilmente encontradas caso o trabalhador explorado não mais deseje se submeter a degradantes condições para permanecer no emprego.

Ainda dentro da corrente histórico-estrutural, podemos evidenciar as hipóteses desenvolvidas por Lee (1980) sobre outros fatores que influenciam nas migrações, entre as quais: oportunidades repentinas (o autor cita a exploração de metais preciosos em certos territórios); a diversidade da população (uma população de origens muito diversas, com desigualdade social elevada e disparidade de raças e escolaridade pode gerar uma discriminação que propulsione a migração da parcela menos favorecida), as flutuações da economia (a ampla industrialização de uma região do país pode despovoar outras regiões), e mesmo o nível do desenvolvimento entre países: enquanto em países mais desenvolvidos é comum migrar para regiões onde haja oferta de um trabalho mais especializado e melhor remunerado (e visando esta migração, desde cedo as pessoas se qualificam para atender futuros requisitos técnicos), em países mais pobres a migração pode ser condicionada à fatores de expulsão, só ocorrendo quando o migrante não tem outra alternativa.

O fato é que o contexto social evidencia o quanto os fatores econômicos provocados pelas mudanças no mercado e pelo desenvolvimento de algumas regiões em detrimento de outras são decisivos para provocar a migração. Por mais que não haja um veredicto que afirme se o modelo neoclássico ou histórico-estrutural é mais eficaz ao determinar as motivações que levam aos deslocamentos da população, poderemos acompanhar no desenvolvimento desta tese que a perspectiva vislumbrada pela segunda corrente parece ser a que mais nos aproxima da realidade vivenciada pelos migrantes.

2.3 RETROSPECTO DA CONTEMPORÂNEA REDISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Desde seu descobrimento no ano de 1500, o Brasil passou por diversas fases do que podemos considerar como a formação de sua população. No pré-descobrimento a população existente era a indígena, dizimada em quase sua totalidade desde a chegada dos colonizadores até os dias atuais; com os anos a colonização trouxe uma população europeia, advinda de países como Portugal e Espanha. No século XIX e XX, italianos, alemães, japoneses, poloneses vieram estabelecer residência no Brasil; nas últimas décadas, refugiados da Síria, Haiti, Venezuela, entre outros, também escolheram o país como seu novo destino, como oportunidade de recomeço. O Brasil é uma nação onde povos de diferentes origens ainda encontram a possibilidade de melhoria de condições de vida: as leis de migração são acolhedoras se compararmos por exemplo, ao périplo de se conseguir um visto de residência americano²⁰.

Nosso objetivo, porém, não é explorar a formação do povo brasileiro através da imigração, e sim, entender os movimentos gerados pela própria população brasileira durante o fenômeno da migração interna. Como posto por Santos (2002), mesmo após o período de colonização e posteriormente a ocupação por estrangeiros de áreas ainda não habitadas, podíamos ainda considerar o Brasil como um país rural, com grande concentração da população no campo (até 1920, somente cerca de 10,7% das pessoas viviam nas áreas urbanas). Nas duas décadas seguintes, há um salto da população que migrou para as cidades, chegando a 31,24% do total, o que quer dizer em torno de seis milhões e duzentas mil pessoas. O autor nos explica que há um crescimento irregular no contexto urbano até a década de 1940, visto que as atividades econômicas presentes nas cidades geralmente derivavam unicamente da agricultura e também de funções na administração pública. Já após a Segunda Guerra Mundial, podemos entender que entra em cena um contexto mais moderno e industrial, seja através da evolução de meios de transporte, como estradas de ferro e

²⁰ Em 25 de Maio de 2017, foi aprovada a nova Lei da Migração, na qual ocorreram mudanças como a possibilidade de o estrangeiro regularizar seus documentos já dentro do Brasil, a liberdade de participação em manifestações políticas, punição para o tráfico de pessoas, novas permissões para residência, vistos temporários para acolhida humanitária, entre outros. Fonte: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/536084/EspecialCidadania_599.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=O%20BRASIL%20J%C3%A1%20conta%20com,herdado%20do%20regime%20mili%2D%20tar. Acesso em 01 de Março de 2023.

modernização de portos; conseqüentemente, a instalação de fábricas e a diversificação do comércio, o que implica numa verdade corrida à cidade em busca das oportunidades de emprego que surgem rapidamente (SANTOS, 2002).

Duhran (1973) nos explica que não necessariamente a população que migrou do campo se estabeleceu em grandes cidades. A autora elenca que, no recenseamento de 1950, quase cinco milhões de pessoas viviam em aglomerados urbanos (vilas e pequenas cidades) de até cinco mil pessoas; em 1960, eram cerca de seis milhões de pessoas nesta condição, uma população que equivalia à soma dos que viviam nas grandes cidades com mais de um milhão de habitantes na época. Na década de 60, apenas duas cidades brasileiras concentravam mais de um milhão de habitantes: São Paulo e Rio de Janeiro. Já na década de 1970, neste quadro também se enquadravam Belo Horizonte, Recife e Salvador. Desta forma, com uma migração mais direcionada para grandes cidades, especialmente capitais, onde naquele momento a industrialização fomentava as vagas de emprego, naturalmente vão se acentuando as desigualdades sociais entre as regiões. Quando comenta a emigração da população rural de Minas Gerais, Bahia e também do Nordeste, a autora nos coloca que “a emigração dessa área corresponde certamente ao abandono de sistemas econômicos, pouco produtivos por uma população que procura integrar-se no sistema capitalista-industrial em desenvolvimento no sul do país.” (DURHAN, 1973, p. 32)

Podemos considerar que o auge da urbanização brasileira, e também da migração interestadual²¹ e inter-regional²² se dá até a década de 1980, quando 68,86% da população já vivia em área urbana. É importante ressaltar que neste período há também um forte crescimento da população em geral²³, visto que a própria expansão do saneamento básico contribuiu para uma menor mortalidade da população; a natalidade também estava em alta; e as oportunidades geradas em especial pela industrialização também contribuem para que a população desfrute de uma melhor qualidade de vida, até mesmo com acesso a recursos (como atendimento médico e acesso à educação) dos quais nem sempre dispunham no campo (Santos, 2002).

²¹ Entre diferentes estados.

²² Entre diferentes regiões.

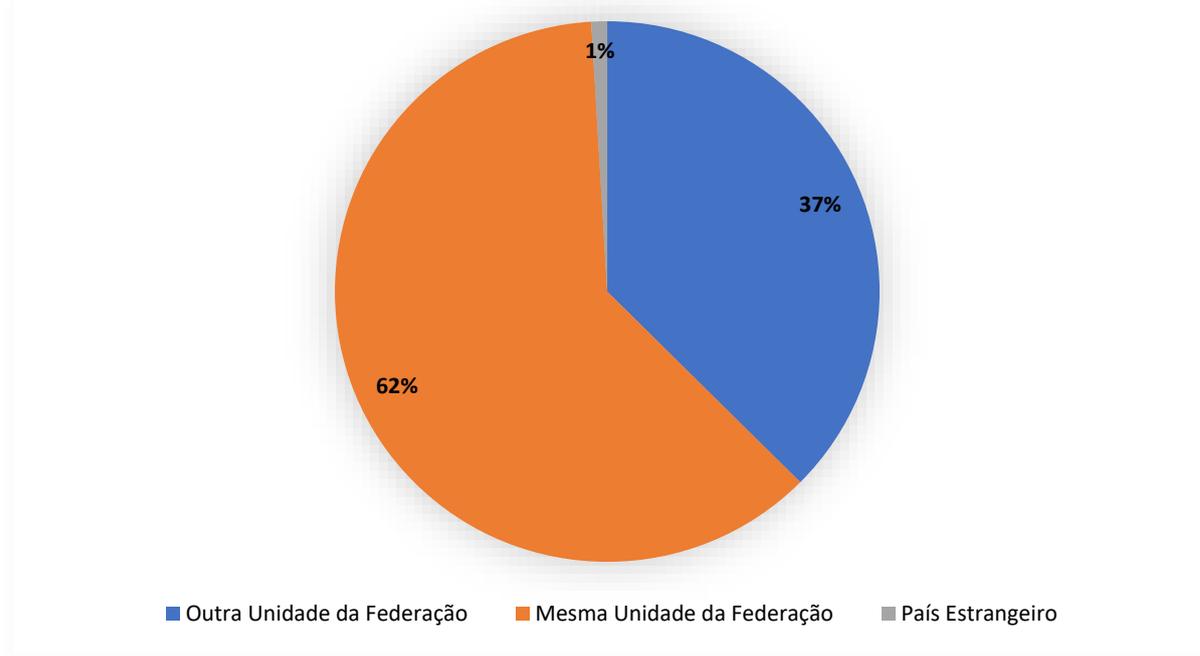
²³ Enquanto na década de 1940-1950, o aumento médio da população era de aproximadamente 1.060.000 pessoas ao ano, entre 1980-1991 o número cresceu para em torno de 3.130.000 anual. (Santos, 2002).

Conforme Baeninger (2014), pós década de 1980 estes movimentos passam a se desacelerar, convertendo-se, por exemplo, em uma migração urbano-urbano, de uma cidade para outra, principalmente em virtude da desconcentração das atividades econômicas, visto que outros núcleos passavam a fomentar a industrialização, antes muito centralizada especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Também passou a ocorrer a migração de retorno, com muitos migrantes voltando para sua origem: mesmo com a abundância de vagas de emprego, assim como ocorre hoje, não há o suficiente para empregar a todos. Enquanto pertenciam ao exército industrial de reserva e não conseguem alocar-se no trabalho industrial, muitos migrantes passaram a enfrentar situações de vulnerabilidade ou de precarização de emprego ainda piores que na origem, decidindo após algum tempo retornar para casa. Já a partir do início do século XXI, ficou ainda mais difícil determinar os fluxos migratórios no país, que se espraiavam para todos os lados: de cidades grandes para pequenas, urbano para rural, rural para urbana, do litoral para o interior dos estados, migrações voltadas para trabalho, estudo, migração pendular e muitas outras. Há de se destacar que novos segmentos entraram em evidência nas últimas décadas, como o setor de serviços e de turismo, importantes protagonistas nas migrações motivadas pelo contexto financeiro. Apesar do surgimento de maiores desigualdades sociais em especial pelo desenvolvimento econômico desequilibrado entre as cidades e regiões, atualmente em todo o país há áreas que atraem e repelem os migrantes (BAENINGER, 2014).

Já quando tratamos da migração interna contemporânea no Brasil, utilizaremos as informações contidas no portal SIDRA, do IBGE, onde são disponibilizados dados sobre as contagens e recenseamentos da população brasileira. Iremos identificar estatísticas a partir do ano de 1996. Nesta primeira contagem, no Brasil residiam 156.032.944 pessoas, das quais 7,04% (10.999.017) eram migrantes, ou seja, não residiam na cidade atual quando foi realizada a contagem de 1991. Na ocasião da contagem anterior, 4.091.804 pessoas residiam em outra unidade da federação, 6.726.748 no mesmo estado mas em outro município, e 103.078 viviam em outro país²⁴. O gráfico abaixo ilustra melhor a origem destes migrantes.

²⁴ Apesar de buscarmos identificar a migração interna, consideramos importante pontuar a migração vinda do exterior como forma de pontuar o total de pessoas que não viviam na mesma cidade na contagem anterior.

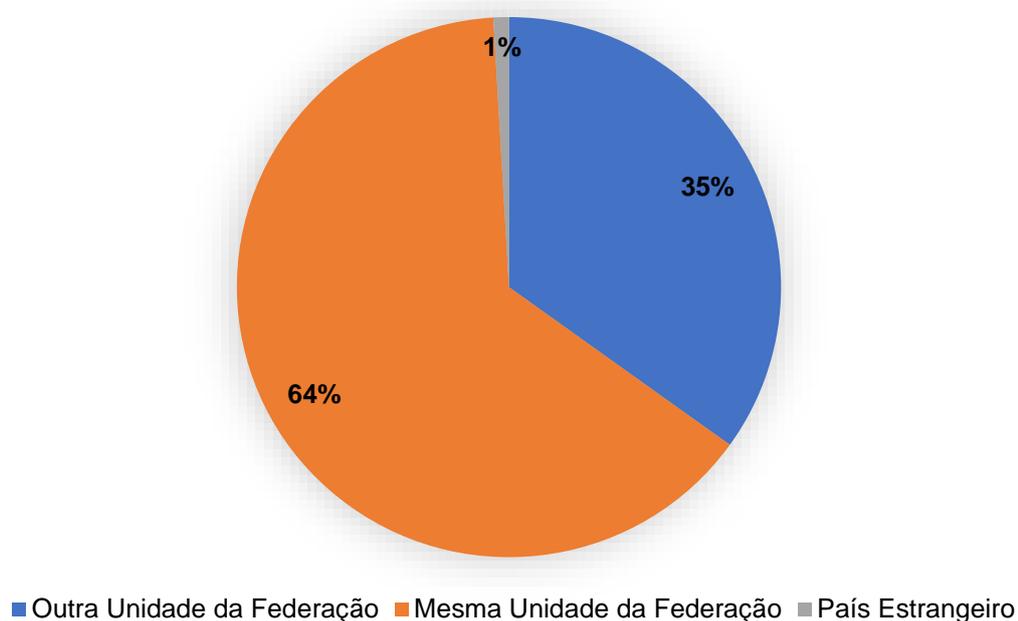
Gráfico 01 - Pessoas não residentes no município de residência atual em 01/09/1991.



Fonte: IBGE- Contagem 1996.

O próximo Censo disponibilizado foi o de 2000, onde no Brasil residiam 169.872.856 pessoas (um aumento de cerca de 9% de sua população). Destes, 15.458.886 não moravam na cidade atual em 1995, na contagem anterior. No exterior, viviam 143.644 pessoas (0,92%). Outras 5.398.316 não viviam na mesma unidade da federação; por fim, 9.916.926 residiam no mesmo estado mas não no mesmo município. Podemos perceber que há um ligeiro aumento da chamada migração interestadual, ou seja, quando as pessoas migram dentro de um mesmo estado. Há demonstração percentual no gráfico abaixo.

Gráfico 02 - Pessoas não residentes no município de residência atual em 31/07/1995.



Fonte: IBGE- Contagem 2010.

Temos por fim a contagem de 2010, onde a população brasileira era de 190.755.799 pessoas. Neste caso a pergunta do Censo era diferente, pedindo a identificação do estado em que viviam antes. Ou seja, foi possível verificar que 5.752.566 (3,05%) não viviam no estado atual quando foi realizada uma contagem em 2005. Destas, percebemos que a maior quantidade de pessoas que morava em um estado diferente provém de São Paulo (735.518), Bahia (466.360), Minas Gerais (390.626), Paraná (293.693) e Maranhão (270.664). Já quando trata de pessoas que não residiam no mesmo município em 2005²⁵, o Censo não identificou a procedência das 14.420.587 pessoas nesta situação. Mas com o dado referente às pessoas que não viviam no mesmo estado em mãos, chegamos à conclusão de que aproximadamente 8.668.021 (4,54% da população total) pessoas viviam no mesmo estado, mas em cidades diferentes. Ainda, foram registradas 268.295 pessoas que viviam no exterior na contagem anterior.

²⁵ Esta contagem foi menor que as demais (e na verdade é denominada Contagem de 2007), abrangendo em sua maioria municípios com mais de 170 mil habitantes, com o principal objetivo de atualizar as estatísticas de população. Foi realizada através de estimativas, entrevistando uma parcela muito menor da população e também usando a Metodologia de Estimação do Número de Moradores em Domicílios Fechados, onde apenas se deduzia a quantidade de moradores de cada residência mesmo sem ter contato direto com estes. Fonte: IBGE.

Ainda, uma outra contagem populacional realizada no Brasil é a PNAD Contínua.²⁶Na tabela abaixo, verificamos os indicativos de alguns dos anos em que a pesquisa foi realizada, e que trazem um panorama da migração brasileira no que se refere à naturalidade da população, em relação ao estado e ao município. Os números relacionados devem ser multiplicados por mil. Importante citar que são consideradas pessoas acima de dez anos de idade.

Tabela 03 – Pessoas de dez ou mais anos de idade, por naturalidade em relação ao município e à Unidade da Federação.

	Total da população	Naturais do município	Não naturais do município	Não naturais do município e naturais da unidade da federação	Não naturais do município nem da unidade da federação
2002	143.134	76.120	67.012	40.141	26.871
2004	150.858	81.817	69.040	40.648	28.392
2006	156.758	85.492	71.265	42.606	28.659
2008	162.266	88.965	73.301	44.071	29.230
2011	169.211	94.280	74.932	44.980	29.952
2013	173.133	97.960	75.172	45.015	30.157
2015	177.657	102.689	74.967	44.532	30.436

Fonte: PNAD Contínua. Elaborado pela autora.

É possível perceber que, em todos os anos, a população natural dos municípios sempre prepondera sobre os não naturais. Ainda, que o crescimento da população natural é sempre superior ao dos migrantes. Se considerarmos a extensão dos anos, enquanto a população natural cresceu em torno de 35%, os não naturais irão crescer um pouco menos de 12%. Mesmo assim, um número significativo de pessoas estava afastado do local onde nasceu: quando consideramos o ano de 2015, por exemplo, verificamos que 42,19% não vivia na mesma cidade em que nasceu; 17% não viviam nem no estado o qual são naturais. Apesar de ser um número menor

²⁶A PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio) Contínua visa produzir indicadores para acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, a médio e longo prazo, da força de trabalho e outras informações necessárias para o estudo e desenvolvimento socioeconômico do País. Fonte: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos.

que no ano em que inicia a série (em 2002, 18,77% das pessoas não moravam nem na cidade nem no estado em nasceram), ainda podemos dizer que uma grande porcentagem dos brasileiros realizou ao menos uma grande migração em sua vida, de um estado a outro.

Finalizamos esta passagem reforçando o que já foi posto por Baeninger (2014): se outrora havia um padrão migratório nas trocas populacionais entre os estados, especialmente em direção à região Sudeste e outras áreas mais industrializadas, atualmente há uma situação mais complexa, envolvendo um número maior de trocas e também de migração de retorno, com muitos migrantes retornando ao estado/cidade de origem. A região Nordeste, por exemplo, que chegou a apresentar um saldo de pessoas que migraram de aproximadamente 763 mil pessoas entre 1995-2000, teve uma queda para 187 mil pessoas entre 2004-2009. Como posto pela autora, diversos fatores podem estar envolvidos, mas podemos atribuir principalmente à descontração das atividades industriais e também a uma maior participação dos setores de comércio, serviços e turismo. Antes São Paulo e Rio de Janeiro seriam destinos óbvios de migração. Hoje, pequenas cidades como Nova Veneza e Forquilha se tornam atraentes para o migrante, pois, ao mesmo tempo que ofertam oportunidades de emprego, aliam qualidade de vida através de acesso à educação, saúde, saneamento básico e segurança.

2.4 SANTA CATARINA: CONSOLIDAÇÃO COMO POLO DE ATRAÇÃO MIGRANTE

Santa Catarina é um estado localizado na região Sul do Brasil, com apenas 95,4 mil quilômetros quadrados de área territorial. As oito regiões nas quais se dividem o estado possuem atividades econômicas bastante diversificadas, com atividades de ramos como agronegócio, turismo, carbonífero, cerâmico, metalmeccânico, tecnológico, têxtil, entre outros. Sua geografia é tão diversificada que, em uma curta distância, é possível encontrar praias de natureza privilegiada, que recebem milhares de turistas anualmente ou paisagens de serra, onde chega a nevar no inverno. Atualmente são 295 os municípios catarinenses, com uma população estimada em mais de sete milhões e trezentas mil pessoas. A capital é Florianópolis.²⁷

²⁷ Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/conhecasc/historia>. Acesso em 11 de Agosto de 2022.

As primeiras expedições para povoação do estado catarinense foram realizadas em 1637, pelos bandeirantes, no local anteriormente denominado Nossa Senhora do Desterro e onde hoje é a capital Florianópolis. Posteriormente, foram fundadas a vila de Nossa Senhora da Graça (São Francisco do Sul- 1660) e Santo Antônio dos Anjos de Laguna (Laguna-1714). Os primeiros imigrantes alemães chegaram ao estado em 1829, na localidade que hoje é a cidade de São Pedro de Alcântara, e posteriormente vieram italianos, já no ano de 1877.²⁸ Da mesma forma, também no século XVIII, o mesmo modelo de migração para colonização trouxe os açorianos, com a diferença de que esta imigração seria posteriormente interrompida pelo governo português.²⁹ Durante o início do século XIX, após a Independência do Brasil a iniciativa dos açorianos independeu do governo, vindo então por conta própria e se estabelecendo especialmente em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul (MARIANO E DADALTO, 2021). Podemos assim entender que a formação da população catarinense é bastante diversa, sendo constituída principalmente de imigrantes alemães, italianos e açorianos.

Falando de um panorama mais recente, iremos analisar as contagens do Censo de 1991, 2000 e 2010, por meio das quais é possível ter um panorama de como se configura a migração nas últimas décadas no estado catarinense:

Tabela 04 - População residente por local de nascimento- Santa Catarina

Lugar de Nascimento	1991	2000	2010
Região Norte	2.550	5.534	12.988
Região Nordeste	12.803	25.615	59.273
Região Sudeste	55.382	94.522	147.850
Região Sul ³⁰	464.952	620.002	833.317
Região Centro-Oeste	5.227	13.144	24.776
Total de Migrantes	540.914	758.817	1.078.204
População Total	4.532.032	5.357.864	6.248.436

Fonte: Censo, 1991;2000;2010.

²⁸Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/conhecasc/historia>. Acesso em 11 de Agosto de 2022.

²⁹De acordo com a Lei de 4 de Julho de 1758, o governo de Portugal buscou dificultar a imigração para o Brasil com a alegação de que estaria faltando mão de obra para trabalhar nas terras portuguesas, exigindo a permanência dos portugueses em sua terra de origem (MARIANO E DADALTO, 2021)

³⁰Exclui os nascidos em Santa Catarina.

Há duas formas de analisar a tabela proposta: olhando os números através da diferença aritmética ou percentual. Iremos proceder às duas análises. Para iniciar, entre os anos de 1991 e 2010, Santa Catarina recebeu uma diferença para mais de 537.290 pessoas (199%). Se considerarmos o quanto a população total do estado aumentou, há uma diferença entre estas duas contagens de 1.716.404 pessoas (137%). Ou seja, proporcionalmente mais pessoas vieram para residir no estado do que a população aumentou de forma orgânica. Um pouco menos de um terço do aumento que o estado recebeu entre 1999 e 2010 foi de pessoas que são originárias de outros estados.

Em relação à região da qual os migrantes são originários, procedemos da mesma forma. Se formos considerar apenas a diferença percentual, diremos que a região que mais cresceu em deslocamento de migrantes para o estado catarinense foi a região Centro-oeste, que entre 1991 e 2000 apresenta um incremento de 434%: neste período, o saldo passou de 5.227 migrantes para 13.144, uma diferença de 7917 pessoas. Logo, se analisarmos somente os números frios, seria de certa forma insignificante quando observamos os migrantes vindos da região Sul do Brasil, dos estados do Paraná e Santa Catarina: há um acúmulo de 179% quando verificamos a diferença entre 1991 e 2010, porém o número demonstra uma diferença de 368.365 pessoas, mais de 68% do total de migrantes recebidos pelo estado. Vale destacar, Santa Catarina encontra-se inserida geograficamente entre os dois estados do Sul, ficando mais próxima geograficamente para uma eventual migração.

O caso da região Norte é semelhante ao da região Centro-Oeste, onde há um grande aumento no percentual de migrantes (num total de 509% entre 2010 e 1991), porém pequeno em relação à quantidade: a diferença entre 1999 e 2000 é de 2.984 pessoas e entre 2000 e 2010, de 7.545 pessoas. É importante ressaltar que as duas regiões citadas são as que menos concentram população no Brasil, com apenas 7,44% do total brasileiro na região Centro-oeste e 8,41% na região Norte, segundo o IBGE. Já no caso da região Sudeste, a mais populosa do Brasil (com mais de 42% da população total), há um grande número de migrantes vindo para Santa Catarina. Entre 1991 e 2000, houve acréscimo de 39.140 pessoas (diferença de 170%) e entre 2000 e 2010, 53.328 pessoas (156%). No total, a diferença entre os três recenseamentos chega a 266% de incremento.

Por fim, a região Nordeste, que durante a pesquisa será a origem dos migrantes que atuam nos frigoríficos de Nova Veneza e Forquilha. Com uma

população que corresponde a quase 28% do total brasileiro, a segunda maior do Brasil, é uma região que também contribui com um amplo incremento no número de migrantes para Santa Catarina. Se entre 1991 e 2000 o aumento foi de 200% (12.812 pessoas), entre 2000 e 2010 foi ainda superior, com 231% (33.658 pessoas), num total de 462% considerando todos os anos do Censo. Ou seja, com a exceção da região Sul, mais próxima geograficamente, e da região Sudeste, mais populosa, a região Nordeste é a que mais contribui com migrantes para incrementar a população catarinense.

Outros dados interessantes sobre a migração em Santa Catarina são um pouco mais atuais: tratam-se das informações da PNAD Contínua, datando do ano de 2015. De acordo com a tabela, estão enquadradas em Santa Catarina 6.049.000 pessoas com dez anos ou mais. Considerando o total da população, em torno de 60% são naturais do município em que vivem; aproximadamente 28% naturais do estado catarinense e ainda, um pouco mais de 20%, originários de fora do estado, precisamente 1.198.000 pessoas.

Já quando consideramos a população economicamente ativa, temos 3.736.000 pessoas, ou 61% da população. Quase 21% destas pessoas são originários de outro estado que não Santa Catarina, sendo que as faixas em que mais se concentram migrantes nestes casos são de 25 a 29 anos (20,37% do total de pessoas da mesma faixa etária); 30 a 34 anos (20,90%); 35 a 39 anos (26,50%) e a 45 anos (22,37%). Assim, achamos pertinente para esta pesquisa realizar um comparativo entre dados migratórios no Brasil e na região Nordeste (de onde provém todos os migrantes entrevistados em nossa pesquisa). Também estão presentes na comparação a região Sul, onde Santa Catarina está localizada, e o estado, onde estão presentes as cidades de nosso estudo (PNAD, 2015).

Tabela 05 - Pessoas de dez ou mais anos de idade, por naturalidade em relação ao Município e à Unidade da Federação.

	Habitantes	Naturais em relação ao município	Naturais em relação à Unidade da Federação	Não naturais
Brasil	204.860.000	126.566 (61,78%)	46.867.000 (22,87%)	31.426.000 (15,34%)
Região Nordeste	56.641.000	39.432.000 (69,61%)	13.132.000 (23,18%)	4.077.000 (7,19%)
Região Sul	29.290.000	16.785.000 (57,30%)	8.932.000 (30,49%)	3.573.000 (12,19%)
Santa Catarina	6.839.000	3.844.000 (56,20%)	1.759.000 (25,72%)	1.236.000 (18,07%)

Fonte: PNAD Contínua, 2015.

Aqui podemos observar que há uma forte disparidade quando observamos dados migratórios do estado catarinense em relação aos demais. Apesar de Santa Catarina concentrar apenas cerca de 3,3% da população brasileira, verificamos que é um destino migratório mais procurado quando comparamos tanto a região em que está localizado, no caso a região Sul, mas principalmente quando consideramos a região da qual tantas pessoas emigram, que é o Nordeste (em torno de 2,5 mais pessoas residem em Santa Catarina tendo nascido em outros estados do que proporcionalmente na região Nordeste). Também que, comparativamente, recebe mais migrantes do próprio estado e de outros estados que o percentual referente ao total da população brasileira.

De acordo com Deschamps e Delgado (2014), que analisam os dados da contagem 2005-2010, Santa Catarina era o estado com o terceiro maior saldo migratório no período (a diferença entre os que migram e os que emigram foi de 172.452 pessoas), atrás apenas de São Paulo e Goiás; a migração se dirigia mais às regiões litorâneas (em torno de 70%), em especial quando se tratava do Vale do Itajaí, o mais importante polo industrial do estado; e que a troca entre os municípios foi diminuta, menos de 2%, sendo assim esta migração originária principalmente de outros estados e também do exterior. Ainda, que quase todas as regiões do estado a

indústria da transformação, nas quais as agroindústrias estão inseridas, era a que mais contratava os migrantes, chegando a 27,8% no Norte do estado, 25% no Vale do Itajaí, 23% no Oeste e 22% no Sul. As exceções eram a Grande Florianópolis (13,7%) e a Região Serrana (13,1%). (Deschamps e Delgado, 2014).

Santa Catarina concentrava, de acordo com a Pesquisa Industrial Anual do IBGE (2018), 18.632 indústrias³¹, divididas entre empresas extrativas (260) e indústria da transformação (18.732). No ano da pesquisa, eram um total de 667.957 pessoas ocupadas pela indústria catarinense (dados de 2016 do mesmo instituto revelavam que o estado contava com 3.508.000 pessoas acima de 16 anos ocupadas, ou seja, em torno de 19% estavam na indústria). As tabelas abaixo trazem alguns comparativos que nos auxiliam a entender o potencial industrial dos estados, de forma a justificar a intensa procura de migrantes por esta unidade da federação.

Tabela 06 - Comparativo entre população, quantidade de indústrias, pessoal ocupado e receita líquida de vendas dos estados do sul do Brasil.

Estado	População em 2020 ³²	Quantidade de Indústrias (2018)	Pessoal Ocupado (2018)	Receita Líquida de Vendas (em R\$1000,00)
Santa Catarina	7.252.502	18.632	667.957	R\$168.979.667
Paraná	11.516.840	17.301	628.920	R\$261.843.036
Rio Grande do Sul	11.422.973	18.908	630.580	R\$249.348.430

Fonte: IBGE, 2018; IBGE, 2020. Elaborado pela autora.

A tabela traz um comparativo entre os três estados do Sul do Brasil. Santa Catarina apresentava um número considerável de indústrias com mais de cinco pessoas ocupadas, em relação à sua população: em torno de uma indústria para cada 389 pessoas. Os outros dois estados do Sul, com população bastante superior à de Santa Catarina, tinham concentração de uma indústria para cada 665 pessoas (Paraná) ou 604 pessoas (Rio Grande do Sul). É interessante comparar que, apesar

³¹São consideradas empresas com no mínimo 5 pessoas ocupadas.

³²Números estimados. IBGE, 2020.

de o estado gaúcho e paranaense disporem de indústrias que juntas apresentavam um faturamento muito superior ao de Santa Catarina, é no estado catarinense que se encontrava o maior número de pessoal ocupado, com quase 38 mil pessoas empregadas a mais que o Rio Grande do Sul.

Tabela 07 - Comparativo entre população, quantidade de indústrias, pessoal ocupado e receita líquida de vendas em estados brasileiros com população equivalente

Estado	População em 2020 ³³	Quantidade de Indústrias (2018)	Pessoal Ocupado (2018)	Receita Líquida de Vendas (em R\$1000,00)
Santa Catarina	7.252.502	18.632	667.957	R\$168.979.667
Maranhão	7.114.598	1.161	34.887	R\$21.514.521
Goiás	7.113.540	6.589	234.665	R\$104.240.380

Fonte: IBGE, 2018; IBGE, 2020. Elaborado pela autora.

A tabela acima também traz um comparativo entre estados, desta vez situados em regiões diferentes, mas com população semelhante. Quando comparada ao estado do Maranhão, cuja população era apenas cerca de 1,9% menor que a catarinense, Santa Catarina demonstrava uma enorme capacidade industrial, com números cerca de quinze vezes maior que a do estado nordestino (além de um faturamento quase oito vezes maior, ocupando vinte vezes mais pessoas). Quando comparado com Goiás, os números se aproximavam um pouco mais, porém a disparidade ainda era muito grande: para cada funcionário ocupado em Goiás, eram 2,84 em Santa Catarina. Para cada empresa goiana, eram 2,82 catarinenses. O faturamento também destoava em cerca de 50%.

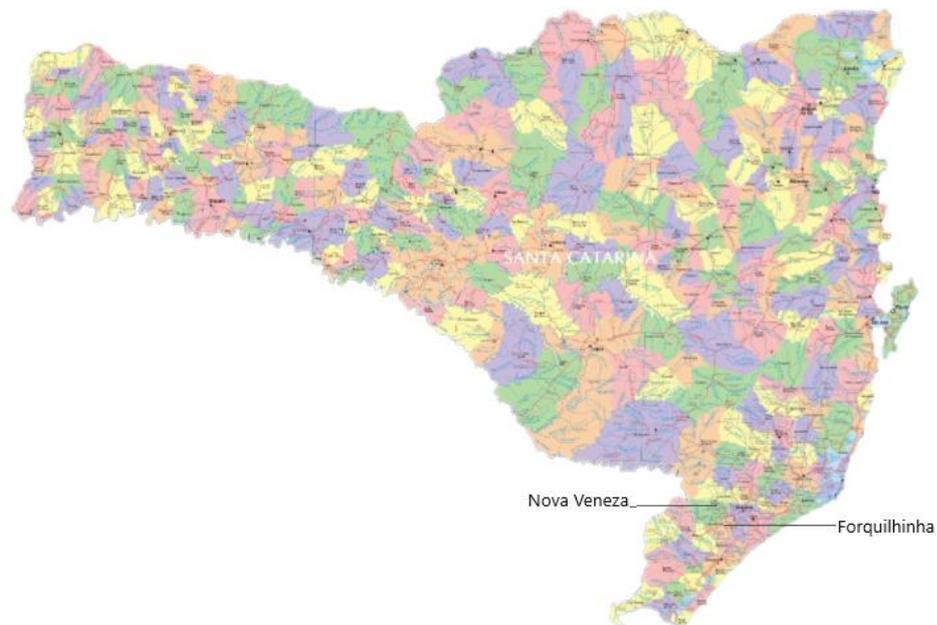
É ainda possível observar que há uma crescente na porcentagem de imigrantes que se estabeleceram em Santa Catarina ao longo da década, em relação ao total do Brasil. Se em 2011 Santa Catarina recebeu apenas 4,6% dos imigrantes que vieram ao país, em 2015 o número aumentou para 12,8%, em 2019 para 17,2% e em 2020 para 20,8%. Outro dado apresentado pelo OBMIGRA diz respeito às ocupações laborais, apontando que, entre os imigrantes, houve um acréscimo de 70 mil vagas para a ocupação de trabalhadores da produção de bens e serviços

³³Números estimados. IBGE, 2020.

industriais (onde o trabalho em frigoríficos está classificado), um acréscimo que representa cerca de 60% das vagas ocupadas pelos imigrantes na década. Importante citar que o relatório atribuiu este aumento especificamente ao aumento de vagas nas agroindústrias, em especial no final da década, onde a desvalorização do real frente ao dólar acelerou as exportações de carne suína e de frango, aumentando assim as vagas de trabalho nos frigoríficos. (OBMIGRA, 2021).

Obviamente somente estes números não podem justificar a escolha do estado como um forte receptivo para os fluxos migratórios, porém a trajetória brasileira ilustra o processo de urbanização como movido principalmente pela busca de trabalho no setor industrial. Desta forma, partindo do contexto de que Santa Catarina é um importante polo de migração brasileiro, iremos apresentar as duas cidades nas quais estão situadas as indústrias frigoríficas onde os trabalhadores migrantes estão alocados (ou estiveram, no caso dos ex-trabalhadores). Ambas se situam no Sul do estado, podendo ser visualizadas no mapa de Santa Catarina:

Figura 1: Mapa de Santa Catarina



Fonte: INFOESCOLA, 2021.

2.4.1 Forquilha: das margens do rio para a força da agroindústria

Forquilha, emancipada de Criciúma em 1989, recebeu entre seus colonizadores europeus pobres, em especial alemães, que foram persuadidos a emigrar para o Brasil com a promessa de que aqui, seriam proprietários de suas

próprias terras. Porém, ao chegar, após meses passados entre navios, burocracias e uma série de outros percalços, descobriam que as terras ou eram inadequadas para o plantio ou em quantidade insuficiente para proporcionar a sobrevivência das famílias geralmente numerosas. Assim, os imigrantes continuavam praticando a migração, entretanto agora dentro do mesmo estado ou região, em busca de se assentar em terras mais produtivas que aquelas que lhes foram designadas. Foi através deste processo de migração interna que as famílias alemãs se instalaram, em 1912, na localidade de Forquilha, ocupando as faixas de terra dos dois lados do rio Mãe Luzia³⁴ (ZANELATTO, OSÓRIO, 2012).

Em 1912, quando da chegada dos colonizadores alemães³⁵, Forquilha fazia parte da cidade de Araranguá, situada dentro do Distrito de Nova Veneza. Os primeiros moradores vinham da colônia de São Martinho do Capivary, distante cerca de 150 quilômetros de Forquilha. Outros imigrantes chegaram na região, sendo italianos, poloneses, letos e, posteriormente, japoneses as nacionalidades preponderantes. Na localidade, o predomínio era a agricultura de subsistência, plantações de gêneros alimentícios, criação de animais para consumo ou troca, além de pequenas casas comerciais. A banha de porco foi um dos primeiros produtos exportados da região, transportada até o porto de Laguna para dali seguir para o Rio de Janeiro. Com a crise vivenciada por volta de 1929³⁶, a produção local passou a

34 A denominação "Forquilha" deriva do fato de a localidade estar localizada no encontro dos rios Mãe Luzia e São Bento, o que lembra o formato de uma forquilha.

35 Colonizadores estes reconhecidos pela população local. Porém os povoadores originais foram os povos indígenas Xokleng. De acordo com Osório (2020), seus hábitos nômades determinavam que se mudassem frequentemente, ocupando assim uma parcela considerável da região Sul do estado. Essa população foi exterminada com a chegada dos europeus, seja por meio de confrontos ou mesmo sucumbindo a doenças trazidas pelos alemães.

36 Esta crise tem como marco inicial a chamada Quinta-feira Negra, datada de 24 de Outubro de 1929, com a quebra da bolsa de valores de Nova York: neste dia, milhões de ações foram postas à venda ao mesmo tempo. Porém, o período denominado Grande Depressão foi construído em toda a década anterior: os Estados Unidos, recuperados em grande parte dos prejuízos financeiros impostos pela Primeira Guerra Mundial, tornou-se em parte um "país do otimismo", com consumo e produção desenfreadas, e em especial, um boom de especulação monetária, levando muitas pessoas a investir em ações para tentar valorizá-las rapidamente (para consecutiva venda) resultando na posterior quebra da bolsa. Os impactos repercutiram nos anos seguintes por todo o mundo, sendo equilibrados após a recuperação econômica proposta pelo presidente americano Franklin D. Roosevelt, o chamado New Deal. O Brasil foi diretamente afetado pela crise, visto que seu principal produto de exportação, o café, se encontrava no auge da produção, precisando inclusive ter grande parte da produção armazenada para ser vendida em anos posteriores. Porém, com a crise os produtores brasileiros não dispunham mais do crédito internacional para financiar a manutenção destes estoques, tendo que inclusive tomar medidas como destruição de parte da produção para minimizar os prejuízos. Além disso, a queda nos preços do café no mercado internacional e o aumento dos preços dos produtos que eram importados pelos brasileiros contribuíram para grandes mudanças na economia brasileira, fazendo com que muitos produtos, em especial manufaturados, passassem a ser produzidos dentro do país, culminando no que depois seria chamado de substituição de importações. (FURTADO, 2007, MARTINS e KRILOW, 2015).

encontrar dificuldades de escoamento para o sudeste brasileiro: como forma de buscar reverter esta situação, foi criada a Sociedade União Colonial, em 1935, que, então com quarenta e nove membros, tornou possível a estes colonos viabilizar seus negócios, através de diversas ações, como a construção de uma fábrica de banha e outra de laticínios, aquisição de caminhões, compras de terrenos e até mesmo obtenção de uma linha telefônica, um luxo para a época. (ZANELATTO, OSÓRIO, 2012).

De acordo com Santos (2004), a cooperativa funcionava através da troca simples, onde o produtor deixava seus produtos excedentes e retirava o que precisava, podendo ser alimentos, sementes, ferramentas, entre outros. Não havia transação em dinheiro, ou seja, o produtor precisava obrigatoriamente se contentar com os produtos que estavam disponíveis na cooperativa, não tendo opção de receber por suas vendas em dinheiro e adquirir o que precisasse em outro local. Esta prática do sistema de vale não é inusual e abrange outros segmentos, e é bastante abordada por Zanelatto (2008) quando tratava dos trabalhadores das olarias no município de Morro da Fumaça.³⁷ Podemos perceber pelos estudos da época (ZANELATTO, OSÓRIO, 2012; ARNS, 2002) que os sócios achavam esta prática um bom negócio, até porque havia escassez de outros fornecedores com quem negociar, e por isso esta transação de troca inclusive facilitava para os produtores, que ali obtinham o que necessitavam (sem um questionamento se estavam fazendo uma troca justa por seus produtos). De qualquer forma, a cooperativa foi um importante propulsor para a economia da região nesta época, auxiliando a enfrentar as dificuldades ocasionadas após a crise de 1929.

Zanelatto e Osório (2012) apontam o período pós 1959 como o da chegada da industrialização, estimulada também pelo aumento da mineração de carvão em Criciúma e outros municípios vizinhos, assim como na própria localidade de Forquilha. A industrialização é a princípio mais voltada para atividades

³⁷ Em sua dissertação sobre trabalhadores de olarias de Morro da Fumaça -SC, Zanelatto aborda a prática dos proprietários das olarias de realizar parte ou todo o pagamento dos trabalhadores em vale. Funcionava da seguinte forma: o patrão entregava vales de supermercados, farmácias e outros estabelecimentos para que ali o trabalhador pudesse adquirir seus mantimentos mensais. Porém, além de muitas vezes o próprio proprietário da olaria ser também dono destes estabelecimentos (o que lhe gerava um lucro ainda maior), geralmente os produtos eram mais caros que em outras lojas concorrentes. É uma forma de sempre manter o funcionário acorrentado à empresa, como um eterno devedor, pois os preços mais elevados também faziam com que o empregado não tivesse o necessário para adquirir tudo o que precisasse e assim sempre recorresse a vales extras para poder sobreviver. Semelhante situação é encontrada pelos sócios da Sociedade União Colonial.

relacionadas à agropecuária (como exemplos, a fábrica de laticínios e a criação do Frigorífico Sul Catarinense - FRISULCA, que estimulou a fundação de uma Cooperativa Agropecuária, além da potencialização do cultivo e venda do arroz). Também contribuiu para o desenvolvimento do município a viabilização da BR 101, visto que Forquilha era passagem entre importantes cidades da região, como Araranguá e Criciúma, e mesmo um ponto de parada para viajantes em trajetos mais longos, como entre Porto Alegre e Florianópolis. Também os autores ressaltam outros segmentos que contribuíram para o desenvolvimento do município, como, por exemplo, as olarias de telhas e tijolos.

Conforme já citamos, Forquilha pertencia ao distrito de Nova Veneza, nesta época território de Criciúma. Porém, quando Nova Veneza foi elevada à categoria de município, em 1958, a população de Forquilha mostrou-se descontente, visto que parte de seu território seria anexado à nova cidade, rompendo a comunidade em duas partes. Este fato pode ter ocasionado o interesse de também requerer a emancipação da localidade de Forquilha, pois em seguida começaram os movimentos para isto acontecer (na tentativa de manter intacta a estrutura original da comunidade, e assim, a união de seus moradores e seu território). O fato é que a emancipação ocorreu somente três décadas depois, em 1989, e teve importante participação de políticos da localidade que se elegeram ou tiveram cargos de confiança na cidade a que pertenciam, Criciúma (FANDRES, 2013).

Após a emancipação a economia de Forquilha expandiu consideravelmente, passando a receber muitos migrantes interessados em ocupar postos de trabalho nas empresas da região. Também podemos perceber um forte deslocamento da população do campo para a cidade: enquanto no Censo de 1991, a população rural era de 9.661 pessoas, em 2000 o número cai para 3.792, uma queda de 60%. Já em relação à população urbana, se em 1991 era de 4.397 pessoas, em 2000 somavam 14.557 habitantes, um aumento de 231%. Tanto o crescimento populacional quanto econômico se deve muito ao setor de abates de frangos e suínos, assim como aos cargos públicos gerados pela emancipação (ZANELATTO, OSÓRIO, 2012).

De acordo com o IBGE, em 2019 em Forquilha moravam cerca de 26.793 pessoas, numa densidade demográfica de 123,12 hab/km². A renda salarial média dos trabalhadores era de 2,3 salários mínimos por pessoa, com um PIB per capita de R\$ 31.294,89 por habitante (o 9º em uma microrregião com 11 municípios).

No site do município, destacam-se como principais atividades econômicas a extração de carvão, agroindústria, metal mecânica, agricultura e comércio.

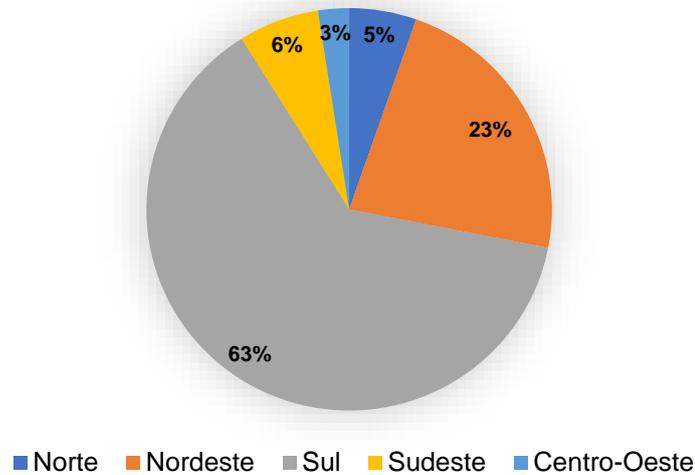
2.4.1.1 O Contexto Migratório Contemporâneo em Forquilha

Na ausência de informações do Censo 2022, solicitamos a alguns órgãos governamentais informações cadastrais que estivessem disponíveis mediante cadastro realizado em visitas presenciais. Recebemos resposta do Ministério da Saúde, o qual nos disponibilizou dados coletados através do CADSUS, por meio das visitas das agentes de saúde municipais. Vale ressaltar que apenas parte da população está registrada neste cadastro, visto que nem sempre há pessoas presentes na residência para responder aos questionários e, ainda, que há uma alta rotatividade de pessoas principalmente quando se trata dos migrantes.

No caso de Forquilha, estão cadastrados no CADSUS 4.391 pessoas, cerca de 15,89% do total da população em 2022.³⁸ Apesar de ser uma pequena parcela do total de habitantes, por estes números já podemos perceber que há uma variada população migrante residindo junto aos locais. Apenas para registro, 91 são de outras nacionalidades que não a brasileira, sendo os maiores números de haitianos (17) e paraguaios (13). Sobre a naturalidade, 2179 destas pessoas não nasceram na cidade de Forquilha (49,62%). O estado de Santa Catarina tem grande preponderância sobre o estado de nascimento, sendo 1038 pessoas catarinenses (47,63%), seguidas por pessoas nascidas no Rio Grande do Sul (9,95%), Sergipe (5,87%) e Paraná (5,41%). Abaixo, podemos verificar as naturalidades de acordo com as regiões brasileiras:

³⁸ População estimada em 2021. Fonte: Cidades, IBGE, 2021.

Gráfico 03 – Naturalidade por Região Brasileira



Fonte: CADSUS, 2022.

Podemos assim perceber que, após a região Sul, mais próxima geograficamente de Forquilha, os números apontam para uma maior migração vinda da região Nordeste, com 495 pessoas. Destas, temos os números vindos de Alagoas (99), Bahia (57), Ceará (15), Maranhão (107), Paraíba (1), Pernambuco (34), Piauí (47), Rio Grande do Norte (8) e Sergipe (128). Dos nascidos fora de Santa Catarina, os maiores números são das cidades de Tutóia, no Piauí (38), e Boquim, no Sergipe (38). Entre os catarinenses, preponderam os da cidade vizinha de Criciúma, com 127 pessoas.

Ainda, segundo o Censo 2010, 1260 pessoas que residiam em Forquilha ao responder o Censo não viviam em Santa Catarina na contagem anterior, em 31 de julho de 2005. São pessoas que na data viviam no Pará (25), no Maranhão (77), Piauí (11), Ceará (22), Pernambuco (129), Sergipe (64), Bahia (09), Rio de Janeiro (12), São Paulo (48), Paraná (492), Rio Grande do Sul (229) e Mato Grosso (20). Nestes números também estão pessoas que não especificaram o local de residência (81), ou que residiam no exterior (39).³⁹ Podemos perceber que, com exceção dos estados mais próximos geograficamente (Paraná e Rio Grande do Sul), também preponderam nesta migração os habitantes da região Nordeste.

³⁹Tabela 4.22.3.3. Pessoas de cinco ou mais anos de idade que não residiam na Unidade da Federação em 1.07.2005. IBGE, 2010.

Ainda, dos 22.548 habitantes da cidade, 15,42% das pessoas acima de 5 anos não residiam no município em 2005. Destas 3.478 pessoas, 1649 são homens (47,41%); a maioria são mulheres: 1830, representando 52,60%. Em Forquilha, 96,38% das pessoas nasceram em Santa Catarina, ante 2% na região Nordeste. Podemos considerar que se trata de um dado significativo quando se tratam de 452 pessoas em uma cidade considerada de pequeno porte. Ainda, são registrados 148 migrantes da região Nordeste, 39 da região Norte, 73 da região Centro-oeste e mais 81 pessoas que não especificaram. 24 estrangeiros também constam dos registros.

2.4.2 Nova Veneza: passado agrícola, presente na agroindústria

As margens do Rio Mãe Luzia serviram para acolher as levas de imigrantes que fundariam a Colônia de Nova Veneza. De acordo com Bif (2009), os colonos italianos que migraram para o Brasil foram atraídos por propagandas distribuídas em seu país de origem, evidenciando diversos aspectos positivos da terra, tal como a abundância de riquezas naturais. Além disso, a empresa responsável pela colonização, de nome AngeloFlorita& Cia, se comprometia em financiar terras e prestar auxílio financeiro aos colonos. Para a população italiana que no momento confrontava-se com condições de vida precárias provocadas por um lento processo de industrialização, ocasionado pela Segunda Revolução Industrial⁴⁰ (que aos poucos colocava o poder na mão dos detentores do capital, deixando ao restante dos italianos o fantasma do desemprego e da fome) a possibilidade de migrar para um país que parecia transbordar de oportunidades transparecia um sonhado recomeço.

Segundo Bortolotto (1990), um contrato celebrado com o governo brasileiro permitiu à empresa AngeloFlorita& Cia a possibilidade de fundar 20 colônias agrícolas distribuídas pelo território nacional, a serem habitadas por uma média de um milhão de imigrantes europeus, em especial italianos. Para tal, somente para a Colônia Nova Veneza a Companhia adquiriu da União trinta mil hectares de terra. Assim que, segundo o autor,

Apenas dois meses depois de elaborado o contrato, em dezembro de 1890, já se encontrava em Santa Catarina o representante da Companhia

⁴⁰Com início na segunda metade do século XIX, a Segunda Revolução Industrial trouxe como principal inovação a eletricidade, assim como a utilização do aço. A ciência teve um desenvolvimento considerável, em especial relacionado à química e ao uso do petróleo, bem como se modificaram as estruturas de trabalho, com maior ênfase à aceleração da produtividade e à produção em massa. Teve início na Inglaterra, com rápida expansão para outros países. (DATHEIN, 2003).

Angelo Florita, um italiano da Sicília chamado Miguel Napoli. Ele tinha a missão de escolher terrenos devolutos no Tubarão e Araranguá para fundar três núcleos coloniais com a denominação Nova Veneza, tendo cada colônia pelo menos 500 famílias (BORTOLOTTI, 1990, p. 14).

A partir desta data, a empresa passou a preparar a infraestrutura adequada para recepcionar os migrantes recrutados, cedendo posteriormente seu contrato com direitos e obrigações para a carioca Companhia Metropolitana. Bortolotto (1990) traz a data em que oficialmente os primeiros imigrantes teriam chegado à localidade de Nova Veneza como sendo 28 de outubro de 1891, porém, ressalta que em ocasiões anteriores já havia ocorrido a chegada de futuros colonos: para exemplificar, em maio ou junho do mesmo ano haveriam desembarcado em torno de 2 mil pessoas que seriam levadas à Colônia Nova Veneza, segundo jornais locais⁴¹. Entretanto, é consenso o ano de 1891 como o de fundação da Colônia.

De acordo com Cabral (2017), a intenção com a vinda dos imigrantes era de que fossem povoados os chamados “vazios demográficos” (também há que se considerar que, após anos de escravidão, o país tinha nos negros uma numerosa parte da sua população, então a vinda dos europeus também é citada pela autora como uma etapa de um processo de branqueamento). Ocorre que as terras já eram ocupadas pela população originária, os índios Xokleng, tendo o governo brasileiro ciência deste fato. Assim, são atribuídas ao siciliano Michele Napoli, diretor da colônia, ordens para dizimar os indígenas, que acudados pelos habitantes das colônias, com dificuldades para obter caça e outros itens para a sobrevivência, entravam em constantes conflitos com os colonos. Por fim, foram completamente exterminados, em desvantagem contra os “bugreiros⁴²” estimulados por Napoli (CABRAL, 2017)⁴³.

De acordo com Bortolotto (2010), o principal problema da colônia era a falta de boas estradas, o que a isolava das demais localidades e mesmo das rotas

⁴¹ Destas, algumas vieram para o Sul equivocadamente e posteriormente foram remanejadas para o estado de São Paulo.

⁴² Silva (2010, p. 36-37) caracteriza os bugreiros como “os caçadores italianos que normalmente sob a liderança de Natal Coral, se organizaram em grupos e iniciaram a matança dos aborígenes, os quais já vinham sendo dizimados aos poucos pelas doenças trazidas pelos europeus.”

⁴³ Causa estranhamento chamar as terras que foram disponibilizadas para os colonos de “vazios demográficos”, mesmo porque, de acordo com Selau (2006), o governo catarinense sabia da existência da população Xokleng na região, chamados genericamente de bugres em diversos documentos do século XIX, inclusive repercutindo se deveriam tentar civiliza-los ou afugentá-los (assassiná-los pareceu a estratégia mais fácil). Houve uma tentativa de manter a população indígena em terras escolhidas à revelia, através do decreto nº 1318 de 30 de Janeiro de 1854. Este decreto visava manter o aldeamento de hordas selvagens, desde que estas fossem gradualmente se “convertendo” a civilização. Nem mesmo este decreto teve utilidade, nenhuma ação real foi tomada de forma a preservar qualquer direito indígena. (SELAU, 2006).

comerciais. Requisitava-se constantemente a ampliação da estrada de ferro para que chegasse até a colônia, visto que distava apenas 48 quilômetros da estação mais próxima, em Pedras Grandes. A Estrada da Serra de São Bento, acessível somente a pé ou a cavalo, era utilizada para levar mercadorias, mas mesmo assim seu estado de conservação era péssimo. Os próprios colonos abriam estradas, mas não conseguiam mantê-las conservadas. Assim, as mercadorias produzidas pelos agricultores não conseguiam ser devidamente escoadas, tornando lento o progresso econômico da colônia.

O autor ressalta que os principais produtos para comercialização na época eram “carne e a banha de porco, o arroz, o fumo e o feijão” (BORTOLOTTI, 1990, p. 52). Posteriormente, houve o rompimento do contrato da União com a Companhia Metropolitana, visto que esta passou a dedicar-se à exploração do carvão mineral, o que não constava no contrato. Após o rompimento, os colonos (que já não se encontravam em condições favoráveis) foram abandonados à própria sorte, restando como único vínculo com a Companhia a cobrança das dívidas adquiridas (BORTOLOTTI, 1990).

O território da colônia pertencia a dois municípios: Tubarão e Araranguá. Posteriormente, parte de seu território passou a integrar o recém emancipado município de Urussanga, e Nova Veneza tornou-se distrito de Araranguá em 1912. Ainda, com a emancipação de Criciúma em 1925, passou a compor este município até sua própria emancipação, em 21 de Junho de 1958 (SILVA, 2009). Hoje as principais atividades econômicas da cidade são a agricultura, com a plantação de arroz, a avicultura (em especial o processamento de aves através da indústria JBS) e o setor metalmeccânico.

O turismo também é fortemente evidenciado no site da prefeitura municipal: é considerada a cidade mais italiana de Santa Catarina, preservando fortes costumes e tradições de seus fundadores (ignorando completamente os originais moradores da terra, os índios Xokleng), além de ser considerada a Capital Brasileira da Gastronomia Italiana. Atualmente Nova Veneza tem aproximadamente 15.342 habitantes, distribuídos em um território de 295,061 quilômetros quadrados. Tem uma escolarização de 99,4% entre crianças de 06 a 14 anos (2010), com um PIB per capita de R\$48.411,29, o segundo em sua região imediata de treze municípios e o 26º do estado (IBGE, 2020).

2.4.2.1 Nova Veneza e as Migrações Contemporâneas

Da mesma forma que em Forquilha, com Nova Veneza também nos utilizamos dos dados constantes no CADSUS. Neste caso, foram 1322 respondentes, apenas 8,5% da população total (quando consideramos a estimativa do IBGE de 2021, 15.515 pessoas). Destas, 1181 seriam migrantes, ou seja, quase 90% não nasceram em Nova Veneza. Há uma pequena proporção de estrangeiros residindo no município, constando nestes números 41 pessoas, de 14 países, sendo o maior número de italianos (nove), além de outras nacionalidades como haitianos, georgianos, paraguaios, cubanos, etc.

O maior número de migrantes vem do próprio estado catarinense, num total de 736 pessoas (62,32% do total). Preponderam pessoas de cidades próximas geograficamente, como Criciúma, Siderópolis, Forquilha, Içara, Balneário Rincão, entre outras. Na sequência, o maior número de migrantes vem dos estados vizinhos do Paraná (96 pessoas) e Rio Grande do Sul (94 pessoas). Ou seja, podemos considerar que é da região Sul que vem 78% das pessoas que migram para Nova Veneza. Na sequência, confirmamos que a segunda região da qual mais emigram pessoas em direção à cidade é o Nordeste, com 144 pessoas (12,19%). As demais regiões têm números pouco significativos: são 35 migrantes da região Sudeste, 18 da região Norte e apenas 8 da região Centro-Oeste.

Já entre as cidades localizadas fora da região Sul que tem maior participação migrante em Nova Veneza, estão Salgadinho e Passira, de Pernambuco, com 12 pessoas cada, seguidas por Coração de Maria, na Bahia, com 11 pessoas, Jequiá da Praia (Alagoas), Jaguaribara (Ceará) e Tutóia (Maranhão) com 8 pessoas cada. Apesar de a amostragem ser pequena, já é possível perceber que há procedência de diversos estados, desmistificando uma eventual ideia de que a migração poderia estar concentrada em determinada região.

O Censo do IBGE traz em 2010 13.309 pessoas residindo em Nova Veneza. Destas, com cinco ou mais anos, 791 (5,94%) não residiam em Nova Veneza na contagem de 2005. Os estados mais próximos são logicamente os que mais contribuem com migrantes, com 266 pessoas do Rio Grande do Sul e 241 do Paraná. Em seguida, temos Alagoas (28 pessoas), Pernambuco (23 pessoas), São Paulo (23 pessoas), Rondônia (19 pessoas) e Mato Grosso (14 pessoas), com os números mais significativos.

Quando comparamos Nova Veneza e Forquilha, vemos que a segunda recebe mais migrantes que a primeira. É também uma cidade com mais habitantes: em Forquilha vivem 22.548 pessoas, em Nova Veneza em torno de 15.515, uma diferença de cerca de 45%. Porém, nos números migratórios, Forquilha se mostra bastante superior: se observarmos somente o Censo 2010, em Forquilha residiam 1260 migrantes, enquanto o número em Nova Veneza era de 791 (uma diferença em torno de 60%). Não nos concentramos em nosso estudo na busca de respostas sobre a motivação que leva o migrante a escolher uma ou outra cidade, mesmo porque a empresa JBS fornece transporte para o trabalho entre os dois municípios, sendo que o migrante não necessariamente precisa residir na mesma cidade que trabalha. Nosso intuito aqui é demonstrar que há uma grande população que se movimenta, em especial advinda de cidades do Nordeste, em busca de oportunidade laboral em Nova Veneza e Forquilha. E este movimento os direciona ao trabalho na agroindústria, especialmente nos frigoríficos da JBS.

No próximo capítulo, iremos discutir o segmento dos frigoríficos. Buscaremos abordar a importância do setor para a economia brasileira, mas principalmente, demonstrar o sistemático modelo de precarização do trabalho executado por estas agroindústrias, assim como destacar as possíveis condições de vulnerabilidade nas quais se inserem os trabalhadores, migrantes ou não, a partir do momento em que vendem sua força de trabalho às indústrias deste segmento.

3 O SETOR FRIGORÍFICO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: AMBIENTE LABORAL DO QUAL EMERGE A VULNERABILIDADE SOCIAL

As últimas décadas trazem uma mudança na configuração do trabalho: as inovações tecnológicas tem contribuído para uma diminuição do trabalho manual, fabril, ao substituir a mão-de-obra humana por modernos equipamentos. As atividades de dezenas dos trabalhadores podem hoje ser substituídas por uma única máquina, que empregará somente um trabalhador para operá-la. Assim, há um deslocamento desta força de trabalho operária para o setor de serviços, onde há uma maior oferta de vagas e também uma maior flexibilidade (o que se traduz em mais um aspecto da precarização do trabalho, salários, direitos e horários flexíveis _ geralmente beneficiando somente o empregador) (ANTUNES, 2009).

Estas mudanças advêm principalmente do que o autor chama de uma *crise do taylorismo-fordismo*, ou seja, modelos que não são mais capazes de ofertar ao capital a acumulação que este requer, trazendo lucros insuficientes. A linha do tempo destes modelos traz um trabalhador que trabalha basicamente no “automático”, um simples executor de funções. Um pouco mais recente, o *toyotismo* dá ao capital a diretriz de que o trabalhador e sua capacidade intelectual são a principal ferramenta da empresa: este então é conscientizado de sua importância e estimulado ao máximo rendimento através de benefícios (principalmente financeiros), numa ilusão de estar sendo recompensado por sua dedicação, mas sempre o maior beneficiado com esta relação é a empresa, que, enquanto obtém lucros altíssimos com a dedicação integral deste funcionário, precisa dispor apenas de uma pequena fração deste lucro para remunerá-lo (ANTUNES, 1999).

A partir da década de 1980, no Brasil, pode-se perceber com mais nitidez a chegada de novas tecnologias e novas formas de produção, gerando uma reconfiguração no próprio ambiente produtivo industrial. A partir da eleição de Fernando Collor, em 1989, o Brasil também passa pela abertura do mercado, através de uma política neoliberal que pregava uma menor intervenção do Estado na economia, ao contrário do protecionismo vislumbrado nas décadas anteriores (Santos, 2009). Fato é que estas mudanças contribuem para a precarização do trabalho, individualizando cada vez mais o trabalhador, que precisa lutar para permanecer no emprego (ou ainda, enfrentar condições cada vez mais difíceis na nova realidade de terceirização e informalidade). Como posto por Lima e Neto (2017, p.102), “no caso

brasileiro, a experiência de precarização é decorrente da insegurança social que desponta num contexto histórico específico, a hegemonia neoliberal.” Ou seja, a partir do momento em que os modelos anteriores de produção, como o fordismo, encontram-se estagnados em sua capacidade de gerar lucro, o capital percebe que a forma de se expandir cada vez mais é precarizando os trabalhadores o máximo possível, de forma que produzam mais ganhando menos.

Neste espaço em que a oferta de vagas formais se torna restrita, a exigência pela qualificação mostra-se cada vez maior, como uma imposição mesmo para as atividades mais simples; serve também como uma justificativa para os empregadores não fomentarem mais vagas: o trabalhador sem qualificação é visto como preguiçoso, e sua falta de compromisso consigo mesmo (por não buscar se aperfeiçoar) é uma característica que irá repetir na empresa. Não importa que o trabalhador não tenha tido oportunidade, tempo, dinheiro para buscar pelo aperfeiçoamento: sua falta de qualificação é simplesmente um desleixo. Então, nos tempos atuais, a qualificação é buscada incessantemente, numa tentativa de fugir deste estereótipo. Ironicamente, ela não garante nenhuma vaga de emprego (até porque todos estão buscando o mesmo objetivo), e ou, ainda, como traz Antunes (1999, p.58), no máximo serve para “desempregar os que eram anteriormente ‘qualificados’”.

Aqui fazemos uma reflexão sobre o quanto o trabalhador é pressionado pela sociedade capitalista, em especial o migrante. Toda a responsabilidade sobre seu fracasso é atribuída a ele: se o Estado oferta educação básica gratuita, por qual razão deixou de estudar para trabalhar? Se o Estado disponibiliza métodos contraceptivos através dos postos de saúde, porque gerou mais filhos do que seria capaz de sustentar? Se a indústria deu a oportunidade de iniciar em um trabalho sem possuir experiência para a função, porque não se dedicou totalmente a ponto de gerar a demissão? Se dispunha de uma pequena propriedade rural, porque migrou para a cidade? Ou seja, se algo não está dando certo na vida do trabalhador, é por sua única e exclusiva culpa.

Estes questionamentos refletem uma sociedade cada vez mais individualista e determinada a apontar o dedo para o próximo, como forma de exaurir sua própria parcela de responsabilidade. Um estudo de Castor (2001) disserta sobre a injusta má reputação brasileira ao taxar nossos trabalhadores como preguiçosos e descomprometidos, sendo que a maioria da população brasileira trabalha em uma

carga horária maior do que a de trabalhadores de países desenvolvidos. A maior parte da população ocupada no Brasil trabalha pelo menos 40 horas semanais, ao contrário, por exemplo, de países europeus em que a média é de menos de 35 horas ou mesmo quatro dias trabalhados por semana. Isso sem falar dos trabalhos extras, bicos ou segundos empregos, indispensáveis para garantir uma remuneração melhor. O estudo também traz comparações entre a produtividade brasileira e de outros países, nas quais os brasileiros teriam imensa desvantagem: porém, se compararmos os anos de educação formal da média brasileira e estrangeira, o enorme abismo existente é mais que justificável, visto que nos outros países a média de escolaridade é quase o dobro da brasileira.

Ao analisar a complexidade da carga horária envolvida para que um trabalhador possa chegar a um rendimento mínimo necessário para a sobrevivência, indagamos como pode haver pelo Estado ou pela sociedade um questionamento sobre a origem da falta de vontade do trabalhador em se qualificar, o motivo de seus atrasos constantes no emprego, a baixa produtividade. Um trabalhador exaurido por uma jornada semanal de 40 horas formais, que atua a noite e finais de semana na informalidade para complementar a renda, encontra tempo e disposição para estudar ou para ser totalmente eficiente em sua jornada laboral? Para o trabalhador fica o encargo de assumir sozinho todas as responsabilidades sobre suas eventuais falhas. Para a empresa, que lhe cobra total eficiência e pontualidade, é difícil visualizar que um salário digno e uma jornada adequada às suas necessidades poderia evitar que o trabalhador precisasse se desdobrar em outras atividades. É mais fácil atribuir ao trabalhador e também, ao migrante, a culpa de seu fracasso, por ser preguiçoso, indolente e irresponsável.

Conforme esta tese se constrói, chegamos antecipadamente a uma conclusão: a agroindústria, neste caso em específico os frigoríficos de processamento de frango, é constantemente circundada por um contexto de vulnerabilidade no que se refere aos indivíduos, em especial os operários de suas linhas de produção, que nela atuam. Ou já estão vulneráveis quando procuram pelo emprego, ou irão se tornar à medida que exercem este tipo de atividade laboral. Em especial, quando se tratam de migrantes. É como posto na definição de Katzman (2000):

Por vulnerabilidade social, entendemos a incapacidade de uma pessoa e de um ambiente familiar para aproveitar as oportunidades, disponíveis em diferentes âmbitos socioeconômicos, para melhorar sua situação de bem estar ou impedir seu deterioramento. Como o não aproveitamento das oportunidades implica uma debilidade no processo de acumulação de ativos,

as situações de vulnerabilidade usualmente desencadeiam sinergias negativas que tendem a um agravamento progressivo. (KATZMAN, 2000, p. 281, tradução nossa)⁴⁴

Através do conceito de Katzman⁴⁵, entendemos que quando o bem-estar de pessoas ou famílias é ameaçado e estas não encontram formas de sair de tal condição, podemos considerar que se encontram em situação de vulnerabilidade. E este bem-estar é muitas vezes afetado pela vivência dentro do ambiente de trabalho, como no caso dos frigoríficos. Por isso, procederemos com uma apresentação do segmento e na sequência, uma discussão sobre a precarização que leva à incidência da vulnerabilidade aos trabalhadores do setor, potencializada quando se trata de indivíduos migrantes.

3.1 O SEGMENTO DOS FRIGORÍFICOS: A EXPONENCIAÇÃO DOS LUCROS OBTIDOS PELAS EMPRESAS VERSUS A PRECARIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

O segmento da avicultura tem, com o passar dos anos, se revelado de alta importância para o país, seja para o consumo interno ou para exportação. De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 2019 o Brasil foi líder mundial em exportação de carne de frango, com 4,2 milhões de toneladas exportadas. O país também é o terceiro maior produtor mundial de frango, com 13.245 milhões de toneladas produzidas somente em 2019, sendo que do total de aves abatidas nos frigoríficos brasileiros, 32% foram exportadas. A EMBRAPA também revela que o frango é a carne mais consumida do Brasil, sendo a média de consumo do brasileiro cerca de 43 kg/ano, ante cerca de 38 kg/ano da carne bovina, a segunda mais consumida (EMBRAPA, 2019).

⁴⁴ “Por vulnerabilidade social entendemos la incapacidad de una persona e de un hogar para aprovecharlas oportunidades, disponibles em distintos âmbitos socioeconômicos, para mejorar su situación de bienestar o impedir su deterioro. Como el desaprovechamiento de oportunidades implica um debilitamento del processo de acumulación de activos, las situaciones de vulnerabilidade Suelen desencadenar sinergias negativas que tienden a un agravamiento progressivo”. (KATZMAN, 2000, p. 281).

⁴⁵ É imprescindível ressaltar que, na incapacidade da pessoa de aproveitar as oportunidades, reside justamente a falta ou inadequação das políticas públicas e o desenvolvimento desigual das regiões. O indivíduo torna-se incapacitado simplesmente pelas oportunidades não existirem, ou, quando existirem, o contexto social ao seu redor não lhe permitir o aproveitamento: exige-se que a pessoa dê o máximo de si, porém não lhe são ofertados ensino de qualidade, creche adequada para deixar os filhos, um salário que permita viver com tranquilidade. É mais fácil colocar a culpa no cidadão pela sua condição vulnerável, do que entender que foi o contexto social que o jogou em tal situação.

O Brasil ampliou sua capacidade de processamento de carne de frango a partir do surgimento da integração, um sistema que interliga o frigorífico e pequenos granjeiros que, por sua vez, são os responsáveis pela criação e engorda dos pintos de um dia fornecidos pela integradora (frigorífico) até que estejam prontos para o abate. Este processo já existia informalmente, onde os pequenos produtores vendiam os frangos para abatedouros, mas se tornou oficial em torno da década de 1960 (Santos Filho et al, 2011). Conforme Jung (2018), em Santa Catarina o crédito rural estimulou a população do campo a investir nas granjas, através de financiamentos como o do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), a partir da década de 1970. Se no início os granjeiros buscavam os financiamentos e procuravam seguir como autônomos, ofertando os frangos para as granjas de acordo com a oferta e demanda, posteriormente concluíram que fixar contrato com uma única integradora configurava uma garantia maior de renda e maior segurança para os negócios (JUNG, 2018).

De acordo com Sandi e Miele (2012), foi esta integração, chamada de vertical, a grande responsável pelo sucesso da avicultura no patamar atual: a divisão de responsabilidades entre integrador e integrado culmina na otimização da produção, sendo que

[...]enquanto que o avicultor integrado é responsável pelo fornecimento de instalações, equipamentos, mão-de-obra, energia elétrica, substrato para cama, calefação, e água de boa qualidade, cabe à agroindústria integradora (empresas e cooperativas) fornecer os pintinhos de um dia, ração, assistência técnica e logística (SANDI E MIELE, 2012, p.21).

Aqui cabe uma reflexão a respeito do papel dos integrados dentro do setor avícola. Os trabalhadores entram para este ramo com a ilusão de que estão trabalhando por conta própria: podem fazer seu horário de trabalho, assim como determinar seu lucro a partir da quantidade e qualidade dos animais que produzem. Mas o que podemos perceber é que o integrado é um trabalhador explorado: para cumprir suas metas, trabalham exaustivamente, sem qualquer direito garantido, pois, por contrato, são autônomos. Tem seus lucros calculados diretamente pela integradora, que pode reduzi-los por motivos nem sempre fundamentados, assim como podem rescindir o contrato a qualquer momento, sem sensibilizar-se com os investimentos e dívidas realizados pelo integrado para poder realizar a entrega das aves. Dedicam-se a trabalhar noite e dia, todos os dias da semana, pois qualquer descuido pode causar a morte ou adoecimento dos animais, o que os torna escravos

do trabalho. Assim, tornam-se verdadeiros reféns das integradoras, ou, como coloca Goularti Filho (2007, p. 270), são “operários piorados”.

Com o aumento da produção, os frigoríficos também buscaram investir em melhorias, seja em infraestrutura, tecnologias, melhoramento genético das aves, entre outros. De acordo com Santos Filho et al (2011), pode-se observar inúmeros itens que demonstram o aperfeiçoamento do setor, como o fato de obter uma produção significativamente maior usando um menor número de aves, ou otimização da produção mesmo utilizando uma pequena infraestrutura, especialmente adequada para o alojamento dos frangos. Como os autores ressaltam,

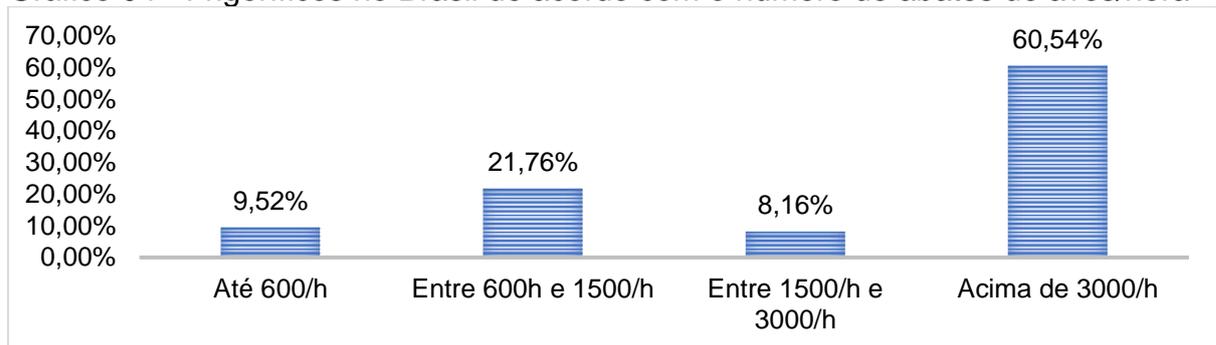
A evolução contínua na adoção de tecnologias de automação e ambiência nos sistemas de produção propiciou condições de ampliação dessa produção, sem que com isso fosse necessário investimento para ampliar a área física dos galpões para criação das aves. Nos galpões, que em meados desta década alojava-se 12 mil frangos, com a adoção destas tecnologias o alojamento cresceu em até 20%. Concomitantemente, a contribuição da genética, sanidade e nutrição propiciou essa evolução na produção da avicultura brasileira. É importante frisar que esse aumento no alojamento não foi causado pela climatização do aviário, e sim, pelo aumento do conhecimento em ambiência que possibilitou, através de soluções tecnológicas de baixo custo, a melhor eficiência na utilização do espaço físico dentro dos galpões. (SANTOS FILHO et al, 2011, p.76)

Porém, a partir de 2009, a produção de frangos no Brasil se encontrava praticamente estagnada, com crescimento médio de 1% ao ano, muito diferente do que ocorreu no período entre 2000 e 2009, com crescimento anual em torno de 7%. Segundo Santos Filho, Talamini e Martins (2019), fatores como o crescimento da produção em outros países e barreiras tarifárias e sanitárias contribuiriam para esta estagnação. Apesar de ainda ser o principal exportador mundial, o Brasil viu sua participação cair de 38% do total mundial em 2009 para 32,6% em 2019. Em 2018, o país sofreu um grave impacto decorrente da deflagração da Operação Carne Fraca⁴⁶, com uma queda acentuada das exportações. Todavia, com a ocorrência recente da Peste Suína Africana, atingindo potencialmente países da Ásia, a expectativa é de uma nova retomada do crescimento das exportações do frango brasileiro, em substituição à proteína de porco (SANTOS FILHO, TALAMINI E MARTINS, 2019).

⁴⁶ Dividida em três fases e iniciada em 2017, a Operação Carne Fraca visou investigar grandes frigoríficos que adulteravam a qualidade dos produtos ofertados, além da descoberta de esquemas de propinas, fraudes laboratoriais e inúmeras outras irregularidades presentes nos frigoríficos. Gigantes brasileiras do setor estavam entre as investigadas, como a JBS e a Sadia, assim como funcionários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A operação implicou em restrições de diversos países que consumiam a carne brasileira, entre eles China e Hong Kong, além de prejuízos milionários para as empresas envolvidas.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através da Coordenação de Suporte a Gestão, no momento há no Brasil 147 abatedouros frigoríficos. Estes podem ser divididos nas seguintes categorias de abate: até 600 frangos/hora, entre 600 e 1500 frangos/hora, entre 1500 e 3000 frangos/hora e mais de 3000 frangos/hora. O gráfico abaixo a porcentagem de frigoríficos no Brasil de acordo com cada categoria:

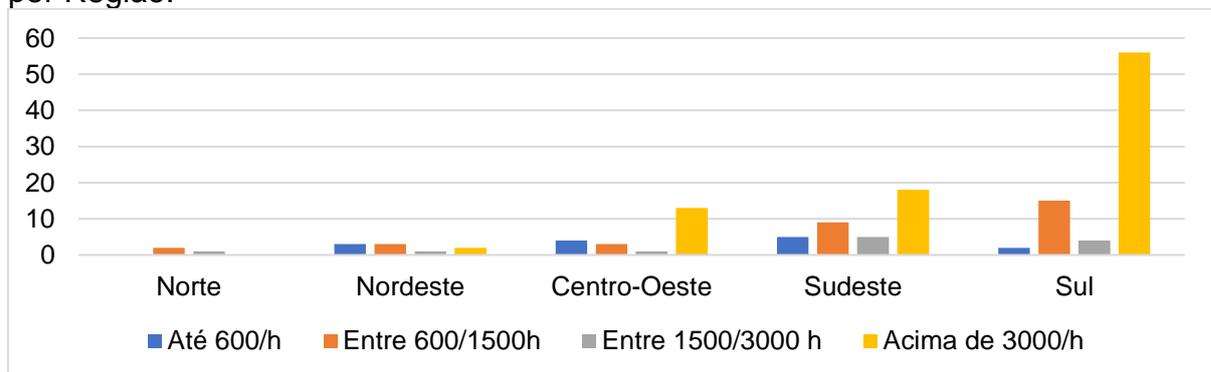
Gráfico 04 - Frigoríficos no Brasil de acordo com o número de abates de aves/hora



Fonte: MAPA,2020. Elaborado pela autora.

Percebemos aqui que há grande predominância dos frigoríficos de maior porte, cuja produção realiza o abate de mais de 3000 aves/hora, seguidos por uma considerável quantidade de frigoríficos na faixa entre 600 a 1500 aves/hora. Abaixo, podemos ver a distribuição destes frigoríficos de acordo com a região do Brasil:

Gráfico 05 - Frigoríficos no Brasil de acordo com o número de abates de aves/hora- por Região.



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento,2020. Elaborado pela autora.

A região Norte e Nordeste tem uma participação bastante pequena em relação aos frigoríficos em geral: na região Norte, existem apenas 03 empresas do tipo, sendo duas entre 600 e 1500 frangos/hora e uma na faixa entre 1500 e 3000

frangos/hora. Já no Nordeste, apenas 09 empresas, divididas quase igualmente entre todas as faixas. A região Centro-Oeste comporta uma quantidade um pouco maior de frigoríficos, sendo 21 empresas. Destas, 8 ficam com produção abaixo de 3000 frangos abatidos por hora e 13 acima desta produção. Somadas, as três regiões somam cerca de 22,44% do total de frigoríficos no Brasil.

A região Sudeste conta com uma participação mais significativa, com 37 frigoríficos que representam 25% do total brasileiro. Destes, a região tem 05 empresas na categoria até 600 aves/hora, 09 na categoria 600 a 1500 aves/hora, 05 na categoria 1500 a 3000 aves/hora e 18 na de maior produção, mais de 3000 aves/hora. Por fim, a região Sul é responsável por um percentual maior que de todas as outras regiões somadas (52%), com um total de 77 frigoríficos. São apenas 02 frigoríficos que abatem menos de 600 aves/hora e 04 na faixa de 1500 a 3000 aves/hora: enquanto uma boa parcela se concentra na faixa de 600 a 1500 aves/hora (15 empresas), a grande maioria registra mais de 3000 abates/hora (56 empresas).

Os três estados do Sul são os que concentram os maiores números absolutos em frigoríficos, sendo que nos três os maiores números são os das empresas com mais de 3000 abates/hora. No Paraná se encontram 36 frigoríficos (com 22 do maior porte), em Santa Catarina 22 empresas (das quais apenas 03 não abatem mais de 3000 aves/hora) e no Rio Grande do Sul 19 frigoríficos, com 15 abatendo na faixa máxima. Em Santa Catarina, o estado em que ocorre neste estudo, a grande maioria dos frigoríficos fica na região Oeste Catarinense, com 15 frigoríficos, seguida pela região Sul (03), Norte (02) e por fim Norte e Grande Florianópolis, com um frigorífico em cada região.

3.1.1 O Segmento Frigorífico em Santa Catarina: O Fortalecimento das Agroindústrias em busca de Liderança Mundial no Setor.

A modernização da agricultura catarinense teve seu início a partir da década de 1950, seja pela abundância de políticas de incentivo e crédito ou pelas novas tecnologias absorvidas pelas agroindústrias. Nos anos de 1970, o estado já dispunha de cinco frigoríficos de grande porte para processamento de aves e suínos, sendo estes Sadia, Perdigão, Seara, Chapecó e Saulle Pagnocelli (concentrados no Oeste Catarinense). Diversos outros de médio e pequeno porte também já existiam no estado, sendo que na região Sul o pioneiro foi o Frisulca (Frigorífico Sul

Catarinense), fundado em 1963, pertencente ao grupo Gaidzinski (GOULARTI FILHO, 2007).

Conforme citado por Jung (2018), esta modernização ao mesmo tempo em que permitiu que os frigoríficos catarinenses alçassem competitividade para posteriormente se tornarem líderes na produção brasileira de processamento de frangos, também tirou de cena muitos pequenos proprietários rurais ou donos de frigoríficos menores que não foram capazes de realizar os investimentos financeiros necessários para esta adequação. Além disso, as empresas também realizaram mudanças em seu processo produtivo, seja através da implantação de rigorosos controles de produção e qualidade dentro da fábrica, como a implantação da *fragmentação do trabalho*, onde cada trabalhador executa uma única função repetidas vezes, acelerando a produção.

De acordo com Goularti Filho (2007), o aumento da produção catarinense (que passou de 72.000 aves/ano em 1960 para 136.025 milhões em 1980) se deveu muito ao processo de exportação para países do Oriente Médio e também pela já citada integração, assim como o aumento das safras de produtos ligados diretamente às agroindústrias, como a soja e o milho. No momento, as empresas que se encontram em atividade no estado são as abaixo citadas:

Tabela 08 - Frigoríficos em atividade em Santa Catarina, enumerados por Município, Região e quantidade de Aves abatidas/hora

Empresa	Município	Região Catarinense	Aves abatidas/hora
Cooperativa Central Aurora Alimentos	Abelardo Luz	Oeste	Mais de 3000/h
BRF S.A.	Capinzal	Oeste	Mais de 3000/h
BRF S.A.	Chapecó	Oeste	Mais de 3000/h
BRF S.A.	Concórdia	Oeste	Mais de 3000/h
M. P. Foods Abate de Aves Ltda	Criciúma	Sul	1500 a 3000/h
Cooperativa de Produção Agropecuária	Dionísio Cerqueira	Oeste	600 a 1500/h
Seara Alimentos LTDA	Forquilha	Sul	Mais de 3000/h

Cooperativa Central Aurora Alimentos	Guatambú	Oeste	Mais de 3000/h
Villa Germania Alimentos S.A.	Indaial	Vale do Itajaí	Mais de 3000/h
GTB Empreendimentos S.A.	Ipuaçu	Oeste	Mais de 3000/h
Seara Alimentos LTDA	Ipumirim	Oeste	Mais de 3000/h
Estatuto da Associação dos Pequenos Agricultores	Irineópolis	Norte	600 a 1500/h
Seara Alimentos LTDA	Itaiópolis	Norte	Mais de 3000/h
Seara Alimentos LTDA	Itapiranga	Oeste	Mais de 3000/h
Cooperativa Central Aurora Alimentos	Maravilha	Oeste	Mais de 3000/h
Friaves Industrial de Alimentos	Nova Erechim	Oeste	Mais de 3000/h
JBS Aves	Nova Veneza	Sul	Mais de 3000/h
Cooperativa Central Aurora Alimentos	Quilombo	Oeste	
Seara Alimentos LTDA	São José	Grande Florianópolis	Mais de 3000/h
Seara Alimentos LTDA	Seara	Oeste	Mais de 3000/h
BRF S. A.	Videira	Oeste	Mais de 3000/h
Cooperativa Central Aurora Alimentos	Xaxim	Oeste	Mais de 3000/h

Fonte: MAPA, 2020. Elaborado pela autora.

Uma conclusão a que podemos chegar quanto à baixa incidência de frigoríficos menores, abaixo de 600 abates/hora, por exemplo, é de que a concentração do capital é direcionada para as grandes empresas, favorecendo o desaparecimento das pequenas. Isso pode ser explicado por diversos motivos, conforme nos relata Goulart Filho (2007): os lucros escassos de frigoríficos menores resultaram numa absorção por parte das indústrias de maior porte, assim como a

facilidade de crédito junto a agências de fomento por parte das empresas maiores (algo negligenciado aos frigoríficos menores).

Quando chegamos a esta conclusão sobre o predomínio das empresas grandes neste mercado tão importante para a economia brasileira, nos debruçamos mais uma vez sobre os acontecimentos que levam à uma acumulação concentrada do capital. Um primeiro fato, que não é o foco da pesquisa, mas não pode ser negligenciado, é a questão do integrado: como um pequeno granjeiro, em sua maioria sem escolaridade ou experiência de mercado em qualquer área que não seja na agricultura de subsistência, pode estar em condições de exigir melhorias em seus rendimentos quando colocado na mesa para debater com gigantes do capitalismo, assessoradas por profissionais extremamente preparados para obter o máximo de lucro?

Fato é que apesar de estarem em uma posição menos favorecida em relação à detenção do capital, os integrados encontram formas de exercer a resistência, lutando por melhorias em suas condições de vida e trabalho. No caso específico do sul catarinense, Jung (2018) aborda como exemplo a criação da AVISUL⁴⁷ em 2013. Os próprios integrados passaram a articular reuniões para que pudessem decidir coletivamente quais melhorias gostariam de requisitar, em especial relacionadas a preço, e seus representantes negociariam diretamente com as empresas em nome de todos. As empresas acatavam algumas condições, numa aparente demonstração de solidariedade às reivindicações dos avicultores, ao mesmo tempo usavam sua influência em diversas frentes como forma de desmobilizar os integrados. Membros da associação relatavam dificuldades impostas pelas integradoras, como “punições” impostas à produção das aves (um exemplo seria o atraso da entrega dos pintinhos, diminuindo assim a produção e consequente lucratividade do integrado), entre inúmeras outras estratégias (JUNG, 2018).

Várias dificuldades eram encontradas pelos integradores para fazer parte da AVISUL, como as distâncias percorridas para participar das reuniões, a falta de

⁴⁷ AVISUL: Associação dos Avicultores do Sul Catarinense. Foi fundada oficialmente em 2013, estando presentes em sua fundação representantes de 17 municípios do Sul de Santa Catarina. Segundo Jung (2018), a associação dispunha apenas de taxas mensais pagas pelos associados, reunindo alguma verba através da realização de rifas. Por não dispor de qualquer estrutura física, nem mesmo um veículo próprio ou algum funcionário remunerado, contava apenas com o trabalho voluntário da diretoria e demais membros para realizar todas as atividades necessárias. Como bem colocado pelo autor, de um lado encontra-se a escassez de recursos da AVISUL; do outro, a abundância de dinheiro e poder das integradoras.

tempo e também o receio de serem ainda mais prejudicado pelos frigoríficos como forma de boicote à participação na associação. Quando enfim a AVISUL conseguiu se constituir como uma associação de fato, com uma diretoria que buscava recursos (como financiamentos junto a programas de créditos) e também reivindicava aportes junto aos representantes no Assembleia Legislativa e Câmara dos Deputados, depararam-se com campanhas políticas financiadas pelas integradoras. Porém estas situações não foram razão de esmorecimento por parte dos associados, que tomaram atitudes como buscar confrontar as integradoras (JUNG, 2018).

Um exemplo citado pelo autor é o caso de o frigorífico ter sumariamente desligado 24 integrados ao mesmo tempo, sendo que alguns destes ainda possuíam inúmeras dívidas assumidas no intuito de melhorar as instalações e aumentar a produtividade. Não é necessário justificar esta exclusão: muitos eram membros ativos da associação, assim este desligamento também se configurou como um recado aos demais associados. Paralelamente, a empresa passou a aliciar pessoas para que assumissem estas “vagas” que estariam em aberto, com promessas de que enriqueceriam fornecendo os frangos para o frigorífico. A associação, por sua vez, procurou estas mesmas pessoas alertando sobre os riscos de investir suas economias nesta empreitada, demonstrando o histórico de falsas promessas, descumprimento de contratos e precarização do integrado. Como podemos perceber, mesmo sendo perseguidos, boicotados e possuindo menor poder de barganha que as integradoras, os avicultores não deixam de se articular para buscar condições de trabalho e remuneração justas para si e para os demais produtores (JUNG, 2018).

3.1.2 Os Frigoríficos no Sul de Santa Catarina e o Atual Monopólio da JBS

A primeira iniciativa de um frigorífico de porte maior relacionado exclusivamente ao processamento de aves no sul de Santa Catarina se deu através da Avícola Eliane, propriedade do grupo Eliane e que já havia posteriormente assumido o comando da pioneira Frisulca. Na linha do tempo abaixo, podemos compreender de que forma ocorre a expansão do segmento no Sul do Estado.

Tabela 09 - Linha do tempo da expansão do setor de Processamento de Frangos no Sul de Santa Catarina.

Ano	Acontecimento	Observação
-----	---------------	------------

1963	Fundação da Frisulca na cidade de Forquilha.	Primeiro frigorífico de porte médio da região Sul de Santa Catarina. Criada a princípio como uma cooperativa, não se tornou sustentável economicamente e foi adquirida pelo grupo Gaidzinski.
1977	Aquisição da Frisulca pelo grupo do setor cerâmico Eliane	Auxiliado por variáveis como disponibilidade de financiamentos com taxas acessíveis e outros incentivos governamentais como isenção de Imposto de Renda, o grupo Eliane diversifica suas empresas, investindo também em Frigoríficos de suínos e aves.
1977	Início das atividades da Avícola Eliane, posteriormente transformada em Eliane Avicultura do Sul Ltda (Agroeliane).	Produção inicial de 36 mil aves/dia. Virá a se tornar o 15º maior frigorífico do Brasil, sendo que em 1994 abatia 108 mil frangos/dia somente na unidade de Forquilha.
1995	Venda da Agroeliane ao grupo Ceval.	A Eliane busca retomar o foco em suas empresas do setor cerâmico, que haviam sofrido sucessivas perdas econômicas nos últimos anos.
1995	Fechamento do frigorífico de abate de suínos em Forquilha pela Ceval.	Controle do frigorífico é passado de mãos em mãos por outras empresas do setor, como Bunge, Seara e posteriormente, Marfrig.
1997	Construção da Agrovêneta em Nova Veneza	Empresa fundada por ex-funcionários da diretoria da Agroeliane, iniciando com o abate de 7500 aves ao dia.
2006	Surgimento da Tramonto, situada em Morro Grande.	Fundada por dissidentes da Agrovêneta, tem capacidade inicial de abate de 120 mil aves ao dia.
2012	Compra da Agrovêneta e aluguel da Tramonto pelo grupo JBS	Enquanto outras empresas sofriam com a crise do agronegócio, em especial advindo das altas de preços, a JBS se expandia, se tornando a segunda maior empresa brasileira no segmento de processamento de aves. Os frigoríficos do Sul Catarinense sob seu comando exportam grande parte da produção. Há uma abrupta piora nas condições ofertadas aos integrados, através de contratos unilaterais e imposição de condições danosas aos proprietários das granjas.
2013	Compra da Seara (então pertencente à Marfrig) pela JBS.	Marca passa a operar no frigorífico de Forquilha.
2015	Aquisição da Tramonto pela JBS	O contrato inicial de aluguel da Tramonto pela JBS constava em 05 anos. Após um tempo, a JBS adquiriu a Tramonto, diminuiu as atividades do frigorífico e encerrou as atividades fabris no ano de 2017, com a demissão de 500 trabalhadores e

		para o desespero de mais de uma centena de integrados.
--	--	--------------------------------------------------------

Fontes: GOULART FILHO, 2007; JUNG (2018); JUNG, ZANELATTO (2020). Elaborado pela autora.

Atualmente, nas duas cidades que farão parte deste estudo, operam duas unidades da JBS: em Forquilha, sob a marca Seara Alimentos LTDA, e em Nova Veneza com o nome de JBS Aves. Segundo o site da empresa, a JBS é uma multinacional brasileira, hoje presente em 15 países e que emprega mais de 245 mil pessoas. A empresa opera sob diversas marcas como Friboi, Seara, Doriana, Primo, entre outras, e tem produção diversificada de alimentos, de carnes *in natura* a alimentos prontos para o consumo. O Brasil seria responsável por 13% da receita total da companhia, sendo o principal faturamento encontrado nos Estados Unidos, 51% (JBS, 2021).

A empresa, iniciada com um pequeno açougue em 1953 pelo negociante de gado José Batista Sobrinho, expandiu-se rapidamente através da compra de abatedouros e implantação de frigoríficos, operando sob o nome de Friboi. Somente a partir de 2005 passa a utilizar as primeiras letras do nome de seu fundador para se tornar a JBS. A mudança de nome ocorre em virtude do início de processo de internacionalização da empresa, impulsionado por financiamentos concedidos pelo BNDES, culminando na atual posição da empresa como a maior empresa de carnes do mundo (DIEGUEZ, 2017)⁴⁸.

A JBS é uma empresa envolvida em inúmeros processos trabalhistas, com larga tradição de exploração de seus funcionários e também de seus fornecedores. Uma rápida busca na internet traz uma infinidade de manchetes sobre acidentes de trabalho e desrespeito aos direitos dos trabalhadores: vazamentos de amônia⁴⁹, não atendimento às normas de segurança, mutilações de membros nas máquinas de processamento de carne, carga horária diária acima do limite permitido, entre outros. Em relação aos fornecedores, também soma-se o fato de a empresa determinar os preços a pagar pelas aquisições: um exemplo é dado no caso de Mato Grosso, onde,

⁴⁸Recentemente, a empresa se envolveu em inúmeros escândalos de corrupção, culminando inclusive com a prisão de alguns de seus proprietários, Joesley Batista e Wesley Batista, além de outros executivos do grupo. As acusações são inúmeras: manipulação do mercado financeiro, pagamento de propina ao Ministério da Agricultura para aprovação de medidas vantajosas para a empresa, fraudes junto ao BNDES (como facilitação para obter os financiamentos), pagamento de propina para políticos (inclusive compra de votos de deputados no pedido de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff), etc (BBC, 2017, DIEGUEZ, 2017, VALORINVEST, 2019,).

⁴⁹ A amônia é utilizada nos sistemas de refrigeração, sendo que seu vazamento pode inclusive causar a morte por sufocamento.

com propriedade de 70% dos frigoríficos do estado (sendo assim a maior compradora de gado da região) pode determinar o valor da arroba do boi, pagando um preço muito inferior ao de outros estados. Quem é prejudicado é o produtor, que, ao não se sujeitar aos preços impostos pela JBS, fica sem outro comprador com que negociar (DIEGUEZ, 2017)

O ano de 2020, marcado pela pandemia do COVID-19, deu mais uma demonstração da ânsia irrefreada pelo lucro: a empresa tornou-se uma recordista em contaminação de trabalhadores, sendo que até setembro de 2020 mais de quatro mil trabalhadores já haviam sido infectados, com ao menos seis falecimentos (ÉPOCA, 2020). Ao invés de se adequar às orientações de distanciamento social e redução do número de trabalhadores nas linhas de produção para evitar o contágio, a empresa acelerou sua produção, especialmente para exportação, visto a desvalorização do real frente ao dólar. O resultado é que no segundo semestre de 2020, a empresa faturou R\$67,6 bilhões, quase 33% acima da receita do mesmo período do ano anterior, se tornando a empresa com o maior faturamento do país em um único trimestre (INFOMONEY, 2020).

Por fim, trazemos algumas situações ocorridas nos dois municípios que farão parte de nosso estudo e que demonstram a total falta de limites quanto à exploração e precarização dos trabalhadores, visando somente o aumento do poderio econômico da empresa: em Nova Veneza, o Ministério Público do Trabalho processou a JBS Aves em 50 milhões de reais por “falhas de segurança, ritmo intenso de trabalho, carga horária excessiva e prorrogação de expediente em atividades insalubres” (JUSBRASIL, 2015). Em plena pandemia do coronavírus, o SINTIACR acusou a empresa JBS de retirar equipamentos de proteção individual dos trabalhadores (aventais) devido à reclamação de compradores japoneses, que teriam encontrado resíduos plásticos em lotes de aves exportados para o país. Desta forma, os trabalhadores teriam trabalhado com roupas úmidas por causa da ausência do avental. Sendo um ambiente refrigerado, esta situação poderia gerar ainda mais danos à saúde, favorecendo a ocorrência de gripes, resfriados e outras doenças respiratórias (SINTIACR, 2020).

3.2 A PRECARIIDADE DAS CONDIÇÕES DOS TRABALHADORES DOS FRIGORÍFICOS FRENTE À PRODUTIVIDADE EXIGIDA PELO SETOR

Nesta tese, estamos abordando especificamente os aspectos relacionados aos trabalhadores migrantes que atuam no setor de frigoríficos, também chamado de agroindústrias, ou seja, as pessoas que nestas atuam e que tem origem em outras cidades/estados que não aquelas nos quais atualmente estão alocados. No entanto, acreditamos ser imprescindível que se desvele um panorama geral do segmento, relatando condições de precariedade do trabalho que serão vivenciadas não somente por estes indivíduos em específico, mas por todos os trabalhadores (em especial os que atuam nas linhas de produção). Principalmente porque as condições de trabalho estão fortemente atreladas a índices de vulnerabilidade social.

O trabalho industrial escalonado em linha de produção por si só já concentra uma enormidade de possibilidades tanto de doenças ocupacionais, transtornos mentais como depressão e ansiedade quanto de acidentes de trabalho. No caso dos frigoríficos, não é diferente. De acordo com a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, com o CNAE⁵⁰ 10.12 foram registrados como acidentes de trabalho⁵¹ no Brasil em 2017 10.550 casos, em 2018 12.041 casos e em 2019 14.474 casos.

A imensa maioria diz respeito a acidentes considerados típicos, ou seja, relacionados à função exercida dentro da indústria. Para melhor ilustrar que tipo de acidentes podem ocorrer dentro desta caracterização, é necessário entender em que consiste a linha de produção desempenhada pelos trabalhadores. Três etapas são percorridas até o momento em que o frango de corte é posto para o consumo: a primeira é a produção, que se dará com a importação das matrizes que procriarão, fornecendo o material genético a ser desenvolvido nas incubadoras. Posteriormente, os pintos de um dia serão entregues aos integrados, responsáveis pelo seu

⁵⁰De acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), a indústria de processamento de frangos pode ser classificada da seguinte forma:

Seção	C	Indústrias da transformação
Divisão	10	Fabricação de produtos alimentícios
Grupo	10.1	Abate e fabricação de produtos de carne
Classe	10.12-1	Abate de suínos, aves e outros animais.

Dentro desta classificação, estão inseridas subclasses como: abate de aves; produção de aves abatidas (frescas, refrigeradas ou congeladas), produção de miúdos de aves (coração, fígado, moela, tripas, etc, frescos, refrigerados ou congelados), entre outros. Importante ressaltar que nesta mesma classificação (10.12) também se incluem outras categorias relacionadas ao abate e processamento de suínos, bovinos e outros animais.

⁵¹ Considerados trabalhadores com carteira assinada.

crescimento e pela qualidade do frango, dentro dos padrões estabelecidos pela integradora. O frango leva em média 42 dias para estar pronto para o abate (VASCONSELOS, BASSI E SILVA, 2016).

Já a etapa de industrialização, iniciada com o abate do frango, é direcionada para uma linha de produção que irá preparar o produto para o mercado, seja o frango vendido inteiro, comercializado em partes ou mesmo reprocessado para se tornar matéria prima de outros produtos (como lasanhas congeladas, ou embutidos como o patê). Por fim, a terceira etapa é a de distribuição e consumo, quando os produtos são efetivamente colocados na prateleira para o consumidor, seja no mercado interno ou na exportação. (VASCONSELOS, BASSI E SILVA, 2016).

Falando especificamente da etapa de industrialização, onde o frango é processado, usaremos o exemplo de Soares (2004), que traz parte da sequência das atividades realizadas na empresa COOPAVEL, um frigorífico de processamento de frangos situado na cidade de Cascavel e que na época do estudo comportava 1.354 trabalhadores, com um abate de cerca de 140 mil aves/dia.

Nesta descrição está considerada a chamada “Sala de corte”, onde estão alocados cerca de 808 trabalhadores. São quatro diferentes linhas de produção, que processam diferentes cortes de frangos: Linha de Nória⁵² (coxa), linha de asa, linha de coxa e linha de peito. Nelas, os trabalhadores executam diversos processos, tais quais a retirada da parte especificada, classificação, embalagem, pesagem da peça, corte, desossa, repesagem, assim como o transporte de caixas de produtos prontos, com cerca de 20 kg, para a esteira onde os cortes serão direcionados para a embalagem final. Estas atividades são executadas ininterruptamente, através de turnos de 08 horas e meia. (SOARES, 2004).

Pesquisas (SOARES, 2004; CAMARGO, 2015; DAL MAGRO et al, 2016;) relatam a existência de metas de produção estabelecidas para os trabalhadores, como o exemplo trazido por Magro et al (2014, p. 72), onde “se calculasse o ritmo de trabalho da entrevistada, chegamos à conclusão de que neste setor os trabalhadores dispõem de doze segundos para desossar cada coxa de frango, o que representa ao final de uma jornada de trabalho aproximadamente duas mil e quatrocentas coxas.” Seja pela

⁵²Nórias são trilhos nos quais o animal abatido é pendurado pelos pés. O deslocamento através dos trilhos agiliza a produção, podendo o frango se deslocar por diversos setores através do mecanismo. Segundo Magro et al (2014) também servem como dispositivos de controle pois o trabalhador precisa realizar o trabalho no tempo programado até o próximo deslocamento.

imensa pressão, pelo cansaço, pela velocidade que o trabalho precisa ser executado sem dar margem a qualquer distração, os acidentes são constantes, tais como cortes e mesmo decepção de dedos ou mãos.

Falando sobre os frigoríficos citados em nossa pesquisa, podemos usar a pesquisa de Duminelli (2019), que em sua dissertação trata das mulheres trabalhadoras dos frigoríficos de Nova Veneza e Forquilha, abordando especificamente as condições de trabalho. Pela descrição das entrevistadas, a linha de produção passa pelas seguintes etapas: abate, escaldagem, sangria, inspeção do Serviço de Inspeção Federal- SIF (esta inspeção tem várias etapas, da pré-inspeção à inspeção final, chamada de DIF- Departamento de Inspeção Final), corte, classificação e pesagem, e por fim, embalagem. As entrevistadas relatam alguns dos setores em que trabalham, como o SIF, onde se inspeciona o frango após o abate para verificar se o mesmo não possui alguma inconformidade (como contaminações/alterações físicas na ave) que o tornem inapto ao consumo. Outras trabalham no setor de corte; algumas no setor de embalagem.

Conforme lemos as entrevistas, podemos mais uma vez confirmar que o ritmo do trabalhador não é considerado: as máquinas são reguladas a determinada velocidade e a pessoa que está na linha de produção precisa se desdobrar para se adequar. De acordo com os relatos das trabalhadoras, são filetadas em torno de 7 a 8 coxas de frango por minuto, numa repetição constante dos mesmos movimentos. Por trabalharem em equipes, caso um dos trabalhadores não consiga produzir o necessário, os demais membros da equipe tentam se desdobrar para compensar esta queda de produção, ou o trabalho do grupo será prejudicado como um todo (DUMINELLI, 2019).

Esta situação gera uma intensa pressão sobre o grupo, tanto sobre a pessoa que não consegue se adequar ao ritmo da máquina, quanto ao restante das trabalhadoras, que se sentem sobrecarregadas por estarem fazendo o trabalho que tecnicamente seria de outra pessoa. As entrevistadas relatam que isso piora ainda mais o clima no ambiente de trabalho, com trabalhadoras irritadas e de mau humor. Para a empresa, este sentimento experimentado pelas trabalhadoras não tem importância, desde que as metas sejam cumpridas. Ou ainda, como posto por uma entrevistada, “eu noto que eles, também, a preferência lá é o frango e não é o funcionário” (DUMINELLI, 2019, p.87)

De acordo com Magro et al (2014), o que vem ocorrendo é uma *intensificação do trabalho* neste segmento. Ou seja, a indústria busca incessantemente o máximo da produtividade, e, quando esta é atingida, almeja um resultado ainda maior, não havendo limites para tal. E para atingir esta produtividade, faz-se necessário que haja uma acentuada *fragmentação do trabalho*, onde cada trabalhador é especialista em fazer uma única função: assim, irá realizá-la de forma automática, sem perder tempo para pensar, e a desempenhando com eficiência. Podemos aqui concluir que o trabalho das linhas de produção dos frigoríficos pode ser classificado dentro dos elementos do taylorismo e do fordismo, como explica Antunes (2015):

Entendemos o fordismo *fundamentalmente* como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo dos séculos, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do *operário-massa*, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. Menos do que um modelo de organização societal, compreendemos o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista deste século. (ANTUNES,2015, p.35)

Entendemos que os processos produtivos dentro dos frigoríficos resultam de um misto do que é buscado tanto pelo fordismo quanto pelo taylorismo: a qualidade total, com a produção total, com o custo mínimo mas o lucro maximizado. Os dois modelos têm muito comum, e os frigoríficos se apropriam tanto da velocidade controlada das linhas de produção inauguradas por Henry Ford quanto pelo sistema de controle total e especialização extrema do trabalhador em uma única função, na tentativa de mitigar prejuízos cometidos por erro humano, do taylorismo. Nos dois modelos, não parece haver limites no que a indústria possa investir financeiramente em maquinários e tecnologia de forma a exponenciar a projeção de lucros: esse investimento será recuperado pelos trabalhadores, através de um algoritmo que calcula qual o máximo de segundos necessários para desossar um frango.

É fato que este trabalho intenso, fragmentado, controlado em excesso, é formatado de maneira a propiciar ao capital uma reprodução acelerada, de forma a gerar enriquecimento aos proprietários e acionistas das empresas. Mas também é fato que geram nos trabalhadores, segundo Dal Magro et al (2015, p.201) “queixas físicas, queixas psicológicas e queixas sociais”. Este tipo de queixa evidencia o status de

precarização destes trabalhadores, visto que a maioria dos problemas não são ocasionados por acidentes, e sim por comportamentos e atividades que são determinados pela empresa. Talvez a principal queixa, e a que possibilita uma identificação mais visível, diz respeito à dor física: são as dores de coluna, nas mãos, pés, ombros, punhos, pernas, ocasionados tanto pelos movimentos repetitivos quanto pelos períodos passados na mesma posição, geralmente de pé.

Variados estudos (SOARES, 2004; DAL MAGRO, 2014; CAMARGO, 2015; DAL MAGRO, 2016;) descrevem uma variedade de queixas relacionadas à LER (Lesões por Esforço Repetitivo) ou DORT (Distúrbio Ortomolecular Relacionado ao Trabalho)⁵³. Os sintomas desenvolvidos pelos trabalhadores poderiam ser amenizados se adotado o item 36.14.7 da Norma Reguladora 36⁵⁴, onde se orienta a realização de rodízio entre os trabalhadores, seja para alternar posição sentada e de pé, para alternar os grupos musculares utilizados, para reduzir exigências posturais (como agachamentos e elevações), redução de repetitividade na execução das tarefas e mesmo para mudança do ambiente, que na maioria dos casos é insalubre, com exposição a ruídos, baixas temperaturas, umidade, etc. Todavia, de acordo com os estudos acima citados, onde trabalhadores são entrevistados e contam suas experiências, estes rodízios nem sempre são adotados.

De acordo com a Nota Técnica de Medidas para Controle de Riscos Ocupacionais na Indústria de Abate e Processamento de Carnes, elaborada em 2004 pelo então Ministério do Trabalho e Emprego

[...] a cadência elevada do trabalho e a pressão de tempo são associadas ao aparecimento da DORT; a falta de controle sobre seu próprio trabalho favorece as reações de estresse, insatisfação e depressão. O estresse tem como efeito reações psicossomáticas e o aumento da tensão muscular, entre outros." (MTE, 2004, p.12)

A dor física é uma porta de entrada para outras doenças como as acima citadas. De acordo com Dal Magro et al (2016), grande parte dos entrevistados em seu estudo sobre trabalhadores de frigoríficos desenvolveram sentimentos de irritabilidade, medo, ansiedade, tristeza, além de esgotamento físico. Assim, as

⁵³ De acordo com Medeiros e Segatto (2012, p. 1), "são doenças provenientes da inserção de tecnologias modernas como a mecanização e a automação dos processos de trabalho, ignorando a falta de adaptação e a capacidade dos trabalhadores nessa nova realidade. Os trabalhadores fazem menos esforço para desempenharem suas tarefas, porém os movimentos são repetidos e muitas vezes estáticos, sobrecarregando sempre o mesmo grupo muscular, pela manutenção de uma postura por vezes inadequada e durante longos períodos do dia."

⁵⁴ A NR 36 institui os requisitos mínimos de Segurança e Saúde no Trabalho em Empresas de Abate e Processamento de Carnes e Derivados.

queixas psicológicas e sociais são ainda mais preocupantes, pois nem sempre estão visíveis ou são fáceis de detectar: muitas são motivos de vergonha, medo e insegurança.

A indústria de processamento de frangos conta com jornadas de trabalho exaustivas: apesar de a Norma Técnica trazer especificamente como deve ocorrer o cotidiano laboral em específico para trabalhadores que atuam em ambientes refrigerados artificialmente ⁵⁵, não é o que fato ocorre. Nos estudos de Dal Magro et al (2014, 2016) há relatos que nem mesmo os intervalos de almoço eram respeitados integralmente: quando a meta diária era ameaçada, os trabalhadores são orientados a reduzir este intervalo, ou também a trabalhar até mais tarde até que a meta seja cumprida, sem aviso prévio e sem respeitar a carga diária máxima permitida. Esta jornada constante e exaustiva contribui para o aumento do cansaço físico, que com o passar do tempo passa a se transferir para os sintomas psicológicos acima citados.

Ao acessar estudos sobre o segmento, percebemos a repetição de uma estratégia comum entre as empresas: é com alento que os candidatos às vagas recebem a informação de que, para trabalhar na agroindústria, não é exigida uma escolaridade mais ampla (como o ensino superior ou mesmo médio) ou sequer experiência em outras atividades laborais. Grande parte dos trabalhadores brasileiros não tem a oportunidade de receber uma educação formal, muitos abandonando a escola por precisarem contribuir com o sustento familiar ou por outros motivos como a distância da escola, a formação precoce de famílias ou falta de incentivo à educação dentro de núcleos familiares desfeitos. É uma situação comum no Brasil, em parte devido às más administrações governamentais que não investem corretamente as verbas destinadas a políticas públicas que promoveriam maior inserção social e igualdade de oportunidades. Além disso, as práticas empresariais de informalidade não permitem que muitos trabalhadores apresentem uma efetiva experiência em carteira, sendo rejeitados em muitas vagas de emprego por essa suposta “falta de experiência”.

No entanto, nos frigoríficos, as duas condições são bem vindas, pois nenhuma delas é essencial ao desempenho das funções. O que as indústrias exigem é algo muito maior: que o trabalhador tenha disponibilidade total de horários, sendo

⁵⁵ São obrigatórias pausas de 20 minutos a cada 01 hora e 40 minutos trabalhados; ou 10 minutos a cada 50 minutos contínuos trabalhados. Estes intervalos devem ser computados como hora trabalhada, assim como as pausas para troca de roupa e para realizar necessidades fisiológicas.

requisitado constantemente a fazer horas extras sem qualquer aviso prévio; que cumpra as metas sem se importar se sua saúde física ou mental está se deteriorando, ou se vai ser capaz, física e mentalmente, de desenvolver outras atividades se um dia se demitir ou for demitido do frigorífico; que se submeta a ambientes insalubres, exposto a temperaturas, sons e cheiros que em outras condições que não a de prover sua sobrevivência através do salário, seriam insuportáveis; em resumo, que seu único objetivo seja exponenciar a produção de forma a enriquecer a empresa através da multiplicação do capital. Além disso, trabalhadores sem escolaridade, sem experiência e completamente exaustos depois de uma jornada laboral de muitas horas, tem supostamente menos propensão a articular movimentos de resistência contra a empresa.

Harvey (2015) fala sobre essa apropriação da força de trabalho dos operários, uma mercadoria que por ele é chamada de *consumo produtivo*, e que também implica em uma alienação por parte dos trabalhadores quanto a seu papel dentro da indústria, visto que esta envolve uma completa submissão do trabalhador à atividade capitalista. O autor também relembra Marx (1976) ao abordar a intensidade e a variedade de movimentos aos quais o corpo humano precisa se submeter para atender os requisitos que as criações tecnológicas impõem, de forma a ocorrer uma produção mais intensa e lucrativa. Nem sempre as condições de trabalho a que esse corpo é exposto são adequadas e ideais, porém ao trabalhador cabe se sujeitar ao que lhe é ofertado, visto que

As condições da troca de força de trabalho é limitada nos mercados de trabalho tanto por distorções sistemáticas (disparidades de gênero e raça em termos de remuneração por tarefas comparáveis estão bem documentadas) e pela mobilização de um exército industrial de reserva (seja *in situ* ou por meio dos movimentos migratórios tanto do capital quanto do trabalho, em busca de “melhores” condições contratuais. (HARVEY, 2015, p. 149-151).

Entendemos que ao trabalhador com pouca escolaridade ou experiência, ainda existe a pressão de que, se não se sujeitar às condições, não encontrará outro emprego ou será substituído por outra pessoa que não se importe em realizar atividades que o mesmo não deseja fazer. A situação de precarização é ainda pior quando os trabalhadores estão alocados no horário noturno, complicando a qualidade do sono e gerando agravos como relacionamentos conturbados em família: para poder trabalhar a noite, o operário utiliza o dia para dormir, o que o afasta dos familiares. Há relatos de casais que trabalham na mesma empresa, mas em turnos diferentes: quase não convivem, e na pouca convivência ambos estão tão exaustos

da jornada laboral que só fazem brigar, sem disposição para resolver os problemas familiares devido ao cansaço físico e mental em que se encontram (DAL MAGRO et al, 2014).

E é justamente a saúde mental do trabalhador que sofre sucessivos golpes. O fato é que a existência das doenças mentais que acometem esses trabalhadores pode ser de difícil identificação e até admissão pelos próprios doentes. Muitos têm vergonha ou medo de admitirem estar sofrendo de depressão, ansiedade, insônia, ou mesmo nem as consideram como doenças: entendem que há algo errado, porém nem sempre procuram ajuda especializada, ou mesmo relacionam a causa da doença ao trabalho no frigorífico.

Machado, Murofuse e Martins (2016) realizaram um estudo com trabalhadores da agroindústria acometidos por doenças mentais, buscando compreender se os mesmos atribuíam seu trabalho nos frigoríficos como o principal responsável pelo adoecimento. Os resultados demonstram que há uma clara influência da empresa na causa da doença, sendo que os relatos apontam, entre outras situações, a utilização de medicamentos e outras estratégias (como drogas e álcool) para conseguir encarar o trabalho; o receio de ser demitido por não conseguir cumprir com as metas, assim como de pegar atestado médico ou ser afastado e ser demitido no retorno; a discriminação de superiores e mesmo colegas quando o motivo de afastamento é uma doença mental, sendo esta situação encarada como “fazer corpo mole” ou mesmo uma invenção por parte do trabalhador, etc.

Situações como as acima descritas fazem com que na maioria das vezes os trabalhadores optem por mascarar a doença, tentando transparecer um status de normalidade mesmo enquanto sua saúde se deteriora. Evitam buscar ajuda médica pois, além de temerem a perda do emprego caso “admitam sua fraqueza”, podem encarar a doença como uma situação temporária que em breve se resolverá, concluindo que não possuem outra alternativa que não a de continuar trabalhando doentes, visto a expressão de Machado, Murofuse e Martins (2016, p.135):

Ao trabalhador, na condição de não proprietário dos meios de produção, cabe vender sua força de trabalho para sobreviver e trabalhar sem o acesso aos produtos e sem controle das condições em que são produzidos. Assim, ele pode viver uma situação conflituosa, pois, se por um lado, o trabalho pode garantir a sua vida, por outro, pode causar doenças, sofrimentos, sequelas e até mesmo a morte.

Podemos comprovar a subnotificação de acidentes de trabalho causados pelas doenças mentais observando a tabela abaixo. Na região Sul do Brasil, em 2017,

foram registrados pelo INSS 126.179 acidentes de trabalho, de acordo com os 200 Códigos da Classificação Internacional de Doenças. Os dados se referem aos trabalhadores em geral, não somente da agroindústria, mas auxiliam a demonstrar os acometimentos por doença mental:

Tabela 10 - Quantidade de acidentes de trabalho, na região Sul do Brasil, por situação de registro e motivo – Doenças Mentais

CID ⁵⁶	Total	Típico	Trajetos	Doença do trabalho	Sem carteira assinada
F43- Reações ao stress grave e transtornos de adaptação	1621	1009	108	56	448
F32- Episódios Depressivos	492	14	1	41	436
F33- Transtorno Depressivo Recorrente	169	5	1	8	155
F-31 Transtorno Afetivo Bipolar	103	3	0	6	94
TOTAL	2.385	1.031	110	111	1.133

Fonte: INSS- 2017. Elaborado pela autora.

Ao analisar os números, podemos entender que, do total de acidentes registrados em 2017 na região Sul, que compreende dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apenas 1,89% envolve os registros de doenças mentais, sendo a CID mais citada “Reações ao stress grave e transtornos de adaptação” (67% do total). Porém, o que mais chama atenção é o fato de que, do total de acidentes, 47,5% envolvem trabalhadores sem carteira assinada. Ou seja, um fato agravante visto que, além da gravidade das condições de saúde de um operário acometido por uma doença mental, ainda precisa conviver com o fato de que está sendo privado de seus direitos, ao se encontrar na situação de informalidade.

⁵⁶Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde. É uma ferramenta de padronização das doenças universal, desenvolvida pela Organização Mundial de Saúde. Utilizada para monitorar e classificar doenças e também para fornecer estatísticas sobre saúde.

Um outro quesito que nos aponta para uma relação de precariedade dentro do segmento de processamento de frangos (e também suínos, agrupados na mesma categoria) diz respeito às diferenças salariais entre este setor e outros provenientes da indústria da transformação, categoria ao qual pertence. Para exemplificar, são agrupados no mesmo CNAE setores que produzem transformações de materiais (sejam estas físicas, químicas biológicas), como indústrias de processamento de produtos têxteis, bebidas, de madeira e metalmeccânico, alimentos, farmacêuticos, móveis, máquinas e equipamentos, entre outros.

De acordo com o IBGE, em 2018 a média salarial brasileira⁵⁷ era de R\$ 2.952,87, enquanto o salário médio da indústria da transformação era de R\$ 3.051,56. Enquanto isso, a média salarial dos trabalhadores de frigoríficos consistia em R\$ 2.084,63, uma média cerca de um terço menor ao dos outros empregados da indústria da transformação. A tabela abaixo demonstra melhor esta comparação.

Tabela 11 - Média salarial brasileira, média salarial da Indústria da Transformação e média salarial dos Trabalhadores de Frigoríficos.

	Brasil	Indústria da Transformação	Agroindústria (Frigoríficos)
Salário médio mensal	R\$2.952,87	R\$3.051,56	R\$2.084,63
Salário médio mensal- Sexo Masculino	R\$3.189,05	R\$3.362,28	R\$2.281,98
Salário médio mensal- Sexo Feminino	R\$2.661,25	R\$2.319,08	R\$1.744,15
Salário médio mensal- Trabalhadores com ensino superior	R\$5.969,32	R\$8.707,06	R\$5.133,47
Salário médio mensal- Trabalhadores sem ensino superior	R\$2.020,88	R\$2.247,56	R\$1.783,96

Fonte: Cadastro Geral de Empresas- 2018. Elaborado pela autora.

⁵⁷ Tabela 992: Empresas e outras organizações, pessoal ocupado total, pessoal ocupado assalariado, pessoal assalariado médio, salários e outras remunerações e salário médio mensal, por seção, divisão e grupo de classificação de atividades (CNAE 2.0), faixas de pessoal ocupado total e natureza jurídica,

Em todas as análises que podemos realizar, os salários dos trabalhadores da agroindústria encontram-se abaixo nos rankings de média salarial. Em relação à média salarial brasileira, os trabalhadores dos frigoríficos recebem salários 41,65% menores; a diferença para menos é de 40% para o sexo masculino e quase 53% para o sexo feminino. Se considerarmos a escolaridade, a porcentagem de diferença é de 16% para quem tem ensino superior e 13% para quem não tem.

O comparativo seguinte diz respeito aos salários quando comparados à indústria da transformação, categoria na qual os trabalhadores dos frigoríficos se encaixam. Em relação à média geral, a diferença é de 46% em desvantagem para a agroindústria. Para os homens a disparidade é de 47% e para mulheres de 33%. Em relação à escolaridade, quem possui ensino superior tem remuneração quase 70% menor aos trabalhadores de outras indústrias, enquanto sem esta escolaridade a diferença é de 26%.

Este demonstrativo de disparidade salarial é mais um dos agravantes da situação de precariedade em que se encontram estes trabalhadores. Pois mediante atividades tão insalubres e desgastantes, o mínimo a se esperar seria que, além de uma melhoria significativa no processo produtivo que visasse priorizar o conforto dos trabalhadores, assim como a adequação das atividades à capacidade dos empregados (e não ao contrário, onde a capacidade precisa se adequar às atividades), houvesse um salário equiparado aos demais do mesmo ramo industrial.

Também chama a atenção a pesquisa de Duminelli (2019), que ao entrevistar mulheres que trabalham nos frigoríficos de Nova Veneza e Forquilha, revelam os salários recebidos: uma trabalhadora da sala de corte, ainda em período de experiência, recebia apenas R\$1.200,00 para trabalhar das 05:25 às 15:13; outras, com um ano de experiência na mesma função, recebiam apenas R\$100,00 a mais, num total de R\$1.300,00. Um pouco melhor remuneradas estavam as que trabalhavam com a inspeção dos frangos, no setor de SIF, com um salário em torno de R\$1.700,00. Entretanto, o que causa espanto é que a mulher que recebe a melhor remuneração, atuando também no SIF, trabalha há 23 anos na empresa, com salário de apenas R\$1.836,00 (DUMINELLI, 2019, p.73). Em 2021, esse valor corresponde a apenas um salário mínimo e meio⁵⁸. Perguntamos: que expectativa tem estas

⁵⁸ O salário mínimo em 2022 é de R\$1.212,00.

trabalhadoras de conseguir um real aumento de salário que lhes proporcione melhorias palpáveis em suas condições de sobrevivência?

Quanto aos benefícios percebidos pelos trabalhadores, não se pode negar que os sindicatos da área têm se empenhado para negociar o melhor possível, mas nem sempre é suficiente para recompor o que não é proporcionado pelo salário. Um exemplo seria o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação de Criciúma e Região (SINTIACR), que atua nas cidades de Forquilha e Nova Veneza, representando os trabalhadores das fábricas da JBS instaladas nos municípios. No acordo coletivo 2018/2019 da unidade de Nova Veneza, estão descritos itens como: cesta básica, plano de saúde, seguro de vida, subsídio farmácia de 45%, entre outros. Tais benefícios ajudam a amenizar a ausência de uma melhor remuneração, assim como uma presença sindical atuante reconforta os trabalhadores ao perceberem a entidade lutando por seus direitos.

Como já citamos, não é objetivo desta tese ater-se à precarização em geral dos trabalhadores do segmento de processamento de frangos, e sim à vivenciada pelos migrantes que ocupam uma significativa quantidade de vagas do setor. Porém não há como deixar passar incólume a degradante condição de trabalho encontrada por todos que nos frigoríficos atuam, independentemente de sua origem. O capital desavergonhadamente apropria-se não somente da *mais-valia*, da força de trabalho dos cidadãos que em suas linhas de produção atuam, mas também das vidas destes trabalhadores, ocupando suas horas de folgas com dores, medos, doenças físicas e psicológicas das mais diversas. O que importa é que a produção se intensifique, que o capital se reproduza o mais exponencialmente possível. Como posto por Antunes (2009), sobre o toyotismo que, assim como o fordismo inspira as linhas de produção dos frigoríficos:

De modo metafórico: se o trabalhador respirava, e enquanto respirava havia momentos em que não produzia,urgia *produzir respirando e respirar produzindo*, e *nunca respirar não produzindo*. Se pudesse o trabalhador produzir sem respirar, o capital permitiria, mas *respirar sem produzir*, não (ANTUNES, 2009, p.201-202).

Além disso, quanto mais o trabalhador trabalha, menos tempo e disposição tem para oferecer e organizar resistência. O capital apropria-se de sua força de trabalho, mas também, o exaure física e psicologicamente, para que, no pouco tempo que tem o empregado fora do espaço fabril, não encontre disposição para articular ações de resistência que tornariam sua experiência laboral mais suportável.

3.3 A VULNERABILIDADE SOCIAL ASSOCIADA À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Quando fala de vulnerabilidade Social, Katzman (2000) faz uma forte associação desta condição aos *vínculos com o mercado de trabalho*, citando com um dos exemplos a instabilidade ocupacional, algo muito frequente quando falamos do setor frigorífico: os trabalhadores ali ocupados frequentemente vem de uma grande alternância entre tipos de trabalho (geralmente chegam sem experiência e vem de uma infinidade de outras ocupações que em nada se relacionam com a qual irão atuar no momento) e quando ali se ocupam, passam a conviver com a sombra do desemprego, podendo ser substituídos por outro trabalhador a qualquer momento. Como posto por Druck (2011),

A perda do emprego ou a perda da condição de uma inserção estável no emprego cria uma condição de insegurança e de um modo de vida e de trabalho precários, nos planos objetivo e subjetivo, fazendo desenvolver a ruptura dos laços e dos vínculos, tornando-os vulneráveis e sob uma condição social fragilizada, ou de “desfiliação” social (DRUCK, 2011, p.43).

Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010) igualmente debatem sobre novas configurações na precarização do trabalho que conduzem a um *status* de vulnerabilidade, tais como a organização ou condições de trabalho (retratado pela exigência cada vez mais alta de produção em meio a condições físicas e psicológicas inadequadas para o alcance da alta produtividade e remunerações baixas que não se equivalem ao que foi produzido) e precarização da saúde do trabalhador (seja pela pressão psicológica e física já citada anteriormente, pela falta ou inadequação de normas de segurança, por todo tipo de limite que é ultrapassado em prol de uma maior produtividade que acarretam em um desgaste da saúde do indivíduo, gerando doenças ocupacionais que podem ser identificadas tanto no momento atual quanto a longo prazo) (FRANCO, DRUCK E SELIGMANN-SILVA, 2010).

Mas ainda, trazida pelos autores, há uma outra precarização que muito se entrelaça à noção de vulnerabilidade e bem estar, que é a falta de reconhecimento do indivíduo pelo seu papel de trabalhador: sua própria construção como pessoa, como ser humano, uma personalidade tanto individual quanto coletiva, é dificultada pela descartabilidade que está atrelada à sua persona de trabalhador. Os autores trazem que mesmo sua autoestima é prejudicada ao se constatar que, para os detentores do capital, são indivíduos plenamente descartáveis. Com mais pessoas procurando por

emprego do que vagas disponíveis, o trabalhador não depende apenas de si e de seu desempenho para permanecer em seu posto de trabalho. Um pequeno deslize, uma queda nas vendas da empresa que gere diminuição de produção, qualquer motivo pode fazer com que este não sirva mais para a empresa. Esta insegurança e esta falta de confiança em sua importância como trabalhador mas também como indivíduo, agravam ainda mais o status de bem-estar que é essencial para manter este trabalhador afastado dos índices de vulnerabilidade (FRANCO, DRUCK E SELIGMANN-SILVA, 2010).

Além disso, muitos trabalhadores também não resistem às duras condições impostas pelos frigoríficos e acabam pedindo demissão, mesmo sem outras possibilidades de emprego em vista. Abaixo, uma análise das demissões ocorridas em Nova Veneza e Forquilha, entre Janeiro de 2014 e Janeiro de 2019. Foram analisadas as cinco ocupações com maiores números relacionados à indústria frigorífica⁵⁹:

Tabela 12 - Demissões na Indústria da Transformação: Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e Álcool Etílico. Janeiro de 2014 a Janeiro de 2019. Nova Veneza.

	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018	2018-2019
Alimentador de Linha de Produção	23	364	395	366	335
Abatedor	967 ⁶⁰	184	22	30	19
Desossador	14	41	18	10	14
Auxiliar em Serviços de Alimentação	6	36	20	45	77
Retalhador de Carnes	3	16	21	19	15

RAIS, 2022. Elaborado pela autora.

Podemos perceber que, no caso de Nova Veneza, ocorreram um total de 3.592 demissões nestas cinco ocupações, no período que compreende Janeiro de

⁵⁹ Há outras demissões que não foram consideradas na análise, como demissão por término de contrato, aposentadoria, morte, transferência.

⁶⁰ Não podemos precisar o motivo de, neste intervalo de tempo, haver um número tão alto de demissões nesta ocupação. Fato é que, ao verificar os dados da RAIS, constatamos que o saldo de vagas nesta ocupação neste ano é de menos 149, ou seja, grande parte dos demitidos foram substituídos.

2014 a Janeiro de 2019. Destas demissões, de acordo com a RAIS, apenas 131 foram por justa causa, ou seja, quando o trabalhador realmente “mereceu” ser demitido⁶¹. Como veremos nos próximos capítulos, no caso específico dos frigoríficos de Forquilha e Nova Veneza, a JBS não tem o hábito de fazer acordo, uma prática em que o funcionário solicita a demissão mas é mandado embora sem justa causa para que possa ter acesso a alguns benefícios, como seguro desemprego e saque de FGTS. Assim, podemos entender que as demissões sem justa causa são realmente decisões da empresa, seja pelo trabalhador não atingir as expectativas da empresa (mas neste ato não cometer gravidade, apenas não desempenhar corretamente suas funções) ou mesmo por eventuais diminuições do quadro laboral, seja por redução na produção ou na expectativa de produzir mais com menos trabalhadores. Nesta situação de demissão sem justa causa, encontramos em torno de 29,84 % (1072 pessoas) do total, mediante 47,93% (1722 trabalhadores) demissões a pedido.

Tabela 13 - Demissões na Indústria da Transformação: Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e Álcool Etilico. Janeiro de 2014 a Janeiro de 2019. Forquilha

	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018	2018-2019
Alimentador de Linha de Produção	432	452	311	346	272
Desossador	385	374	113	12	11
Auxiliar em Serviços de Alimentação	10	23	1	2	2
Abatedor	Não consta	13	35	17	18
Retalhador	Não consta	07	72	22	12

Fonte: RAIS, 2022. Elaborado pela autora.

Em Forquilha a situação se repete: das 2942 demissões, 244 se dão por justa causa, ou 8,3% do total. No caso de demissão sem justa causa, são 474 casos, ou 16,11% do total. No caso das demissões a pedido, os números surpreendem com

⁶¹De acordo com a CLT, são várias as motivações para demissão por justa causa, como por exemplo: ato de improbidade, incontinência de conduta ou mau procedimento, condenação criminal do empregado, desídia (preguiça) no desempenho das funções, embriaguez do trabalho ou fora, vício em jogos de azar, ato de indisciplina ou insubordinação, abandono de emprego, violação de segredo da empresa, entre outros. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em 20 de Setembro de 2022.

1949 casos, ou 66,24 %. Como podemos perceber, em ambas as cidades os números são mais expressivos na função genérica de alimentador de linha de produção. Segundo o Código Brasileiro de Ocupações, esta função é ocupada por profissionais que “preparam materiais para alimentação de linhas de produção; organizam a área de serviço; abastecem linha de produção; alimentam máquinas e separam materiais para reaproveitamento (COB, 2022)”. Ou seja, é o que popularmente se chama de “chão de fábrica”, o trabalho mais básico e que exige menor capacitação, mas mesmo assim, demanda enorme comprometimento com a perfeição na execução do trabalho e altíssima produtividade. Em nossa descrição do trabalho no frigorífico que fizemos neste mesmo capítulo, seriam os que atuam nas quatro linhas de produção que levam ao processamento de frangos.

Justamente por ser esta a função que demanda um maior número de trabalhadores, é natural que seja também a que possua maior rotatividade. Mas o que gostaríamos de chamar a atenção é para a alta solicitação de desligamentos a pedido, ou seja, quando o próprio trabalhador pede demissão. Em um único ano, por exemplo (entre Janeiro de 2015 e Janeiro de 2016), 816 fizeram esta solicitação se somarmos os números das duas cidades. E nesta demissão a pedido, por se tratar de um trabalho que envolve uma alta carga de trabalho e também psicológica, devemos considerar que estes trabalhadores não suportam o alto ritmo de produção imposto, as constantes cobranças pelo atingimento da meta (e quando esta é atingida, substituída por uma meta maior). No caso dos migrantes, esta demissão a pedido ainda pode estar relacionada com uma volta para casa. Mas, como trataremos adiante, é difícil que esta situação aconteça, pois é pouco viável ao migrante ter juntado dinheiro suficiente durante seu tempo de trabalho nos frigoríficos para poder providenciar um retorno ao local de origem, especialmente quando está há pouco tempo empregado e depende somente de sua própria renda, sem o auxílio de familiares.

Quando analisam a vulnerabilidade de migrantes internos, Lussi e Maranucci (2017) nos auxiliam a interpretar mais profundamente a condição de quem migra exclusivamente em busca de trabalho, e, após um período de tempo, é obrigado a optar pela demissão a pedido: há a perpetuação da condição de pobreza e também de exclusão. Pois, segundo as autoras,

A pior vulnerabilidade da migração, sobretudo entre pessoas de baixa renda, é emigrar em busca de melhores condições de vida e, em cada migração, perder mais do que conseguiu progredir desde a migração precedente. Em tal caso, a perpetuação da pobreza se torna mentalidade, pois facilmente tais migrantes, e muitas vezes também seus filhos, acabam internalizando a

convicção da impossibilidade de vida melhor, o que impede até mesmo a valorização de eventuais possibilidades de reverter a situação que possam encontrar ou poderiam criar no caminho (LUSSI E MARANUCCI, 2017, p. 11).

Pois é desta vulnerabilidade, gerada quando o trabalho não corresponde às expectativas do migrante e o mesmo é obrigado a abrir mão deste, que surgem pontos ainda mais críticos em sua trajetória, levando a um ainda maior desapontamento com a própria existência, internalizando sua aparente incapacidade de progredir de vida. Assim, entendemos que, enquanto a princípios os frigoríficos parecem emergir como uma tábua de salvação para proporcionar ao migrante uma vida mais digna através da experiência laboral, por outro a inadequação à árdua rotina e às exigências de produção fazem surgir no migrante um sentimento de frustração e de impotência: o trabalho no frigorífico é ainda pior do que não ter renda sequer para se alimentar, que será a consequência de seu pedido de demissão caso não encontre outro trabalho.

Ainda, um estudo de Magro *et al* (2014) sobre a rotatividade laboral em frigoríficos da cidade de Chapecó (SC) aponta que, além do acentuado número de admissões e demissões que ocorrem todos os meses em uma mesma função, há um número muito alto de demissões a pedido, chegando a quase 50% do total. A autora descreve o impacto que esta situação ocasiona, seja no trabalhador que se demite quando no que permanece na fábrica. Para o que se demite, a necessidade de buscar por um novo emprego; as consequências em sua autoestima por não ter aguentado o necessário para permanecer no trabalho; o julgamento, mesmo que velado, de familiares e amigos que podem considera-lo fraco (a) por não desempenhar as funções designadas; a frustração de expectativas de migrantes que migram especificamente em busca deste trabalho e nele não conseguem permanecer (MAGRO *et al*, 2014).

Não menos penosa é a vida de quem continua no emprego, pois as demissões ocasionam a contratação de novas pessoas, a maioria das quais não tem experiência no trabalho e assim não conseguem produzir o mesmo que aquelas que já possuem o traquejo desta função em específico. Ou seja, as metas precisam ser cumpridas de qualquer jeito, então este trabalhador experiente terá que fazer por si e também pelo novo empregado, de forma a não prejudicar seus próprios rendimentos. Toda essa sobrecarga física e psicológica causada por uma intensificação da carga laboral cada vez maior, deixam claro a exposição do trabalhador, seja ele migrante ou

não, a uma situação de precariedade laboral que, conseqüentemente, implica na permanência da situação de vulnerabilidade.

Aqui é necessária outra ressalva: a dificuldade de organização dos trabalhadores ocasionada pela alta rotatividade no emprego. A resistência operária neste caso ocorre com mais força por meio do SINTIACR, que batalha por melhores condições de trabalho e pelos direitos aos trabalhadores. Mas mesmo assim é difícil de articular ações quando há um saldo constante entre filiações e desfiliações ao sindicato. Muitos trabalhadores permanecem por pouco tempo no emprego, sequer chegam a se filiar ou conhecer os direitos pleiteados pelo SINTIACR. Como posto por Rodrigues (2009, p.116), “a rotatividade do emprego, não seria preciso ressaltar, dificulta a integração do trabalhador no grupo operário, enfraquece a solidariedade profissional e estimula a busca por soluções individuais.” O curto período de tempo no emprego inibe uma melhor articulação de resistência e mesmo dificulta que o trabalhador chegue a se sentir uma parte da classe trabalhadora ali constituída, que em alguns momentos pode ser visualizada como de pertencimento exclusivo de quem já está há mais tempo no emprego.

No próximo capítulo, vamos iniciar o relato das experiências vivenciadas por trabalhadores dos frigoríficos de Nova Veneza e Forquilha. Iremos explorar as motivações que levam à migração, assim como as redes sociais e de apoio que impulsionam os fluxos migratórios. Trataremos sobre o estranhamento social e cultural vivenciado no novo destino, assim como a reprodução de costumes e inserção dentro de grupos constituídos por migrantes. Por fim, falaremos sobre a sensação de falta de pertencimento, causada pela resistência dos moradores locais em inseri-los como membros da sociedade local, tratando-os sempre com distanciamento, bem como a potencialização do sentimento de solidão ocasionado pela saudade dos familiares, amigos e também da terra de origem.

4 EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES MIGRANTES NO SUL DE SANTA CATARINA

O maior medo nosso quando sai de lá da sua terra pra cá é enfrentar a cultura e os preconceitos aleatórios. (EDUARDO, ENTREVISTADO, 2021)

A frase acima citada foi escolhida para iniciar este capítulo pelo contraste que evidencia nas palavras do migrante cearense, há oito anos morando na cidade de Nova Veneza: por um lado, demonstra a vulnerabilidade de uma população forçada a deixar sua terra em busca de **oportunidade** (palavra citada inúmeras vezes durante as entrevistas realizadas para esta tese), temendo o que o desconhecido irá lhe apresentar. O outro lado, por meio da nossa interpretação, demonstra a força que move o migrante, pois em sua partida já há a consciência dos obstáculos que transporão seu caminho. A incerteza lhes pesa: ficar e morrer de fome (esta última expressão pode parecer dramática, mas não é dita por nós, e sim pelos entrevistados em vários pontos das entrevistas), partir e sofrer com a saudade, com a tristeza, com a falta de acolhida de quem, por se encontrar em situação econômica mais privilegiada, nunca necessitou se afastar de sua terra. Mais uma vez, visualizamos aqui o que o Ministério do Trabalho e Emprego caracteriza como vulnerabilidade social, onde

[...] a vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupos sociais refere-se à maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar, ou seja, a posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade (MTE, 2007, p. 14).

Ou seja, sua situação de vulnerabilidade denota que sua capacidade de sobrevivência foge do seu controle, no momento que seu ambiente não mais proporciona recursos econômicos que estimulem sua permanência, optando assim pela migração em busca de novas oportunidades. É o caso das pessoas que foram entrevistadas em nossa tese, que sem exceção viram na mudança para Santa Catarina uma possibilidade de progressão financeira e de qualidade de vida em comparação à situação anteriormente experimentada.

O uso da história oral se mostrou assertivo para nossa tese. Foi essencial para determinar que, apesar de o fator econômico ser preponderante na decisão de migrar, não podemos considerar esta escolha partindo unicamente deste viés, como já posto por Thomson (2002, p. 345): "... o testemunho pessoal revela o complexo entrelaçamento de fatores e influências que contribuem para a migração e para os

processos de troca de informações e negociação no interior das famílias e das redes sociais.” Os depoimentos colhidos também nos ajudaram a compreender melhor as mudanças que tem influenciado as decisões migratórias nas últimas décadas, pois, como escreve Singer (1998, p.31) “as migrações internas... não parecem ser mais um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas.”. Mas principalmente, conseguimos entender o que quer dizer Thompson (1981) quando traz que a experiência

[...]não espera discretamente, fora de seus gabinetes, o momento em que o discurso de demonstração convocará sua presença. A experiência entra sem bater à porta, e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes tem novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão, pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a estas experiências gerais, velhos sistemas conceptuais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor suas presenças (THOMPSON, 1981, p. 17).

Poderíamos complementar essas reflexões com: Pessoas migram. Ao migrar, percebem que a suposta terra prometida guarda surpresas não tão agradáveis: subempregos, solidão, saudade de casa. O aumento de receita chega, mas logo descobrem que o aumento de despesa vem na mesma toada: a moradia nos fundos da casa dos pais foi trocada por uma casa compartilhada com conterrâneos, cujo aluguel consome boa parte do salário. Sim, há emprego, há um salário mínimo: mas o alimento no supermercado é mais caro, então a equação parece se equivaler ao que o migrante tinha antes da migração, a solução buscada antes de migrar parece não solucionar nada. Pessoas migram: compartilham suas rotinas e experiências com outros migrantes e assim vão se unindo em uma classe, a classe descrita por Thompson, que “acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. (THOMPSON, 1987, p.10).

Buscamos assim captar algumas das experiências destes migrantes por meio de entrevistas. Como não conhecíamos nenhuma pessoa que trabalhasse no frigorífico, pensamos em abordar inicialmente profissionais que pudessem atuar diretamente com os migrantes e assim, criar uma rede de entrevistados. Assim, nossa primeira incursão foi na Secretaria de Assistência Social de Nova Veneza, na qual pudemos conversar com quatro profissionais que atuam no órgão, todos diretamente

envolvidos na elaboração e implementação das políticas públicas assistenciais do município. Estes também nos indicaram algumas pessoas com o perfil que buscávamos para as entrevistas, além de pessoas que esporadicamente compareceram na secretaria enquanto ali nos encontrávamos, e gentilmente concordaram em falar conosco. Outro entrevistado foi o Sr. Celio Elias, dirigente sindical e que já presidiu o SINTIACR por várias gestões. Além de falar sobre a questão migratória, Sr. Célio realizou indicação de um entrevistado, o qual também trouxe um colega para conversar conosco. Ainda, realizamos uma entrevista com o idealizador do projeto social Padrinho dos Sonhos (que havia sido citado por uma entrevistada anterior, que migrou por influência do projeto), que também indicou mais uma pessoa para colaborar com a pesquisa. Todos os entrevistados não naturais de Santa Catarina são oriundos do Nordeste brasileiro. Abaixo, um quadro com algumas informações sobre os migrantes entrevistados:

Tabela 14 – Breves informações sobre os migrantes nordestinos entrevistados para a tese.

Migrante	Informações
Gustavo Mendonça	Responsável pelo Projeto Padrinho dos Sonhos. Natural de Salgadinho (PE). No momento da entrevista, trabalhava no depósito central de uma rede de supermercados e como garçom no período noturno. Residia em Nova Veneza há dois anos. Casado, sem filhos.
Alice ⁶²	Dezoito anos, também natural de Salgadinho, estava há quatro meses residindo em Nova Veneza. Ensino médio completo, tinha interesse em cursar graduação em Administração em um futuro próximo. Vivia na “república” do Projeto Padrinho dos Sonhos. Trabalhava na JBS. Solteira.
Eduardo	Dirigente Sindical na JBS, reside em Forquilha há oito anos. Casado pela segunda vez, a filha trabalha no administrativo da empresa. Natural de Carpina (PE).
Marcelo	Mora há dois anos em Forquilha, ficou um mês desempregado e desde então

⁶² Alice e os demais migrantes terão os nomes preservados, conforme o termo de Cessão Gratuita de Direitos de Depoimento Oral e Compromisso Ético de Não-Identificação do Depoente.

	trabalha na JBS. Natural de Boa Vista de Gurupi (PA). Casado, esposa veio originalmente para Forquilha, mas retornou grávida para o Pará. Divide o aluguel de uma casa com o cunhado e um amigo.
Maria	Natural de Fortaleza (CE). Casada, tinha uma filha de quatro anos e um filho de dezoito (este morava com a avó no Ceará). Trabalhou na JBS como terceirizada no setor de limpeza por quatro meses. Passou por sete processos seletivos na própria empresa mas nunca foi aprovada. Atualmente trabalha na Secretaria de Saúde do Município: atua no Hospital Municipal, no setor de conservação e limpeza. Morava em Nova Veneza. Era cabeleireira antes de se mudar para Santa Catarina.
Juliana	Natural de Salgadinho, tinha 21 anos no dia da entrevista. Casada há seis anos, grávida de quatro meses. Morava em Nova Veneza, trabalhava na JBS no setor de operadora de produção, assim como o esposo. Antes de vir para o Sul, trabalhava em supermercados. Cursava Administração à distância pela Unicesumar. Já havia feito processos seletivos para progressão de cargo na JBS, mas ainda não havia tido sucesso.
Heloísa	Natural de Pernambuco, migrou primeiro para Goiás antes de vir para Santa Catarina. Casada pela segunda vez, vive em Nova Veneza, seu esposo é natural da cidade. Tem dois filhos, o mais jovem vive com ela e a mais velha faz faculdade em São Paulo. Tem dois cursos superiores, em Geografia e Pedagogia. Naquele momento, era agente comunitária de saúde, atendendo em especial o bairro Bortolotto, onde vivem grande parte dos migrantes do município.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Preparamos para estas entrevistas um roteiro com perguntas diretas, apenas para que tópicos importantes não pudessem ser deixados de lado. Nosso objetivo nunca foi realizar algo muito formal, e sim, abrir uma porta para que o entrevistado pudesse contar sua história de forma livre, com interrupções pontuais ou

mudanças de tema de acordo com o decorrer da conversa. Procedemos de forma a obter algumas informações básicas do entrevistado e, em seguida, deixa-lo falar sobre sua história de vida. Vamos saber mais sobre suas histórias a partir de agora.

4.1 A DECISÃO DE MIGRAR: A PARTIDA FOMENTADA PELO INCENTIVO DAS REDES SOCIAIS

[...]é basicamente um imã: um tá aqui, chama o outro, né? um colega veio pra cá porque aqui é muito bom, tem emprego. (MARCELO⁶³, ENTREVISTADO, 2021)

Ao questionar as motivações da migração, pudemos entender que geralmente o fator determinante para a decisão de migrar foi econômico. Mas, como escrito por Durhan (1973), nem sempre quem migra se encontra em uma situação extrema, em condição de fome, por exemplo. Geralmente a rede de familiares e o círculo social amparam este indivíduo caso se encontre em condição de necessidade. O que ocorre é a manifestação do desejo de melhorar de vida: em geral, de consumir mais. A autora discorre sobre isso, falando sobre a ânsia por “ascensão social” reforçadas pela “expansão da economia industrial e que só podem ser satisfeitas pela compra” (DURHAN, 1973, p. 114). Na percepção do migrante, somente com uma remuneração maior e garantida através de um trabalho com carteira assinada, de preferência em uma grande empresa, se faz possível adquirir os itens de desejo e, através da exposição destes, escalar degraus de importância em seu círculo social.

Falando sobre nossos entrevistados, a idade média é entre 18 e 40 anos⁶⁴. A maioria deles, antes de vir para Santa Catarina, residia com seus familiares, ou no entorno deles: em vários momentos são citadas frases como “venha embora, aqui você tem casa, não paga luz nem água”. Ou seja, o núcleo familiar poderia prestar auxílio com o básico para sobrevivência. Todavia, a partir do momento que suas redes

⁶³ As identidades dos migrantes respondentes foram preservadas, assim como, das assistentes sociais do município de Nova Veneza. Assim, usaremos nomes fictícios.

⁶⁴ Entendemos que, no caso da migração tratada nesta tese, trata-se de uma migração geracional, neste caso especificamente voltada à população mais jovem. Como veremos adiante, tratam-se de pessoas que em sua maioria vem sozinhas, para primeiro se estabelecer e depois trazer familiares. Principalmente por se tratar de uma migração direcionada a um segmento que exige um enorme esforço físico e movimentos repetitivos, se subentende que pessoas mais idosas podem não ser contratadas. Podemos entender que se assemelha à migração rural-urbana estudada por Durhan há décadas atrás: a expectativa é que um membro da família migre e, após obter algum sucesso, leve irmãos mais jovens, ficando na origem apenas os pais ou parentes considerados velhos demais para recomeçar a vida.

sociais se manifestaram, dando informações de que em determinado local haveria condições de sobrevivência mais satisfatórias, o migrante optou por trocar essa pequena segurança que existia em seu local de origem por um lugar desconhecido, onde deduziu que certamente iria conquistar uma condição econômica mais satisfatória do que a atualmente encontrada: houve a necessidade de quebrar esta dependência econômica dos familiares e ascender financeira e socialmente.

Neste contexto, gostaríamos de defender uma análise sobre critérios não somente econômicos que determinam a migração. Por exemplo: Silva e Freitas (2016) escreveram um artigo discorrendo a importância de analisar outros aspectos além da baixa renda apresentada por uma grande parte dos trabalhadores brasileiros. Os autores dizem que, observando análises estatísticas, olhando sem aprofundar a questão, pode-se chegar à conclusão que muitos trabalhadores são pobres porque recebem salários baixos. Porém, com um olhar mais atento, pode-se concluir que muitos destes são jovens que vivem ainda com os pais, por exemplo, e podem utilizar-se destes valores somente em seu benefício pessoal, sendo que alimentação, aluguel e outras despesas básicas já estariam supridas por seu círculo familiar. Ou seja, por mais que a renda obtida ainda seja baixa, não necessariamente este cidadão passa por necessidades diárias.

No entanto, como dito por Druck (2011, p.41), no atual momento ocorre um “processo de acumulação ilimitada de capital que comanda a sociedade, numa busca insaciável pelo lucro, pela produção de excedente, cada vez mais estimulada pela concorrência intercapitalista no plano mundial”. Esta produção industrial cada vez mais exacerbada faz com o consumismo também se acelere. Falando de dias atuais, com a difusão dos meios de comunicação e o amplo acesso à Internet e redes sociais, ocorre o surgimento de necessidades que antes era impensadas, especialmente pelos mais jovens: o desejo pelo modelo mais recente de um aparelho de celular, roupas de marca, carros e motos com acessórios extravagantes, viagens, todas estas necessidades tornam-se prementes por serem fomentadas diariamente nas redes sociais por *influencers* e personalidades da mídia, atores, músicos.

Para esta população jovem, o acesso maior aos bens de consumo torna-se não só desejável, mas quase que obrigatório. Na continuidade das observações de Duhran (1973), podemos interpretar como um verdadeiro desejo de pertencer à coletividade, integrar-se socialmente, algo que só pode ser obtido através do “ter”, algo que na juventude pode ser mostrar irrenunciável, mesmo que para isso se

necessite abrir mão de outros objetivos, como por exemplo, da escolarização. No estudo de Araújo et al (2014) os autores buscam demonstrar a migração na faixa etária entre 23 e 29 anos, de acordo com dados dos Censos 2000 e 2010. É possível constatar que os jovens migrantes possuem menor escolaridade que os que não migram, porém, mesmo assim, conseguem melhores posições empregatícias, por contarem com outras características que lhes destacam, como empreendedorismo e motivação. O próprio fato de migrar já representa um espelho destas características, pois a disposição de deixar a segurança do lar em busca do desconhecido demonstra coragem e determinação, assim como o desejo de obter uma condição de vida (principalmente econômica) mais confortável do que a obtida até o momento da migração⁶⁵.

É o caso de Alice, de dezoito anos. Morando com os pais no município de Salgadinho (PE), mudou-se para Nova Veneza sem conhecer ninguém, influenciada pelo projeto Padrinho dos Sonhos⁶⁶. A jovem, que tem ensino médio completo e pensa em 2023 iniciar uma graduação em Administração, disse que aqui tem mais responsabilidades, principalmente porque em sua cidade original muitas vezes os pais tomavam as decisões por ela. Segundo a entrevistada, Salgadinho é uma cidade pequena e com poucas oportunidades de emprego e também de escolarização, e que via em sua migração a perspectiva de ter uma vida melhor: desejava que seu irmão mais novo também se mudasse para Santa Catarina. Questionada sobre como estava sendo a experiência na nova cidade, ela nos relatou que “é complicado, muito, porque eu não tenho nenhuma família, apesar de ter o pessoal. Família é família, então é um pouco complicado (ALICE, ENTREVISTADA, 2021).”

Percebemos em Alice que se misturam duas perspectivas: por um lado, a jovem optou por deixar os familiares na origem e se submeter a residir em um local desconhecido, dividindo a casa com pessoas que a princípio também não conhece, com a expectativa de conseguir um emprego que lhe desse um maior acesso aos bens de consumo. Por outro lado, o fato de falar que em sua cidade o acesso à escolarização é difícil demonstra que a mesma tinha intenção de obter uma maior escolaridade e assim eventualmente buscar por empregos mais qualificados. Em nossa interpretação, essas possibilidades se tornam mais acessíveis quando são indivíduos jovens, cujos familiares podem auxiliar com alguma contribuição em

⁶⁵Informações sobre o projeto Padrinho dos Sonhos na página 119.

especial financeira, e que no momento estão responsáveis unicamente por seu sustento, ainda não possuindo filhos ou precisando enviar dinheiro para os que ficaram na cidade original.

Porém, a situação muda quando tratamos de uma família migrante, que já se encontrava numa situação de extrema dificuldade quando migrou. Observamos aqui a percepção da entrevistada Maria, com idade de 33 anos, que residia há três anos em Nova Veneza com seu marido e filha pequena. Maria é natural de Fortaleza; seu marido, metalúrgico experiente, se encontrava desempregado há quatro meses e, convidado por amigos que residiam na cidade catarinense, decidiu tentar a sorte no Sul. Foi contratado imediatamente, e após o período de experiência, trouxe esposa e filha, na época recém-nascida. Maria descreveu sua chegada na cidade como bastante difícil: nada possuía. É forte o depoimento em que descreveu que, por um mês, ela e a sua pequena família dormiam em cima de paletes, em pleno frio do inverno, por não possuir móveis. Que dividiam a casa com mais dois jovens que lhe forneciam uma cesta básica em troca de que cozinhasse e lavasse suas roupas.

Para Maria, a comunidade de Nova Veneza mostrou hospitalidade: foi abordada por uma estranha que, ao vê-la andando pela rua, puxou conversa e em seguida lhe ofertou alguns móveis usados. Aos poucos o casal foi melhorando de vida, e no momento da entrevista Maria se considerava uma “privilegiada”, usufruindo também de políticas públicas ofertadas pelo município: considerava que o atendimento em saúde era muito satisfatório, mas principalmente, enaltecia a creche da prefeitura: “Minha filha quando chega na porta da creche, ela quer derrubar o portão pra entrar.” Falou sobre os materiais e alimentos que a filha recebia para levar para casa, e sobre o carinho com que era tratada pelas professoras, chamando inclusive a diretora de vó. Segundo ela, isso não seria possível onde vivia anteriormente, em função de uma maior escassez ou má distribuição de recursos públicos.

Maria e sua família, assim como os outros entrevistados, viram na migração um desejo de fugir da pobreza: deixaram para trás familiares, que poderiam ter contribuído para sua subsistência caso optassem por permanecer. Não são apenas pobres que migram: pessoas migram para estudar, migram para outros países em busca de uma cultura desejada, vista em filmes e séries de televisão, aposentados já estabelecidos financeiramente migram para locais onde terão uma vida mais tranquila, como praias ou montanhas. Porém, especificamente neste caso das pessoas que vem a Forquilha e a Nova Veneza, é o padrão econômico o determinante para a

migração, a necessidade de atender suas necessidades mais simples. Posto por Singer (1997, p. 61), “a pobreza é vista como uma situação relativa, que deve, contudo, ser relacionada com a medida absoluta de um *mínimo*. (...) Pobres são os desprovidos da satisfação daquilo que se considera suas necessidades básicas.” Ou seja, quando a filha de Maria ganhou na creche alimentos, brinquedos, materiais escolares, ou foi acolhida pelas professoras, Maria não se sentiu mais tão pobre: naquele momento, a satisfação de sua filhinha era a única coisa que importava. Ainda que aparentemente a situação da creche fosse algo positivo e inesperado, algo com que Maria não contava quando decidiu pela migração, foi fundamental para sua permanência no local.

E o fato de já possuir conhecidos e familiares no local de destino não somente influencia a decisão como também serve para formar uma rede de apoio, através da qual o migrante é amparado no início e da qual posteriormente se torna parte, auxiliando outras pessoas que chegam. Como expõe o entrevistado Eduardo: “É um imã, um tá aqui e chama o outro, né. Um colega veio pra cá, porque aqui é muito bom, tem emprego. E eu vim pra cá, só que aí passou alguns meses, vamos dizer assim, seis a sete meses, depois eu consegui alugar uma casa e trazer a família.” Atualmente há oito anos em Nova Veneza, na época de entrevista era dirigente sindical e uma liderança para os trabalhadores da empresa, em especial os nordestinos: “A tendência nossa nesse ramo é ficarmos ali, apoiar com as nossas mãos, dizer assim: levanta a cabeça (EDUARDO, ENTREVISTADO, 2021).”

As redes sociais são um aspecto fundamental na tomada de decisão no que se refere à migração. Podemos utilizar alguns exemplos: Santos (2013), fala sobre a inversão da população brasileira no contexto rural/urbano entre os anos de 1940 e 1990, passando a urbanização de 27,35% no primeiro período para 77,13% no segundo. Pois bem, vimos em Durhan (1973) que as famílias que moravam no interior eram geralmente numerosas, vivendo com recursos escassos, onde cada filho se configurava mais uma boca para sustentar. Assim, a tendência era que os mais velhos partissem para a cidade, uma forma de desbravar este território desconhecido. Porém, como a própria autora indica, após um tempo este “mandava buscar” um irmão mais novo para usufruir de situação semelhante a que tinha conquistado na cidade (onde, vivendo em uma mesma moradia, podia também dividir as despesas básicas como aluguel, energia elétrica, e assim ver sobrar mais dinheiro para outras necessidades).

A influência das redes sociais também foi determinante para a migração no estudo de Castro (2016). Neste caso, a autora estuda imigrantes que se destinam aos países de Espanha e Portugal, em especial para regiões com baixa densidade demográfica. Não só a existência das redes sociais é decisiva na opção pela mudança como fica evidente a necessidade do reencontro familiar, mudar-se para locais onde parentes já estão estabelecidos e assim reaproximar a família, como no caso de esposas e filhos que migram para o local já escolhido pelo genitor. A autora também ressalta que o fato de já haverem pessoas próximas estabelecidas neste destino faz com que a chegada do migrante seja facilitada, visto que já há um caminho indicativo de como “fazer as coisas”, seja buscar um emprego, integrar-se em sociedade, etc (CASTRO, 2016).

Por meio das redes sociais, geralmente o convite está atrelado à possibilidade de emprego. Os migrantes de nossa pesquisa vêm em geral de cidades pequenas, onde as oportunidades de trabalho estão atreladas ao setor público (geralmente prefeituras), agricultura ou pequenos comércios. É o caso de Juliana, que tinha 21 anos e estava grávida do primeiro filho. Quando questionada sobre a razão que a levou a vir para Nova Veneza, respondeu que já tinha dois primos residindo na cidade, e que “quando eles passaram a informação para a gente, eles disseram: tem a JBS que é muito boa.” A moça relatou que, enquanto em sua cidade de origem, Salgadinho⁶⁷, na pandemia as contratações eram praticamente inexistentes, já em Nova Veneza o frigorífico teria precisado contratar bastante gente, o que reforçou em sua concepção a maior abundância de vagas de emprego, confirmando a impressão de que seus familiares estavam corretos em convidá-la a vir.

Esta chegada a um destino onde já estão estabelecidas pessoas com vínculos familiares ou de amizade com o migrante pode proporcionar uma aproximação até maior do que a que existia entre estes posteriormente à migração. Leva-se em conta que partilham de costumes, tradições e um passado que geralmente não é compartilhado com a comunidade local, apenas entre estes. As dificuldades e conquistas vivenciadas tendem a ser restritas ao grupo social: também com a participação mais efetiva da mulher e dos jovens no ambiente de trabalho, há uma partilha de responsabilidades dentro desta rede, onde quem não está trabalhando no momento ou tem mais tempo livre auxilia outros membros do grupo,

⁶⁷ Estado de Pernambuco.

seja no cuidado com crianças e idosos, no preparo dos alimentos ou em quaisquer outras atividades que possa contribuir.

Essa rede de apoio configura-se em realidade um mecanismo de defesa e sobrevivência, tanto para quem chega quanto para quem já está estabelecido, pois um tempo muito longo irá passar até que o migrante se configure como um local, passando sua condição de “estrangeiro⁶⁸”, se não despercebida, ao menos tolerada perante os nativos. Aqui é interessante trazer a análise de Harvey (2000), que fala sobre a forma com que a humanidade precisa se relacionar consigo mesma e com o próximo de forma a poder explorar toda a sua capacidade e também suas “potencialidades adormecidas”. Somente através das modificações nas estruturas de nossas organizações sociais podemos atingir este ápice, seja através das relações de trabalho, da tecnologia e da vida em sociedade. O autor enumera uma série de estratégias que colaboram no refinamento desta experiência evolutiva, mas uma delas pode ser bem aplicada à esta rede de migrantes, quando o autor nos diz que “julgo que os sociobiólogos tem razão, por exemplo, quando afirmam que a cooperação (‘altruísmo recíproco’ é a expressão que eles preferem) é em alguma medida uma forma adaptativa de competição (tem melhores condições de sobrevivência os organismos que ajudam uns aos outros)” (HARVEY, 2000, p. 275). Os migrantes somente sobrevivem neste local estranho se tornando mais fortes conforme a união entre eles se fortalece.

Apesar de nos municípios de Nova Veneza e Forquilha os frigoríficos da JBS serem os maiores chamarizes para quem busca por emprego, pela grande quantidade de vagas que possuem e pela rotatividade que a cada dia demite e admite funcionários, as cidades também dispõem de outros estabelecimentos, como metalúrgicas, confecções, supermercados. Nova Veneza, por exemplo, é uma cidade turística. O chamativo turístico é de que é possível no local conhecer uma cidade brasileira que traz a preservação da cultura italiana, seja na gastronomia, na arquitetura, entre outros. No local, também ocorre o turismo religioso, em virtude da existência do Santuário de Nossa Senhora do Caravaggio. Assim, há oferta de vagas

⁶⁸ Sempre que usarmos a palavra “estrangeiro” nesta tese, gostaríamos de, mais do que nos referir à pessoa que não nasceu naquele local (na maioria das vezes usada para quem não nasceu naquele país), usar a definição de Jaffe (2015), como “estranho”, “aquele que vem de fora”, e principalmente, “aquele que não faz parte. Fonte: https://portal.secscsp.org.br/online/artigo/compartilhar/12884_ESTRANHO+ESTRANGEIRO#:~:text=O%20estrangeiro%20%C3%A9%20um%20estranho,Proibida%20a%20entrada%20de%20estranhos%E2%80%9D. Acesso em 08 de Março de 2023.

em restaurantes típicos, pousadas e outros comércios ligados ao turismo. Porém, diferente da JBS onde a grande demanda e a existência de processos seletivos mais estruturados permite admitir pessoas recém chegadas e com pouca experiência, em estabelecimentos menores, onde as contratações às vezes são feitas através de entrevistas realizadas pelo próprio proprietário, o acesso às vagas torna-se mais difícil: geralmente é necessário algum tipo de indicação, de recomendação vinda de pessoas que ali já estão estabelecidas. Como exposto por Durhan (1973, p.188), “a possibilidade de obter um emprego predeterminado não implica apenas em saber de sua existência, mas em conhecer o modo específico de disputa-lo ou de se qualificar para ele.”

Nesse contexto podemos inserir um projeto que estava em atividade no período que realizamos as entrevistas, o “Padrinho dos Sonhos”. O projeto foi idealizado por Gustavo Mendonça, natural também de Salgadinho. Gustavo veio morar em Nova Veneza por influência de uma tia que já vivia no local, e percebeu no município uma realidade bastante diferente daquela de sua cidade de origem, com abundância de empregos e salários mais elevados. Assim, retornou à Salgadinho com a ideia de trazer pessoas da cidade para trabalhar em Nova Veneza, inclusive se candidatando a vereador na cidade de origem como forma de conseguir maiores recursos para a divulgação e implementação de seu projeto. Não conseguiu se eleger, mas chamou a atenção de um médico⁶⁹ local, que financiou o início de seu projeto.

Gustavo retornou à Nova Veneza, e, com a ajuda do médico, alugou e mobiliou uma casa, chamada posteriormente de “república”. O projeto funcionava da seguinte forma: a casa tinha capacidade para abrigar em torno de sete pessoas por vez. As pessoas contatavam Gustavo através das redes sociais como Facebook e Instagram ou de outras pessoas que vieram pelo projeto, entrando assim em uma lista de espera. Quando chegava sua vez, pagavam pela própria passagem aérea. Chegando em Santa Catarina, se hospedavam na república, onde não precisavam se preocupar com aluguel, água, luz ou internet. A partir do momento que conseguiam o emprego, passavam a auxiliar com os gastos acima mencionados, e tinham um determinado período para deixarem a casa para ceder lugar para as pessoas da fila

⁶⁹O nome do médico não foi informado por Gustavo.

de espera⁷⁰. Era nesta casa que a entrevistada Alice, a jovem de 18 anos citada no início deste capítulo, vivia com mais alguns outros conterrâneos.

Porém, além de articular ações que garantissem os recursos para manter a república, o diferencial era que Gustavo havia se tornado uma pessoa conhecida na cidade, sendo que, quando chegavam em Nova Veneza, esses migrantes tinham emprego praticamente garantido, visto que não só o frigorífico JBS mas supermercados, metalúrgicas e restaurantes da cidade pediam a Gustavo que lhes indicasse as pessoas que estavam chegando para trabalhar. Segundo Gustavo, isso se devia ao delicado trabalho de triagem realizado antes de trazer as pessoas para Nova Veneza:

Eles entram em contato, falam o interesse, eu busco conhecer o perfil da pessoa, que a gente tem que trazer pra cá pessoas de responsabilidade, porque como Nova Veneza é uma cidade pequena, praticamente todo mundo conhece todo mundo. Então a gente tenta ser o mais responsável possível com isso, né, para não ter problemas aqui. (GUSTAVO, ENTREVISTADO, 2021)

Ao ler as declarações de Gustavo, também visualizamos a dificuldade encontrada por migrantes que não dispõem de nenhuma relação social anterior com pessoas já estabelecidas no local, principalmente por se tratarem de cidades pequenas localizadas em um dos estados mais conservadores do país⁷¹, onde a chegada de pessoas desconhecidas nem sempre é vista com bons olhos. Mesmo a questão financeira fica bem prejudicada com esta ausência de integração, pois segundo o relato de nossos entrevistados, em um primeiro momento é quase impositivo dividir o aluguel com pessoas de seu círculo de forma a diminuir os custos: em todas as entrevistas, foi unânime a afirmação de que o valor do aluguel é a principal despesa na região (segundo Sr. Célio Elias, dirigente Sindical do SINTIACR, o aluguel de uma casa simples com dois quartos, cozinha e banheiro não custava menos de R\$600,00 ao mês em Forquilha), por isso é imperativo o compartilhamento deste custo. Assim, como posto por Singer (1998, p. 57),

[...]a adaptação do migrante recém-chegado ao meio social se dá frequentemente mediante mecanismos de ajuda mútua e de solidariedade de migrantes mais antigos. Isso significa que o lugar que o migrante irá ocupar

⁷⁰O projeto iniciou em 2020, sendo que no primeiro ano vieram somente 4 pessoas. Já em 2021, segundo Gustavo, foram beneficiadas cerca de vinte e cinco famílias, com a vinda de aproximadamente 40 pessoas. O tempo que cada pessoa vivia na república era de aproximadamente três meses, entre a chegada, conseguir o emprego e ter condições financeiras de viver por conta própria.

⁷¹Um exemplo disso é que, no segundo turno da eleição presidencial de 2022, 69,27% da população catarinense votou no candidato de direita Jair Bolsonaro (Partido Liberal- PL). Em Nova Veneza, o então candidato recebeu 77,23% dos votos válidos e em Forquilha, 73,34%. Fonte: TSE, 2022.

na estrutura social já é, em boa medida, predeterminado pelo seu relacionamento social, isso é, por sua situação de classe anterior.

Ao conversar com Gustavo e também com outros migrantes que vieram por meio de sua iniciativa, fica-nos a percepção que sua intenção é legítima, que tem vontade de ajudar a melhorar a vida de outras pessoas. Mas iniciativas semelhantes nem sempre são tão bem intencionadas. O agenciamento relacionado à migração é uma prática conhecida: um exemplo brutal ocorreu em Fevereiro de 2023, quando foi descoberto que cerca de 200 trabalhadores, a maioria baianos, estavam vivendo em condição análoga à escravidão na cidade de Bento Gonçalves. Foram agenciados por um empresário também baiano, com a promessa de receber em torno de quatro mil reais por dois meses de trabalho na colheita da uva, matéria prima para produção de vinhos de três gigantes do segmento, as vinícolas Aurora, Salton e Garibaldi.

Ao invés da prometida remuneração, os trabalhadores foram submetidos a uma rotina de vigilância armada, carga de trabalho de cerca de 13 horas ao dia, dormitórios sujos e insalubres, comida estragada e dívidas (para poder se alimentar um pouco melhor, os trabalhadores consumiam de um mercadinho próximo, com valores superfaturados, na forma de “vales” que depois seriam descontados da remuneração final)⁷². O dono da empresa terceirizada que os agenciava aproveitou-se da situação de vulnerabilidade destes trabalhadores para convencê-los de que este trabalho braçal seria viável e que ganhariam muito dinheiro com isso. Note-se: mesmo que o trabalho fosse efetivamente o prometido, a remuneração mensal seria de R\$2000,00, ou seja, pouco mais de um salário mínimo e meio.

Este é um caso bastante extremo, e situações semelhantes são relatadas frequentemente. Porém há diversas formas de agenciamento, que usualmente resultam em vantagens financeiras para os agenciadores: muitas pessoas se profissionalizam em enviar migrantes para determinadas regiões. Martins (2020) fala em “agiotas da mobilidade”, ao descrever os agenciadores que atuam na distribuição de haitianos pelo mundo, facilitando sua entrada em outros países e, assim, os explorando economicamente. No caso nordestino, pessoas se especializam em traçar uma rota de migração, onde enviam migrantes para destinos já estabelecidos, com a promessa de emprego fixo, ou mesmo em safras na região sul. Este encaminhamento, obviamente, resulta em uma contribuição financeira. Mas para o migrante, pode

⁷² Fonte: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/02/27/resgatados-de-trabalho-similar-ao-escravo-no-rio-grande-do-sul-chegam-na-bahia.ghtml>. Acesso em 04 de Março de 2023.

parecer mais vantajoso pagar para viajar com um emprego já garantido em meio a pessoas de sua mesma região, do que optar por um desafio solo, em território desconhecido.

Não saberíamos dizer se em Nova Veneza e Forquilha há alguma outra forma de agenciamento que não o Projeto Padrinho dos Sonhos, e mais uma vez, não há como afirmar que Gustavo recebe qualquer vantagem por suas indicações, os entrevistados que falaram sobre o projeto só nos relataram situações positivas e o próprio Gustavo parece legitimamente imbuído de boa vontade. Mas é inegável que um projeto desta envergadura coloca seu idealizador numa situação de poder, seja ao escolher as pessoas que serão selecionadas para viajar ou as vagas de emprego a que irá indica-las.

4.2 AS TENTATIVAS DE MINIMIZAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MIGRANTE POR MEIO DA REPRODUÇÃO DO TERRITÓRIO

[...] tem um olhar discriminatório, tem um olhar de olhar pra gente assim: 'tu és apenas um trabalhador e nordestino, tu só veio aqui se ampliar' (EDUARDO, ENTREVISTADO, 2021)".

A influência das redes sociais no contexto migratório também evidencia a importância do conceito de *território*. Saquet e Mondardo (2008) citam Raffestin (1993) ao explicar que o território é “o conjunto de relações efetivadas pelos indivíduos que pertencem a cada coletividade. O território corresponde a um reordenamento do espaço, onde existe um sistema informacional utilizado pelo homem enquanto pertencente a uma cultura (p.121).” Ou seja, há a habilidade do conjunto de migrantes em reproduzir no local de destino condições similares às encontradas em sua origem, em especial em seu contexto social. A composição deste território mostra-se ferramenta para não somente tornar mais suportável a existência em uma terra estranha, mas também para reproduzir uma sensação de normalidade ao transpor hábitos e costumes para o novo local. Afinal, como questionado por Marandola JR e Dal Gallo (2011, p. 413), “em que medida eles conseguem diminuir o impacto da ruptura com o local de origem, em termos familiares, culturais e existenciais?”

É o caso citado por Marcelo e Eduardo, quando citam que, em sua opinião, a personalidade dos catarinenses é mais reservada: como forma de gerar uma atmosfera mais suportável neste local estranho, eles e seus amigos nordestinos

gostavam de se divertir com banhos de rio, passeios na praça, sempre acompanhados por pessoas que compartilhavam de sua cultura. Pelas palavras dos entrevistados, suas personalidades são mais alegres, gostavam de juntar as pessoas para confraternizar, deixando subentendido que seu modo de viver mais expansivo não era bem aceito pelos locais, que preferiam um modo de vida mais discreto e introspectivo. Contudo, essa era a forma encontrada pelos migrantes de reproduzir parte de seu território, assim como, de suportar melhor as privações e os sentimentos negativos por estarem longe de casa.

Podemos entender este território também pelas palavras de Santos (2005), onde “é o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas, egoístas (do ponto de vista dos atores hegemônicos), as verticalidades, enquanto as horizontalidades hoje enfraquecidas são obrigadas, com suas forças limitadas, a levar em conta a totalidade dos atores.” Pois bem, como posto pelo autor, há uma tentativa de verticalizar a situação: em um nível macro, cita o apoio de países ricos a países pobres para que possam dispor de melhores condições socioeconômicas para sua população. Mas a verdade é que a realidade se impõe a esta condição, e mesmo que a tecnologia por exemplo tente igualar patamares, a horizontalidade não permite essa equidade: o que acabam prevalecendo são os interesses individuais ou de determinada parcela predominante naquele território. E aqui entra a participação da migração na construção do território, onde sua chegada, em especial quando é massiva, também acrescenta à territorialização hábitos, culturas e anseios importados de um outro local de origem, assim gerando um modelo híbrido do território original.

Vale, Saquet e Santos (2005) complementam explicando que é o território o local de memória do indivíduo: “o espaço é a oportunidade fornecida às memórias, pois coloca diante dos olhos coisas e pessoas, oferecendo a possibilidade de repensar aquilo que os momentos vividos não permitiram, oferecendo uma espécie de regeneração interativa do tempo” (Vale, Saquet e Santos, 2005, p.19). Assim, quando no novo ambiente os migrantes reproduzem as práticas, costumes e amizades advindas de seu local de origem, conseguem sentir como se lá estivessem novamente. Como explicitado pelos autores, mais que uma dimensão geográfica ou econômica, o território torna-se uma reprodução do desejo do migrante em se estabelecer em um lugar familiar: mesma que seja um local desconhecido até o momento da migração, se espera reproduzir características que evoquem as

lembranças da origem, principalmente ao interagir com os membros de sua rede social.

Este desejo vem do fenômeno inverso, a desterritorialização, conceito esse que pode surgir da necessidade individual do indivíduo que migra solo, como de uma parcela que se desloca em massa. É como se fosse o abandono da terra, do local, mas sem deixar para trás as bases adquiridas seja no contexto social, religioso, cultural, familiar. Citamos o exemplo de migrantes da cidade de Boquim, no Sergipe: uma cidade de pequeno porte, com população estimada pelo IBGE⁷³ em 26.980 habitantes. Segundo o Censo, em 2019, apenas 2.034 pessoas estavam registradas como empregadas formalmente, um total de 7,6% da população, sendo que a população com renda de até meio salário mínimo chegava a 50% da população. Como resultado, podemos compreender que 40 pessoas originárias do município vieram se estabelecer em Forquilha e Nova Veneza: as oportunidades de trabalho e sobrevivência soam melhores, principalmente sob influência das redes sociais. O local de origem foi deixado para trás: mas o território passou a ser reconstruído no momento da chegada ao Sul do Brasil, com a significativa comunidade migrante reproduzindo (na medida do possível e com adaptações que caibam no território já existente) no novo lar as características do local habitado anteriormente. Há abandono da terra, mas não da bagagem cultural construída durante a vida do migrante.

Um exemplo é a questão culinária, bastante evidenciada pelos migrantes como um aspecto do qual sentem falta em relação à sua origem. A entrevistada Juliana nos relata que um alimento típico de sua região não era constantemente comercializado em Nova Veneza: “Aqui vocês não comem cuscuz, né? E pra gente é uma falta muito grande de cuscuz, quando falta a gente fica louco (risos), as vezes não encontra no mercado tão fácil. A gente fica procurando nos mercados qual é que tem pra gente ficar comprando antes de acabar (JULIANA, ENTREVISTADA, 2021).” É importante esta referência, pois ela marcava um desejo mesmo que inconsciente de manter um vínculo com sua identidade pretérita, com seus hábitos e costumes já arraigados. Mesmo diante de uma variedade de opções de alimentos disponíveis nos supermercados locais, o migrante sente o desejo de consumir o que é típico de sua terra natal, cujo sabor está impregnado em sua memória. E nem sempre se resume ao consumo físico do alimento, mas também, às recordações da refeição partilhada

⁷³ IBGE, 2021.

com pessoas que estão distantes, da memória afetiva do preparo do alimento por uma mãe, avó ou irmã. Como posto por Franzoni (2016)

A alimentação emerge assim, como um meio importante, útil ao migrante para alcançar objetivos quer diferentes, quer fundamentais. Ele pode-se servir da alimentação para preservar um vínculo com as suas origens e, portanto, para dar um novo valor às práticas habituais. Através da reprodução das rotinas alimentares conhecidas, o migrante marca sua diferença e sua individualidade (FRANZONI, 2016, p.29).

Assim como a reprodução do território, estar próximos de pessoas que nasceram no mesmo estado ou região auxilia os migrantes a tentar se colocar uma posição mais igualitária com a população local. No caso dos nordestinos e catarinenses, há claramente um abismo cultural os separando, segundo a percepção dos primeiros. É o que conta Eduardo: “A cultura tem toda a sua divergência, né? A gente... as pessoas, os catarinenses, para a gente eles são um pouco fechados, né? E a gente é mais... a vontade, a gente é mais festivo, né, somos umas pessoas mais povão na linguagem catarinense, mais povão.” Pelas palavras de Eduardo, podemos compreender que o entrevistado interpretava esse semblante mais fechado do catarinense como uma resistência a se relacionar mais profundamente com pessoas originárias de outra cultura, ficando restritos ao convívio com pessoas de origem geográfica e cultural semelhantes.

Heloísa reforçou esse ponto de vista: “Considero assim quando o pessoal vai subindo para a parte de Norte, Nordeste, essas outras regiões, as pessoas elas são mais livres, mais abertas, não tão conservadoras, como as pessoas aqui, é... elas se refreiam, elas são um pouco fechadas, né?” Ao observar este padrão de comportamento diferenciado na população local, torna-se imprescindível ao migrante fortalecer-se dentro da rede de apoio gerada entre a população migrante para gerar uma maior identificação com este novo território (ainda que, como citado por Marandola Jr e Del Gallo (2011), esta identificação não seja completa em virtude das influências que o território atual sofre por parte de sua população local, seja no ambiente geográfico, histórico, cultural, religioso, econômico).

Nas palavras de Heloísa, foi possível perceber que, involuntariamente, se desenhou um ressentimento na forma de tratamento por parte dos moradores locais de Nova Veneza. Em determinado momento da conversa, ao falar sobre essa reserva no comportamento dos locais, citou que “quando você se apega muito no material, você não se entrosa, você tem medo de de repente ser lesado (HELOÍSA, ENTREVISTADA, 2021).” Heloísa trabalhava na época como Agente Comunitária de

Saúde e em suas funções estava realizar visitas periódicas aos moradores da zona que foi a ela determinada. Relatou que no início do trabalho, encontrou inúmeras portas fechadas, com moradores a atendendo de longe e negando seu acesso às residências, só se aproximando depois que ela já residia há algum tempo na cidade (ela era casada com um morador local, e disse que em suas visitas passou a relatar este fato, o que demandou maior boa vontade das pessoas⁷⁴). Quando questionada se esse distanciamento era por sua origem nordestina, Heloísa negou, falando que era porque as pessoas ainda não a conheciam. Porém, a fala no início deste parágrafo escancara que sim, por ser uma nordestina de pele negra, a reação de distanciamento destas pessoas podia ter sido por não confiarem em adentrar à sua propriedade uma pessoa migrante; em suas concepções, não confiável.

É importante a problematização da condição do migrante atual na região Sul de Santa Catarina. Aqui utilizaremos o caso da maior cidade desta região, Criciúma. Na dissertação de Cabral (2020), diversos autores são utilizados para contar que no final do século passado, ocorreram várias ações no município, na tentativa de glorificar o migrante italiano que fundou a cidade (porque os fundadores legítimos, os indígenas, foram excluídos da história, sobre estes nunca há qualquer menção): fundação do Museu Augusto Casagrande em 1980⁷⁵, festas, monumentos, entre outros. Então, refletimos: por esta visão, Criciúma se tornou uma cidade próspera em virtude do glorioso povo italiano que a colonizou e com seu trabalho duro, fez com que a cidade chegasse ao atual *status*.

Da mesma forma, Nova Veneza, que também teve nos italianos ao invés dos índios Xokleng seus colonizadores originais, assim como para Forquilha foram os alemães. Graças a estes trabalhadores imigrantes, hoje estas duas cidades comemoram o fato de que, nestes municípios, o progresso se instalou. É motivo de orgulho a suposta colonização imigrante. Então, porque tantos questionamentos quando o povo do nordeste quer se instalar no Sul, com o objetivo unicamente de

⁷⁴ Podemos atribuir este tipo de julgamento por parte dos moradores locais ao fenômeno que se intensificou a partir da década de 1980, chamado de italianidade. De acordo com Bao (2015), consiste em ressaltar a identidade cultural do indivíduo, no caso o descendente de italiano, reforçando seus valores sociais e também morais, tendo como principais pilares a família (patriarcal), a religião (católica) e trabalho (ética de dignidade moral e ascensão social). Ou seja, um padrão que isola qualquer pessoa que não se “enquadre” neste estereótipo ideal (BAO, 2015). Na nossa opinião, falta acrescentar também a cor ideal, no caso, branca.

⁷⁵ De acordo com a autora, no museu que foi fundado no ano que se comemora o centenário da colonização criciumentense, se buscava celebrar a diversidade étnica da cidade, mas obviamente os italianos receberam o maior destaque nas exposições.

trabalhar e também estabelecer melhores condições de vida? Os imigrantes italianos e alemães merecem ser comemorados, mas os migrantes baianos, pernambucos, sergipanos, devem ser rechaçados? Pode-se argumentar que os estrangeiros quando vieram, não tinham qualquer intenção de retornar, enquanto os nordestinos querem vir, trabalhar por pouco tempo, ganhar algum dinheiro e retornar (contém ironia). E mesmo que assim fosse, qual direito temos de julgá-los? Ou talvez o morador de Nova Veneza e Forquilha não queira confessar o real motivo de seu julgamento: enquanto os alemães e italianos ostentavam cabelos loiros e olhos azuis, os nordestinos em sua maioria, tem a pele preta, muitos ainda, com traços indígenas.

Este estranhamento em relação ao migrante, especialmente o nordestino, é abordado por Cassaniga (2018), que estudou a migração de pessoas vindas no Nordeste para trabalhar em Brusque, SC. Cinco migrantes participaram de um grupo focal onde falaram sobre a percepção que os brusquenses em sua maioria têm sobre quem vem do nordeste: “ignorantes, lentos no trabalho, cheios de filhos e vadios” (Cassaniga, 2018, p.96), entre outros. Além do fato de muitos serem pretos, contribuindo para casos de racismo que vão além da naturalidade e da cultura. Os nordestinos, na visão do grupo, já carregavam o estereótipo acima citado no momento da chegada, antes que os locais tivessem sequer a oportunidade de conhecê-los: instantaneamente já eram chamados de “baianos”, independentemente de seu estado de origem, pois eram colocados todos como iguais. A inferiorização destes migrantes, como posto pelo autor, pareceu por um lado, mostrar que os residentes no sul estavam localizados um patamar acima da população do Norte e Nordeste do país, por se tratar de uma região que consideram economicamente mais rica e industrializada; por outro, pareciam ignorar que as condições estereotipadas que supostamente pertenciam ao migrante nordestino podiam ser encontradas em pessoas de todos os estados, independente de cor ou do local de nascimento. Um fato que é importante ressaltar é que os migrantes insistiam que o preconceito não vem de todos os locais, apenas de alguns e que boa parte dos preconceituosos acaba se “acostumando” com o tempo, sendo “menos” discriminatórios: embora sejam generalizados e postos todos no mesmo patamar, um patamar bastante ruim, os migrantes não cometiam o mesmo erro de generalizar os locais.

Um parêntese: a origem nordestina dos migrantes de nossa tese pode vir a contribuir para este status de pobreza que os acompanha e que pode contribuir para que se crie na população local esta resistência à sua permanência. O estudo de

Oliveira *et al* (2012) ressalta, através da análise dos Censos 2000 e 2010, a divisão da região em duas partes: um “Nordeste não-metropolitano, fortemente baseado na atividade primária, ressentida da concentração de terra, do predomínio dos pastos e lavouras temporárias, carente de água e orientação técnica e com baixa produtividade” (OLIVEIRA *et al* (2012, p.86): neste, 37,3% da atividade produtiva estava concentrada em agricultura, pecuária e silvicultura. Já no outro Nordeste, este metropolitano, desenvolvido, industrializado, urbano, predominam no último recenseamento o setor de comércio e serviços (42,7%) seguido pela indústria (20,7%) e a administração pública (20,3%). O primeiro setor citado ocupava apenas 3,9% do total (OLIVEIRA *et al*, 2012).

Os autores também analisam a disparidade de renda entre estes setores que nos auxiliam a melhor compreender a migração dos mais pobres, e em especial, dos mais jovens; utilizaremos aqui a análise do Censo de 2010: enquanto na região metropolitana a renda média das pessoas que atuam no setor de agricultura, pecuária e silvicultura era de R\$679,72, para as pessoas que trabalhavam na administração pública, os valores chegavam a R\$2181,60, ou a R\$1313,94 no setor de comércio e serviços. Mas quando comparamos a região não-metropolitana, os salários do setor primário eram ainda menores: uma média de R\$407,07, frente à indústria, por exemplo, com R\$702,84 ou o comércio, com R\$889,88 (OLIVEIRA *et al*, 2012). Não à toa, a maioria dos migrantes de nossa pesquisa vem de pequenas cidades nordestinas, onde a oferta de vagas com melhor remuneração é escassa e muitas famílias só sobrevivem graças a políticas públicas governamentais.

O olhar preconceituoso é, infelizmente, algo corriqueiro no cotidiano migrante. Em relação aos estrangeiros, é algo ainda mais gritante, como exemplificado por Figueiredo (2016), que ao estudar a migração haitiana para Santa Catarina, relata não somente o racismo e o desrespeito com uma população que não teve alternativa a não ser fugir de seu país⁷⁶, mas também a exploração por parte do sistema capitalista, que, aproveitando-se da condição de desespero dos imigrantes, explorava ao máximo sua mão de obra em troca da menor remuneração possível. No caso dos migrantes internos, causa ainda mais estranhamento ao observar que falamos todos a mesma língua, temos os mesmos direitos perante à Constituição Federal, o que nos diferencia são aspectos culturais e o local onde nascemos.

Aqui, podemos adicionar a sequência do estudo de Cassaniga (2018), onde realizou mais um grupo focal, desta vez com moradores de Brusque e sua opinião sobre a migração nordestina na cidade. Os cinco brusquenses relatam que o convívio com os migrantes é bom, mas que já viram hostilidade por parte de outras pessoas, em especial quando se une a origem mais a cor preta. Mas chama a atenção a consideração de uma entrevistada, que por seu discurso, não se considera preconceituosa: “Existem comentários que o ‘baiano’ é preguiçoso e malandro. Comentam também que o ‘baiano’ veio tirar o emprego dos brusquenses. Mas se o brusquense não trabalha no pesado, quem vai trabalhar? Neste caso, a mão de obra ‘baiana’ supre essa demanda.” (ELIZA, ENTREVISTADA, CASSANIGA, 2018). Achando que está elogiando a população migrante nordestina por ser trabalhadora, na verdade o que a entrevistada demonstra é um profundo desprezo, pois pressupõe que os “bairanos” só servem para o serviço pesado, para o que o brusquense não quer fazer. Estão aptos somente a trabalhos precarizados e de baixa remuneração.

Podemos tentar interpretar este distanciamento e até preconceito através do estudo sobre identidade desenvolvido por Veloso e Batista (2017), onde as autoras explicam que o sentimento de pertencimento à determinada cultura faz com que nos sintamos como que “proprietários” desta, sendo que pessoas que chegam de fora poderiam ser considerados inferiores por trazerem diferenças culturais, estando assim desequilibrando um ambiente cultural cuidadosamente construído. E que desta forma, poderiam estes “estrangeiros” estarem sujeitos à uma exclusão mesmo que inconsciente, visto que o domínio da cultura favorece o surgimento de uma relação de poder entre quem a compreende plenamente e quem traz consigo diferenças na construção da identidade (VELOSO E BATISTA, 2017).

4.3 A BUSCA POR OPORTUNIDADES DE TRABALHO FRENTE AO AMBIENTE DISCRIMINATÓRIO

[...] e que a gente somos um povo que quer somente oportunidade, é só isso. na visão de todos aqui, todos, sem exceção nenhuma, é só oportunidade (MARCELO, ENTREVISTADO, 2021).

Por meio das palavras dos migrantes nordestinos entrevistados, foi possível perceber que, vindo das pessoas que nasceram nos municípios catarinenses estudados, em grande parte o preconceito existe, e pode ser observado de várias

formas: proveniente de origem, cor e mesmo compleição física. Dois entrevistados abordaram a situação de forma mais explícita: Eduardo e Marcelo. Amigos, compareceram à entrevista juntos, e um complementou as palavras do outro sobre situações diversas que mostraram que, além da situação de vulnerabilidade que já vivenciavam em seu cotidiano pelo simples fato de não serem naturais da região, ainda precisavam diariamente vencer a batalha ofertada pelo preconceito e a desinformação. Eduardo é bastante enfático sobre esta condição:

A gente sente demais, isso aí eu posso... não só eu, mas todos lhe falar: enfrentamos muito preconceito porque acham que veio do Nordeste, e o Nordeste tá passando necessidade, tem uma imagem como a mídia faz, uma mulher com um cântaro na cabeça, mato, seca, mas não é bem assim. (...) Então as pessoas... não são todos, tem pessoas de bom coração, de bom senso, que estudam, são formados, tem uma visão periférica maior, e sabem que nós temos condição de crescer, de desenvolver, e poder alcançar o nosso objetivo. Mas sofremos demais com esse preconceito, não só fora, mas principalmente no trabalho. (EDUARDO, ENTREVISTADO, 2021)

Podemos perceber, pelas palavras de Eduardo, alguns sentimentos como a tristeza por ser visto como um “invasor”, resignação, como se aceitasse essa condição das pessoas que lhe tratam de forma preconceituosa (que associa, inconscientemente, à falta de instrução das pessoas que agem desta forma), mas também muita força e vontade de ser bem sucedido em sua luta, independente dos percalços que perpassava. Como posto anteriormente por Veloso e Batista (2017), os locais podem observar os migrantes como pessoas que não compartilham da mesma identidade, principalmente cultural, os levando à um processo de marginalização. Este processo inclusive favorece à população nativa, que ao repelir os originários da migração, entendem este ato como um fortalecimento de sua cultura, criando barreiras para que pessoas estranhas a ela não se sintam à vontade para desenvolver uma nova identidade no local.

Oliveira (2016) analisa migrações internas para a região de Ribeirão Preto (SP) e que encontram-se na mesma situação de Eduardo, estigmatizados pelo mesmo fato de serem “estrangeiros” no local, e consegue, após a análise de vários estudos, chegar a um perfil que surge na cabeça dos locais quando se refere aos migrantes: seriam pessoas que vem para o município apenas temporariamente, sem intenção de criar raízes; se isolam da população local e convivem apenas entre pessoas de mesma origem (como se esse fato não decorresse de um sistema de proteção para que não sejam discriminados pelos locais); são responsáveis por roubos, violências e desordens; tem comportamentos distintos da população nativa, além de geralmente

trazerem vícios em alcoolismo ou drogas; até mesmo as crianças são diminuídas, parecendo não ter inteligência compatível com outras da mesma idade, atrapalhando o aprendizado na escola e sendo má influência para os colegas; e obviamente, o racismo que fica implícito, por em sua maioria serem pessoas de cor e origens étnicas diferentes.

Como já citamos anteriormente, o estado de Santa Catarina dispõe de uma população extremamente conservadora. As duas cidades que estão em nossa pesquisa foram povoadas em sua maioria por imigrantes europeus brancos, italianos e alemães. Ainda hoje nas duas cidades predominam pessoas de cor branca: segundo o Censo de 2010, em Nova Veneza, de seus 13.309 habitantes, quase 87% são da cor branca, 8,46% da cor parda e apenas 2,65% se declararam negros. Já em Forquilha, então com 22.548 pessoas, 87,4% eram brancos, 9,61% pardos e apenas 2,63 negros⁷⁷. Então, as pessoas de tonalidade de pele diferente da branca, quando chegam nestas cidades, tem sim a percepção que são tratados de forma desigual. Eduardo é enfático:

Eu já presenciei um fato... os traços dos "Pará" são indígenas, né, são indígenas, então eles são negros, da cor mais escura do que eu assim, então... supervisor humilhando assim, quando deu as costas disse: esse povo negro, esse povo do nordeste é a derrota do estado, essa negra. Aí eu vi o choro dessa mulher, dessa mulher chorando bastante. Isso me doeu muito, sabe, me doeu muito, aperta o coração. É que as pessoas assim, infelizmente, o preconceito sempre vai existir, sempre vai existir, não tem como sair. Eu peço a Deus que a gente viva em mais harmonia, sabe. E essa cena dessa menina me chocou bastante, me doeu muito, ser humilhada só porque é de fora e da cor negra? E ela foi num canto lá e começou a chorar, né, ficou chorando e chorou bastante, aí as outras amigas foram lá acolher ela, deram apoio. Mas me machucou muito ver aquela cena. É isso aí que acontece, é preconceito, quando eu vi essa cena a olho nu, isso me marcou bastante assim, me marcou bastante. (EDUARDO, ENTREVISTADO, 2021)

Além de preconceitos vivenciados por sua origem ou tom de pele, a forma física também é um agravante na hora de conseguir trabalho no local de destino. Maria trabalhou na empresa JBS por quatro meses, como terceirizada, no setor de lavanderia, sendo demitida após esta empresa ter rompido o contrato com o frigorífico. Por sete vezes tentou uma vaga diretamente com a empresa JBS, não tendo sido aprovada em nenhuma delas. Segundo Maria, "eu conversei com várias pessoas que, quando olhavam para mim, achavam que eu não tinha muita capacidade de trabalhar,

⁷⁷ Nas duas cidades, uma pequena porcentagem se declarou como amarelo e algumas pessoas não se identificaram com nenhuma cor.

por causa da minha obesidade, entendeu? Eu entrei na JBS foi pela terceirizada, porque pela JBS eu fui renegada sete vezes.”

É possível perceber o quanto contar este fato lhe magoa, visto que se considera uma pessoa capaz e trabalhadora: chegou a montar seu próprio salão de beleza e na data da entrevista trabalhava havia oito meses para a secretaria de saúde de Nova Veneza, auxiliando na parte de limpeza e higienização, sem nenhum prejuízo à realização de suas atividades devido a seu sobrepeso. Como ficou explícito, o preconceito por parte das pessoas existiu como um prejulgamento, visto que ela não teve sequer a oportunidade de demonstrar sua capacidade de exercer as funções desejadas. Além disso, Maria é uma migrante cearense de pele preta, o que provavelmente exponenciou os preconceitos sofridos.

As situações de precariedade, em especial durante a chegada dos migrantes, também são abordadas pelas pessoas responsáveis por executar as políticas públicas nos municípios. Em Nova Veneza, entrevistamos as assistentes sociais da Secretaria de Assistência Social da cidade.⁷⁸ Ambas partilham da opinião de que a chegada ao município é o ponto mais crítico, visto a fragilidade em que as famílias se encontram; muitas vezes, já vem de um histórico de migração, passando por outros locais antes de chegar no atual. Luciana nos conta:

Teve uma família com... o pai já tava morando em São Paulo, aí foi a mãe morar em São Paulo com três crianças, três crianças pequenas. E lá em São Paulo ela relatou o que que eles passaram, e por que eles vieram pra cá, aqui pro sul. E porque que eles escolheram Nova Veneza. E tudo que eles passaram, fome, agressões, uma série de situações... onde que eles dormiam, a casa que eles alugaram... Foi bastante chocante assim. Isso já faz alguns anos mas foi bastante chocante. Tanto é que me marcou por causa das crianças. (LUCIANA, ENTREVISTADA, 2021)

As próprias condições climáticas acabam se tornando um empecilho para a adaptação dos migrantes nordestinos na região sul, fato relatado por todos os entrevistados. A assistente social Fabiana relata que esta situação é vivenciada ainda mais intensamente no período inicial de adaptação em Nova Veneza: “chegaram no inverno aqui, aqueles frios bem... tava bem forte, só com lençolzinho pra se tapar. Até chegar aqui tava só com um lençol pra dormir, com duas crianças pequenas dormindo no chão. Chão de madeira, né? Até a gente fez uma campanha, conseguimos os móveis da casa bem rapidinho.” (FABIANA, ENTREVISTADA, 2021).

⁷⁸ Serviço de Referência em Assistência Social.

É muito difícil a dinâmica de viver longe dos familiares, pois, especialmente em momentos de maior dificuldade, o migrante encontra-se sozinho, tendo que recorrer à bondade de estranhos para encontrar algum suporte. Fabiana conta o caso de um jovem originário de São Paulo, e que encontrava-se trabalhando em um britador da região. Porém, conseguiu uma proposta de emprego melhor em outra cidade, para a qual se deslocaria de bicicleta diariamente. Justo no primeiro dia de trabalho, sofreu um acidente no percurso, ocasionando uma fratura em seu joelho. Em virtude dos dois meses em que se encontrava impossibilitado de trabalhar por causa do acidente, já havia perdido o emprego, dependendo assim da ajuda da comunidade e da assistência social para tudo, inclusive alimentação, despesas médicas... por estar com sua capacidade de locomoção comprometida, necessitava do auxílio de vizinhos até para suas necessidades mais básicas, visto que nenhum familiar encontra-se por perto para lhe prestar suporte. Isso evidenciou mais uma vez a vulnerabilidade em que pode se encontrar uma pessoa longe de seu convívio familiar.

Outra situação relatada por Luciana foi que nem sempre a interferência da assistência social é vista com bons olhos. Ela relata o caso de uma família que chegou na cidade: um casal jovem com seis filhos, em situação de extrema pobreza, sendo o pai usuário de drogas. Ao tomar pé da situação, a assistência social, entre outras ações (como tentar convencer os pais a matricular as crianças na escola, algo que não fizeram) buscou orientar a mãe sobre a possibilidade de realizar uma laqueadura, inclusive sendo o procedimento gratuito pelo SUS. Luciana relatou que a moça parecia compreender que seria uma boa opção, dizendo que assim que possível iria realizar o procedimento. Porém, o depoimento de Luciana foi que o casal pareceu achar que as tentativas de conscientização da assistência social estavam invadindo sua privacidade, o que pode ter sido uma das razões para, em pouco tempo, se mudarem para outra cidade.

Cabe aqui uma problematização da assistência social municipal, em especial em cidades pequenas como é o caso de Nova Veneza e Forquilha. São inúmeras as demandas com as quais estes profissionais precisam atuar, e frequentemente estão sobrecarregados de trabalho, seja pelo pequeno número de pessoas contratadas para atuar na pasta, restrições orçamentárias, ou mesmo pela insuficiência de políticas públicas para atender a todos os públicos alvos. Ainda, sabemos que mesmo profissionais concursados são afetados pelas trocas de mandatários (mesmo por indicações políticas de pessoas não tão capacitadas para

atuar na assistência social). Por isso, mesmo que as intenções dos profissionais da área sejam as melhores possíveis, as vezes ocorrem interferências externas que inviabilizam seu trabalho.

É como no exemplo citado por Silva (2015), que estuda a assistência social municipal nos três maiores e mais desenvolvidos municípios de Goiás, nos anos entre 2008 e 2012. Apesar de apontar melhorias, a autora aponta que o conservadorismo ainda impera no que diz respeito tanto às políticas públicas quanto à sua aplicação. Como posto,

[...] nas realidades municipais estudadas, prevalecem o tecnicismo, a fragmentação, o assistencialismo, com desprofissionalização e voluntarismo. São traços comuns as tendências à psicologização, à moralização e ao controle social dos usuários, à ausência de compreensão da assistência social, às condições precárias de trabalho, recursos insuficientes e equipamentos inadequados para o atendimento com qualidade. (SILVA, p. 44, 2015)

Então podemos compreender também a situação que se configura para a assistência social de municípios que, como já citamos, emergem de uma prática conservadora, onde cidadãos como a família citada estão literalmente “sujando” a imagem da cidade, com seus vícios, sua falta de educação, com a desnutrição dos filhos ou a suposta preguiça dos pais. Um problema facilmente resolvido se esta família simplesmente fosse embora da cidade, levasse seu problema para outro lugar, assim como muitos outros migrantes que possam apresentar semelhante situação. Mais uma vez, não queremos dizer que esta foi a ação ou mesmo o pensamento da assistência social de Nova Veneza. Porém não é algo incomum de ocorrer, principalmente em pequenos municípios.

É fato que encontramos uma vasta literatura sobre o papel da assistência social dos municípios no que se refere a pessoas que vem de outros países para residir no Brasil. Para citarmos apenas um exemplo, temos a cartilha do então Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, do ano de 2016, intitulada: O Papel da Assistência Social no Atendimento aos Migrantes. Esta traz uma série de esclarecimentos, como o direito ao cadastro no CAD Único, recebimento de Bolsa Família, além de realização de programas de acolhimento, fortalecimento de vínculos, assim como as responsabilidades de cada ente envolvido (União, estados, municípios) e o papel da assistência social. No caso da migração interna, pelo fato de serem brasileiros, não há uma orientação específica: os mesmos chegam na

assistência social como pessoas em vulnerabilidade, porém sua condição de migrante não necessariamente o diferencia dos demais.

Mas a migração interna é uma condição determinante e não pode de forma alguma ser ignorada. No caso narrado dois parágrafos atrás, acreditamos que a assistente social fez o possível para proporcionar o melhor atendimento de que dispunha para a família em questão. Mas a mudança de cidade fez com que a família desaparecesse do radar da assistência: não se sabe para onde foram, se sua situação melhorou ou tornou-se pior. Também não sabemos como procedeu o atendimento a não ser pelas palavras que a assistente nos relatou, assim não podemos afirmar que a abordagem foi a adequada para a conscientização da família. O fato é que a ocorrência de uma nova migração tende a contribuir para um aumento na situação de vulnerabilidade, já tão evidenciada durante a passagem por Nova Veneza.

Assim, vamos analisar sob a perspectiva da família de migrantes: constituída por numerosos membros, sendo os adultos responsáveis ainda jovens, provavelmente obrigados a deixar seu local de origem devido à forte condição de pobreza, passando de município em município numa tentativa de melhorar de vida. Em cada paragem encontram olhares críticos e cheios de preconceitos: percebemos que a assistência social de Nova Veneza tenta cumprir seu papel de orientar e aplicar as políticas públicas. Mas como confiar em se submeter à situação proposta quando no caminho do migrante a maioria das pessoas que passam só lhes dá o desprezo, tratando-os de forma preconceituosa? Ao chegar em uma cidade em que os moradores se orgulham de desde sempre conseguir atingir o progresso com muito trabalho duro, assim como seus antepassados, qual será a imagem que passa uma família com seis crianças pequenas onde o genitor ainda é usuário de drogas? Será boa a acolhida na cidade? Se encaixa essa família na identidade cultural que os habitantes se orgulham de ter construído? Para quem pela vida só conhece a precariedade e o desalento, até mesmo as melhores intenções podem refletir a vontade de interferir na identidade do migrante, moldando-o ao que o local onde agora se encontram exige para permitirem sua permanência nesta sociedade. Assim, melhor seguir para a próxima parada, mais uma tentativa de encontrar um lugar de genuíno acolhimento.

A saudade da família, as restrições financeiras, o sentimento de solidão vivenciado pelo fato de ser um estranho na nova terra, pode levar o migrante a situações extremas. Não queremos aqui afirmar que tais fatos não ocorreriam com a

população local, por exemplo, que não se encontraria na mesma situação de vulnerabilidade emocional que a migração proporciona, mas sim, que o fato de ser migrante pode potencializar o acontecimento de algumas situações. Tanto nas entrevistas de Heloísa quanto o de Gustavo são citadas pessoas com problemas como depressão e ansiedade, que inclusive acabaram retornando para seu estado de origem por não conseguirem lidar com o novo local e com a ausência de familiares.

Podemos aqui citar Pereira (2013), que estudou a depressão em imigrantes brasileiros e cabo-verdianos que se estabeleciam em Portugal. Para a autora, a necessidade de se adaptar ao novo lugar e também aos hábitos e costumes das pessoas locais exige do imigrante um esforço sobre-humano, exigindo mudanças em seu comportamento que muitas vezes o põe em conflito com sua própria identidade. Algo que pode ser mais facilmente encarado pelos jovens, com a personalidade em construção; para os mais velhos é um processo ainda mais difícil. A autora explica:

Os efeitos do choque cultural sobre o *self* podem então ser devastadores, pois as percepções que os indivíduos têm de si próprios, das suas crenças, motivações, valores, são confrontadas com algo novo, desconhecido. Se não for criado um mecanismo de proteção, um mecanismo “amortecedor” deste choque, dá-se uma rutura interior, motivada pela falta de cultura securizante onde cresceram e onde têm seus pontos de referência. É aqui que se desenvolve a doença mental, principalmente se não tiverem uma rede de amigos ou familiares no novo país. (PEREIRA, 2013, p.18).

A depressão é apenas uma das inúmeras doenças mentais existentes, mas certamente é a que afeta o maior número de pessoas. A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, realizada pelo IBGE, mostrava que 10,2% dos brasileiros acima de 18 anos tinham um diagnóstico da doença atestado por profissionais de saúde. Assim, a doença encontra nos migrantes um local favorável para se desenvolver, visto a complexidade de fatores nos quais suas vidas estão envolvidas. É como é citado por Semedo (2016, p.27): “muitos gostariam de manter o mesmo hábito cultural, pelo que gera uma grande ansiedade e frustração, que poderão causar alguns tipos de comportamento inadequado que podem estar na origem de alguns distúrbios psicológicos, complicações na adaptação e stress na aculturação.” Aliado a isso, também está a própria vulnerabilidade no migrante, que geralmente advém de uma situação financeira complicada, as vezes ainda mais impactada pela migração, principalmente quando há demora em se estabelecer em um emprego: no caso de Nova Veneza e Forquilha, como já citamos os trabalhos em frigoríficos exigem não só jornadas de trabalho exaustivas como as vezes contrapõem os horários de trabalho

das famílias, onde cada um trabalha em um turno diferente, gerando conflitos e ansiedade.

Outro agravante certamente é a distância de amigos e familiares, o que no mínimo, coloca o migrante numa condição de tristeza constante, algo que pode ser o caminho inicial da doença mental citada. A esposa de Marcelo voltou, grávida, para a cidade de origem. O migrante aguardava com ansiedade a chegada da filha: “a vontade grande de ir lá no Maranhão tá grande demais, visitar a mãe, a minha mulher, é isso aí. A minha filha que tá por vir... eu só tô esperando essa oportunidade, chegar lá, dar um abraço em todo mundo, nos amigos que deixei...” (MARCELO, ENTREVISTADO, 2022).

Na conversa com Maria, quando questionada sobre qual o aspecto lhe apresentava maior dificuldade em sua condição de migrante, ela respondeu: “O que acho ruim mesmo é só a saudade da família. Tipo, chega dia das mães, eu não gosto. Chega final de ano, na virada, eu não gosto. Porque aqui a gente não tem família.” Também nos contou que tinha um filho de dezoito anos que há dois anos tentava trazer para morar consigo, porém, ainda não havia reunido recursos financeiros para busca-lo, deixando-o aos cuidados dos avós. Enquanto isso, tentava lidar com a saudade da melhor forma que conhecia: trabalhando e cuidando dos que lhe estavam próximos.

Outro recurso utilizado pelos migrantes para se manter forte frente às adversidades costuma vir da fé e da religiosidade. Como apontado por Maranucci (2014), frente a estigmas como de invasor, estrangeiro, aproveitador, o migrante apoia-se na fé para recuperar um pouco da própria dignidade e também para tentar se justificar diante de uma possível sensação de culpa, por ter “deixado para trás” familiares, mesmo que em busca de uma melhoria de vida que poderia beneficiar a todos. Grande parte dos migrantes que entrevistamos agradece a Deus em vários momentos da entrevista. A fala vem mais forte nas palavras de Eduardo, onde o mesmo convergiu sua própria força de vontade com a crença de que um figurativo tropeço ou desânimo momentâneo podia ser a diferença entre o almejado sucesso e o temido fracasso:

Tem que lutar, se o cara não lutar, abaixar a cabeça, o inimigo... é só um pezinho que o inimigo⁷⁹ quer. Se abaixar a cabeça e ele ver o nosso ponto

⁷⁹ São inúmeras as referências a Deus na entrevista de Eduardo. Desta forma, interpretamos que, quando o mesmo se refere ao “inimigo”, o mesmo se refere às figuras bíblicas do mal, responsáveis por trazer entre inúmeras outras coisas, fracasso, tristeza, doença, etc.

fraco, já era. Nós cai e pronto. Rapaz, e pra mim cair, tem que fazer uma rasteira na minha perna mesmo (risos), porque eu não dou o braço... não dou o braço a torcer não (EDUARDO, ENTREVISTADO, 2021).

Também é o pensamento de Maria que é cristão compartilhar o pouco que se tem com quem tem menos ainda. A migrante nos contou na sua entrevista que “se eu ajudar o próximo, Deus me dá o dobro. Deus me dá o dobro. Ele deu... assim, o meu marido as vezes: ‘olha, você fez, fez por tal pessoa, olha o que tal pessoa fez pra você.’ Mas não pense assim, a gente tem que entregar nas mãos de Deus. Deus toma conta.” (MARIA, ENTREVISTADA, 2021). Esta forma de solidariedade, também advinda da fé religiosa, pode se demonstrar essencial para que, entre os próprios migrantes, se fortaleça a rede de proteção que irá acolher, principalmente os recém-chegados, em seus momentos mais difíceis.

No próximo capítulo, iremos abordar de que forma a pandemia de Coronavírus teve influência na vida dos entrevistados, a precarização laboral e a vulnerabilidade intrínseca na qual se inserem, além de depoimentos que indicam que, para alguns migrantes, a migração de retorno se torna inevitável.

5 VULNERABILIDADE SOCIAL, A PANDEMIA DE COVID 19 E A MIGRAÇÃO DE RETORNO: ASPECTOS DIFICULTADORES DO COTIDIANO MIGRANTE.

Este capítulo inicia com uma percepção da autora: não é coerente interpretar que por se encontrar numa situação de vulnerabilidade subentendida pelo fato de estar longe de casa, o migrante torna-se um indivíduo mais fragilizado que os demais: ao contrário, sua vulnerabilidade é decorrente de algo que o migrante enfrenta naquele momento, a estranheza deste recomeço é a situação que lhe impõe esta condição temporária. Tanto que Lussi e Marinucci (2007) esclarecem que o correto seria uma referência ao “migrante em situação de vulnerabilidade” e não à “vulnerabilidade do migrante”. Mesmo porque, não fosse a extrema força incutida em sua personalidade, não teria o migrante a coragem de praticar o deslocamento e o recomeço. Cada indivíduo é diferente, e reage positivo ou negativamente a situações diversas. Como posto,

Existem vulnerabilidades que se desenvolvem junto a quem se coloca em estado de migração, vulnerabilidades que estão diretamente ligadas às vivências das pessoas que partem de suas terras, que podem despertar uma vigilância e sabedoria nos sujeitos que migram, assim como fragilizar progressivamente sua situação, sua condição e até sua pessoa (LUSSI, MARINUCCI; 2007, p.3).

Aqui, cabe uma ampla discussão sobre o conceito de vulnerabilidade dos migrantes internos, e através da qual podemos concluir que a precarização que o atinge e o obriga a partir não desaparece em seu novo destino: pode, em alguns casos, arrefecer, porém na maioria das vezes continua a assolar o indivíduo. Essa vulnerabilidade tende a ser minimizada quando se compara à situação dos migrantes internacionais, que quando chegam ao país encontram uma série de dificuldades que nem sempre são inerentes aos migrantes internos: falta de documentação, barreiras de idioma, abismos culturais, preconceito religioso, entre outros. Porém, em um país continental como o nosso, não podemos imaginar que grande parte das pessoas que se deslocam não sofram dos mesmos problemas.

Lendo o estudo de Lussi e Maranucci (2007), podemos enumerar de que forma a situação de vulnerabilidade se estende aos migrantes internos. As autoras iniciam com o fato que já citamos, de que os migrantes são “mal-vistos” quando chegam, seja pela “ameaça” de roubarem o emprego dos locais (mesmo que trabalhem em vagas que ninguém mais quer), por sua “preguiça, desleixo”, mesmo por sua pobreza. Por não serem vistos como pessoas que querem se apegar ao local;

estariam apenas de passagem, nos olhos dos locais: querem aproveitar para ganhar dinheiro e depois irem embora, deixando atrás de si um rastro de desordem. Então, a primeira situação é a intolerância dos locais. Pois, como posto por Lussi (2009),

As situações de vulnerabilidade pelas quais os e as migrantes passam e os conflitos que geram ou dos quais são parte, muitas vezes injustamente ou sem saber, não necessariamente representam ameaça para as sociedades implicadas em seus processos migratórios; no entanto, o tema não raramente é tratado exatamente enquanto problema para a população autóctone ou nativa, prescindindo das relações de força e as ambiguidades das tensões que o encontro com os migrantes pode suscitar ou simplesmente revelar próprio por parte de quem não quis ou não precisou recorrer à migração em seu trajeto em busca de sucesso na vida (LUSSI, 2009, p. 04).

As autoras também enumeram fatos que já foram citados nesta tese, como a pobreza que os acompanha na origem (e que se traduz em uma saúde fragilizada, devido à incapacidade de atender a todas as necessidades de um corpo saudável, resultando em casos de desnutrição e baixa de imunidade), a distância dos familiares e amigos, a exaustão da longa viagem que consome todos os recursos financeiros e que já os deixa numa circunstância extrema, negativamente falando. Mas principalmente, as autoras apontam para novos fatos: um deles é a falta de documentação, algo que se pensa inerente dos imigrantes mas não é. Mesmo que na atualidade seja mais fácil e barato a obtenção de documentação no Brasil, os migrantes costumam chegar no local portando o que for de mais básico: identidade e CPF⁸⁰, quando há. As vezes nem isso: a carteira de trabalho e o título de eleitor, por exemplo, são artigos de luxo. Como conseguir um emprego na JBS sem carteira de trabalho? Como matricular as crianças na creche sem certidão de nascimento (LUSSI E MARANUCCI, 2007)?

Mas o principal fato é a chamada pelas autoras de “perpetuação da situação de pobreza e exclusão” (LUSSI E MARANUCCI, 2007). Quando se migra, principalmente no caso interno, se busca sair de uma circunstância específica, sendo ela em sua maioria a pobreza. E o que acontece quando a pobreza persiste? Quando a vida se repete, com a diferença que desta vez, se está longe de casa e não há nem dinheiro pra comprar uma passagem de volta? É o que relatam os entrevistados Marcelo e Eduardo: muitos colegas migraram com o desejo de melhorar de vida. Alguns, no início, conseguiram obter algumas vantagens em relação à sua vida anterior. Porém naquele momento, com o aumento do custo de vida aumentando e saudade familiar cada vez maior, desejavam retornar ao lugar de origem. Faltava

⁸⁰ Documento de Cadastro de Pessoa Física.

dinheiro, como partir de mãos vazias? Aliás, como partir se não há nem dinheiro para voltar, para uma passagem de avião ou mesmo de ônibus?

Desta forma, os migrantes se enfileiravam no departamento de Recursos Humanos dos frigoríficos. Eduardo e Marcelo nos contaram que imploram para que a empresa lhes mande embora através de rescisão consensual⁸¹, para que possam receber a multa do FGTS e ter ao menos o dinheiro para voltar para casa. A empresa, claro, se negava, se fizesse isso com um trabalhador, teria que fazer com muitos, pois a lista dos que deseja retornar era muito grande. E se abrisse esta porta, não teria os trabalhadores que manipulariam sua extensa linha de produção, pois o exército industrial de reserva composto por migrantes neste exato momento já era muito menor, e a população local não tinha interesse nas vagas que estes deixarão. Além disso, não há interesse por parte do frigorífico em realizar qualquer bem a estes trabalhadores: já paga seu salário, é sua obrigação, nada mais importa. Então, ali os migrantes vão permanecendo, desgastando sua saúde, sua vontade de viver, não lhes restava opção.

As autoras também elencam as diferenças culturais e religiosas como parte desta vulnerabilidade a que estão expostos os migrantes. O idioma, a barreira mais comumente citada para os estrangeiros, é o mesmo, todavia com particularidades de cada região, de cada estado. Esta autora por exemplo teve dificuldades em transcrever as entrevistas dos migrantes, visto que a velocidade da fala dos entrevistados é mais rápida que a da entrevistadora. Por outro lado, nas entrevistas com o presidente do Sindicato e com as psicólogas da Assistência Social dos municípios, a transcrição foi mais ágil visto a semelhança no sotaque e na forma de falar, semelhante à da entrevistadora. Como posto pelas autoras, “a pessoa migrante se auto-denuncia como estranha cada vez que abre a boca, pois sua condição é revelada pela fala” (LUSSI E MARANUCCI, 2007, p. 11).

Em nossa tese pudemos analisar os migrantes por meio dos dois grupos de entrevistados: o primeiro foi o grupo dos profissionais da assistência social dos

⁸¹ É chamada prática de comum acordo, uma novidade da Reforma Trabalhista de 2017 e que já ocorria anteriormente, porém não de forma legal. Esta flexibilização permite que trabalhador e empresa possam acordar o desligamento e facilita que o empregado receba uma porção maior de indenização, como aviso prévio, multa variável sobre o FGTS, entre outros. Porém neste caso o seguro-desemprego não seria liberado, assim muitos trabalhadores buscam com a empresa um acordo informal, de demissão sem justa causa, para que o benefício seja atendido. Vale lembrar que esta última prática não trata-se de situação amparada por lei. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm. Acesso em 25 de Maio de 2022.

municípios, assim como o sindicalista Sr. Célio Elias. Para estes entrevistados, a condição dos migrantes que residiam em Nova Veneza e Forquilha permanecia muito difícil, ou seja, a vulnerabilidade do migrante persistia mesmo quando este se mudava para outro destino. Por mais que em seus municípios de origem encontrassem dificuldades que pareçam insuperáveis, nas cidades catarinenses sua condição era apenas amenizada. Os relatos mostram que ainda que menor, prosseguia a vulnerabilidade econômica, sendo agravada pelo fato de que agora estavam longe dos familiares e conhecidos que poderiam intervir em momentos de maior necessidade, como por exemplo, desemprego. Os “sonhados” empregos nos frigoríficos existiam, mas mesmo para quem os conseguiam, não eram vitalícios: a rotatividade é grande, então mesmo o migrante que chega e se emprega pode ser demitido num piscar de olhos, como no caso de Maria.

Para melhor exemplificar esta rotatividade, vamos analisar os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, usando como referência os anos entre 2010 e 2019, último ano disponível no cadastro. Vamos iniciar com as estatísticas de Nova Veneza: os primeiros dados são do setor Indústria da Transformação, com a subcategoria Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, na qual em 2019 estavam cadastrados 34 estabelecimentos. Na segunda parte da tabela, temos os dados gerais da cidade de Nova Veneza, abrangendo todas as vagas de emprego formal:

Tabela 15 - Comparativo entre admissões e desligamentos da Subcategoria Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e Álcool Etílico versus admissões e desligamentos em geral – Nova Veneza

	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões (Geral)	Desligamentos (Geral)	Saldo (Geral)
2010	1184	1460	-276	4198	4257	-59
2011	1587	1501	86	4914	4523	391
2012	1215	1469	-254	4366	4463	-97
2013	1371	1351	20	3875	3528	347
2014	887	1080	-193	3536	4037	-501
2015	711	650	61	3531	2656	875
2016	574	530	44	2557	2602	-45
2017	559	502	57	2661	2405	256
2018	557	669	-15	2657	2804	-147
2019	491	457	134	2731	2783	-52

Fonte: CAGED. Elaborado pela autora.

Podemos notar que nesta subcategoria, na qual se enquadra o segmento frigorífico, temos uma tendência maior em extinção de vagas do que em criação: a diferença entre saldos positivos (402) e saldos negativos (738) é quase o dobro, para menos. Também podemos perceber que nos anos que houve perdas de vagas, com saldos negativos, os números são em sua maioria bastante expressivos, chegando a 276 vagas em um único ano (o mesmo não se repete com o surgimento de novas vagas, que no ano mais significativo foi de 86 vagas). E apesar de ter diminuído gradativamente com o passar dos anos, a rotatividade é muito alta, com destaque para o ano de 2011, onde 1501 pessoas foram desligadas. É importante considerar que este segmento concentra uma importante fatia do total de desligamentos da cidade: no ano de 2013, este segmento demitiu 38,29% do total de empregos formais de Nova Veneza, em 2010, 34,29%; no último ano, com números mais baixos, mesmo assim foram 16,42% dos demitidos da cidade. Vamos aos números de Forquilha:

Tabela 16 - Comparativo entre admissões e desligamentos da Subcategoria Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e Álcool Etílico versus admissões e desligamentos em geral – Nova Veneza

	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões (Geral)	Desligamentos (Geral)	Saldo (Geral)
2010	1170	1279	-109	3340	2942	398
2011	1326	1226	100	3083	3043	40
2012	1196	1161	35	3566	3225	341
2013	1089	1135	-46	3809	3697	112
2014	971	986	-15	3883	3774	109
2015	1132	1033	99	3454	3818	-364
2016	805	744	61	2941	2767	174
2017	607	565	42	2530	2573	-43
2018	604	511	93	2486	2643	-157
2019	978	623	55	3240	3829	-589

Fonte: CAGED. Elaborado pela autora.

Em Forquilha, com 39 estabelecimentos no segmento, os números são um pouco mais favoráveis no que diz respeito ao saldo: são 170 vagas que deixam de existir para 485 novas vagas. Porém, no que diz respeito à quantidade de demissões, o início da década se mostrou assustador: em 2010, 43,47% das demissões da cidade vieram desta subcategoria, assim como 40,28% em 2011. Com o passar dos anos a rotatividade passou a diminuir em números absolutos, mesmo assim ainda sendo muito alta: em 2019, 623 pessoas em empregos formais foram demitidas ou

desligadas (neste último, por motivos diversos, como aposentadoria, morte, etc), num total de 16,27% das vagas totais de Forquilha.

A análise do segmento no qual se encaixam os frigoríficos é importante para demonstrar que, por um lado, se confirma o alto número de vagas de emprego disponíveis, mediante a quantidade de admissões. Mas por outro, confirma que, num cenário em que centenas de pessoas são demitidas todos os anos, a sonhada vaga de emprego pode se converter em uma solução apenas temporária. Ainda, ambas cidades possuem um alto nível de rotatividade nos empregos formais em geral, ou seja, mesmo que nos frigoríficos não seja possível continuar trabalhando, há disponibilidade de outras oportunidades: o difícil é manter-se nelas.

Prosseguindo, o outro grupo entrevistado, dos migrantes, enxergava sua realidade de forma diferente, ao menos na percepção desta autora: não quer dizer que suas vidas não tenham tido sensíveis melhoras após a migração, porém, ao ouvirmos as palavras que expressam, eles nos descrevem uma imagem que aparenta uma melhora muito mais significativa que a realmente existente. Podemos compreender esta condição através da metodologia que utilizamos para esta pesquisa, a história oral. Nas palavras de Porteli (1997), quando nos utilizamos da história oral, em geral há preservação do passado. Porém este pode se modificar na memória para se adequar às experiências do presente. O autor cita casos em que pessoas que viveram experiências muito fortes (como a participação em uma guerra) no passado passem a se referir a estas como *épicas*, algo impossível de ser esquecido ou superado. Da mesma forma, migrantes que passaram por situações extremamente ruins em sua origem tendem a achar que qualquer outra condição menos sofrida do que esta pode ser considerada como uma nova página em sua vida, muito mais agradável que a anterior, embora nem sempre esta descrição vá corresponder à realidade na qual ainda enfrentam uma série de privações.

No caso da vulnerabilidade social, ela também é demonstrada por estes entrevistados ao mostrar uma dificuldade de integração com a população local, que os veria como simples força de trabalho. Como exposto por Sayad (1979, p.58), “o ‘ideal’ teria sido que, assim definido, o imigrante fosse uma pura máquina, um sistema integrado de alavancas”, onde só trabalhasse, gerasse lucro e não precisasse lhe dar nada em troca. Mas como explica o autor (ironicamente), infelizmente isso não é possível, então é preciso lhe ofertar o mínimo necessário para que sobreviva: seu

salário supostamente deve obedecer ao mesmo piso salarial que os locais que executam as mesmas funções, lhe são facultados os mesmos acessos às políticas públicas que quem é natural no município. Mas é coerente a indagação do autor:

[...] se este mínimo_ na verdade indispensável para a sobrevivência do imigrante_ é concedido ao imigrante por ele mesmo ou então para manter limpa a consciência da sociedade que dele se utiliza; se este mínimo lhe é concedido pelo homem que ele continua sendo (embora diminuído, mutilado, alienado) ou, ao contrário, se só lhe é concedido para permitir à sociedade ser (ou parecer) coerente consigo mesma, com seus princípios morais de organização que são sempre, em todos os campos, princípios de justiça, de igualdade, de respeito dos direitos e das liberdades do indivíduo, etc. (SAYAD, 1979, p. 59-60)

Temos assim uma percepção de que a nova sociedade na qual o migrante tenta se inserir apenas o suporta. Pensa “fazer sua parte”, pois de forma alguma quer parecer discriminatória ou intolerante. O deixa conviver em alguns dos espaços como forma de solidariedade, mas em outros o restringe para que não tenha a interpretação de pertencimento. A ideia é que o migrante tenha sempre ciência de qual o seu lugar: um eterno estrangeiro, que em gratidão ao simplório acolhimento recebido, não pode almejar jamais ocupar espaços destinados a quem os tem por um exclusivo direito: o local de nascimento.

5.1 A VULNERABILIDADE EXACERBADA PELA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: A EXPONENCIAÇÃO DE LUCROS POR MEIO DA EXPLORAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA MIGRANTE

“eu entrei na JBS foi pela terceirizada, não foi pela JBS, entendeu, porque pela JBS eu fui renegada sete vezes. sete vezes. e cheguei pro RH e disse: a gente veio tão de longe pra querer emprego e vocês não dão uma oportunidade (MARIA, ENTREVISTADA, 2021).”

Aqui entramos no âmago de nossa tese: o quanto o migrante, que vem de uma condição de precarização e vulnerabilidade intrínseca desde a origem, considera que por ter encontrado formas de sobrevivência ligeiramente mais dignas, deixa de ser precarizado, tornando-se grato inclusive às circunstâncias e pessoas que lhe conduziram até o momento atual. O migrante acostuma-se a sobreviver em uma situação tão precária, convivendo com tamanha vulnerabilidade que, ante o menor indício de melhoria na condição de vida, passa a aceitar sua condição com a de privilegiado, talvez, frente à pior sorte dos que ficaram no local de origem. É importante ressaltar que este termo, privilegiado, é por nós utilizado mediante a concepção que

nossos entrevistados têm de suas vidas atuais: há uma concordância dos migrantes que as leves melhoras apresentadas em suas condições de sobrevivência se sobrepõem às dificuldades que a condição de migrante impõe, como a distância de seus familiares e os preconceitos vivenciados. Não há uma percepção por parte dos migrantes de sua permanência numa situação de vulnerabilidade e também precarização, especialmente laboral.

O termo precarização geralmente encontra-se atrelado à questão do trabalho: é caracterizado por fatores como baixos salários, cargas horárias elevadas, ritmo de produtividade acelerado, pressões físicas e psicológicas, ambiente insalubre, falta de equipamentos de segurança, insegurança quanto à permanência no emprego, desrespeito aos direitos humanos e também trabalhistas, entre outros. Conforme nos explica Druck (2011), a precarização é atualmente resultado do modelo de acumulação flexível⁸², sendo que

a mesma lógica que incentiva a permanente inovação no campo da tecnologia e de novos produtos financeiros, atinge a força de trabalho de maneira impiedosa, transformando rapidamente os homens que trabalham em obsoletos e descartáveis, que devem ser 'superados' e substituídos por outros 'novos' e 'modernos', isto é, flexíveis. É o tempo de novos (des)empregados, de homens empregáveis no curto prazo, através das (novas) e precárias formas de contrato (DRUCK, 2011, p. 42-43).

Neste caso, a população migrante é perfeita pra atender aos requisitos que o capitalismo exige: a maioria dos migrantes que se desloca chega ao local de origem dispondo de pouquíssimos recursos financeiros, tanto que muitos chegam para se abrigar em casas de parentes ou conhecidos que já residem no local. A decisão de tornar-se um migrante tem a ver, na maioria dos casos, com o desejo de se evadir de uma situação de vulnerabilidade, seja de emprego, de moradia, de condição econômica ou social. Ou seja, para que os detentores do capital possam obter cada vez mais receita, é necessário que a mão de obra contratada para a produção precise se expor a condições cada vez mais degradantes: onde anteriormente três pessoas faziam determinada função, hoje um único trabalhador é obrigado a se desdobrar para

⁸²Druck (2011) nos explica que a acumulação flexível é resultado da globalização, onde o capital necessita reproduzir-se acentuadamente empregando o mínimo possível de recursos (entre eles, humanos) para que a lucratividade possa se expandir, visto que a alta competitividade de *players* de todo o globo tornam a concorrência pela preferência do consumidor cada vez maior. Desta forma, ocorre uma desvalorização do trabalho, sendo este precarizado e flexibilizado para que possa custar aos donos do capital o mínimo possível, desconsiderando a persona do trabalhador e assim gerando lucros mais elevados.

obter os mesmos resultados, recebendo uma parca remuneração⁸³ e convivendo com uma sobrecarga física e psicológica que precarizam sua existência. Nos casos de Forquilha e Nova Veneza, já descrevemos que muitos dividem a mesma casa para que o valor do aluguel se torne menor e assim, sobre mais algum dinheiro ao final do mês.

O entrevistado Marcelo, por exemplo, nos contou que no início dividia a casa com duas pessoas, depois um dos amigos foi embora e o outro foi morar em um local diverso, restando a ele pagar o aluguel de forma integral. Marcelo precisava enviar dinheiro para sua família que reside no Maranhão, além de prover sua própria subsistência. De que forma conseguiria dinheiro para fazer uma viagem de retorno se assim decidisse? E como sustentar a filha que vai nascer em breve se retornar ao seu estado e não conseguir emprego? Restou se conformar com a situação e permanecer trabalhando conforme as imposições da empresa, pois dali sai a parca renda que lhe permite ao menos sobreviver e sustentar, ainda que de forma precária, os que ficaram no Nordeste. Assim, o pensamento de Marcelo era: pelo menos aqui, eu tenho um emprego.

É justamente esta a expressão que define o objetivo de nossa tese: “pelo menos aqui...”. Como posto pela entrevistada Maria, “o custo de vida aqui é alto, não vou dizer que não é. Mas é melhor você ter um custo de vida alto, ter um emprego, do que você voltar para sua terra e lá você não ter um emprego e não ter o que comer, entendeu?”. Ou seja, *pelo menos aqui* temos o que comer. O migrante vem de uma situação tão vulnerável, vivendo em um contexto de pobreza tão profunda que para ele o ato mais natural da existência humana, o de ter acesso ao alimento diário, torna-se o suficiente para se considerar privilegiado, lhe proporciona uma sensação de segurança e até mesmo bem estar, visto que se encontra em condições melhores que outros conterrâneos.

Para os migrantes recém-chegados, são destinadas as vagas de trabalho com menores salários, seja por sua inexperiência nas funções ou simplesmente porque, como posto por Druck (2011, p.43), “a força se materializa principalmente na imposição de condições de trabalho e de emprego precárias frente à permanente

⁸³ Como posto por Singer (1998, p.73), “a pressão do grande número de excluídos conserva o padrão salarial destes trabalhadores num nível baixo, limitado apenas pela legislação do salário-mínimo”. O trabalhador passa a ter consciência que, caso não se submeta à esta baixa remuneração, será demitido sem parcimônia: uma imensa fila de desempregados espera para ocupar seu lugar.

ameaça de desemprego estrutural criada pelo capitalismo.” Ou seja, novos interessados nas mais precárias vagas chegam todos os dias, o migrante pode escolher se submeter ou entrar para o exército industrial de reserva. Assim, todos os nossos entrevistados ocupavam empregos que dispõem de baixo piso salarial e condições de trabalho duvidosas: linha de produção nos frigoríficos, repositor em supermercado (além de garçom no período noturno), limpeza e conservação na prefeitura, agente comunitária de saúde... Mas são empregos, há salários (ainda que baixos), há o registro funcional que permite férias, décimo terceiro e uma carga horária supostamente fixa (como já relatamos no primeiro capítulo, há sempre um “jeitinho” de fazer com que o trabalhador produza mais, seja reduzindo seu intervalo, fazendo horas extras nem sempre computadas com o objetivo de atingir a meta ou intensificando o ritmo dentro da carga horária permitida), e isso basta para gerar uma sensação de privilégio por parte do migrante.

Apesar de se referir ao migrante internacional, a definição de Sayad (1979) faz sentido no caso das pessoas que migram para Nova Veneza e Forquilha: “um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito” (SAYAD, 1979, p.54). Ou seja, enquanto o migrante está em determinado local disposto a apenas trabalhar em subempregos, sem a intenção de impor-se na comunidade ou requisitar direitos que a princípio seriam concedidos apenas aos nativos, ele é tolerado, suportado. A partir do momento que deseja “se ampliar”, como nos põe o entrevistado Marcelo, sua recepção na cidade de destino se torna bem menos convidativa. Afinal, como nos diz Sayad (1979), “

[...]um imigrante só tem razão de ser no modo do provisório e com a condição de que se conforme ao que se espera dele; ele só está aqui e só tem sua razão de ser pelo trabalho e no trabalho; porque se precisa dele, enquanto se precisa dele, para aquilo que se precisa dele e lá onde se precisa dele (SAYAD, 1979. p. 55).

Desta forma, o desejo de ascensão é outra questão que nos ajuda a entender que, embora tenha mudado de domicílio, a condição de precarização e vulnerabilidade do migrante permanece. Durhan (1973) explica que, para o migrante, a única forma de realmente libertar-se deste ciclo precário seria através do empreendedorismo, e mesmo assim, somente para alguns, pois a maioria dos que trabalham por conta própria padecem na informalidade com trabalhos como ambulantes, pedreiros, flanelinhas, trabalhadores domésticos por diária, entre outros. E uma das principais razões para esta falta de opção seria a baixa escolaridade.

Advindos de condição de pobreza, se faz necessário a muitos que abandonem a escola ainda jovens para trabalhar. Depois de adultos, a busca pelo aprimoramento educacional se torna mais distante: boa parte se torna pai ou mãe ainda cedo, a vida vai despejando cada vez mais obrigações e dificuldades e o estudo deixa de ser prioridade. Assim, quando colocado à frente de uma rara oportunidade de ascensão profissional, a ausência da escolarização exigida sobrepõe a experiência e as habilidades sociais já adquiridas pelo migrante e que lhe habilitariam a ocupar a função: é preterido para o cargo, o que lhe desanima a buscar por outras oportunidades semelhantes.

Mesmo com as dificuldades impostas e a resistência da população local aos migrantes, em alguns casos pode ocorrer uma mudança positiva na hierarquia social posterior à migração. Vemos o caso de Eduardo, que foi convidado a se tornar dirigente sindical após alguns anos de trabalho na JBS. Conforme nos contou sr. Célio Elias, um dos mais antigos dirigentes do SINTIACR, desde o início percebeu em Eduardo um potencial de liderança e também uma consciência da existência de direitos que precisavam ser respeitados, o que o tornaria um bom representante dos trabalhadores do frigorífico, em especial dos migrantes. Após observar e admirar por cinco anos o trabalho de uma colega que era sindicalista e posteriormente se aposentou, Eduardo aceitou ocupar o seu lugar. São estas palavras que ele utiliza para descrever o aceite a esta que considera uma missão:

Eu vou entrar, como dirigente do sindicato, não pra ser vingativo, porque se você for vingativo você não ganha nada, você só vai fechar o coração e ter amargura na sua alma. Mas no lado de compaixão, de poder ser a porta... Eu digo assim que o trabalhador lá dentro ele não tem boca pra falar. E como não tem boca pra falar, entre eles eles começam a criar, a criar uma forma de pegar você ali, eles são traiçoeiros. Eu digo isso porque eles sabem quem eu sou, eles são traiçoeiros. Eu tenho três anos de dirigente sindical, na visão deles eu sou traiçoeiro, eles querem matar você, eu digo não matar no sentido...de querer humilhar você, eles criam... eu vi que tinha que ter uma voz ali, eu vi a Zê⁸⁴. Mas depois que a Zê saiu... alguém tem que... tem que ter uma voz, e foi isso que me inspirou a entrar. E hoje eu consigo falar não só pelos nordestinos, mas pelos que estão lá dentro. Falar por eles (EDUARDO, ENTREVISTADO, 2021).

O fato de ser dirigente sindical faz com Eduardo, além de um maior poder de luta pelos direitos dos trabalhadores, também conquiste uma posição de respeito entre os seus, e inclusive entre os superiores hierárquicos dentro da empresa. Como posto por Lima (2012) , as migrações as vezes fazem com que ocorra um desequilíbrio

⁸⁴ Zenir, representante sindical aposentada, que foi substituída por Marcelo no SINTIACR.

nas posições hierárquicas, geralmente melhorando a vida das pessoas, sejam os migrantes quanto os que ficam na origem: estas modificações podem colocar as pessoas em condições mais igualitárias (como no caso de Eduardo, que em seu trabalho de dirigente luta por condições de trabalhos mais justas, não somente para os migrantes mas para todos os trabalhadores do frigorífico), ou, ao contrário, agravar diferenças, provocando conflitos. Fato é que a migração provoca mudanças na estrutura social que talvez não ocorressem caso se permanecesse na origem.

Quando mesmo apesar de todo seu esforço não conseguem ascender, os migrantes esperam que esta oportunidade seja reservada a seus descendentes. Durhan (1973) explica que nem sempre é fácil que os filhos sigam por esse caminho, seja pela falta de estrutura familiar, pelo desinteresse das crianças e também pela escassez de recursos financeiros. Para um filho adolescente ser mantido na escola e não necessitar trabalhar para ajudar no sustento da família, é necessário que os resultados desta escolarização não só sejam imediatos como vantajosos financeiramente, que ao menos permitam que o jovem não siga pelo mesmo caminho de subempregos vivenciados pelos genitores. Principalmente, como posto por Durhan (1973), a libertação do trabalho manual, da linha de produção.

Seguimos analisando esse contexto para concordar com a análise de Oliveira e Guellati (2017), onde a migração se constitui na construção de um “projeto de vida”, onde é imprescindível para o migrante que a geração seguinte desfrute de bens materiais e experiências que a própria pessoa nunca teve acesso. Como trazido pelas autoras, a princípio não se tratam de “grandes” conquistas, mas algo básico como o acesso à escola, à uma casa com água encanada, energia elétrica e saneamento básico, à alimentação diária. Aos poucos vai ocorrendo uma mudança cultural onde se passa a entender que os filhos podem trilhar um caminho maior do que apenas o atendimento das necessidades básicas: estes podem ter acesso a conquistas maiores, como a obtenção de um diploma de ensino superior e um cargo em uma grande empresa. Eduardo, por exemplo, contou com orgulho que a filha trabalhava no departamento de Recursos Humanos da JBS:

Graças a Deus, aquilo que eu almejava, eu consegui para a minha filha e pro meu filho. A minha filha, ela fazia a faculdade dela e começou a ampliar os conhecimentos e graças a Deus ela começou a trabalhar aqui na JBS na parte administrativa. Isso é um sonho que eu tinha...(...) eu tive esse privilégio, então eu digo que aqui foi o berço, o estado de Santa Catarina foi o berço para ver esse sonho ser realizado.” (MARCELO, ENTREVISTADO, 2021).

Marcelo, amigo de Eduardo, reforçou que se espelhava no amigo nesse quesito, dizendo que seu desejo era esse, de poder dar uma estrutura para a filha que estava por vir, no que deixou subentendido que não desejava para ela a mesma vida sofrida que teve. A escolarização é um dos caminhos que podem interceder por uma melhoria no futuro. É o que pensava a entrevistada Juliana, ainda bastante jovem, que tinha 21 anos: para ela, esta possibilidade de ascensão não parecia perdida, visto que a mesma estava cursando a graduação em Administração na modalidade à distância. Na época de nossa entrevista, grávida de quatro meses, pretendia trancar o curso temporariamente somente quando o bebê nascesse: trabalhando atualmente no setor de embalagens, já havia feito processos seletivos na JBS para o cargo de assistente comercial. Foi reprovada: acreditava que por ainda estar no terceiro semestre na época do processo a empresa não a achou preparada, pretendendo tentar novamente quando estiver mais avançada na faculdade.

Juliana é uma pessoa articulada: apesar da pouca idade, fazia uso de um bom vocabulário, respondia às perguntas objetivamente e além disso, possuía nível superior incompleto. Ao pesquisarmos por vagas de assistente comercial na plataforma Catho⁸⁵, uma rede social que divulga vagas de emprego em todo o país, encontramos 4 vagas para a função na região, sendo duas na cidade de Criciúma e duas na cidade de Lauro Muller. As vagas exigiam boa comunicação, organização, responsabilidade, e também, ensino médio ou cursando ensino superior. Esta pesquisadora não possui formação na área de recrutamento e seleção para poder determinar se a candidata possui, por exemplo, habilidades de organização, ou teve um contato tão profundo com a entrevistada para discernir se ela possui a responsabilidade necessária para a vaga, seria uma temeridade presumir que sim apenas tendo como referências nossas conversas. Mas a mesma possuía boa comunicação e cumpria os requisitos de escolaridade exigidos pela função. Nos questionamos: seria possível que Juliana não conseguiu a vaga pelo fato de ser migrante? Por se encaixar numa característica estereotipada que reduz todas essas pessoas que migram a uma única categoria: as das que não podem ter uma oportunidade simplesmente porque, se migraram, não são merecedores de ter acesso ao mesmo que os moradores locais, como por exemplo, um salário mais digno e um emprego menos precarizado?

⁸⁵ Disponível em: <https://www.catho.com.br/vagas/assistente-comercial/tubarao-sc/>. Acesso em 18 de Maio de 2022.

Muitos que migram tem baixa escolaridade, principalmente porque uma vida com recursos financeiros muito escassos faz com que desde cedo precisem trabalhar em tempo integral. E isso dificilmente muda quando migram: estudo de Espinosa e Vendramini(2016) realizado em Florianópolis com jovens migrantes dos últimos anos do ensino fundamental e do ensino médio mostra que estes trabalham mais e estudam menos que os adolescentes que moram na cidade; que tanto os jovens quanto seus pais se habilitam para trabalhos que exigem baixa escolarização, atividades fabris ou mesmo na informalidade, diminuindo a necessidade imediata de capacitação; que a situação é agravada principalmente quando se encontram já no ensino médio, com uma idade maior, onde não podem prescindir de contribuir para o sustento da família; ainda, que os que permanecem estudando em sua maioria o fazem no período noturno, num momento em que já estão exaustos após uma cansativa rotina laboral diurna.

E não difere no caso de migrantes um pouco mais velhos: no caso de Nova Veneza e Forquilha, por exemplo, o salário base das indústrias e comércios em muitas vezes não supre a todas necessidades dos trabalhadores, os obrigando a buscar uma renda complementar. Um de nossos entrevistados, trabalhava oito horas diárias em um supermercado; no período noturno, atuava como garçom. Uma rotina corrida que não permitia que utilizasse seus raros momentos de folga para ampliar sua escolaridade. No caso de nossos entrevistados migrantes, sete no total, três responderam que possuíam ensino fundamental completo ou incompleto; dois tinham ensino médio completo; duas com ensino superior completo ou incompleto, sendo que destas nenhuma atua em sua área de formação. Enquanto uma entrevistada que cursa a graduação em administração buscou vagas na sua área, mas ainda não foi selecionada para tal, trabalhando ainda na área de produção, a outra trabalhava como agente comunitária de saúde por meio de concursos para vagas temporárias, enquanto sua formação é em geografia.

Quando observamos o que diz a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), que versa sobre as competências da Assistência Social no Brasil através da elaboração e execução das políticas públicas, podemos entender que estas visam atender população em vulnerabilidade social “decorrente de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros), e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, entre outros)” (PNAS,

2004, p.33). Desta forma, muitas pessoas migrantes podem ser encaixadas neste perfil. Enquanto a vulnerabilidade econômica é o aspecto mais aparente quando falamos dos migrantes, quando observamos por um prisma emocional é que compreendemos porque a migração carrega o estigma de tornar o migrante tão vulnerável. E embora as políticas públicas auxiliem em diversos aspectos, como benefícios financeiros, acesso à saúde e educação, assistência psicossocial, não podem impedir o sentimento de vazio deixado, seja pela saudade da família, dos amigos e de sua construção cultural.

5.2 A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: FRENTE AO CAOS SANITÁRIO, O AGRAVO DA CONDIÇÃO DE MIGRANTE

[...]eu vi o caos, eu vi o mundo desmoronar, de cabeça pra baixo. eu vi o apocalipse na minha vida (EDUARDO, ENTREVISTADO, 2021).

No início do ano de 2020, o planeta foi assolado por uma doença extremamente contagiosa e em significativa parte dos casos, fatal: o vírus sars-cov-2, denominado coronavírus, diagnosticado pela primeira vez na cidade de Wuhan⁸⁶, na China, se espalhou rapidamente por todo o mundo, sendo elevado à categoria de pandemia. No Brasil, o primeiro diagnóstico positivo ocorreu no dia 26 de fevereiro de 2020, com a primeira morte registrada já em 12 de março do mesmo ano. Até a data desta pesquisa⁸⁷, somente em nosso país foram registrados 696.188 óbitos da doença⁸⁸ e uma contaminação de mais de 36 milhões de pessoas, muitas dessas ainda com sequelas desta grave doença.

Felizmente, o desenvolvimento de diversas vacinas e a conscientização da população fez com que a doença não só diminuísse seu contágio como se tornasse menos fatal: no caso brasileiro, enquanto em abril de 2021 foram registradas 82.401 mortes, em abril de 2022 o número caiu para em torno de 3700 óbitos. Aqui, cabe ainda ressaltar que mais de 90% dos brasileiros com mais de 12 anos já estão imunizados com pelo menos uma dose da vacina, enquanto cerca de 86% fizeram a segunda dose ou tomaram a dose única, contribuindo muitíssimo para a queda no

⁸⁶ O primeiro diagnóstico ocorreu em Dezembro de 2019, mas citamos o ano de 2020 por ser onde efetivamente a doença começou a se alastrar.

⁸⁷ Números de 21 de Janeiro de 2023.

⁸⁸ Estes os números oficiais, pois há intensa subnotificação doença, principalmente em seu início, quando havia maior dificuldade de diagnóstico.

número de casos, ou ainda, para sintomas mais leves em caso de contaminação. Os dados são do Ministério da Saúde⁸⁹.

Porém, além dos óbvios problemas de saúde trazidos pela doença, gerando um colapso no atendimento em saúde mundial, outros problemas também foram surgindo: a economia global viu-se num dilema inédito, dividindo-se entre a comunidade médica que demandava a permanência da população em suas casas até o desenvolvimento de vacinas que tornassem o ambiente mais seguro, freando assim a contaminação massiva, e do outro lado a maioria dos segmentos da economia, que entendiam que os chamados *lockdowns* prejudicariam o desenvolvimento econômico, ocasionando a diminuição das atividades de muitos setores e mesmo o fechamento de empresas devido à queda no faturamento.

Nosso papel aqui não é questionar as decisões governamentais que foram tomadas no decorrer do processo, e sim explorar os reflexos da pandemia para os trabalhadores migrantes da região estudada. No caso de Nova Veneza e Forquilha, os frigoríficos da JBS são responsáveis por grande parte das vagas formais de trabalho. Quando vemos o caso de Nova Veneza, por exemplo, percebemos que a indústria da transformação é o segmento predominante, responsável por 67% dos empregos. Apesar de abranger outros segmentos como confecções e metalurgia, ao analisar os dados da RAIS⁹⁰ percebemos que os empregos relacionados aos frigoríficos também predominam dentro da própria indústria de transformação, tendo somente os cargos de alimentador de linha de produção e desossador quase 23% do total. Já em Forquilha, a indústria da transformação ocupa 59% das vagas formais, com as atividades de alimentador de linha de produção e retalhador de carne ocupando 24% do total⁹¹. Ou seja, grande parte dos trabalhadores locais está empregado nos frigoríficos.

Também sabemos que, como citado anteriormente, os frigoríficos oferecem condições de trabalho bastante questionáveis: execução de atividades repetitivas, ambiente insalubre, pressão psicológica para o atingimento de metas, só para citar alguns casos. Além disso, como o trabalho é realizado no método de linha de

⁸⁹Disponível em: www.covid.saude.gov.br

⁹⁰ Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#

⁹¹ Importante ressaltar que só foram analisadas as cinco atividades com maior número de pessoas que se encontram em emprego formal, podendo estes números serem bem maiores, porém relacionados com outras atividades dentro da empresa, tal qual o setor administrativo, de conservação, motoristas, etc.

produção, com os frangos passando pelas nórias e sendo preparados por um determinado grupo de trabalhadores, a concentração de várias pessoas em um pequeno espaço é inevitável, gerando assim um ambiente favorável à contaminação pelo coronavírus. Isso sem falar, por exemplo, no deslocamento por meio de ônibus que é utilizado pela maioria dos trabalhadores.

No dia 17 de março de 2020, o então governador de Santa Catarina, Carlos Moisés, decretou uma série de medidas para tentar conter a proliferação do vírus, tais como a paralisação do funcionamento de todos os serviços não essenciais⁹², assim como a interrupção do transporte de passageiros⁹³. Estas medidas não contemplavam a manutenção do funcionamento dos frigoríficos da JBS, que até então seria uma atividade econômica não essencial. Porém isto não motivou uma mudança da rotina da empresa, que continuou em plena atividade. Assim, no dia 19 de março de 2020, trabalhadores entraram na empresa para o turno noturno e decidiram se retirar algumas horas depois, com apoio do SINTIACR, motivados principalmente pela lotação inalterada do transporte proporcionado pela empresa, o que desobedeceria ao decreto estadual. A mesma situação se repetiu na filial de Nova Veneza. Sr. Celio Elias, dirigente sindical do SINTIACR, nos conta um pouco do que aconteceu:

[...] No dia 19 de março nós fizemos uma paralisação aqui em Forquilha e Nova Veneza pelas condições que os trabalhadores tavam expostos, né, entramos na justiça, ganhamos uma liminar pra empresa parar a produção, aí a empresa se articula com o governo federal, certo? Num sábado... nós ganhamos na sexta-feira à tarde, no sábado as 19h o Tribunal Regional do Trabalho cassa a nossa liminar, tá? As 19h30 a ministra da agricultura tá dando uma entrevista na Band, falando sobre a nossa paralisação. Por volta das 21h o então ministro da Justiça, o Moro⁹⁴, faz um *twitter* parabenizando o Tribunal Regional do Trabalho em SC, por cassar a liminar de Forquilha. Então foi uma coisa assim que mexeu com a estrutura do setor, e o setor se mobilizou dentro do governo, isso foi muito forte dentro do governo, a ministra da agricultura é ligada ao agronegócio, né, mas foi uma coisa assim que mexeu muito na estrutura, porque eles sabiam, se fosse mantida a liminar isso ia também ser uma semente plantada a nível nacional. Eles iam ter muito problema. E aí nesse mesmo sábado, né, o Bolsonaro decreta o setor como essencial, né, como atividade essencial. Então foi tudo decorrente da nossa paralisação aqui, os trabalhadores ficaram parados sexta, sábado, segunda até as quatro horas da tarde. Aí na segunda-feira a gente pediu pro pessoal voltar a trabalhar porque a gente tinha perdido a liminar. E hoje ainda está em discussão essa liminar porque a empresa descontou os dias parados dos trabalhadores (CÉLIO ELIAS, ENTREVISTADO, 2021).

⁹² Foram considerados essenciais serviços como farmácias, supermercados, postos de gasolina, serviços de saúde em geral.

⁹³ Fonte: www.sc.gov.br

⁹⁴ Sérgio Moro.

Um estudo do Ministério Público do Trabalho realizado ainda em 2020 relaciona um grande número de contaminações por coronavírus em cidades onde estão instaladas indústrias frigoríficas. Cita como exemplo os casos do Rio Grande do Sul (especialmente em regiões onde há população indígena que trabalham nas agroindústrias); do Paraná (onde nas regiões próximas aos frigoríficos aumenta a incidência de casos a cada 100 mil habitantes) e em Santa Catarina (grande polo frigorífico onde o número de pessoas hospitalizadas era um dos maiores do país). Como posto no estudo, as grandes causas da contaminação seriam:

elevada concentração de trabalhadores em ambiente fechado, com baixa taxa de renovação do ar, baixas temperaturas, umidade e com diversos postos de trabalho que não observam o distanciamento mínimo apto a viabilizar segurança durante a prestação de serviços, além da presença de diversos pontos que propiciam aglomerações de trabalhadores, tais como: transporte coletivo, refeitórios, salas de descansos, salas de pausas, vestiários, barreiras sanitárias, dentre outros. (GOV, 2020, p. 05)

Bom, foi de pressão o ambiente a que todos os trabalhadores empregados nos frigoríficos foram expostos principalmente durante os primeiros tempos da doença, quando o conhecimento sobre o vírus era pequeno e só se sabia que o distanciamento social era a única forma de enfrentar a doença. Agora se acrescentarmos nisso o fato de uma grande proporção destes trabalhadores ser composta por migrantes, a situação se torna pior: o medo se torna uma constante muito maior. O relato mais forte vem do entrevistado Eduardo:

[...]É nesse momento que a gente pensa: 'eu queria estar lá, não queria estar aqui não, a vontade de pegar e chutar o pau da barraca, ir lá pro RH, eu quero ir me embora, se for morrer eu vou morrer lá no meu estado mesmo. A vontade muito grande, o coração apertava assim, mas daí equilibrava, digo: vai passar, vai passar...' (EDUARDO, ENTREVISTADO, 2021)

Como já mencionamos, uma das situações mais citadas pelos migrantes entrevistados como difícil de vivenciar é a saudade dos familiares. Estas pessoas, ao tomarem ciência da existência de uma doença mortal, altamente contagiosa, tem que, além de pensar na própria proteção, se preocupar com a família e amigos que vivem em outro estado. Neste momento mesmo se houvessem condições financeiras não poderia haver uma aproximação, pois viagens de ônibus ou aéreas foram em grande parte suspensas. O desespero foi imenso: nossa entrevistada Maria se emocionou ao contar que, durante a pandemia, só pensava na mãe que tem problemas respiratórios. Ou seja, o COVID tornou-se mais uma das preocupações cotidianas geradas pela distância, com o agravante de que sua altíssima contaminação tornava o pesadelo ainda mais real do que outras doenças que poderiam acometer os familiares distantes.

Outro contexto a ser analisado em relação à pandemia é o próprio fato de precarização de moradia dos trabalhadores migrantes. Como já descrevemos antes, muitos precisam dividir a habitação com diversas pessoas, como forma de tornar o custo de aluguel mais acessível. Diante deste fato, tornou-se quase impossível resistir à contaminação quando um dos habitantes da casa era infectado pelo vírus, visto que não havia nem a possibilidade de realizar o isolamento do doente em outro local que não a própria residência. Esta condição é ressaltada no estudo de Granada et al (2021), que estudou a situação dos imigrantes haitianos nos frigoríficos brasileiros: com famílias grandes, alojados em grandes grupos em residências que nem sempre dispunham sequer de saneamento básico, tornam-se transmissores potenciais da doença.

A situação também foi disposta no estudo de Pellizari e Alvez (2021), que pesquisou os migrantes estrangeiros que viveram a pandemia no estado de Mato Grosso. Entre diversas vulnerabilidades, como jurídica, econômica e social, destaca-se a vulnerabilidade sanitária, onde a questão das habitações conjuntas também existe. Mais do que várias pessoas (que nem sempre são familiares) residindo em uma mesma casa, trata-se das circunstâncias em que estas moradias se encontram, muitas sem saneamento básico, em condições de conservação inadequadas (com frestas nas paredes de madeira, vidros quebrados...). Porém, nelas se repetia o risco de contaminação encontrado nos frigoríficos: o do excesso de pessoas em um mesmo ambiente, sem a possibilidade de evitar a contaminação. As palavras do entrevistado Eduardo foram ditas sobre o cotidiano na empresa durante o auge da pandemia, mas poderiam se aplicar à esta convivência (forçada para a sobrevivência) dos migrantes: “foi um momento de terror, de desespero que eu vi lá dentro. Pessoas que choravam, lutavam lá dentro... as pessoas um com medo do outro, não podíamos nos aproximar porque talvez tava infectado. Eu vi o apocalipse na verdade se cumprindo lá dentro. (EDUARDO, ENTREVISTADO, 2021)”

Outro ponto importante a ser abordado era a questão do deslocamento dos trabalhadores, grande parte dos quais realizava diariamente a migração pendular: residem em um município e trabalham em outro, ou moram em zonas afastadas nas quais necessitam de transporte, principalmente via ônibus, o qual é fornecido pela empresa frigorífica. No caso de Nova Veneza e Forquilha, há um intercâmbio de trabalhadores entre os dois municípios, cuja distância entre uma sede e outra da JBS é de aproximadamente 13 quilômetros. Por mais que não seja um trajeto tão extenso,

os trabalhadores obrigavam-se a permanecer por um bom tempo dentro do veículo, na presença de outras pessoas que podiam estar contaminadas. As recomendações de prevenção da doença deixavam claro que ambientes fechados (em especial se tão pequenos quanto os ônibus) incidiam em alto risco de contaminação. Configurou-se um impasse: o trabalhador precisava trabalhar e não tinha outra opção para se deslocar além do fornecido pela empresa. Era necessário correr o risco. Como posto por Ruseishvili (2022, p. 160), “o vírus não viaja de forma autônoma, ele embarca nos indivíduos que por sua vez, são cada vez mais rápidos e eficientes em seu movimento.”

Isso nos colocou em contato com outra questão que expõe a vulnerabilidade do migrante. No momento atual, a doença ainda registra altos índices de contaminação e pessoas ainda morrem todos os dias sob os efeitos devastadores do vírus. Contudo, com a alta taxa de vacinação e também com as conquistas da comunidade científica, que conseguiu em tempo recorde acumular um número expressivo de informações sobre a doença, podemos dizer que a doença está agindo de forma muito mais controlada, afetando um número cada vez menor de pessoas. Mas ainda hoje, a recomendação que é dada a todas as pessoas é de que, para evitar o contágio, se possível, fique em casa. Uma opção muito acessível para quem pode, por exemplo, trabalhar *em home-office*. Perguntamos: como esta opção foi possível para os trabalhadores do frigorífico, em especial aos migrantes?

É o que reflete Ruseishvili (2020), que falou sobre a questão da mobilidade em tempos de pandemia. A mesma abordou como funcionava esta situação em países tão desiguais socio e economicamente como o Brasil, onde enquanto uma parcela da população podia se dar ao luxo de trabalhar de casa ou mesmo de ficar sem trabalhar, no que chama de “imobilidade”, outra parcela não teve alternativa a não ser se mover para sobreviver, em especial para se deslocar e permanecer no trabalho. Seria, nesse caso, uma situação de “mobilidade forçada”, onde se revela ainda mais as desigualdades sociais impostas pelo capitalismo (RUSEISHVILI, 2020). Principalmente quando pensamos que os frigoríficos foram classificados como atividade essencial, entre outras razões, porque supostamente a diminuição ou falta da proteína animal disponível para o consumo da população provocaria um “caos”, piorando ainda mais uma situação já muito ruim em virtude da doença⁹⁵. Uma ótima

⁹⁵ A portaria nº 116, de 26 de Março de 2020, estabeleceu como essenciais à cadeia produtiva não somente a produção e distribuição de alimentos e bebidas (inclusos o funcionamento das

desculpa para que os frigoríficos continuem reproduzindo o capital de forma exponencial, inclusive com recordes de faturamento nos últimos dois anos. Para citar Heck *et al* (2020),

[...]não se trata de alimentar o mundo, como dizem os proprietários e agentes de crescimento econômico, mas de manter os patamares de acumulação e a produção, mesmo que para isso seja necessário colocar a saúde do/a trabalhador/a em risco (HECK *et al*, 2020, p. 62)

No caso, a contaminação e morte de inúmeros trabalhadores do frigorífico, em especial migrantes a quem não foi ofertada outra alternativa a não ser se submeter ao ambiente de contágio, era o menor fator a ser considerado.

Outro agravante, também apresentado por Granada *et al* (2021), foi o fato de os equipamentos de segurança fornecidos pelos frigoríficos (máscaras, por exemplo), nem sempre serem os adequados para evitar o contágio. Sr. Célio Elias também nos relatou sobre o esforço do Sindicato para adequar a questão dos equipamentos de proteção nas unidades da JBS em Forquilha e Nova Veneza:

A JBS, na pandemia, no alto da pandemia, ela fornece apenas uma máscara para os trabalhadores (...) pra eles trabalharem cinco dias. Pega na segunda, só renova na outra segunda. E o setor frigorífico é um setor que trabalha com muita umidade, com frio, essa máscara aqui, no final do dia ela tá toda úmida. Então, além disso eles guardavam... a gente pegou fotos e tal, eles guardavam junto com as botas, então tu imagina a higiene destas máscaras. Aí levou uns sessenta dias, a gente brigou muito, fizemos várias denúncias, aí eles retornaram e passaram a fornecer uma máscara por dia." (CÉLIO ELIAS, ENTREVISTADO, 2021.)

Desta forma, a contaminação acabou se tornando uma questão não de “se”, mas de “quando” os trabalhadores contrairiam a doença. Não basta falar nas mortes ou nas graves sequelas dos que foram infectados, pois teríamos que falar também dos (as) esposos, filhos (as), amigos, vizinhos, pais e mães que se contaminaram em sequência. Se Maria se preocupava com a saúde da mãe que ainda vivia em Pernambuco, é provável que sua mãe também estivesse pensando na filha, no genro e na netinha que viviam tão longe, em Santa Catarina: o sofrimento e a angústia tornaram-se uma adaga que feria pelos dois lados.

5.2 A MIGRAÇÃO DE RETORNO: DESEMPREGO E PROBLEMAS DE SAÚDE IMPULSIONAM A VOLTA PRECOCE

[...]ele tá lá em Pernambuco, ele foi embora semana passada. ele passou por um momento de depressão terrível aqui, ele tava querendo se matar [...] aí veio para uma terra distante, aí vai acumulando... (HELOÍSA, ENTREVISTADA, 2021)

Mas nem todos que vem ao sul de Santa Catarina trabalhar nos frigoríficos permanecem indefinidamente, nem mesmo Forquilha ou Nova Veneza parecem hoje tão promissoras que justifiquem um imenso fluxo migratório como já ocorreu na década passada. Durante a conversa com o sindicalista Sr. Celio Elias, questionamos sobre qual era o status atual da migração nos municípios estudados, assim como se haviam ocorrido mudanças em virtude da pandemia. O que nos foi relatado pelo entrevistado é que já há alguns anos ocorre uma queda no número de pessoas que chegavam nas cidades em busca de trabalho: mesmo no Sindicato, um dos primeiros locais que os trabalhadores costumavam procurar para se filiar assim que começam o trabalho nos frigoríficos, a procura havia diminuído. Enquanto antes seriam em torno de seis a sete pessoas por semana, na data da entrevista, em outubro de 2021, o número havia caído para cerca de três pessoas a cada quinze dias. Sr. Célio nos contou que em anos posteriores, muitos migrantes realmente se estabeleciam nas cidades, aproveitando-se de financiamentos mais acessíveis como o Minha Casa Minha Vida, e assim construindo suas residências e ficando permanentemente em Nova Veneza ou Forquilha. Atualmente, a situação seria o inverso: a migração de retorno tornou-se o desejo de muitos, só impossibilitada pela falta de dinheiro para realizar a viagem de volta.

Parte dessa insatisfação foi gerada pela perda do poder aquisitivo da população. Vamos fazer um pequeno comparativo entre a situação atual e a de dez anos atrás: no ano de 2012, segundo o Dieese, um trabalhador precisava trabalhar em média 94 horas mensais para adquirir uma cesta básica. O salário mínimo em vigor na época era de R\$622,00. Já em abril de 2022, com o salário mínimo fixado em R\$1212,00, faz-se necessário que um trabalhador disponha de 124 horas de trabalho para adquirir os mesmos produtos: ou seja, terá que trabalhar 13% a mais para o mesmo resultado (DIEESE, 2012, 2022).

Outro exemplo que podemos utilizar é o aumento do preço dos combustíveis. Em dezembro de 2012, segundo dados da ANP⁹⁶, o preço médio do litro da gasolina comum era de R\$2,89. Já em maio de 2022, a mesma média apontava para R\$8,99, mais que o triplo da primeira. Outro dado relevante a ser considerado é o aumento de IGP-M⁹⁷, acumulando 35,75% entre junho de 2020 e julho de 2021⁹⁸, e que influencia diretamente o valor dos aluguéis, já relatado como o gasto mais expressivo no cotidiano dos trabalhadores migrantes.

Ao conhecer as narrativas dos migrantes entrevistados, podemos concluir que a maioria migrou motivada por oportunidades de emprego e principalmente remunerações que não conseguiram encontrar em seu local de origem. Porém, essa perda do poder aquisitivo no momento atual começa a estimular a chamada migração de retorno, quando o migrante busca voltar para sua terra natal. Quem primeiro nos falou sobre isso foi o sindicalista Sr. Célio Elias, que relatou que, se as pessoas que chegavam por volta de 2010 e 2012 conseguiam "fazer a vida", inclusive adquirindo residências na região, a partir de 2017 houve um movimento contrário, de pessoas retornando para o local de onde vieram: com a disparada do custo de vida, sr. Celio calculou que, do salário bruto de cerca de 1750 reais percebido pelos trabalhadores de frigorífico, após abatidos os custos de aluguel, água e luz, sobre em torno de setecentos reais para o trabalhador e as vezes mais membros de sua família comprarem alimentação, medicamentos e vestuário. Além do que, muitos ainda precisam enviar dinheiro para auxiliar familiares que permanecem no local de origem. Pelas palavras de Célio:

Então essas pessoas tão chegando à conclusão que não tem mais como viver aqui. Então compensa eles ir pra casa, ganhando novecentos reais, que eles comparando ganham muito mais que aqui. Porque ganham novecentos reais, tão na casinha deles, independente de como é mas é deles, tem uma comida, tem uma mandioca, tem um peixe, né, e aqui eles não têm nada disso, tem que comprar tudo (CÉLIO ELIAS, ENTREVISTADO, 2021).

A situação narrada por Célio foi corroborada pelas palavras de outros migrantes. Marcelo nos citou que quando chegou há dois anos as coisas eram mais baratas, inclusive o aluguel que não chegava a quatrocentos reais. Hoje, além de o custo das coisas terem subido muito, o reajuste salarial que o frigorífico se disporia a

⁹⁶ Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Disponível em: https://preco.anp.gov.br/include/Resumo_Mensal_Combustiveis.asp

⁹⁷ Índice Geral de Preços do Mercado. O índice é calculado pela Fundação Getúlio Vargas e divulgado mensalmente.

⁹⁸ Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/pandemia-e-queda-poder-aquisitivo-brasileiros>

pagar seria muito baixo, em torno de 5%, o que não acompanharia a inflação e os deixaria em situação ainda pior. Diz também que a solução seria procurar emprego em outras empresas na região com salários melhores, porém que a dificuldade seria conseguir passar na entrevista destes empregos, que por ofertarem menos vagas são mais seletivos que a JBS. É o que também nos contou Eduardo, quando questionado se percebia que havia uma diminuição no número de pessoas que migravam para a região ou mesmo se observava a migração de retorno:

Sim. Eu vou dizer porque eu pesquiso lá dentro, eu que faço esse trabalho de pesquisa. E o que acontece, o nordestino, infelizmente o salário do nordestino da empresa, que é dado ao nordestino aqui, tem sido uma luta de embate muito grande, eles querem reduzir cada vez mais. Não mão de obra, mas o dinheiro, o salário, né, o capitalismo, né, e se é pra estarmos aqui, pra ganharmos o salário que ganhamos aqui, da empresa JBS e enfim, não são todas mas a maioria das empresas são assim, e pagamos aluguel, comida, água, energia, outras coisas ademais ai, não sobra nada! Então melhor eles irem pra lá. Então é melhor ir pra lá, lá você ganha duzentos, trezentos reais, já é uma festa, porque ninguém paga água, a gente pega e consegue sobreviver, né, e não pagamos aluguel. A maioria dos nordestinos foi embora por causa disso aí. Porque ganhar o salário que ganha, vem aí, junta dois, três, daqui a pouco um sai, um sai, aí fica ele sozinho, pra pagar aluguel, pagar tudo, então é melhor ir embora. Aí vão emigrar em outros lugares, São Paulo já não dá mais. Resumindo, prefere ficar em casa. Aí diminuiu por causa disso aí, por causa disso aí, porque morando... pra não ganhar nada! Porque a gente vem pra ter uma condição melhor, e todo mundo vê isso aí, então é melhor ficar no nosso estado mesmo. Então diminuindo muito mesmo. Muito, muito, eles fecharam a porta né? Fecharam a porta, não deram um salário digno que deveria ser, então a maioria foram embora por causa dessa... dessa visão, eles “manteram” o slogan e foram embora. Então a maioria foram embora já, não tem tanto como tinha aqui, mas peço a Deus que venha ampliar isso aí, e volte essas pessoas que foram embora (EDUARDO, ENTREVISTADO, 2021).

A migração de retorno, que podemos caracterizar como aquela em que o migrante encerra seu ciclo migratório retornando para seu local de origem, é uma tendência que já vem ocorrendo desde aproximadamente a década de 80. No estudo de Queiroz e Baeninger (2013), que tratou especificamente da migração de retorno cearense, também encontramos um panorama sobre esta questão: após uma intensa migração para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro até o final dos anos 1970 (de uma população advinda principalmente dos estados do Nordeste e também Minas Gerais), assim como uma forte urbanização, com o êxodo do rural para o urbano, na década de 1980 se inicia uma nova organização populacional. Como citado pelas autoras, se na década de 1970 haviam mais estados que “perdiam” habitantes do que que “ganhavam”, na década de 1980 a situação se invertia: cerca de 24% das pessoas que migraram na década praticavam a migração de retorno, ante apenas 11% na década anterior. Uma das principais razões para este ocorrido pode ter sido a

desconcentração das atividades econômicas, antes centralizadas no Sudeste e que agora passavam a se expandir por todo o país (QUEIROZ E BAENINGER, 2013).

As autoras expõem como exemplo o caso cearense: no Censo de 1991, o saldo migratório, ou seja, a diferença entre a saída e chegada de migrantes era negativo em 123.512 migrantes. No Censo seguinte, de 2000, esta diferença já havia caído para 23.783, ainda negativos. Já entre os anos de 2001-2006, segundo a PNAD, ocorreu uma inversão destes saldos, já apontando um saldo positivo de 38.329 pessoas. Porém, o que chama a atenção são os números da população que volta ao estado: entre os anos de 2003-2008, dos 111.564 migrantes que chegam ao Ceará, 61% estão praticando a migração de retorno. Segundo as autoras, a intensidade deste fluxo de retorno pode ser explicada por um viés econômico: o enorme êxodo direcionado à região sudeste, em especial São Paulo, em franca industrialização, por um lado proporcionou a muitos migrantes oportunidades de emprego e renda até então impensadas, mas por outro também gerou um enorme exército industrial de reserva, visto a incapacidade do mercado de trabalho de absorver todos os trabalhadores que migraram, obrigando a muitos executar o retorno. Por outro lado, o estado cearense apresentou significativo crescimento econômico entre as décadas de 1980-2000, enquanto o Rio de Janeiro, segundo maior destino das migrações cearense, encontrava-se em baixa, combinando também alto desemprego com insegurança relacionada ao aumento da violência (QUEIROZ E BAENINGER, 2013).

O caso cearense ilustra uma realidade de muitos migrantes da região Nordeste. É importante registrar que, ao analisarmos as pessoas que vem para a região de Nova Veneza e Forquilha, percebemos que muitos são de pequenas cidades: o crescimento econômico muitas vezes se restringe às capitais e aos municípios maiores, então nem sempre as oportunidades estão acessíveis à esta população que migra. Costa (2007) nos explica que a migração só se torna suportável ao migrante porque ele assume sua condição como algo temporário, que irá por algum tempo viver longe de sua origem, mas que após uma incursão bem-sucedida irá retornar para a terra natal. Então, à medida que a sonhada oportunidade começa a não mais valer a pena, o desejo de fechar o ciclo retornando à origem se torna irresistível.

Maria nos relatou a trajetória de uma amiga que também viveu em Nova Veneza, com o marido e duas filhas pequenas. Com saudade da família, não conseguiu permanecer e retornou para o local de origem. Maria nos contou que a

amiga se arrepende, pois hoje padece de fome, fazendo sua primeira refeição somente com uma xícara de café. Nesse ponto, Maria descreveu as conversas com a amiga, em que enumera com indignação os benefícios que a pequena família deixou de ter ao se deslocar: a creche para as crianças, a carteira assinada ao trabalhar no frigorífico, as férias a que por direito teria acesso. Porém, quando Maria nos relatou a situação, percebemos que a migrante não assimilou que essas situações não são vantagens ou benefícios que a amiga perdeu, e sim direitos fundamentais, acessos a direitos trabalhistas e políticas públicas que deveriam ser acessíveis a todos os brasileiros. Para ela, porém, eram maravilhas que uma pequena população usufrui nessa terra prometida que é o sul catarinense.

É difícil para o migrante resistir, é difícil para o migrante lutar. Vindo de uma realidade já tão vulnerável, quando encontra um pequeno alento, quando tem diante de si um minguado salário que não põem em dúvida que sim, ao final do mês seu filho irá comer, que no inverno terá uma roupa para vestir, que se ficar doente terá um atendimento gratuito no posto de saúde do seu bairro, sente-se rico. Sente-se privilegiado. Na maioria dos casos, ignora que na Constituição Federal, estão enumerados como direitos sociais “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”⁹⁹ Sua sensível melhoria de vida no novo lugar não lhe retira da vulnerabilidade, apenas a ameniza. No final, sua vida se resume a entrar na roda capitalista e enquanto luta para sobreviver, proporcionar à empresa onde trabalha o lucro que dele é esperado. Pois, como dito por Harvey (2015),

[...]as terríveis espaço temporalidades da vida diária – impelidas por tecnologias que enfatizam a velocidade e rápidas reduções na fricção da distância e dos tempos de giro do capital - nos privam de tempo para imaginar ou construir alternativas distintas das que nos são impostas mecanicamente, em nosso apressado desempenho de nossas respectivas funções profissionais, em função do progresso tecnológico e da interminável acumulação do capital. A organização material da produção, da troca e do consumo se alicerça, reforçando-as, em noções específicas de direitos e deveres, afetando nossos sentimentos de alienação e subordinação, nossas concepções de poder e impotência. (...) O efeito líquido disso é limitar nossa visão do possível.” (HARVEY, 2015, p. 310).

⁹⁹ Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/constituicao-federal/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil#:~:text=DOS%20DIREITOS%20SOCIAIS-.Art.,desamparados%2C%20na%20forma%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 21 de Maio de 2022.

Das palavras de Harvey, podemos entender que as energias do trabalhador em geral são sugadas de tal forma pela necessidade de produzir lucro incessantemente que a ele não resta tempo de reagir e pensar no que poderia vir a se tornar, se conformando com seu *status* atual e deixando de imaginar uma forma de vida alternativa. Que dirá o migrante, que já se considera um privilegiado por ter encontrado na região sul de Santa Catarina tão rica terra, ousar imaginar uma vida ainda melhor seria até mesmo uma forma de ser ingrato com as oportunidades que tem recebido. Mesmo assim, em nossos entrevistados, reside uma ponta de esperança para o que o futuro lhe reserva. Nas palavras de Maria quanto ao que desejava para o futuro, ela nos contou com a voz embargada: “Eu quero possuir mais, eu quero tipo ter a minha casinha, meu cantinho, entendeu? Enquanto eu não possuir minha casa eu não vou sossegar. E se eu hoje ou amanhã, ou no próximo ano, conseguir a minha casa, eu não quero... aí que eu não vou embora mesmo.” (MARIA, ENTREVISTADA, 2021).

Lussi (2009) nos ajuda a entender que são as perdas que o migrante sofre ao deixar o local de origem que reafirmam a continuidade de seu *status* de cidadão precarizado. Pois ao migrar, este tem que abrir mão de uma parte significativa de si para reiniciar sua vida: há um custo pessoal muito grande que precisa ser pago para que este recomeço ocorra. Nas palavras da autora,

“apesar de toda a poesia e todos os argumentos em defesa da liberdade e do direito de emigrar, da grandeza simbólica e da potencialidade real que o ato de deixar sua terra em busca de sonhos e conquistas para uma vida melhor no exterior traz consigo, o ato de migrar é também um drama, um luto e até um trauma existencial.” (LUSSI, 2009, p.05)

Ou seja, somente o fato de migrar traz um prejuízo pessoal tão grande, que é muito difícil reconstituir esta parte de sua personalidade que ficou para trás. Em busca de uma segurança financeira, o migrante precisa abrir mão de si mesmo e se submeter ao que for necessário para sobreviver. Nisso incluso sua família, sua cultura, seus valores que acaba deixando, ao menos temporariamente, para trás. Por seu desejo, permaneceriam em seu local de nascimento. Como posto por nosso entrevistado Marcelo, que também associou a falta de oportunidades de trabalho e de investimento à má gestão dos governantes locais:

Dá um aperto no peito, no coração mesmo. Quem dera que os governantes olhassem pro nosso estado, quem dera que os nossos governantes e... infelizmente tem tantos corruptos por aí... mas se olhar pro nosso estado, a gente não ia sair nunca, ia ficar lá mesmo, ia ficar lá mesmo, todos, eu digo unânime, todos, de coração apertado, o povo nosso do Nordeste (MARCELO, ENTREVISTADO, 2021).

Mesmo vindo para outro estado considerado “próspero” numa tentativa de mudar seu *status* de pobreza, vimos que esta permaneceu acompanhando o migrante em sua mudança de local. Quando andamos por alguns bairros mais pobres e afastados do Centro das cidades da pesquisa, é possível identificar que são migrantes que ali residem, pelos sotaques que se ouve ao passar pelas casas. As casas são pequenas e simples, de madeira, com a pintura já muito desgastada. Uma de nossas entrevistadas morava em um porão. Outro, numa casa de alvenaria de dois quartos que pode ser considerada de bom padrão, mas que dividia com oito pessoas. A chamada república onde os migrantes vindos de Salgadinho se instalam nos primeiros dias já viveu dias muito melhores, sem muro, com grama alta e precisando urgentemente de reformas, além da escassa mobília dentro da residência: na cozinha, uma geladeira seminova fazia companhia a apenas uma pia bastante usada e uma pequena mesa de vidro muito simples.

Para a construção de uma personalidade independente e autônoma, é natural que o ser humano tenha capacidade de compreender sua própria condição, desenvolver uma perspectiva do que deseja de seu futuro e onde deseja chegar. Para tal, é necessária a conjunção de uma série de fatores como acesso à educação, saúde, um conjunto de políticas públicas, assim como oportunidades de trabalho ou a ascensão através do empreendedorismo, por exemplo. Como posto por Harvey (2015),

Se não enfrentarmos a ideia, por mais arriscada que seja, de nossa natureza humana e do ser de nossa espécie, e chegarmos a uma compreensão dela, não poderemos saber de que estamos alienados nem o que pode ser a emancipação. Nem poderemos determinar quais de ‘nossas potencialidades’ tem de ser despertadas para que alcancemos metas emancipatórias (HARVEY, 2015, p. 271-272)

Porém, ao migrante, especialmente, lhe é privada a capacidade de conceber este conhecimento de si próprio e da sociedade, principalmente em virtude da precariedade das situações em que sua vida é colocada. O capitalismo, no caso de nossos entrevistados representado pelas indústrias frigoríficas, aproveita-se de sua situação de vulnerabilidade não somente social, mas também mental, para exauri-los a tal ponto (em especial fisicamente, através de longas e exaustivas jornadas) que até mesmo sua capacidade de pensar é, senão totalmente, parcialmente tolhida. A estes migrantes deixa de existir qualquer resquício de energia em descobrir e potencializar suas capacidades de obter maior dignidade, seja através de recursos financeiros ou

de uma rotina diária mais flexível: parecem entender que a única porta aberta para continuar vivendo é através dos míseros salários vindos da desossa dos frangos.

São os colegas de trabalho e amigos Marcelo e Eduardo que nos dão esta perspectiva final: apesar de demonstrarem força de caráter e personalidade, por estarem dispostos a batalhar o quanto for necessário para obter dignidade para si e para os seus, por buscarem reagir às armadilhas impostas pela empresa no ambiente de trabalho, seja através do esforço laboral além do suportável ou por meio de pressões psicológicas, mesmo assim manifestam um sentimento de tristeza e impotência que podem ser atribuídos à sua condição de migrantes. Seja quando Eduardo, longe da família, se nega a passar o Natal com amigos locais com medo de contaminá-los com sua tristeza; quando Marcelo sonha com investimentos governamentais em seu estado de origem, para que não somente ele mas outros conterrâneos possam voltar para lá; ou quando, com a voz embargada e com lágrimas nos olhos, descrevem mais uma passagem da pandemia: onde precisam estar preparados para receber a notícia da morte de familiares e amigos contaminados pelo vírus. Pois nesse momento, não só não poderão estar presentes para a despedida: terão que guardar a dor para si, pois para o frigorífico esta perda não importa: “a gente tem que ser muito forte. E tem que trabalhar. Tem que trabalhar.” (MARCELO, ENTREVISTADO, 2021).

Afinal, como posto por Sayad (1979) ao se referir aos imigrantes,

[...]eles também estão descobrindo que afinal, a tempestade inicial que os levara e o elemento que os manteve em sua louca corrida eram uma só e única coisa: a economia capitalista e seus efeitos de transferência de um campo econômico (a agricultura, aquela que é chamada de tradicional) para outro (a indústria, esta atividade que se autodenomina moderna), de um país para outro, de um continente para outro, de uma civilização para outra. (SAYAD, 1979, p. 72)

Aos migrantes, (e quanto mais pobres, mais a palavra migrante será seu sobrenome) cabe a triste constatação: de que serão sempre estrangeiros, sempre estranhos em uma nova terra, não importa quanto tempo ali permaneçam, não importa quanto esforço seja empreendido no trabalho que desempenharem, não importa que ali seus filhos nasçam e cresçam. Seu estigma de “intruso” lhe acompanhará por toda a vida, mesmo que, através de uma eventual saída da pobreza e da situação de exclusão que lhe é constantemente imposta, interrompa o ciclo a que denominamos *vulnerabilidade*.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sou um refugiado, alguém em busca de asilo. Essas não são palavras simples, mesmo se o hábito de ouvi-las as faz parecer que são. Cheguei ao Gatwick Airport no final da tarde de 23 de Novembro do ano passado. É um clímax menor bem conhecido em nossas histórias, abandonar o que conhecemos e chegar a locais estranhos, carregando pedacinhos de uma bagagem onde há de tudo e reprimindo ambições secretas e indistintas. Para alguns, como eu, era a primeira viagem de avião e a primeira chegada a um lugar tão monumental quanto um aeroporto, embora eu tenha viajado por mar e por terra, e na imaginação. (...) O que sabemos nos puxa constantemente de volta para a nossa ignorância, nos faz ver o mundo como se ainda estivéssemos acorados naquele poço raso e tépido que conhecíamos desde os terrores de infância. Andei devagar para não perder uma virada ou não entender alguma sinalização, para não chamar a atenção cedo demais com um acesso de confusão. (GURNAH, 2011, p. 14-15).

Esta tese estava em etapa de finalização quando lemos o livro *A Beira Mar*, do autor tanzaniano Abdulrazak Gurnah (2011), ganhador do prêmio Nobel de Literatura em 2021. O romance traz como narrador um refugiado de Zanzibar, na Tanzânia, que viaja para a Inglaterra em busca de asilo político.¹⁰⁰ Apesar de se tratar de uma obra fictícia, imediatamente nos chamou a atenção o trecho em que o personagem pela primeira vez se vê em um grande aeroporto de um país estrangeiro, onde precisa recomeçar sua vida. De repente, nada do que conhecia em sua vida lhe preparou para aquele momento. Sua maior preocupação era seguir as sinalizações e andar pelos corredores com toda a calma, para que sua pessoa passasse despercebida em meio a tantos outros migrantes que podiam naquele mesmo momento também transitarem naquele aeroporto.

Os migrantes desta tese não são refugiados políticos, nem de catástrofes naturais; sequer vem de outros países, não temem uma deportação ou não entender o idioma do local que escolherem para migrar. Alguns possuem documentação completa, trazem consigo histórico escolar do ensino fundamental ou médio cursado em uma escola pública do interior nordestino. Outros migraram por escolha, sua condição de jovem que vivia com os pais não lhe impunha a busca por um novo começo, mas sua determinação de buscar uma vida melhor fez com que migrasse. Porém, como o refugiado do romance, buscam recomeçar a vida da melhor forma que

¹⁰⁰ A obra, fictícia, expõe o conflito que ameaça cidadãos de origem árabe após a independência da Tanzânia, antes colônia inglesa. Desta forma, o protagonista viaja para Londres com documentos falsos, sabendo que, uma vez após solicitar asilo político, este não poderá ser negado. A estória tem como um de seus principais focos sua adaptação à vida no novo país, na condição de refugiado.

puderem. Se possível, sem chamar a atenção. Gostariam apenas de se integrar ao ambiente como se ali pertencessem.

Nesta pesquisa, buscamos, além de utilizar estudos já existentes, ouvir os personagens principais da tese. Como posto por Thompson (1968, p. 185), “a teoria está sempre caindo em outra teoria ulterior. Ao recusar a investigação empírica, a mente está sempre confinada aos limites da mente”. Assim, quando os entrevistados migrantes nos contaram suas experiências, sentimos a importância da individualização: embora tenham descrito sobre situações que se interligam, cada um tinha sobre si particularidades que os diferenciavam, e que ao mesmo tempo comprovavam que a migração os transformou por completo mesmo que em sua maioria não tenham percebido. Se pudessem definir a si mesmos, “migrante” não seria uma palavra que usariam.

Durante esta pesquisa, buscamos demonstrar se naquele momento, estavam em situação de vulnerabilidade os migrantes que atuavam nos frigoríficos das cidades de Nova Veneza e Forquilha-SC. Buscamos ver se havia vulnerabilidade naquele momento presente, pelo fato destes trabalhadores terem migrado, em sua maioria, justamente para fugir desta condição. Movidos especialmente pelas redes sociais que os conectavam a trabalhadores que já estavam na região, empreenderam uma longa viagem para buscar por melhores condições de sobrevivência. Atingiram seu objetivo?

Para esta pesquisadora, é possível que o questionamento possa ser respondido de duas formas: objetiva e subjetivamente. Quando analisamos os IVS¹⁰¹ citados no capítulo 2, claramente Nova Veneza e Forquilha dispõe de condições muito melhores que os municípios nordestinos de onde se originam a maioria dos migrantes, seja observando índices como rendimento médio, IDHM, porcentagem de população ocupada, população vulnerável, prosperidade social. No índice de Infraestrutura Urbana, as diferenças também são grandes, com Forquilha e Nova Veneza demonstrando melhor adequação às necessidades básicas de moradia, seja através de abastecimento de água, descarte de lixo, saneamento básico. É impossível afirmar com certeza (através unicamente das estatísticas demonstradas e não analisando caso a caso) que sim, sua vulnerabilidade em relação ao vivenciado em seu local de origem diminuiu ou mesmo desapareceu.

¹⁰¹ Índice de Vulnerabilidade Social

Estes são índices que constam no Atlas de Vulnerabilidade Social. Tecnicamente, estas pessoas não estavam mais vulneráveis. Em suas entrevistas, podemos ouvir seus relatos do quanto sua vida melhorou com a vinda para Santa Catarina, podendo realizar a aquisição de utensílios para a casa, com os filhos estudando nas creches e escolas públicas, atendimento de saúde de qualidade, oportunidade de seguir estudando, emprego com registro em carteira (além de maior facilidade de acesso ao emprego)... Ao ouvir os entrevistados, nos convencemos a acreditar que sua vida teve uma melhoria absoluta, de que fizeram a escolha certa ao migrar. Podemos entender essa percepção por meio das palavras de Durhan (1973), quando descreveu a vinda dos migrantes do meio rural para São Paulo

[...] e são mais satisfatórias (as condições de vida) não porque seja dada ao migrante a possibilidade de participar de modo ativo e consciente no processo de transformação da sociedade, mas porque, na cidade, ele encontra maiores facilidades de acesso aos 'benefícios' do processo de desenvolvimento. (DURHAN, 1973, p. 222)

Porém, quando há uma análise subjetiva, nosso foco passou para o que estas pessoas evitavam contar ou mesmo tentavam esquecer: a saudade da família em outro estado era uma constante, e foi necessário citá-la porque era algo que verdadeiramente parecia incomodá-los, mesmo tirando lágrimas dos entrevistados. Quando insistimos um pouco nos questionamentos, nos relatavam situações de bullying, preconceito, injustiças, gerados pelo fato de serem migrantes, pois as palavras que os machucam sempre vinham dos que são naturais da cidade. E eram nos relatos do que ocorria dentro dos frigoríficos que estas ocorrências eram mais fortes, com casos de preconceito pela origem, cor, e mesmo pelo peso corporal. E mais: quando nos contavam estas situações, vinham acompanhadas quase de um pedido de desculpas, como se fosse culpa dos migrantes este tipo de comportamento por parte dos nativos, como se por "invadirem" o espaço de outras pessoas, merecessem sofrer este tipo de rejeição.

Em uma conversa informal com um amigo, falávamos sobre a bonita cidade de Nova Veneza, um município turístico que em sua "praça" concentra (caros) restaurantes de cozinha italiana. Este conhecido questionou, com ironia: "Almoçaram os migrantes alguma vez em um destes restaurantes?". Temos certeza que não. Outra certeza é que, se num domingo comparecerem na praça onde é exibida uma gôndola, presente da italiana Veneza para sua coirmã, serão olhados com desprezo e julgamento pelos cidadãos locais, visto que para estes a atração está reservada ou

para o deleite dos nascidos na cidade ou para os endinheirados turistas que venham gastar seu dinheiro nas atrações locais. Jamais para os “estrangeiros”, que nas palavras do entrevistado Eduardo, só vem para o sul catarinense “se ampliar.”

Acreditamos que seus relatos nos permitiram afirmar que, embora haja em suas perspectivas uma sensível melhoria na condição de vida, ainda há um caminho muito longo a trilhar para encontrar a saída total de uma condição de precarização. Seus salários ainda são baixos, suas habitações precárias, as condições de trabalho exaustivas, e o principal, não são totalmente aceitos em sociedade devido à sua condição de migrantes. Esta evolução vem principalmente quando se fala do trabalho em uma empresa na qual a exploração de mais-valia e a multiplicação dos ganhos é a prática recorrente. Mas sob seus pontos de vista, uma pequena parte do caminho para uma real melhoria de vida já foi trilhado. Não compartilhando esta pesquisadora das mesmas experiências dos entrevistados, supõe-se necessário em parte concordar com suas perspectivas, mesmo porque a noção de qualidade de vida é algo particular a cada um: para estes migrantes, o atendimento básico de suas necessidades diárias estava acontecendo, e isto era um grande passo em relação à vida anterior à migração.

É preciso deixar sempre em evidência esta precarização do trabalho no segmento das agroindústrias, neste caso específico os frigoríficos de processamento de aves. Como citado por Antunes (2009, p. 36), “quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitais, mais nefastas são suas consequências”. O aumento dos lucros no auge da pandemia foi apenas uma mostra do quanto a JBS é uma empresa que visa somente o aumento do capital: enquanto a população mundial padecia diante das restrições impostas pelo coronavírus, inclusive com taxas elevadíssimas de desemprego e fechamento de muitas empresas, a maioria das quais de pequeno porte, a JBS multiplicou seus ganhos. Enquanto isso, em suas linhas de produção, migrantes, pretos, nordestinos, eram hostilizados livremente por seus superiores. Podemos concluir que, enquanto funcionários da empresa, todos os trabalhadores (migrantes e não migrantes) sofrem de uma violência física, em virtude de um trabalho exaustivo, insalubre e intenso. Sofrem de uma violência psicológica, gerada pela intensidade das metas laborais que são impostas diariamente, que potencializam um ambiente de trabalho conflituoso e em muitos casos hostil com quem não consegue cumprir integralmente sua parte. Mas que essa

violência é potencializada com quem é migrante, através de preconceitos e julgamentos.

Como descrito no capítulo sobre o segmento frigorífico, uma parte considerável dos empregos de Forquilha e Nova Veneza são originados pela JBS. Não há dúvida sobre a importância para estas pequenas cidades da instalação destes parques fabris, gerando empregos, renda, impostos para os municípios. Porém, os migrantes que para elas se direcionam também tem igual importância, pois consomem nos supermercados, farmácias, lojas de roupas e calçados, alugam imóveis em bairros distantes que talvez não despertariam interesse da população local. Fazem amizade, mostram-se prestativos com a população local, anseiam em fazer parte da comunidade. Pensamos que isto é evidenciado nesta tese: muito mais que a discussão sobre vulnerabilidade, amplamente debatida, é posicionar que ser migrante é quase que um sobrenome para estas pessoas, atribuído por quem não está nesta mesma condição. E que tudo o que esta população quer é “se divorciar” do status migrante, quer seguir sua vida, tendo acesso às mesmas oportunidades de trabalho, viver em uma cidade diferente sem sentir olhares julgadores sobre si, simplesmente passar despercebido como o migrante citado no início destas considerações.

Pensamos que esta tese é relevante para debater a temática, pelo fato de que a maioria das pesquisas que debatem o tema tratam de imigrantes, ou seja, pessoas que vieram de outros países para o trabalho nos frigoríficos. Estes estudos revelam dificuldades incalculáveis, como a falta de comunicação gerada pelo idioma diverso e mesmo a exploração por parte das empresas potencializada pela sua condição de extrema vulnerabilidade. Porém, os brasileiros que migram a outros estados também encontram barreiras fortíssimas, como descritas durante a tese. Pensamos que é um momento de ampliar o estudo sobre a temática migratória interna, principalmente quando direcionada a um segmento econômico de tamanha relevância, cujos exemplos da contumaz exploração de mais-valia explodem em processos trabalhistas e reportagens midiáticas constantes. Só é possível pensar em estratégias que melhorem as condições de vida destes migrantes internos, quando estes e suas dificuldades forem amplamente conhecidos, quando se tornarem alvo de políticas públicas específicas, o que infelizmente ainda não ocorre.

A realização desta pesquisa deixou diversos questionamentos e também tópicos que podem ser melhor desenvolvidos em outros estudos: dentre eles, um maior aprofundamento na questão da escolaridade, com dados mais abrangentes que

demonstrem se há uma valorização do trabalhador dos frigoríficos quando este realiza passagens de nível educacional, e se o fato de ser migrante tem ou não influência sobre esta possível escalada de cargo; ainda, um estudo que abarque apenas a perspectiva feminina, verificando se a questão de gênero potencializa a questão migratória, seja na tomada de decisão quanto à migração, no estabelecimento no novo destino e no cotidiano familiar, social e laboral. Há uma infinidade de outras temáticas, mas estes dois são temas prementes.

Como posto, a migração interna é algo que merece e deve ser mais estudado. Muito pouco se fala das pessoas que, corajosamente, cruzam o país para recomeçar a vida em um local onde se fala a mesma língua, mas que está a um oceano de diferenças sociais e culturais. Atravessam o país para compor fileiras em linhas de produção com temperaturas baixíssimas, para realizar um trabalho repetitivo que com o tempo lhe trará dores ou mesmo os incapacitará os movimentos; pelos poucos salários, se submetem a rotinas exaustivas e desgastantes, comprometendo sua saúde física e mental. Mas nada disso importa, pois naquela noite, terão um teto sob o qual dormir e seus filhos uma refeição quente à mesa. E a esperança de que um dia, não sejam mais migrantes: sejam, simplesmente, cidadãos.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. O mundo precarizado do trabalho e seus significados. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 55-72, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. reimp. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARAUJO, Herton Hellery *et al.* **A migração interna dos jovens como alternativa para melhorar sua inserção no mundo do trabalho** – Evidências a partir dos Censos de 2000-2010. In: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em São Pedro/SP – Brasil, de 24 a 28 de novembro de 2014. Disponível em: http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-1-5-151-229.pdf. Acesso em 17 de Fevereiro de 2023.
- ARNS, Otília. **Forquilha 1912-2002**: história e resgate da memória dos nossos antepassados. Florianópolis: IOESC, 2003.
- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE CRICIÚMA. **IBGE divulga as estimativas de população dos municípios para 2019**. 29 ago. 2019. Disponível em: <https://www.amrec.com.br/noticias/index/ver/codNoticia/571993/codMapaltem/42508>. Acesso em: 8 maio 2021.
- BAENINGER, Rosana. Migrações internas no Brasil: tendências para o século XXI. **Revista NECAT**, Florianópolis, ano 4, n. 7, p. 9-22, jan./jun. 2015.
- BAO, Carlos Eduardo. A invenção da italianidade no Brasil: contribuição para um olhar descontínuo. XXVIII Simpósio de História. Florianópolis, julho de 2015.
- BIF, Carla Zanette. **História e historiografia da Colônia Nova Veneza (SC)**: uma abordagem de história ambiental. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura e Bacharelado em História) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2009.
- BORTOLOTTO, Zulmar Hélio. **Nova Veneza**: os jornais como fonte histórica (1891-1913). 1990. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.
- BOSI, Antonio de Pádua. Acumulação de capital e trabalho na agroindústria no Oeste do Paraná de 1960 a 2010. **Revista História Unisinos**, São Leopoldo, v. 20, n. 1, p. 94-106, jan./abr. 2016.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/constituicao-federal/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil#:~:text=DOS%20DIREITOS%20SOCIAIS-,Art.,desamparados%2C%20na%20forma%20desta%20Constituicao%20de%201988>. Acesso em: 21 maio 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Brasília: Presidência da República, [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm. Acesso em: 25 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Planilha de SIFs ativos no Brasil: frigoríficos**. Brasília: Ministério da Agricultura, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus Brasil**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 20 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021**. Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt0888_07_05_2021.html. Acesso em: 30 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Inspeção sanitária em abastecimento de água**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **O papel da assistência social no atendimento aos migrantes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Guia/guia_migrantes.pdf. Acesso em: 7 nov. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, nov. 2005.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Aspectos conceituais da vulnerabilidade social**. Brasília: Unicamp, 2007.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Técnica: Medidas para controle de riscos ocupacionais na indústria de abate e processamento de carnes**. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2004.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **NR 36: Segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados**.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. **Nota técnica da Coordenadoria de Defesa de Meio Ambiente de Trabalho e do Projeto Nacional de Adequação das Condições de Trabalho em Frigoríficos sobre a Portaria Conjunta nº 19/2020**. [2020]. Disponível em: <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/nt-portaria-frigorificos.pdf>. Acesso em: 20 maio 2022.

BRASIL. Portaria nº 116, de 26 de março de 2020. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, n. 60, p. 4, 27 mar. 2007. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-116-de-26-de-marco-de-2020-250059467>. Acesso em: 28 maio 2022.

BRASIL. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Dados estatísticos:** saúde e segurança do trabalhador. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/saude-e-seguranca-do-trabalhador/dados-de-acidentes-do-trabalho>. Acesso em: 17 jan. 2021.

BRASIL tem 2ª maior concentração de renda do mundo, diz relatório da ONU. **G1**, 9 dez. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/brasil-tem-segunda-maior-concentracao-de-renda-do-mundo-diz-relatorio-da-onu.ghtml>. Acesso em: 26 set. 2020.

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil:** um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

CABRAL, Nathália Pereira. **Processos migratórios e as disputas na ‘Colônia Modelo’:** a companhia colonizadora metropolitana e a constituição do núcleo Nova Veneza. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2017.

CABRAL, Nathália Pereira. **Migrações para a Itália contemporânea e o desenvolvimento do sul catarinense:** uma análise a partir da trajetória de trabalhadoras e trabalhadores criciumenses. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2020.

CAMARGO, Vanessa Marques. **A implementação de pausas psicofisiológicas em uma indústria de processamento de frango:** a perspectiva dos trabalhadores. 2015. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

CAMPOS, Marden Barbosa de. A dimensão espacial das redes migratórias. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 20, n. 3, p. 14-30, set./dez. 2015.

CARDOSO, Haroldo J. M.; LOBO, Carlos F. Mobilidade espacial de populações: definições, tipologias e conceitos. *In:* JORNADA CIENTÍFICA DE GEOGRAFIA DA UNIFAL – MG, 4., Alfenas, 2016. **Anais** [...]. Alfenas: UNIFAL, 2016.

CASSANIGA, Tafarel. **Nordestinos em Brusque:** estigma e preconceito em relação aos novos Imigrantes do século XXI. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

CASTOR, Belmiro V. J. O país dos falsos preguiçosos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 181-196, maio/jun. 2001.

CASTRO, Fatima Velez de. A influência das redes sociais na estruturação geográfica do projecto migratório. **Imprensa da Universidade de Coimbra**, 2016.

Disponível em: <https://digitalis-sp.uc.pt/bitstream/10316.2/39067/1/A%20influenca%20das%20redes%20sociais.pdf> Acesso em 18 de Fevereiro de 2023.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu de; MACEDO, Marília F. R. de. **Imigração e refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu de; SILVA, Bianca G. **Imigração e refúgio no Brasil: retratos da década de 2010**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

COMO a covid-19 varreu instalações brasileiras da JBS, maior produtora de carne do mundo. **Época Negócios**, 8 set. 2020. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2020/09/epoca-negocios-especial-como-a-covid-19-varreu-instalacoes-brasileiras-da-jbs-maior-produtora-de-carne-do-mundo.html>. Acesso em: 5 fev. 2021.

CORRÊA, Walquíria Krüger. Considerações sobre a formação territorial e econômica de Santa Catarina. **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 25-44, jan./jun. 1999.

COSTA, Cláudia Cristina Rios Caxias da. **A migração de retorno para o estado da Bahia: uma análise demográfico-espacial 1991-2000**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

COSTA, Marco Aurélio; MARGUTI, Bárbara Oliveira (ed.). **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/lvs/publicacao_atlas_ivs.pdf. Acesso em: 8 jul. 2022.

DAL MAGRO, Márcia Luíza Pit; COUTINHO, Maria Chalfin; BLANCH, Josep Maria; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Intensificação e prolongamento da jornada de trabalho nas indústrias de abate e processamento de carnes e seus impactos na saúde dos trabalhadores. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 67-83, 2014.

DAL MAGRO, Márcia Luíza Pit; COUTINHO, Maria Chalfin; Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Relações de poder na atenção à saúde do trabalhador formal: o caso da indústria de abate e processamento de carnes. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 41, p. 1-14, 2016.

DAL MAGRO, Márcia Luíza Pit; COUTINHO, Maria Chalfin; TRZCINSKI, Clarete; TONEZER, Cristiane. Queixas e diagnósticos relacionados ao trabalho em agroindústrias do oeste de Santa Catarina - Brasil. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 198-218, maio/ago. 2016.

DATHEIN, Ricardo. **Inovação e revoluções industriais**: uma apresentação das mudanças tecnológicas determinantes nos séculos XVIII e XIX. DECON/UFRGS: Porto Alegre, 2003.

DENÚNCIA: JBS de Nova Veneza retira EPIs dos trabalhadores em plena pandemia. **SINTIACR**, Criciúma, 7 jul. 2020. Seção Notícias. Disponível em: <http://www.sintiacr.com.br/noticias/ver/denuncia--jbs-de-nova-veneza-retira-epis-dos-trabalhadores-em-plena-pandemia--755>. Acesso em: 6 fev. 2021.

DESCHAMPS, M. V.; DELGADO, P. R. Santa Catarina no contexto migratório nacional: um estudo dos fluxos e das características de quem migra. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19., São Paulo, 2014. **Anais** [...]. São Paulo: ABEP, 2014.

DIEESE. **Pelo segundo mês consecutivo, valor da cesta básica aumenta em todas as capitais**. 6 maio 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2022/202204cestabasica.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.

DIEESE. **Cesta básica aumenta em todas capitais em 2012**. 7 jan. 2013. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2012/201212cestabasica.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.

DIEGUEZ, Consuelo. É tudo deles. **Revista Piauí**, 15 maio 2017. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/e-tudo-deles/>. Acesso em: 6 fev. 2021.

DIEGUEZ, Consuelo. Um golpe de mestre. **Revista Piauí**, 19 maio 2017. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/um-golpe-de-mestre/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

DORNELAS, Sidnei Marco. Redes sociais na migração: questionamentos a partir da pastoral. *Revista Travessia*, mai./ago. 2001.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 1, p. 37-57, 2011. Número especial.

DUHRAN, Eunice R. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DUMINELLI, Meline Vitali. **Condições de trabalho de mulheres na indústria de abate e produção de carnes, nos municípios catarinenses de Forquilha e Nova Veneza**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2018.

EMBRAPA. **Central de Inteligência de Aves e Suínos**. 11 maio 2022. Disponível em: <https://www.embrapa.br/suinos-e-aves/cias/estatisticas/frangos/brasil>. Acesso em: 6 out. 2020.

ESPINOSA, Henrique de Brito; VENDRAMINI, Célia Regina. Migração e escolarização em uma escola pública de Florianópolis/SC. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 18, n. 38, p. 136-150, maio/ago. 2016.

FANDRES, Valdemir Piltz. **Emancipação de Forquilha**: entre as paixões étnicas e o racionalismo político. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2013.

FIGUEREDO, Luiz Orencio. **Migração haitiana em Santa Catarina**: experiências de trabalhadores do Haiti na AMREC - Associação dos Municípios da Região Carbonífera. 2016. 229 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2016.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229- 248, 2010.

FRANZONI, Elisa. **A gastronomia como elemento cultural, símbolo de identidade e meio de integração**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2016.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRAF, Laila Priscila. **Entre a cozinha e o abatedouro**: os sentidos do trabalho para mulheres atuantes na indústria avícola. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GRANADA, Daniel *et al.* Saúde e migrações: a pandemia de COVID-19 e os trabalhadores imigrantes nos frigoríficos do Sul do Brasil. **Revista Horizonte Antropológico**, Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 207-226, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/Lv3TMXdjKq7Nsd3XyvYMLqJ/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 10 set. 2022.

GOMES, Nayhara Freitas Martins. **Municípios de pequeno porte do sudeste brasileiro**: dinâmica migratória e aspectos econômicos. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

GOULARTI FILHO, Alcides. A lenta trajetória da construção do Porto de Laguna. **Revista História Econômica & História de Empresas**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 83-116, 2007.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. 3. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Economia de Santa Catarina é rica e diversificada**. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/conheca-sc/economia>. Acesso em: 1 dez. 2020.

GUIA da delação da JBS: entenda as acusações que abalaram o mundo político. **BBC News Brasil**, 19 maio 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39983080>. Acesso em: 6 fev. 2020.

GUILLAND, Romilda. **Aspectos epidemiológicos e psicométricos de agravos à saúde mental de trabalhadores de frigoríficos do oeste do Estado do Paraná**. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015.

HECK, Fernando Mendonça *et al.* Os territórios de degradação do trabalho na Região Sul e o arranjo organizado a partir da COVID-19: a centralidade dos frigoríficos na difusão espacial da doença. **Revista Metodologias e Aprendizado**, [s. l.], v. 3, p. 54-68, 2020. Disponível em: <https://seletivo-2019-1-integrado.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/1332/1029>. Acesso em: 28 maio 2022.

INFOESCOLA. **Mapa Político de Santa Catarina**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/mapas/mapa-politico-de-santa-catarina>. Acesso em: 29 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cadastro Central de Empresas**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/992>. Acesso em: 23 jan. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Forquilha**. c2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/forquilha/panorama>. Acesso em: 19 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Nova Veneza**. c2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/nova-veneza/panorama>. Acesso em: 9 jan. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL. **Anuário estatístico de acidentes de trabalho**. Brasília: MF, 2017.

JBS. **Quem somos**. Disponível em: <https://jbs.com.br/sobre/jbs/>. Acesso em: 5 fev. 2021.

JUNG, Gilvani Mazzucco. **Trabalho e resistência: a experiência subordinada de avicultores no sul catarinense (1990-2016)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2018.

JUNG, Gilvani Mazzucco; ZANELATTO, João Henrique. Trajetória das relações de trabalho entre avicultores integrados e frigoríficos no Sul do Brasil. **Interações**, Campo Grande, v. 21, n. 2, p. 405-407, abr./jun. 2020.

JUNG, Gilvani Mazzucco; ZANELATTO, João Henrique. Trabalho e resistência: trajetória da integração avícola no sul catarinense. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 14., 2018, Porto Alegre. **Anais eletrônicos** [...]. Porto Alegre: ANPUH, 2018. Disponível em: <http://www.eeh2018.anpuh-rs.org.br/resources>

/anais/8/1531157648_ARQUIVO_Texto_Anpuh_RS_2018.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

PORTAL NACIONAL DO DIREITO DO TRABALHO. JBS pode pagar R\$ 50 mi por falhas de segurança. **Jusbrasil**, 26 ago. 2015. Disponível em: <https://pndt.jusbrasil.com.br/noticias/224293549/jbs-pode-pagar-r-50-mi-por-falhas-de-seguranca?ref=amp>. Acesso em: 3 fev. 2021.

KAZTMAN, Rubén. **Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social**. In: 5º Taller regional: la medición de la pobreza: métodos y aplicaciones (continuación). Águascalientes, México: CEPAL, 2000. p. 275-301.

KAZTMAN, Rubén; FILGUEIRA, Carlos. **Marco conceptual sobre activos, vulnerabilidad y estructuras de oportunidades**. Montevideo: CEPAL, 1999.

KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

LARGHI, Natália. MPF acusa JBS de corrupção e pede devolução de mais de R\$ 21 bilhões ao BNDES. **Valor Investe**, São Paulo, 10 dez. 2019. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2019/12/10/mpf-acusa-jbs-e-bndes-de-corrupcao-e-pede-devolucao-de-mais-de-r-21-bilhoes.ghtml>. Acesso em: 6 fev. 2021.

LEE, Everett S. A theory of migration. **Demography**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 47-57, 1966.

LIMA, Eliane Carvalho; NETO, Calisto R. O. Precarização do trabalho no contexto da reestruturação produtiva brasileira. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 16, n. 191, abr. 2017.

LUSSI, Carmem. **Conflitos e vulnerabilidades no processo migratório**. Brasília: CSEM, 2009.

LUSSI, Carmem; MARINUCCI, Roberto. **Vulnerabilidade social em contexto migratório**. Brasília: CSEM, 2007.

MACHADO, Leila de Fátima. **O adoecimento mental dos trabalhadores da agroindústria avícola e a relação com a organização do trabalho**. 2016. Dissertação (Mestrado em Biociências e Saúde) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2016.

MACHADO, Leila de Fátima; MUROFUSE, Neide Tiemi; MARTINS, Julia Trevisan. Vivências de ser trabalhador na agroindústria avícola dos usuários da atenção à saúde mental. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 110, p. 34-147, jul./set. 2016.

MARANDOLLA JUNIOR, Eduardo; DAL GALLO, Priscila Marchiori. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, 2010.

MARIANO, Fabiene Passamani; DADALTO, Maria Cristina. O percurso invisível de açorianos no Brasil do século XIX. **Revista del CESLA**, [s. l.], v. 27, p. 49-74, 2021.

MARINUCCI, Roberto. A religiosidade do migrante como fonte de proteção, sentido, dignidade e diálogo. **IMDH**, São Paulo, jan. 2014. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/pastoral-da-mobilidade-humana/a-religiosidade-do-migrante-como-fonte-de-protecao-sentido-dignidade-e-dialogo>. Acesso em: 19 nov. 2022.

MARTINS, Isis do Mar Marques. Estratégias de mobilidade e permanência na interface dos agenciadores migrantes. **Travessia**, v.85, p. 115-130, 2019.

MARTINS, Luiz Carlos dos Passos; KRILOW, Leticia Sabina Wermeier. A crise de 1929 e seus reflexos no Brasil: a repercussão do crack na Bolsa de Nova York na imprensa brasileira. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10., 2015, Porto Alegre. **Anais** [...] Porto Alegre: UFRGS, 2015.

MARX, Karl. **O capital**. Nova York, 1976. v. 1.

MATOS, Ralfo; BRAGA, Fernando. Redes sociais, redes territoriais e migrações. **Revista Cadernos do Leste**, Belo Horizonte, v.9, n.9, jan./dez. 2009.

MEDEIROS, Ubiratan Vieira de; SEGATTO, Giani Gisleni. Lesões por esforço repetitivo (LER) e distúrbios osteomusculares em dentistas. **Revista Brasileira de Odontologia**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 1, jan./jun. 2012.

MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. A noção da experiência histórica e social em Edward Thompson: percursos iniciais. **Revista História & Perspectivas**, [s. l.], 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/27937>. Acesso em: 10 abr. 2022.

NASCIMENTO, Dorval do. **As curvas do trem**: a presença da estrada de ferro em Criciúma (1919-1975). Cidade, modernidade e vida urbana. 2000. 176 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

NERY, Carmen. Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao menor nível em 7 anos. **Agência de Notícias IBGE**, 6 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>. Acesso em: 26 set. 2020.

OLIVEIRA, Kleber F. *et al.* As metrópoles nordestinas no processo migratório nacional: tendências e articulações espaciais. *In*: OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson. **Migrações nordestinas no século 21**: um panorama recente. São Paulo: Edgard Blücher, 2015.

OLIVEIRA, Micaela Martinho de. **Serviço social e o preconceito**: um debate a partir da realidade do migrante em municípios da região de Ribeirão Preto-SP. 2016.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

OLIVEIRA, Túlio Fernando Mendanha de; GUELLATI, Yacine. Por que migrar? Uma análise sobre as motivações que conduzem às migrações internas. **Espaço Aberto**: revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 7-22, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 3 abr. 2022.

OSÓRIO, Paulo Sérgio. **Apropriação territorial e o papel das elites locais no processo de modernização na região sul catarinense no século XIX**. Tese (Doutorado em História) – PUC-RS, 2020. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/9446/4/PAULO%20S%C3%89RGIO%20OS%C3%93RIO%20TES.pdf> Acesso em 01 de Março de 2023.

PELLIZARI, Kelly; ALVES, Henrique Roriz Aarestrup. As interfaces da vulnerabilidade social de imigrantes e refugiados frente à Covid-19. **Revista de Ciências Sociais**, [s. l.], n. 30, jan./jun. 2021.

PEREIRA NETO, Claudeci. Estudo migratório e teoria econômica neoclássica: equívocos e acertos de classificação. **Terra Livre**, [s. l.], v. 1, n. 52, p. 474-496, jan./jun. 2019.

PEREIRA, Maria Natália Azevedo. **A depressão no processo migratório**: um estudo transcultural com imigrantes brasileiros e caboverdianos. Dissertação (Mestrado em Relação de Ajuda e Intervenção Terapêutica) – Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 2010. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/teses/textos/TE0006.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, v. 14, fev. 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA. Disponível em: <https://forquilha.sc.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA. Disponível em: <https://www.novaveneza.sc.gov.br/>. Acesso em: 9 jan. 2021.

QUEIROZ, Silvana Nunes de; BAENINGER, Rosana. Migração de retorno: o caso recente das migrações cearenses. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 44, n. 4, 2013. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/390/332>. Acesso em: 10 jul. 2022.

RAIS. **Relatório Anual de Informações Sociais**. Município de Forquilha. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#. Acesso em: 10 abr. 2022.

RAIS. **Relatório Anual de Informações Sociais**. Município de Nova Veneza. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#. Acesso em: 10 abr. 2022.

RAVENSTEIN, Ernst Georg. As leis da migração. **Journal of the Royal Statistical Society of London**, v. 48, n. 2, p. 167-227, jun. 1885.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Trabalhadores, sindicatos e industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. 169 p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/5y76v/pdf/rodrigues-9788599662991.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

RUSEISHVILI, Svetlana. Quatro lições da pandemia sobre a mobilidade do mundo contemporâneo. *In*: ZUBEN, Catarina von; MAGALHÃES, Luís Felipe; PARISE, Paolo; DEMÉTRIO, Natália; DOMENICONI, Jóice (org.). **Migrações Internacionais e a Pandemia da Covid-19**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/43780601/Quatro_li%C3%A7%C3%B5es_da_pandemia_sobra_a_mobilidade_no_mundo_contempor%C3%A2neo. Acesso em: 21 out. 2022.

SALIM, Celso A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 1992, Campinas. **Anais [...]**, Campinas: ABEP, 1992. p. 119-144. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/609/589>. Acesso em: 14 out. 2020.

SALOMÃO, Karin. Entenda o que é a Operação Carne Fraca e os impactos para a BRF. **Exame**, São Paulo, 6 mar. 2018. Disponível em: <https://exame.com/negocios/entenda-o-que-e-a-operacao-carne-fraca-e-os-impactos-para-a-brf/>. Acesso em: 11 jan. 2021.

SAQUET, Marco Aurélio; MONDARDO, Marcos Leonardo. A construção de territórios na migração por meio de relações sociais. **Revista NERA**, São Paulo, ano 11, n. 13, p. 118-127, 2008.

SANDI, Ari Jarbas; MIELE, Marcelo. Análise comparativa dos custos de produção em frangos de corte em SC e GO. **Guia Gessulli da Avicultura e Suinocultura Industrial**, Itu, ano 104, n. 9, ed. 1215, p. 20-29, 2012.

SANTOS, Artur Tranzola. Abertura comercial na década de 1990 e os impactos na indústria automobilística. **Revista Fronteira**, Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p. 107-129, 2009.

SANTOS FILHO, Jonas Irineu dos; TALAMINI, Dirceu João Duarte; MARTINS, Franco Muller. Conjuntura econômica da avicultura brasileira em 2020. **Anuário 2020 da Avicultura Industrial**, Itu, ano 111, n. 11, ed. 1294, p. 14-20, 2019.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

SANTOS, Johanna Steiner dos. **Escolhas e vivências dos colonos no processo de modernização do campo**: Forquilha – décadas de 60 e 70. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SAYAD, Abdelmalek. O que é um imigrante? **Peuples Méditerranéens**, [s. l.], n. 7, p. 3-23, abr./jun. 1979.

SELAU, Maurício da Silva. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no sul catarinense (1875-1925)**: resistência e extermínio. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SEMEDO, Maria Madalena Fernandes. **Depressão, estratégias de coping e resiliência**: estudo transcultural com imigrantes cabo-verdianos e brasileiros. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2016.

SILVA, André Luis; FREITAS, Maria Ester de. Para além dos critérios econômicos do trabalho de baixa renda no Brasil. **Organizações & Sociedade**, [s. l.], v. 23, n. 76, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/dvFY5yxVSNscnfXVpxYXHZH/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SILVA, Daniel Comin da. **Espaço cultural ítalo-brasileiro**: Nova Veneza como símbolo de italianidade. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2010.

SILVA, Maísa Miralva da. Assistência social na realidade municipal: o SUAS e a prevalência do conservadorismo. **Revista Katálysis**, v.18, jan./jun 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/yC4CM7cTgkksJSfjDQkYnr/?lang=pt> Acesso em 01 de Março de 2023.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

SOARES, Ana Claudia Coelho. **Estudo retrospectivo de queixas músculo-esqueléticas em trabalhadores de frigoríficos**. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

STAEVIE, Pedro Marcelo. Mudanças nas migrações contemporâneas para a Amazônia: indicativos a partir do caso de gaúchos para Roraima. **Novos Cadernos NAEA**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 25-42, jan./abr. 2017.

STANDING, Guy. O precariado e a luta de classes. **Revista Crítica das Ciências Sociais**, Coimbra, n. 103, p. 9-24, maio 2014.

TREVIZAN, Karina. Operação Carne Fraca leva BRF a prejuízo de R\$167 milhões no 2º trimestre. **G1**, 10 ago. 2017. Seção Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/operacao-carne-fraca-leva-brf-a-prejuizo-de-r-167-milhoes-no-2-trimestre.ghtml>. Acesso em: 11 jan. 2021.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

THOMSON, Alistair. História (co)movedoras: história oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.

TOLOTTI, Rodrigo. JBS supera Petrobras pela primeira vez e registra maior receita trimestral no Brasil; confira o ranking. **Infomoney**, 26 ago. 2020. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/jbs-supera-petrobras-pela-primeira-vez-e-registra-maior-receita-trimestral-do-brasil-confira-o-ranking/>. Acesso em: 5 fev. 2021.

TURMENA, Leandro. Materialismo histórico e pesquisa em fontes: contribuições para a história da educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 14, n. 59, p. 24-36, 2014. Número especial. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640345>. Acesso em: 19 jan. 2023.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 7 out. 2020.

VALE, Ana Lia Farias; SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roseli Alves dos. O território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração. **Revista Faz Ciência**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 11, 2005. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7380>. Acesso em: 19 jan. 2023.

VASCONCELOS, Marta Chaves; BASSI, Nádia Solange Schmidt; SILVA, Christian Luiz da. Caracterização das tecnologias e inovação na cadeia produtiva do frango de corte no Brasil. *In*: COSTA, Rogério Santos da; GUERRA, José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade; DIAS, Taísa (org.). **Debates interdisciplinares VII**. Palhoça: Ed. UNISUL, 2016.

VELOSO, Nívea Caixeta; BATISTA, Gustavo Araújo. Identidade e diferença: uma abordagem no contexto social. **Cadernos da Fucamp**, Campinas v. 16, n. 25, p. 60-70, 2017.

ZANELATTO, João Henrique. **De olho no poder**: o integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na era Vargas. Criciúma: EDIUNESC; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

ZANELATTO, João Henrique. **Homens do barro**: experiência de trabalhadores da cerâmica vermelha (olarias) em Morro da Fumaça. 1998. 174 f. Dissertação

(Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

ZANELATTO, João Henrique; OSÓRIO, Paulo Sérgio. **Forquilha**: do presente para o passado, outras memórias uma nova história. Forquilha, SC: EDIUNESC, 2012.

ANEXOS

ANEXO A- DESCRIÇÃO DE ÍNDICES QUE COMPÕE O IVS

Legenda	Definição
Prosperidade Social	Nível de prosperidade social da territorialidade, gerada através do cruzamento entre sua taxa de IDHM ¹⁰² e IVS ¹⁰³ .
Taxa de Fecundidade Total	Número médio de filhos que uma mulher deverá ter ao terminar o período reprodutivo (15 a 49 anos de idade).
População Vulnerável de 15 a 24 anos	População de 15 a 24 anos de idade que reside em domicílios com renda per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (de agosto de 2010)
População ocupada vulnerável à pobreza que retorna diariamente do trabalho	População ocupada vulnerável à pobreza (com renda per capita igual ou inferior a meio salário mínimo de agosto de 2010) e que retornam diariamente do trabalho ao domicílio. São considerados apenas domicílios particulares permanentes.
% de empregados com carteira - 18 anos ou mais	Razão entre o número de empregados de 18 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária multiplicado por 100.
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	Razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais de idade ocupadas que já concluíram o ensino médio (regular seriado, regular não seriado, EJA ou supletivo) e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária multiplicado por 100. Foram consideradas como já tendo concluído o médio aquelas pessoas que frequentavam a 4ª série desse nível de ensino.
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais	Razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais de idade ocupadas que já concluíram o ensino fundamental (regular seriado, regular não seriado, EJA ou supletivo) e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária multiplicado por 100.
Rendimento médio dos ocupados - 18 anos ou mais	Média dos rendimentos de todos os trabalhos das pessoas ocupadas de 18 anos ou mais de idade. Valores em reais de agosto de 2010.
IVS Infraestrutura Urbana	Índice da dimensão Infraestrutura Urbana, é um dos 3 índices que compõem o IVS. É

¹⁰² IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano

¹⁰³ IVS: Índice de Vulnerabilidade Social

	<p>obtido através da média ponderada de índices normalizados construídos a partir dos indicadores que compõem esta dimensão, a saber: 1) Percentual da população que vive em domicílios urbanos sem o serviço de coleta de lixo (peso: 0,300); 2) Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados (peso: 0,300); 3) Percentual de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho (peso: 0,400).</p>
IVS Capital Humano	<p>Índice da dimensão Capital Humano, é um dos 3 índices que compõem o IVS. Obtido através da média ponderada de índices normalizados construídos a partir dos indicadores que compõem esta dimensão, a saber: 1) Mortalidade até um ano de idade (peso: 0,125); 2) Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequenta a escola (peso: 0,125); 3) Percentual de crianças de 6 a 14 anos que não frequenta a escola (peso: 0,125); 4) Percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos (peso: 0,125); 5) Percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família (peso: 0,125); 6) Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (peso: 0,125); 7) Percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo (peso: 0,125); 8) Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis à pobreza, na população total dessa faixa etária (peso: 0,125).</p>
IDHM	<p>Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais.</p>
Esperança de vida ao nascer	<p>Número médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do nascimento, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalentes no ano do Censo.</p>

ANEXO B – CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL E COMPROMISSO ÉTICO DE NÃO IDENTIFICAÇÃO DO DEPOENTE

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE (UNESC)
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL E COMPROMISSO ÉTICO DE NÃO IDENTIFICAÇÃO DO DEPOENTE*

Pelo presente documento, **eu**, _____,
RG:_____emitido pelo(a):_____domiciliado/residente em
(Av./Rua/no./complemento/Cidade/Estado/CEP): _____,
declaro ceder ao (à) Pesquisador(a): Gabriela Rech Salib, CPF:048.549.499-02,
RG:208.565.9478 ,emitido pelo(a) SSP/RS, residente em Rua Hermógenes Damiani,
69, bairro São João Margem Esquerda, Tubarão, SC, Cep: 88708-530, **sem
quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena
propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e
documental que prestei ao(à) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a),
na cidade de _____, Estado _____, em
____/____/____, como subsídio à construção de sua dissertação de Doutorado
em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul
Catarinense (UNESC). O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica conseqüentemente
autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o
mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a
terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia, por parte
dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo. O(a) pesquisador(a) se
compromete a preservar meu depoimento no anonimato, identificando minha
fala com nome fictício ou símbolo não relacionados à minha verdadeira
identidade.**

Local e Data:

_____, _____ de _____ de _____

(assinatura do entrevistado/depoente)

ANEXO C – CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE (UNESC) DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, **eu**, _____,
 RG: _____ emitido pelo(a): _____ domiciliado/residente em
 (Av./Rua/no./complemento/Cidade/Estado/CEP): _____,
declaro ceder ao (à) Pesquisador(a): Gabriela Rech Salib, CPF:048.549.499-02,
 RG:208.565.9478 ,emitido pelo(a) SSP/RS, residente em Rua Hermógenes Damiani,
 69, bairro São João Margem Esquerda, Tubarão, SC, Cep: 88708-530, **sem
 quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena
 propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e
 documental que prestei ao(à) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a),**
 na cidade de _____, Estado _____, em
 ____/____/____, **como subsídio à construção de sua dissertação de Doutorado
 em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul
 Catarinense (Unesc).** O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica conseqüentemente
 autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o
 mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a
 terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia, por parte
 dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo

Local e Data:

_____, _____ de _____ de _____

 (assinatura do entrevistado/depoente)

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE (UNESC)
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO
Tese de Curso

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu, CELIO ALVES ELIAS
RG: 1.561.579 emitido pelo(a): SS/IX

domiciliado/residente em (Av./Rua/nº/complemento/Cidade/Estado/CEP):
L. TIGREUNHA KALFELS BUSS BUS, SANTA ANA,
FORQUILHINHA

declaro ceder ao (à) Pesquisador(a): Gabriela Rech Salib, CPF:048.549.499-02, RG:208.565.9478, emitido pelo(a) SSP/RS, residente em Rua Hermógenes Damiani, 69, bairro São João Margem Esquerda, Tubarão, SC, Cep: 86708-530,

sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(à) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), na cidade de FORQUILHINHA, Estado RS, em 22/10/21, como subsídio à construção de sua dissertação de Doutorado Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia, por parte dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo.

Local e Data: FORQUILHINHA, 22 de OUTUBRO de 2021

CE ELIAS
(assinatura do entrevistado/depoente)

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE (UNESC)
 DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO
 Tese de Curso

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu, GUSTAVO ADOLFO DE MENDONÇA
 RG: 8583098 emitido pelo(a): X

domiciliado/residente em (Av./Rua/nº/complemento/Cidade/Estado/CEP):
R. ROSELIAR VELHO SOARES, 110, PORTO LETTO,
NOVA VENÉCIA

declaro ceder ao (à) Pesquisador(a): Gabriela Rech Salib, CPF:048.549.499-02, RG:208.565.9478, emitido pelo(a) SSP/RS, residente em Rua Hermógenes Damiani, 69, bairro São João Margem Esquerda, Tubarão, SC, Cep: 88708-530.

sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(à) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), na cidade de NOVA VENÉCIA, Estado XU, em 22/10/21, como subsídio à construção de sua dissertação de Doutorado Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia, por parte dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo.

Local e Data: NOVA VENÉCIA, 22 de OUTUBRO de 21

Gustavo Adolfo de Mendonça
 (assinatura do entrevistado/depoente)